



Território e Negócios na “Era dos Impérios”:

Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado

Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br



Domingos Sávio da Cunha Garcia

**Território e Negócios na
“Era dos Impérios”:
Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil**



Brasília, 2009



Copyright ©, Fundação Alexandre de Gusmão

Capa:

Sandro José da Silva

Abstrato 2

Acrílico sobre tela

30x40cm - 2007

Equipe técnica:

Maria Marta Cezar Lopes

Eliane Miranda Paiva

Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves

Projeto gráfico e diagramação:

Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2009

Garcia, Domingos Sávio da Cunha.

Território e negócios na "Era dos Impérios" : os belgas na fronteira oeste do Brasil / Domingos Sávio da Cunha Garcia. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

360 p.

ISBN: 978-85-7631-138-6

1. Economia - História - Brasil. 2. Relações internacionais - Brasil - Bélgica. I. Costa, Wilma Peres. II. Título. III. Título: Os belgas na fronteira oeste do Brasil.

CDU 330(81)(09)

CDU 327(81:493)

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão

Ministério das Relações Exteriores

Esplanada dos Ministérios, Bloco H

Anexo II, Térreo

70170-900 Brasília – DF

Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028

Fax: (61) 3411 9125

Site: www.funag.gov.br

E-mail: funag@mre.gov.br

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14.12.2004.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - O OESTE: UMA REGIÃO ESTRATÉGICA	33
1.1 - O OESTE NA AMÉRICA PORTUGUESA: EXPANSÃO TERRITORIAL E ESTRATÉGIA METROPOLITANA	35
1.2 - MATO GROSSO E O ESTADO IMPERIAL: DEBILIDADE ECONÔMICA E DESAFIO ESTRATÉGICO	45
CAPÍTULO 2 - O OESTE ENTRE O FINAL DA GUERRA DO PARAGUAI E A QUEDA DO IMPÉRIO	53
2.1 - A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870) E OS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO ECONÔMICA DO OESTE	55
2.2 - DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NO PÓS-GUERRA: DO CAPITAL MERCANTIL AO EXTRATIVISMO	62
2.3 - VETORES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: A BORRACHA E A PECUÁRIA	65
CAPÍTULO 3 - DESCALVADOS: UMA FÁBRICA NA FRONTEIRA OESTE	83
CAPÍTULO 4 - POLÍTICA E NEGÓCIOS: O OESTE NO ALVORECER DA REPÚBLICA	101
CAPÍTULO 5 - OS BELGAS NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL	119
5.1 - ANTECEDENTES	121
5.2 - O INÍCIO DA OFENSIVA: OS BELGAS EM DESCALVADOS	124
5.3 - UMA ESTRATÉGIA EM PROCESSO	132
5.4 - UM OBSTÁCULO: BALBINO ANTUNES MACIEL	161
5.5 - PRODUÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS EMPRESAS BELGAS ...	170
5.6 - OS BELGAS SE RETIRAM DA FRONTEIRA OESTE	182



CAPÍTULO 6 - A POLÍTICA INTERNACIONAL E A DISPUTA PELO TERRITÓRIO DO ACRE	191
6.1 - A DISPUTA PELO TERRITÓRIO DO ACRE E O <i>BOLIVIAN SYNDICATE</i>	193
6.2 - AS MUDANÇAS NA POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA E O DESENLAÇE DA QUESTÃO DO ACRE	205
CAPÍTULO 7 - O MONOPÓLIO NA EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO DA BORRACHA E O BOLIVIAN SYNDICATE	213
7.1 - A IMPORTÂNCIA DO BOLIVIAN SYNDICATE NA LUTA PELO MONOPÓLIO NA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DA BORRACHA	215
7.2 - DA EUROPA PARA OS ESTADOS UNIDOS. A POLÍTICA EXTERNA DO BARÃO DO RIO BRANCO	226
CAPÍTULO 8 - A REAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: INTEGRAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE AO CENTRO POLÍTICO	233
8.1 - A POLÍTICA REPUBLICANA DE INTEGRAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE AO CENTRO POLÍTICO	235
8.2 - ESTADO E TERRITÓRIO: A FRONTEIRA OESTE E A GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX	248
8.3 - A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA COMO JUSTIFICATIVAS PARA O DOMÍNIO DO OESTE	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
NOTAS	277
FONTES E BIBLIOGRAFIA	329



*À memória de meu pai,
Isaias Marques Garcia.*







AGRADECIMENTOS

Este trabalho é, com pequenas alterações, minha tese de doutorado defendida no Instituto de Economia da UNICAMP, em junho de 2005. Devo à professora Dra. Wilma Peres Costa, minha orientadora, as observações e análises que foram fundamentais para que pudesse avançar e concluir este trabalho. Além de ter sido seu aluno, tive o privilégio de ter dividido com a professora Wilma o convívio acadêmico que tanto ajudou em minha qualificação e na conclusão deste trabalho. Divido com ela as virtudes deste trabalho. Os seus defeitos são de minha inteira responsabilidade.

Ao professor Dr. Eddy Stols, pelo pioneirismo e pelo estímulo para estudar o tema.

Agradeço as observações, críticas e sugestões apresentadas pela banca examinadora da tese, composta por minha orientadora, Dra. Wilma Peres Costa, e pelos professores Dra. Lígia Osório Silva, Dr. Fernando Antônio Novais, Dr. Eddy Stols e Dr. Antonio Carlos Robert Moraes.

Aos professores do Instituto de Economia da UNICAMP, com quem tive o privilégio de trabalhar no doutorado: Dra. Lígia Osório Silva, Dr. Luciano Coutinho, Dr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Dr. João Manuel Cardoso de Mello, Dr. José Carlos de Souza Braga e Dra. Eugênia Troncoso Leone.

Aos colegas do doutorado, pela convivência e amizade.

Agradeço a todos aqueles que de maneira direta ou indireta contribuíram para que este trabalho pudesse chegar a bom termo. Aos funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e ao professor Clementino de Souza, seu diretor quando da realização da



pesquisa; aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Cáceres; aos bolsistas do Núcleo de Documentação em História Escrita e Oral (NUDHEO – UNEMAT); à professora Maria Inêz Portugal; à professora Alaíde Monttechi.

Ao professor Dr. Raúl Jacob, da Universidad de la República, em Montevideú, pela ajuda recebida.

Aos funcionários da secretaria do Instituto de Economia da UNICAMP, em especial à Cida e Alberto, pela cordialidade com que sempre me atenderam.

Aos colegas do Departamento de História da UNEMAT, em Cáceres, pela convivência acadêmica sempre estimulante.

À minha mãe, Rosa Maria, e meus irmãos, Gustavo e Fabio, pelo apoio constante. Aos meus filhos, Raoni, Luan e Tainá, que veio ao mundo aumentar a nossa alegria, no momento em que este trabalho estava em sua fase final.

À Iraci, com quem divido as dificuldades e alegrias do dia-a-dia.



PREFÁCIO







PREFÁCIO

O livro que o leitor tem em mãos trata de um debate muitas vezes reiterado na historiografia brasileira: a manutenção da integridade do território que compunha a América Portuguesa compondo essa enormidade do território-continente, percorrendo um caminho distinto daquele trilhado pela América Espanhola. Ao fazê-lo, procura olhar essa problemática, a partir de uma região (o extremo oeste do Brasil), onde quase se tocam, os afluentes que fazem parte das duas grandes bacias fluviais que emolduram o território brasileiro – o sistema amazônico e o sistema platino. A suposição dessa continuidade, vista como estratégia defensiva desde os tempos coloniais, deu lugar a um dos mitos mais persistentes que povoaram o imaginário territorial de governantes metropolitanos e dos construtores do estado brasileiro. Refiro-me ao mito da “Ilha Brasil”, vale dizer, a crença na possibilidade de uma fronteira natural contínua separando as duas partes da América de colonização ibérica.

Retomando tema clássico da historiografia, o trabalho aborda o tema de forma inteiramente original, tanto pelo período que enfoca – o último quartel do século XIX e o início do século XX - como pelo seu tema principal de investigação: o papel do capital estrangeiro na fronteira oeste, dando atenção especial ao monumental empreendimento que o capital belga procurou estabelecer em Descalvados. Estabelecimento ambicioso pela sua grandiosidade territorial e pelas iniciativas empresariais que envolveu, o estudo da ação dos belgas em Descalvados permite compreender articulações fundamentais da relação entre negócios, política e capital estrangeiro, no conturbado período que se seguiu à Guerra do Paraguai e que



recobre a crise do Império e a implantação da República. Interesses provinciais e poder central, negócios internos e capital estrangeiro desdobram diante dos nossos olhos uma trama que envolve concessões de terra, interesses privados de ministros, grandes corporações internacionais, a febre do “Encilhamento”, e as investidas imperialistas sobre a região amazônica na Era dos Impérios.

Resultado de extensa e cuidadosa pesquisa em fontes primárias, o trabalho foi apresentado como Tese de Doutorado na Área de História Econômica do Programa de Pós Graduação do Instituto de Economia da Unicamp. Buscou, como é natural, cumprir o ritual acadêmico, com rigor da pesquisa, debate historiográfico e abundância de citações. Não obstante, fugindo ao que é habitual nos trabalhos acadêmicos, a narrativa que nos foi oferecida por Domingos Sávio da Cunha Garcia, possibilita às vezes um desfrute e um prazer da leitura que se assemelha aos thrillers políticos de boa qualidade – propõe enigmas, persegue pistas, produz suspense e busca respostas com a pertinácia de um bom detetive.

Como ensinam os grandes mestres do ofício do historiador, o trabalho histórico não é reprodução e conservação daquilo que se sabe, mas investigação sobre o que não se sabe, proposição de problemas, busca de soluções, na provisoriidade necessária e sedutora que caracteriza o saber humano. Nesse sentido, esta é um livro que não apenas provém de uma tese: ele tem uma tese e lida com ela, com a curiosidade, a inquietude e o prazer da descoberta que caracteriza os bons historiadores.

É com prazer e orgulho que eu o apresento e entrego público, esperando que venha a interessar não apenas aos que integram o mundo acadêmico, mas também alcance todos aqueles que se interessam pela construção do Brasil.

WILMA PERES COSTA



INTRODUÇÃO







INTRODUÇÃO

A dimensão do território do Brasil e a enorme porção que ele ocupa no conjunto do continente sul-americano, formando uma pirâmide invertida, chamam a atenção de um observador atento.

A formação desse território, a manutenção da integridade do conjunto de possessões americanas pertencentes à Coroa Portuguesa após a Independência e a definição de suas fronteiras, têm sido temas privilegiados pela historiografia brasileira desde o século XIX.

Desde então, com diferentes matizes, os historiadores têm mantido o interesse sobre o tema da formação do território, com estudos e discussões quase sempre focalizando dois momentos distintos:

O primeiro é o período colonial, quando os trabalhos enfatizam a expansão portuguesa para o oeste, avançando sobre o território colonial espanhol na América, em uma combinação de ações que envolveram a política expansionista da metrópole portuguesa de um lado e os colonos portugueses na América de outro. Paralelamente, os estudos também têm sublinhado os feitos diplomáticos da Coroa Portuguesa, em particular do Tratado de Madri (1750), na consolidação de um desenho territorial do qual teria resultado, mais à frente, o território brasileiro atual.¹

O segundo período focalizado pelos estudiosos da formação territorial é o que se estende da Independência a 1850, quando o centro das preocupações da elite do império do Brasil teria sido a manutenção da unidade territorial, num quadro em que as revoltas regenciais, em larga medida provocadas pela ausência de acordo entre as elites provinciais em torno do modelo de Estado que se queria construir, colocavam essa unidade em questão. Para os historiadores de tradição



mais conservadora, a manutenção da unidade territorial, finalmente alcançada com a estabilidade dos anos 50 do século XIX, selaria uma suposta superioridade política e moral do Brasil no continente, diante da fragmentação e instabilidade que marcavam as ex-colônias espanholas na América. O regime monárquico estável aparecia então, como superior ao instável regime republicano, marcado por conflitos constantes e pela fragmentação territorial daí resultante. Essa interpretação, que tem origem na obra fundadora de Varnhagen, associava a grandeza territorial à obra colonizadora dos portugueses, ao mesmo tempo em que a manutenção da integridade territorial era atribuída a um processo de Independência conduzido sobre a égide da monarquia e da continuidade dinástica, neutralizadoras das forças centrífugas internas.²

Nas últimas décadas a temática da integridade territorial, associada à da formação do Estado e da nacionalidade, tem recebido interesse renovado, abrindo outras vertentes explicativas para a questão, dentre as quais, as conseqüências do tráfico externo e interno de escravos e a lenta elaboração de uma identidade política compondo múltiplos interesses regionais.³ Além disso, contrariando um mito historiográfico que apontava para o caráter pacífico e civilista da monarquia brasileira, os autores têm voltado sua atenção para os conflitos externos travados no século XIX, principalmente na região platina.⁴

Em que pesem as revisões e interpretações, tem permanecido a idéia de que, ultrapassada a década de 60 do século XIX, o território brasileiro pode ser dado como “pronto”, não tendo enfrentado ameaças importantes à sua integridade, fossem elas internas ou externas. Em razão disso, o tema da construção territorial no período seguinte é enfocado do ponto de vista da “consolidação” do território, com a superação de contenciosos pontuais e a efetiva demarcação das fronteiras no início do período republicano.



INTRODUÇÃO

Uma perspectiva de análise inovadora nesse tema e que tem sido inspiradora em nosso trabalho é trazida por Demétrio Magnoli⁵. Magnoli discute a construção de justificativas históricas para o domínio territorial do Brasil em diferentes períodos, particularmente de determinados territórios que, localizados na fronteira do Brasil, tinham pendências de demarcação de limites com Estados vizinhos e que foram motivo de controvérsias ao longo de nossa história, desde quando o território que viria ser o Brasil ainda era parte do império colonial português. Magnoli procura desmistificar a construção territorial de uma Nação como algo natural, revelando como os formuladores da geopolítica, em diferentes momentos, lançam mão da geografia e da história na construção de justificativas para o domínio de territórios. Demétrio Magnoli mostra que o caso do Brasil não foi diferente, analisando como a construção do mito da Ilha Brasil se encaixava perfeitamente na justificativa portuguesa para o domínio da região oeste de seu território sul-americano, disputado com a Espanha à época do tratado de Madrid. Para Magnoli o Tratado de Madrid não pode ser invocado como formação do território brasileiro, não só pelo evidente anacronismo como pelo fato de que as fronteiras que consagrou não terem sido efetivamente demarcadas, com a exceção daquela delimitada pelo rio Guaporé.

Uma das constatações que deu origem a este estudo foi a de que a historiografia sobre o Brasil parece não considerar a existência de desafios à integridade territorial do país entre 1875 e 1914, período que Eric Hobsbawm chamou de “era dos impérios”, quando um novo período de expansão colonialista se abriu para os países em estágio avançado de desenvolvimento capitalista, cujos efeitos ainda estão presentes em diversas regiões do mundo.⁶

Entre 1875 e 1914 desenvolveu-se uma virtual “partilha do mundo”, com o estabelecimento de colônias, protetorados e áreas de influência por parte das principais potências capitalistas, acelerando bruscamente um movimento que havia dado tímidos passos na



primeira metade do século XIX, exemplificados com a ocupação francesa da Argélia (1830) e com a Guerra do Ópio (1839-42).

De 1880 a 1914, a África sofreu diretamente as conseqüências dessa expansão, tendo sido dividida entre as principais potências capitalistas da Europa. Em 1914, somente a Etiópia e a Libéria não estavam sob o domínio direto de alguma potência européia. Do mesmo modo, o sul da Ásia e a região do Pacífico foram, em seguida, repartidos entre europeus, russos, japoneses e norte-americanos.⁷

Os Estados Unidos, que emergiam como potência no novo cenário internacional nesse período, anexaram as Filipinas em 1898, posicionando-se pela primeira vez sobre questões fora do contexto americano.⁸

Na América Latina, a afirmação de área de influência dos Estados Unidos ficou clara com a crise envolvendo a disputa entre a Inglaterra e a Venezuela, em 1897. No entanto, as mudanças de soberania territorial foram pequenas e se deram fundamentalmente a partir da ação dos Estados Unidos na região do Caribe. Em 1898, os Estados Unidos, em guerra contra a Espanha, terminaram por anexar Porto Rico e colocar Cuba sob o seu controle. Por outro lado, a partir daí os Estados Unidos não hesitaram em utilizar todos os meios para garantirem os seus interesses no Caribe e na América Central, intervindo militarmente ou fomentando o separatismo na região. Um exemplo dessa política foi a ação que resultou na criação do Panamá, em território que pertencia até então à Colômbia, ação que se tornou necessária para a construção do canal do mesmo nome, colocado sob o controle norte-americano, pelo acordo assinado em 1903. O Panamá, de fato, tornou-se um protetorado norte-americano.⁹

A constatação de que a América do Sul colocou-se, desde o final do século XIX, na área de influência norte-americana e o fato de que o continente não veio a sofrer modificações territoriais de grande monta, talvez seja responsável pelo fato de que mesmo os historiadores mais atentos para a ação imperialista tenham minimizado



INTRODUÇÃO

os efeitos da ação das potências européias sobre a América Latina entre 1875 e 1914.

Para Hobsbawm a América do Sul era uma colônia informal da Inglaterra e teria passado incólume pelo período do qual tratamos. Falando sobre a divisão do mundo entre as principais potências capitalistas entre 1875 e 1914, ele afirma que:

Só uma das principais regiões do planeta não foi afetada substancialmente por esse processo de divisão: As Américas eram em 1914 o que haviam sido em 1875, ou, neste sentido, nos anos 1820: uma coleção única de repúblicas soberanas, com exceção do Canadá, das ilhas do Caribe e de partes do litoral caribenho. À exceção dos EUA, seu status político raramente impressionava alguém, além de seus vizinhos. Era perfeitamente claro que, do ponto de vista econômico, elas eram dependentes do mundo desenvolvido. Contudo nem os EUA, que crescentemente afirmava a sua hegemonia política e militar na área, tentaram seriamente conquistá-la e administrá-la. (...) Na América Latina, a dominação econômica e a pressão política, quando necessárias, eram implementadas sem conquista formal.¹⁰

Portanto, para Hobsbawm a América Latina era uma região de países politicamente independentes, mas economicamente dependentes e teria passado incólume pelo período de divisão de países e regiões entre as potências capitalistas da época. Nem os Estados Unidos “tentaram seriamente conquistá-la e administrá-la”.¹¹

Leslie Bethell também aponta a mesma característica e diz que apesar de ser objeto de rivalidades entre as grandes potências do final do século XIX, “...Não houve (...) nenhuma disputa pela América Latina, nem partilha”. Falando das disputas entre a Inglaterra e os Estados Unidos na região, Bethell salienta que “...a América Latina continuava sendo a única região do globo, livre do imperialismo no



século XIX”. Por fim, observa que a historiografia está dividida ao definir a América Latina como parte do “império informal” britânico, com a Argentina se tornando virtualmente um “Sexto Domínio”, e se essa relação foi prejudicial para a região a longo prazo.¹²

A historiografia brasileira trata o tema com interpretação semelhante. A exceção teria ficado por conta da disputa que, no início do século XX, terminou com a incorporação da região que iria se tornar o território do Acre, localizado na fronteira não demarcada com a Bolívia, envolvendo interesses de diversos países, principalmente dos Estados Unidos. Ainda assim, o tema costuma ser tratado como um incidente, sem maiores consequências para a tese anteriormente exposta.

Os historiadores mais antigos da história diplomática do Brasil tratam das ações estrangeiras como incidentes diplomáticos ou pendências do período colonial não resolvidas e dão a entender que foram solucionadas pela diplomacia brasileira no período que tratamos, recorrendo a documentos e argumentos legítimos, revelando sempre grande competência e astúcia. Nenhum desses incidentes teria colocado em risco a integridade territorial do país no período tratado. Os trabalhos em geral, se concentram na discussão da definição de limites entre o Brasil e seus vizinhos, mesmo que esses vizinhos fossem, no período, potências coloniais, como era o caso da Inglaterra e da França nos casos das disputas de limites com a Guiana Inglesa e Guiana Francesa. Nesses casos as divergências pareciam se situar meramente no terreno da inteligência de documentos, instrumento básico para legitimar o domínio sobre determinada região de fronteira não definida.¹³

A idéia de que não houve pressões internacionais de cunho territorial sobre o Brasil no período 1870-1914 aparece em autores de diferentes matizes, inclusive aqueles de linha marxista, de quem se esperava um tratamento diferenciado para a questão.¹⁴ Um exemplo conhecido dessa vertente é Caio Prado Junior.



INTRODUÇÃO

Em *A Revolução Brasileira* discutindo justamente a questão do imperialismo, polemizando com a orientação política do Partido Comunista Brasileiro sobre o caráter da revolução brasileira e constatando, segundo ele, a ausência de uma consciência antiimperialista no Brasil, Caio Prado Junior diz que

Ao contrário de outros países dependentes como nós e submetidos ao imperialismo, alguns deles muito próximos a nós e a outros respeitos muito semelhantes, como tantos nossos vizinhos da América Latina, não temos tradição antiimperialista com raízes em velhas desavenças e hostilidades, e muitos menos atritos violentos resultantes de interferência estrangeiras em nossos assuntos. Não tivemos nada disso, ou tivemos muito pouco significativo. A ação do imperialismo no Brasil, por circunstâncias históricas que não caberia agora analisar mais pormenorizadamente, se restringiu, salvo raras ocasiões que não deixaram traços mais profundos, a processos relativamente sutis e disfarçados que só começaram realmente a se fazer sentir mais acentuadamente em época próxima, e assim mesmo a propósito de uma ou outra situação mais acessível ao entendimento geral. Foi o caso, em particular, das tentativas de açambarcamento da exploração de petróleo pelos grandes trustes internacionais.”¹⁵

Deixemos de lado a afirmação de que o Brasil não foi vítima “de atritos violentos resultantes da interferência estrangeira em nossos assuntos” e observemos que, para Caio Prado Junior, os “processos relativamente sutis e disfarçados” com que o imperialismo teria atuado no Brasil, teriam se dado no campo da política, subordinando a burguesia nacional aos seus interesses, como no caso do petróleo, sem, contudo, desenvolver uma ação direta que colocasse em questão a sua integridade territorial. Sobre isso parece não haver dúvidas em sua análise.



Já em *História Econômica do Brasil*, discutindo o ciclo da borracha, Caio Prado Jr. fala da Questão do Acre, cuja disputa, segundo ele, teria sido resolvida sem maiores conseqüências.¹⁶

Vale ainda mencionar uma outra vertente historiográfica sobre a formação e a manutenção da integridade territorial do Brasil. É aquela de caráter regionalista, com forte conotação conservadora, em geral moldada de forma a fortalecer uma visão ufanista, gloriosa, de uma região ou de um líder, que se fez por si, algumas vezes, em oposição ou sem a compreensão do governo central. Neste caso podemos citar como exemplo o livro *Formação Histórica do Acre*, de Leandro Tocantins, que discute o processo de absorção do Acre pelo Brasil, após a luta desenvolvida pelos seringueiros naquela região, anteriormente reconhecida pelo governo brasileiro como pertencente à Bolívia. Apesar de ter esse caráter regionalista e conservador, o trabalho de Leandro Tocantins é rico em detalhes e bem documentado, sendo uma boa referência de fontes.¹⁷

A historiografia mais recente sobre a política externa brasileira tem procurado destacar as mudanças nas relações internacionais no período entre 1875 e 1914, enfatizando o aparecimento de outras potências naquele período e que começavam a concorrer com a Inglaterra na disputa pelos mercados internacionais, com suas conseqüências na geopolítica do período. Nesse contexto também ganha destaque a concorrência interimperialista e seus reflexos no Brasil. Mas mesmo quando falam das ações imperialistas das grandes potências sobre o território brasileiro, fazem uma análise circunscrita de diferentes casos de ataques à soberania do país, dando-lhes um conteúdo restrito, sem a preocupação de fazer uma análise mais ampla. Para essa historiografia, apesar dos incidentes, não houve ações efetivas das grandes potências sobre o território do Brasil.¹⁸

A concordância historiográfica sobre a questão talvez seja uma conseqüência de que, como chamou atenção Hobsbawm, esse período do colonialismo foi um período curto, quase cabendo em



INTRODUÇÃO

uma vida. Iniciado por volta de 1880, a grande maioria das colônias estabelecidas nesse período já estava independente nos anos 60 do século XX.¹⁹ Menos de um século, portanto. Tal análise pode ser corroborada com a comparação dessa sua curta duração com os três séculos, grosso modo, com que durou o colonialismo do Antigo Regime. Por outro lado, esse curto período da história deixou marcas profundas, cujas conseqüências são visíveis até os dias atuais em regiões ou continentes inteiros como a África e o sul da Ásia. Ao contrário dessas regiões, como não foram estabelecidas colônias das grandes potências da época na América Latina, somos levados a concluir que não tivemos ações colonialistas efetivas sobre essa região no período tratado, aí incluindo o Brasil.

Acreditamos que a ausência dessa discussão na historiografia sobre o Brasil, decorre de um anacronismo eivado de conseqüências. Esse anacronismo faz com que o processo fique oculto sob o seu resultado: vale dizer, como o território brasileiro não sofreu perdas territoriais decorrentes das pressões exercidas pelas grandes potências, conclui-se que essas pressões não existiram ou foram de pouca importância.

Esse tipo de anacronismo faz com que todo um conjunto de acontecimentos permaneça na sombra, tendo recebido relativamente pouca atenção dos historiadores, no que se refere à intensa pressão que as potências européias imprimiram sobre o Brasil durante a transição para a República e ao longo das primeiras décadas desse regime. Por isso acreditamos ser necessário um estudo amplo sobre a questão, que ofereça uma análise de conjunto sobre as diferentes ações impetradas contra o território do país pelas grandes potências da época e seu desenvolvimento seguinte. Entre essas ações podemos citar, além da mencionada questão que resultou na incorporação do território do Acre, a invasão inglesa da ilha de Trindade (1895-1896), a disputa com a França pelo território do Amapá (que durou todo o século XIX e só foi resolvida no início do século XX), o incidente com a



canhoneira alemã *Panther* em Santa Catarina (1905-1906). Para compreendê-las em seu sentido de conjunto, é necessário um grande esforço de pesquisa, que leve em conta o jogo das forças internacionais do período e reconstitua cada uma dessas questões, em suas dimensões econômicas, geopolíticas e diplomáticas. Ao invés de partir da conclusão (a permanência da integridade territorial), diferentemente do que ocorreu na África e na Ásia entre 1875 e 1914, permanece relevante perguntar que tipo de ação caracterizou a relação das potências capitalistas centrais com o território latino-americano, até para compreender por que essas ações não resultaram no estabelecimento de colônias, protetorados ou *chartered companies*, no imenso território brasileiro.

Acreditamos ter evidências de que, apesar de ter resultados práticos nulos, as grandes potências da época desenvolveram uma série de ações que poderia ter levado a formações coloniais clássicas na América Latina, particularmente no Brasil. Nossa tese é de que o Brasil também sofreu a ação direta das principais potências capitalistas do período em seu território, de forma que o país atravessou um momento delicado, entre 1875 e 1914, principalmente nas duas primeiras décadas republicanas.

Um dos objetivos do nosso trabalho é o de enfatizar a idéia de que a integridade territorial do Brasil nesse período não estava escrita no destino histórico do país, nem se deveu a um suposto desinteresse das potências envolvidas nas disputas coloniais, mas foi o resultado de um processo complexo, cuja dinâmica e atores internos e externos ainda precisam ser largamente investigados e clarificados.

Ressaltamos também que não se trata de fazer um estudo “ao arrepio dos fatos”, especulando sobre o que teria acontecido, se esta ou aquela ação tivesse outro desenrolar e não o que conhecemos hoje. Trata-se de estudar o desenvolvimento daquelas ações em seu todo, com as possibilidades que essas ações abriram, tanto para chegar ao resultado que conhecemos como para chegar a outros resultados,



INTRODUÇÃO

de acordo com os objetivos dos diferentes atores que participavam daquela trama.

Neste trabalho vamos concentrar o estudo na presença belga no oeste brasileiro entre 1895 e 1910. Nesse período empresas e capitalistas belgas desenvolveram uma ação de envergadura, carregada de significados e conseqüências, quando o território brasileiro não só foi motivo de cobiça, mas sofreu ações concretas que poderiam ter levado à sua desagregação, ações pouquíssimo estudadas pela historiografia sobre o Brasil.²⁰

Para que possamos compreender a amplitude da ação belga no oeste do Brasil nos primórdios da República, construiremos a nossa análise por partes para, mais à frente, amalgamar essas partes num todo, mostrando sua interação. Acreditamos que essa metodologia, reunindo progressivamente os elementos da conjuntura local, nacional e internacional à ação belga no oeste, nos permitirá compreender a dimensão da mesma e seus objetivos geopolíticos. Para além de considerar a ação belga como uma aventura destinada ao fracasso, procuraremos mostrar que o resultado final da ação belga no oeste, ou seja, o seu fracasso, não estava determinado a priori e foi produto da conjugação de uma série de fatores.

É para chegar a esse objetivo que dividimos os capítulos e os tópicos a serem tratados em cada um deles.

Com este trabalho queremos ajudar a mostrar que a manutenção da integridade territorial do Brasil na “era dos impérios” não foi um fato dado, mas um processo, no qual atuaram interesses e atores diversos, que desenvolveram a trama cujo resultado nos é conhecido.

Ao estudar a ação belga no oeste, procuraremos mostrar que existia uma pressão colonizadora que poderia surtir efeito a qualquer momento e que, ao se colocarem estrategicamente na fronteira oeste, os belgas estavam se posicionando de forma a estarem no melhor lugar



possível, para aproveitar uma eventual oportunidade para repetirem na América a sua experiência colonial na África.

Para este trabalho nos fundamentamos em larga medida no rico acervo de documentos depositados no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), boa parte deles inédita e extremamente esclarecedora sobre a presença e as intenções dos belgas no oeste brasileiro.

Essa documentação, dispersa em diferentes latas, de diversos anos, livros-ata, livros de registros de contratos, jornais microfilmados, compreende um conjunto de documentos variados sobre o período entre 1880 e 1910: contratos de concessões de lotes de terras para extração mineral e para extração vegetal, títulos de posse de terras públicas requeridas por particulares e concedidas pelo poder público, concessões para construção de rodovias e ferrovias, atas de reuniões legislativas, atos governamentais diversos, avisos ministeriais, correspondências entre o governo estadual (provincial no Império) e o governo central, correspondências privadas dirigidas ao governo estadual, correspondências de representações do Brasil no exterior dirigidas ao governo de Mato Grosso, relatórios de funcionários do Estado destacados para diferentes tarefas, requerimentos ao governo estadual (provincial no Império), leis estaduais, artigos e anúncios de jornais do Estado no período, entre outros.

Para este trabalho também nos apoiamos nos relatórios dos presidentes da província (e depois Estado) de Mato Grosso, nos relatórios do Ministério das Relações Exteriores do Brasil a partir da proclamação da República, na correspondência diplomática depositada no Arquivo Histórico do Itamarati – AHI, bem como nos anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, entre 1880 e 1914.

Também nos beneficiamos de documentos depositados no Núcleo de Documentação em História Escrita e Oral da Universidade do Estado de Mato Grosso (NUDHEO-UNEMAT), do Cartório do 2º Ofício de Cáceres e do Arquivo Municipal de Cáceres. São



INTRODUÇÃO

documentos relativos à compra das terras de Descalvados e da disputa judicial entre Jaime Cibils Buxareo e Orozimbo Muniz Barreto.

Passemos agora ao formato que demos a este trabalho.

No capítulo I destacamos o caráter estratégico do Oeste, quando a região foi incorporada ao império colonial português na América. Evidenciamos ainda como a construção de justificativas históricas e geográficas foi elemento importante a balizar a ação da metrópole portuguesa nas disputas com a coroa espanhola, ajudando a consolidar o seu domínio sobre o território do Oeste.

Em seguida, chamamos a atenção para a situação econômica da província de Mato Grosso no período pós-Independência, cuja fraqueza contrastava com a sua importância geopolítica no momento de consolidação do Estado imperial.

No capítulo 2 analisamos a evolução do Oeste no período que vai da Guerra do Paraguai até o fim do Império, destacando a importância da guerra na vida da província de Mato Grosso e suas consequências. As mudanças que se operaram na economia de Mato Grosso e as iniciativas propostas para integrar aquela região ao centro político e econômico do país também são destacadas nesse capítulo.

O capítulo 3 está dedicado a uma reconstituição da história de Descalvados, um empreendimento agro-industrial que teve importância decisiva na presença belga na fronteira oeste.

No capítulo 4 procuramos estabelecer as relações entre a luta política e o desenvolvimento da economia da região Oeste nas duas primeiras décadas da República, destacando os desdobramentos naquela região da evolução dos acontecimentos políticos que se desenvolviam na arena nacional no período e sua interface com os interesses dos diferentes agentes privados que lá operavam.

O capítulo 5 é dedicado à presença belga na fronteira oeste, descrevendo e discutindo essa presença desde a compra de Descalvados até a sua expansão para o vale do Guaporé, destacando as diferentes fases desse processo e suas características.



Nos capítulos 6 e 7 procuramos estudar as ligações entre o desenvolvimento das relações internacionais e os interesses estrangeiros no Oeste, tendo como baliza as mudanças no método com que os Estados Unidos passaram a desenvolver a sua política externa para a América Latina e o impacto dessa mudança nas disputas que se desenvolviam na região. Destacamos aí, o caráter decisivo da disputa pelo território do Acre e as relações entre essa disputa e os interesses das empresas estrangeiras que atuavam na extração da borracha, entre as quais estavam as empresas belgas que operavam na fronteira oeste. Também procuramos destacar as ações da diplomacia brasileira comandada pelo barão do Rio Branco e as polêmicas em que esteve envolvido, em função de seu encaminhamento para a solução da Questão do Acre.

No capítulo 8 discutimos a reação do Estado brasileiro ao desenrolar da Questão do Acre, as medidas que sucessivos governos tomaram, até 1914, para tornar efetiva a sua presença no Oeste, de forma a integrá-la ao centro político do país. Discutimos como o Oeste foi uma região onde nem sempre os interesses dos habitantes locais se confundiam com a ação e a presença do Estado, não havendo uma sobreposição entre esses interesses, o território, e a ação do Estado que detinha formalmente esse território. Destacamos ainda como, nesse processo, o Estado brasileiro lançou mão da História e da Geografia para justificar o seu controle sobre territórios que inicialmente não lhe pertenciam.

Na conclusão, buscamos retomar a discussão inicial, dialogando com a historiografia brasileira que trata desse período, procurando destacar o caráter não-resolvido da conformação territorial do Brasil naquele momento, num cenário internacional fluído e instável, que se teve como desfecho a atual conformação territorial, poderia ter tido uma outra, como consequência de um período em que o colonialismo foi uma de suas marcas. Nesse sentido, a fronteira oeste, que durante o período colonial havia sido uma região estratégica



INTRODUÇÃO

para a metrópole portuguesa, voltava a ter esse caráter e a exigir do Estado brasileiro uma outra postura, diante da nova conjuntura internacional que se abria.





O OESTE: UMA REGIÃO ESTRATÉGICA





O OESTE: UMA REGIÃO ESTRATÉGICA

1.1 – O OESTE NA AMÉRICA PORTUGUESA: EXPANSÃO TERRITORIAL E ESTRATÉGIA METROPOLITANA

O oeste, *locus* deste estudo, pode ser definido, grosso modo, como a região ocupada atualmente pelos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, que faziam parte do antigo Mato Grosso, capitania no período colonial, província no Império e Estado na República. Do território primitivamente ocupado pela Capitania de Mato Grosso foram desmembrados os outros dois atuais Estados: Rondônia, criado em 1947 como território federal, e Mato Grosso do Sul, criado em 1977.

A ocupação dessa vasta região, desde quando ainda fazia parte do território colonial português na América, constitui um tema de recorrente reflexão na historiografia brasileira. Esse debate contínuo foi alimentado por sucessivos acontecimentos que, desde o período colonial, fizeram do oeste, por motivos diversos, uma região estratégica na geopolítica da América do Sul.

Sérgio Buarque de Holanda dedicou parte importante de seu trabalho ao estudo da expansão colonial portuguesa em direção ao oeste e seu avanço sobre o território que, a princípio, deveria pertencer ao império colonial americano da Espanha.²¹ Uma das características das abordagens de Sérgio Buarque de Holanda é a sua constante preocupação em limpar o terreno da discussão de toda conotação fantasiosa, procurando desenvolver uma rigorosa análise baseada na interpretação de documentos ou, se necessário, deixando o tema em aberto para que o debate vá dirimindo as dúvidas ou lançando novas abordagens para velhas questões.



Algumas dessas abordagens devem ser destacadas para os objetivos deste trabalho. Em primeiro lugar, é relevante sublinhar, na interpretação de Sérgio Buarque, o modo como a expansão lusitana para o oeste durante o período colonial se desenvolveu. Esse desenvolvimento se deu como uma combinação entre, de um lado, a ação consciente da metrópole portuguesa, planejada e cuidadosamente estimulada, e, de outro, a atividade prática dos habitantes da colônia, realizada de forma inconsciente, mas sistemática e contínua. Desse modo, procurando contornar os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494), a ação consciente de Lisboa se desenvolveu avalizando a prática dos mamelucos de São Paulo.²²

Sérgio Buarque chama também a atenção para um fator pouco lembrado no debate sobre a expansão portuguesa para o oeste: o desânimo com que os espanhóis teriam permanecido na região oeste após a descoberta das minas de Potosi, desânimo que pode ter facilitado a ação dos paulistas.²³ É importante destacar o abandono pelos espanhóis de Assunção, da vila de Xerez, um estabelecimento fundado na foz do rio Mbotetei (atual rio Miranda) e impunemente destruído pelos mamelucos de São Paulo em 1632. Menos de um século depois, com a descoberta de ouro na região de Cuiabá e Mato Grosso, os espanhóis seriam obrigados a reconhecer o erro cometido.²⁴

Sérgio Buarque de Holanda também destaca a construção e o significado do mito da Ilha Brasil como elemento importante na conformação de um imaginário geográfico que valeu para todo o período colonial e que acreditamos ter se prolongado até o final do século XIX.

Segundo essa construção mitológica, haveria uma ligação aquática entre o sul e o norte do continente sul americano, pois as bacias Platina e Amazônica estariam unidas a partir do lago de Xaraies (grosso modo o atual Pantanal). Os rios Paraguai e Guaporé se interligariam próximo às suas nascentes e o continente sul americano poderia ser percorrido de norte a sul por essa via fluvial. A projeção



do território colonial português era, assim, concebida como circundada por uma fronteira aquática natural, formando uma ilha, a Ilha Brasil.

Sérgio Buarque e outros pesquisadores mostram como essa mitologia serviu, durante um longo período, ao processo de construção de justificativas para o domínio territorial de Portugal sobre determinadas regiões que, por diferentes tratados, de diferentes períodos (Tordesilhas, Madri), não lhe pertenciam. Serviu também para comprovar uma suposta astúcia lusitana em suas negociações com os espanhóis, que teria resultado em ganhos para o território colonial português. Foi justamente a partir da posse continuada desses territórios que os portugueses e, depois, os governos imperial e republicano do Brasil, justificariam o seu domínio sobre eles. Para isso lançariam mão de um princípio jurídico internacional adequadamente consolidado quando da negociação do Tratado de Madri (1750): o *uti possidetis*.²⁵

Discutindo as relações entre o processo de construção das nações e o território que lhes forma, no âmbito do Estado nacional moderno, Antonio Carlos Robert Moraes diz que as fronteiras são construções históricas, jurídicas e ideológicas,

no sentido de que a conquista e legitimação objetivadas devem ser assimiladas pelos atores sociais envolvidos no processo. E a maior fetichização das fronteiras – como visto – está, exatamente, em torná-las naturais. Isto é, ver aquelas linhas demarcatórias dos domínios espaciais dos Estados como acidentes geográficos da superfície terrestre.²⁶

Foi em meados do século XVIII que o oeste passou a aparecer como um divisor estratégico entre os territórios sul-americanos de Portugal e Espanha e que a utilização das bacias Amazônica e Platina como “fronteiras naturais” começou a se consolidar na jurisprudência portuguesa em suas disputas com a Coroa Espanhola.



A história do oeste se liga de forma recorrente a esse elemento central: a sua localização estratégica, percorrendo o coração da América do Sul no sentido norte-sul, contendo em seu interior o divisor de águas entre as bacias Amazônica e Platina.

É crível constatar que houve, em meados do século XVIII, uma mudança na política portuguesa para o Brasil, na qual a delimitação e defesa do território passaram a ter importância decisiva, operando de forma diferente da orientação até aquele momento seguida, que estimulava um processo de expansão territorial para o oeste. Tais políticas associam-se às mudanças administrativas operadas na colônia pela metrópole portuguesa naquele momento, dentre elas o deslocamento da sede do governo de Salvador para o Rio de Janeiro (1763). Uma nova política de defesa passava a operar, incluindo as preocupações com a sua defesa litorânea e os esforços de delimitação e defesa dos territórios na fronteira com os domínios espanhóis. Essas foram as diretrizes seguidas a partir da segunda metade do século XVIII, principalmente a partir da administração do Marquês de Pombal e se inseriam nas novas preocupações portuguesas de defesa de seus interesses na América.²⁷

Os portugueses consolidaram a sua presença no oeste não só procurando dar interpretação própria aos tratados, como o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777), mas procurando sistematicamente garantir por todos os meios o seu domínio sobre a região oeste.

Como chama atenção Fernando Novais, Portugal conseguiu atravessar todo o período das disputas européias desde o fim da União Ibérica até a crise do Antigo Regime, equilibrando-se em uma posição de neutralidade que se combinava sempre, nos momentos de maior tensão, com a reafirmação de uma aliança defensiva com a Inglaterra. Como produto dessa política os portugueses conseguiram manter a integridade territorial da metrópole, cobiçada pela Espanha, e a posse de suas colônias, entre as quais se destacava o Brasil.²⁸



A partir da década de 1750 cresceu nos estadistas portugueses a percepção de que a manutenção da integridade territorial do Reino de Portugal se identificava com a manutenção de seus territórios ultramarinos, principalmente o Brasil. A política formulada pelo Marquês de Pombal não foi interrompida por seus sucessores.

Essas preocupações com a delimitação e a defesa territorial, que se intensificaram na segunda metade do século XVIII, são uma expressão da reação portuguesa à crise do Antigo Sistema Colonial, num quadro em que Portugal, às vésperas da Revolução Industrial, encontrava-se em delicado atraso econômico diante das demais potências coloniais européias. Tratava-se, portanto, nessa reação, de defender o seu patrimônio, isto é, as suas colônias, num momento em que a cobiça sobre elas se intensificou. Por essa orientação, a defesa militar da colônia ganhou o caráter de medida estratégica, motivo de detalhadas instruções aos governantes enviados a todas as regiões do Brasil, notadamente àqueles que se dirigiram para as regiões de fronteira.²⁹

Os esforços desenvolvidos pelos portugueses para consolidar a sua presença no oeste, na segunda metade do século XVIII, mostram a importância que tinha essa consolidação para os seus interesses geopolíticos.

Tal orientação parece indicar que a defesa dos interesses portugueses no oeste e em outras regiões do Brasil se ligava a um plano geopolítico maior no sentido de garantir não só a integridade de suas posses na América, mas delineia uma complexa estratégia que fez do domínio ultramarino, em diferentes momentos, elemento fundamental para a manutenção da integridade territorial do próprio reino, diante das reiteradas ameaças de incorporação pela Espanha.³⁰

Com essa orientação política os portugueses passaram à ação e procuraram estabelecer firmemente a sua presença naqueles pontos que julgavam serem decisivos para garantir o controle territorial do oeste. Primeiro com a criação das capitanias de Mato Grosso e Goiás (1748), desmembradas da capitania de São Paulo; depois por intermédio



da fundação de núcleos urbanos ou de fortes, estes como expressão mais clara do valor estratégico da ocupação. Rolim de Moura, o primeiro governador da Capitania de Mato Grosso a ir efetivamente para a região (1751-1764), após instalar a capitania fundou Vila Bela (1752), sua primeira capital, às margens do rio Guaporé. Duas décadas depois, Luiz de Albuquerque, o capitão-general que mais tempo permaneceu em Mato Grosso durante o período colonial (1772-1789), fundou os fortes de Coimbra e Príncipe da Beira e as vilas de Albuquerque, Vila Maria, Casalvasco e Viseu.³¹ Com suas ações, esses capitães-generais procuravam firmar o domínio territorial português na região, de frente para o domínio espanhol. Cumpriam assim, as premissas presentes na decisão do Conselho Ultramarino, ao criar a capitania, no sentido de

fazer a colônia do Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito e sirva de antemural a todo o interior do Brasil, para o que deparou a providência uma grande facilidade na comunicação que ali pode haver por água até a cidade do Pará, ao mesmo tempo que a do Governo de Santa Cruz de La Sierra com o restante do Peru é sumamente dificultosa pela aspereza das serranias que se interpõem.³²

O resultado dessas ações não deixa dúvidas quanto às intenções da metrópole portuguesa, claramente expressas nas instruções dadas aos capitães-generais que foram enviados para Mato Grosso. Portugal agia motivado pelo valor estratégico que o oeste tinha na defesa de seus interesses territoriais na América.³³

Se observarmos atentamente, o forte Coimbra, Albuquerque e Vila Maria estão localizados às margens do rio Paraguai mais ao sul; Casalvasco, Vila Bela, Viseu e o forte Príncipe da Beira estão localizados às margens dos rios Barbados e Guaporé, mais ao norte (Ver Mapa 1). Na entrada sul da capitania, na região mais próxima de Assunção, de domínio espanhol, o forte Coimbra; na entrada norte, mais próximo das províncias espanholas de Moxos e Chiquitos, o forte Príncipe da



Beira. A estratégia geopolítica é evidente: os dois fortes protegem as entradas sul e norte da região e a meia distância entre eles, entre Casalvasco e Vila Maria, se localiza o terreno onde supunha que as bacias Amazônica e Platina deveriam fazer a transposição de suas águas, entre os rios Aguapeí e Alegre. Navegando pela bacia Platina, rio Paraguai acima, passaria ao rio Jaurú e deste ao Aguapeí. Feita a transposição para o rio Alegre, já na bacia Amazônica, passaria deste ao rio Guaporé e daí aos rios Mamoré e Madeira.

A ação portuguesa estabeleceu o domínio total sobre essa região, seja pela ocupação militar direta, com os fortes, seja pelo povoamento, procurando fechá-la aos espanhóis. Num período em que as vias navegáveis eram a via de transportes por excelência, o controle da região onde deveria acontecer a transposição entre as duas bacias significava o efetivo controle sobre essa fronteira e sobre todo o oeste. Mesmo que tivesse que percorrer um trecho terrestre entre os rios Aguapeí e Alegre, onde se dava teoricamente a transposição, ou que as cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré impusessem dificuldades à navegação, as facilidades de circulação, nas condições de transporte da época, eram imensas e facilitava muito o acesso e o domínio da fronteira oeste. Por outro lado, garantir o controle da navegação ao norte era fundamental para garantir o controle daquela região, porque ao sul da fronteira, na região do Prata, o acesso era controlado pelos espanhóis, enquanto que ao norte, pela bacia Amazônica, o controle era totalmente português, desde sua entrada em Belém.

Essa constante preocupação dos portugueses com a garantia de navegação nos rios Guaporé e Mamoré, procurando interdita-los aos espanhóis, demonstra a importância que tinha o controle dos rios da fronteira oeste para a garantia da posse do território da região.

Por outro lado, as tentativas de fazer a transposição das bacias sempre se revelaram frustrantes, mesmo nos períodos de maior enchente, como aquela tentada em 1773 por Gabriel Antunes Maciel, a mando do capitão-general Luis Pinto de Souza Coutinho.³⁴



A perspectiva da transposição foi abandonada de forma cabalmente no final do século XIX, quando o governo de Mato Grosso recebeu do engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques, um relatório de viagem que ele acabara de realizar no vale do Guaporé e no qual descartava categoricamente essa possibilidade e propunha a construção de uma ferrovia entre o Jaurú e o Guaporé. Segundo Esperidião Marques, o rio Alegre era, em diversos pontos,

simplesmente um fosso; e que portanto não se deverá continuar hoje a sustentar aquilo que em 1772 pareceu possível ao capitão-general Luiz Pinto de Souza Coutinho, isto é abrir um canal que comunicasse as águas do Alegre e Aguapehy e portanto as do Amazonas e Prata para o estabelecimento de navegação nas duas maiores bacias d'água doce da América.³⁵



Mapa 1 – Vilas e fortes fundados por determinação de Portugal na fronteira oeste, entre 1750 e 1800. (Digitalização: Ana Paula Santana)



A região oeste foi palco de constantes disputas na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX, disputas que por vezes, terminaram em conflitos militares abertos entre portugueses e espanhóis.³⁶ Essa constante disputa criava um clima de insegurança permanente para os habitantes da capitania, em particular para aqueles que moravam na capital, Vila Bela, localizada próxima ao território espanhol, exigindo grandes sacrifícios materiais da população, visto que o ônus dessa disputa recaía em grande medida sobre os próprios moradores da capitania.³⁷

Ao mesmo tempo em que consolidavam seu domínio no oeste, os portugueses procuravam conhecer melhor o seu território e suas potencialidades econômicas. Os capitães-generais que governaram Mato Grosso nesse período, atuavam com o apoio de engenheiros, matemáticos e cartógrafos que irão fazer reconhecimentos, cartas geográficas e determinar a localização exata de acidentes geográficos, cujos resultados vão se revelando nos trabalhos realizados por Ricardo Franco de Almeida Serra, Joaquim José Ferreira, Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes.³⁸

No momento em que se expressava a percepção da crise do Antigo Regime e que o Reino Português tinha sua territorialidade ameaçada pelo avanço napoleônico, a importância dos territórios ultramarinos se expressava com toda a sua contundência. É oportuno verificar que em exposição dirigida ao rei D. João VI, no início do século XIX, destinada a reorganizar as finanças do reino, D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Fazenda e pessoa de confiança do rei, ao defender a igualdade de tratamento entre os habitantes do reino, seja daqueles que viviam na metrópole, seja daqueles que viviam nas províncias ultramarinas, a reorganização militar do reino, bem como a reorganização fiscal e política do Brasil, “sem duvida a primeira possessão de quantas os Europeus estabeleceram fora de seu Continente”, dizia que



Os domínios de Sua Majestade na Europa não formam senão a capital e o centro de suas vastas possessões. Portugal reduzido a si só seria, dentro de breve período uma Província da Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião e de assento a Monarquia, que se estende do que possui nas Ilhas da Europa a África, ao Brasil, as Costas Ocidentais e Orientais da África a ao que ainda a vossa Real Pessoa possui na Ásia, é sem contradição uma das Potencias da Europa.³⁹

No final do período colonial, a presença de viajantes, devidamente autorizados, percorrendo o território português na América também sinalizava esse novo interesse da Metrópole, como mostrou a expedição oficial de Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorreu a Amazônia e o oeste entre 1783 e 1792.⁴⁰ Paralelamente, os dirigentes metropolitanos permaneceram ciosos em impedir o acesso de pessoas tidas como perigosas a determinadas regiões como a Amazônia e o oeste, consideradas estratégicas para os interesses portugueses na América. A expedição de “certo barão de Humboldt, natural de Berlim,” foi proibida de percorrer a Amazônia e o oeste.⁴¹

É verdade que a transmigração da família real portuguesa para o Brasil mudou em parte essa orientação, com uma política de maior abertura do Brasil para viajantes de diferentes especialidades: geógrafos, economistas, naturalistas, botânicos, zoólogos, pintores ou simples viajantes.⁴² Uma análise mais detida desse processo de abertura, indica, entretanto, que a preocupação geopolítica se mantinha evidente e a Coroa procurava manter um firme controle dos trajetos seguidos pelos viajantes.

As Missões Científicas estrangeiras que estiveram no Brasil entre 1816 e 1830 desenhavam um vasto arco de alianças políticas, incluindo a França da Restauração Monárquica e os países da Santa Aliança (Áustria, Rússia e Prússia). Dentre elas, destacaram-se a expedição etnográfica do Príncipe da Baviera Maximilian von Wied-



Newied (1815-1817), a expedição do botânico francês Auguste de Saint Hilaire (1816-1822), a comitiva científica austro-bávara da qual fizeram parte os naturalistas Johann Natterer, Emmanuel Pohl, Carl Friedrich Von Martius e Jean Baptiste Spix) e a expedição gigantesca (e parcialmente malograda) da qual foi encarregado o Baron Von Langsdorff, sob os auspícios do czar da Rússia em 1821. Destas, apenas a última visitou a região de confluência das Bacias Amazônica e Platina, mas os desastres que a acompanharam impediram a divulgação de seus resultados até tempos bem recentes. A região manteve-se interdita, por exemplo, para um dos mais festejados viajantes do período, o botânico Auguste de Saint Hilaire, que vinha na comitiva oficial do Conde de Luxemburgo, primeiro representante francês no Reino Unido depois da Restauração Monárquica.⁴³

1.2 – MATO GROSSO E O ESTADO IMPERIAL: DEBILIDADE ECONÔMICA E DESAFIO ESTRATÉGICO

Ao longo do processo de Independência, as disputas na fronteira oeste alcançaram especial contundência, diferenciando-se, entretanto, daquelas que ali existiram durante o período colonial. O processo conflitivo da formação dos Estados nacionais na região viria a dar o tom dessa nova fase de belicosidade que atravessou todo o século XIX, fundando-se em diferentes vetores de discórdia.

Em primeiro lugar, as porções portuguesa e espanhola da América divergiam na escolha de seus regimes políticos, com as ex-colônias espanholas adotando a forma republicana, enquanto a monarquia fincava pé no Brasil. Em segundo, as disputas se desenvolviam porque as tendências federalistas eram fortes em diversas regiões das ex-colônias espanholas, como o eram na América Portuguesa, sendo interpretadas como ameaçadoras para as tendências centralizadoras que se aglutinavam em torno da solução dinástica. Em terceiro lugar, os esforços das elites brasileiras no sentido da



manutenção do tráfico negreiro e do escravismo, vieram a configurar outra zona importante de contencioso, particularmente nas fronteiras vivas, na medida em que, nas ex-colônias espanholas, se processava o rápido declínio do escravismo.⁴⁴

A essas diferenças, somava-se a indefinição jurídica das fronteiras, mantendo a região platina em permanente conflito ao longo do século XIX.

O incidente provocado pela anexação da província de Chiquitos, em 1825, durante a guerra de independência da América espanhola, mostrou o grau de tensão em que se encontrava a fronteira oeste. Tomada pela junta governativa de Vila Bela, a decisão de anexação foi revogada logo depois pela própria junta e por decisão enérgica de D. Pedro I, cioso em não interferir nas disputas que estavam sendo travadas do outro lado da fronteira. Provavelmente D. Pedro I tinha em mente não só as diferenças de regime de governo que iam se estabelecendo entre o Brasil independente e as ex-colônias espanholas na América, ou a manutenção da escravidão no Brasil, enquanto o seu fim se dava nos países vizinhos, durante a luta anticolonial. Mais importante seria a debilidade imperial para defender a região oeste se esta fosse objeto de um ataque do general Sucre, vitorioso nos embates contra os realistas espanhóis e que protestou contra a decisão de anexar Chiquitos, tomada pela junta governativa de Vila Bela. O general Sucre ameaçou invadir Mato Grosso caso a anexação não fosse revogada.⁴⁵

Às fragilidades relacionadas com a questão externa, devemos também acrescentar as resistências por parte das várias oligarquias regionais aos impulsos extrativos decorrentes da construção do Estado nacional no Brasil, que acabavam por aumentar a insegurança frente os seus vizinhos.

No período regencial eclodiu em Mato Grosso o movimento conhecido como Rusga, que se desenvolveu em Cuiabá e algumas outras cidades da província, entre 1834 e 1837, tendo como móvel uma suposta oposição de interesses entre elementos nacionais e portugueses.



O movimento só foi inteiramente controlado com a chegada a Mato Grosso de José Antonio Pimenta Bueno, presidente da província indicado pela Regência,⁴⁶ que iniciava em Mato Grosso a sua carreira política lidando com um complexo jogo em que as diferentes frações das oligarquias regionais colocavam em questão o projeto centralizador do Império.⁴⁷

Chama atenção o fato de que nesse momento em que não estava consolidada a soberania do Estado sobre o território e que as revoltas provinciais colocavam em risco a integridade territorial do Império, uma das preocupações do governo do Rio de Janeiro com o desenvolvimento e as consequências da Rusga, estava na proximidade de Mato Grosso com a Bolívia e com a atuação de elementos republicanos no interior daquele movimento.

Em ofício de 2 de maio de 1837, dirigido ao ministro do Império, Gustavo Aguillar Pantoja, Pimenta Bueno faz um arrazoado de acusações contra João Poupino Caldas, um dos líderes da Rusga, e ainda, um balanço do movimento e da situação da província de Mato Grosso naquele momento:

Dirige-me sim o amor ao meu País, o receio que tenho pela ordem pública desta Província, cuja população talvez pelos acontecimentos anteriores esteja desmoralizada, a lembrança do que se passa no Pará e no Rio Grande do Sul, a longevidade dos recursos, a aproximação dos anarquistas daquela Província, alguns dos quais já se acham recolhidos na cadeia desta cidade, a necessidade de que na Bolívia saiba-se que a Província de Mato Grosso está em segurança, e seu governo forte, a falta de maior número de oficiais de confiança, o caráter tímido do povo desta Capital quase geralmente escravizado àquele homem, o número dos descontentes, cuja improbidade tem sofrido prejuízos sob minha administração, a falta de um juiz de caráter independente, afinal, a timidez de testemunhas, e muitas outras considerações.⁴⁸



Esse ofício torna evidente a preocupação de Pimenta Bueno com problemas de duas ordens. Primeiro com os supostos “anarquistas” do Pará e do Rio Grande do Sul, provavelmente republicanos que lutavam na Revolução Farroupilha e na Cabanagem. A segunda preocupação era a proximidade com a Bolívia, onde estava o elemento hostil, também republicano, onde o trabalho escravo havia sido abolido e com quem o Império tinha uma fronteira não definida e desprotegida em longos trechos. Daí a necessidade de que o vizinho soubesse que a província de Mato Grosso estava em “segurança” e tinha um “governo forte”, para que os bolivianos não atentassem contra o seu território.

Esses dois elementos potencialmente hostis, o republicanismo e o contencioso territorial, poderiam se combinar com insatisfações internas (onde se destacava a potencial revolta dos escravos, sempre temida) transformando-se em combustão que poderia colocar em perigo a integridade daquela região do Império, afastada do centro político e de difícil acesso.

Durante toda a primeira metade do século XIX os governantes de Mato Grosso, indicados pelo governo imperial, permaneceram sempre desconfiados dos vizinhos do outro lado da fronteira e não faltaram episódios capazes de justificar tais preocupações.⁴⁹ A presença de figuras importantes ocupando a presidência da província de Mato Grosso, ainda em estágio inicial de carreira, como Pimenta Bueno, ou já mais experimentados, como o francês Augusto Leverger, demonstra a preocupação estratégica que o governo central tinha em relação àquela província.⁵⁰

Um outro aspecto revelador dessas preocupações naquele momento, manifestou-se no elevado número de artigos, relatos de viagens e mapas sobre a fronteira oeste, publicados pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e que enfocavam a questão territorial e a demarcação de limites.⁵¹ Criado em 1838, num momento em que o Império era sacudido por revoltas provinciais



e estava fragilizado, o IHGB aparece como parte do processo de afirmação da elite imperial no sentido de construir uma justificativa histórica e geográfica para o Brasil, para a nação que estava projetando, e que era necessário apresentar ao mundo civilizado.⁵² Entre os artigos da revista do IHGB que faziam referência ao oeste, estava um longo relato escrito por Augusto Leverger (agraciado com o título de Barão de Melgaço, pelo Império) e publicado na revista n. 25, de 1862, com vários subtítulos, das viagens de reconhecimento do rio Paraguai de sua nascente à foz no rio Paraná, realizadas por ele entre 1839 e 1846.

Se as desconfianças em relação aos vizinhos eram grandes e a instabilidade política contribuía para as apreensões do Estado Imperial com a região oeste do país, o fraco desempenho da economia da província de Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, não ajudava a dirimir as preocupações.

A situação econômica da província de Mato Grosso durante toda a primeira metade do século XIX foi de crise e debilidade econômica. A decadência da mineração, ao longo da segunda metade do século XVIII, lançara a província em um período de estagnação e pobreza que demorou muito a se alterar. A agricultura mal atendia às necessidades da província; a pecuária, que viria a ser uma atividade econômica fundamental décadas mais tarde, ainda dava os seus primeiros passos. As atividades mais importantes ligavam-se às diversas formas de extrativismo, seja ele mineral (ouro e diamante) ou vegetal (plantas medicinais).⁵³

Essa situação de crise econômica se tornou um agravante do problema estratégico, na medida que dificultava a manutenção das atividades básicas do Estado na província, em particular a manutenção das forças militares, fundamentais na vigilância da fronteira e que deveria ser efetivada com recursos arrecadados na própria província. Como a arrecadação era insuficiente, o déficit orçamentário era permanente e constante a necessidade de apoio financeiro do governo central do Império. A situação era agravada pelas dificuldades de acesso



à província por vias terrestres, o que encarecia os produtos necessários ao consumo da população, não produzidos localmente, e dificultava o socorro à província em caso de necessidade, como havia lembrado Pimenta Bueno em seu ofício de 1837. Os caminhos das monções, intensamente utilizados durante o período colonial, já eram insuficientes diante das novas necessidades e perspectivas que estavam se abrindo para o país e para a província, notadamente com a introdução da navegação a vapor em grande escala. No início da década de 1850 a abertura da navegação fluvial pelo Prata, que permitisse uma ligação mais rápida entre Mato Grosso e o Rio de Janeiro, era uma necessidade e uma reivindicação recorrentes da elite local e do governo imperial.⁵⁴

É preciso clarificar aqui o significado da abertura da navegação do rio Paraguai para o acesso rápido à província de Mato Grosso, ao oeste, no quadro de consolidação do Império, notadamente a partir da década de 50.

A consolidação do Império, após o fim das revoltas regenciais, levou a elite política imperial à compreensão da necessidade de ter acesso pleno e rápido ao conjunto do seu território, necessário não só como medida de segurança e garantia de sua integridade, mas também para a plena implantação das instituições estatais que deveria ir se desenvolvendo por todo o país, com destaque para os aparelhos fiscal e judiciário.⁵⁵

Para o pleno desenvolvimento desse processo em Mato Grosso, era necessário superar obstáculos que faziam daquela província um caso particular e delicado. Mato Grosso era uma província insular, de difícil acesso, onde o Império tinha limites territoriais não demarcados com países vizinhos que reclamavam parte de seu território. A isso se somava o fato de que o sul da província fazia fronteira com a região do Prata, onde o Império mantinha vigilância permanente, travando naquela região duras disputas em torno de interesses territoriais, econômicos e políticos.



Para superar esses obstáculos, naquele momento, o passo importante a ser dado seria a abertura da navegação do rio Paraguai. Essa reivindicação, no entanto, encontrava obstáculos que se relacionavam ao desenvolvimento da instabilidade política na região platina, onde o Império tinha como premissa básica impedir a reconstituição do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, objetivo real ou imaginário a ser alcançado pelos governos instalados em Buenos Aires. As dificuldades encontradas para estabilizar a região de forma favorável a essa política do Império e o zigue-zague das suas ações no Prata, repercutiam diretamente na questão da livre navegação do rio Paraguai, bloqueada tanto pelo governo de Buenos Aires (Rosas) como pelo governo paraguaio. Após a queda de Rosas (1852), um acordo com a Argentina (1853) abriu os rios do Prata aos barcos brasileiros, no trecho localizado em território argentino.⁵⁶

Resolvida a questão com a Argentina, no entanto, permaneceu o impasse com o Paraguai posto que o presidente Carlos Lopes mantinha a proibição de livre navegação no trecho do rio Paraguai que atravessava o território daquele país. O governo paraguaio não permitia essa navegação sem que fossem atendidas suas reivindicações territoriais na região sul de Mato Grosso, onde os limites entre os dois países não haviam sido demarcados.⁵⁷ O governo imperial, de seu lado, não aceitava essas reivindicações e insistia na abertura da navegação em sucessivas e tensas negociações que se prolongaram por vários anos, onde não faltou inclusive a ameaça de guerra.⁵⁸ Durante as negociações, no início dos anos de 1850, o presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger (barão de Melgaço), permaneceu por dois anos aquartelado com tropas brasileiras no forte Coimbra, à espera de um desfecho favorável ao Brasil ou de um eventual confronto armado.⁵⁹

A abertura da navegação foi efetivada em 1858, após um tratado assinado em 1856 ser adendado e ratificado em Assunção pelo



presidente paraguaio Francisco Lopes e pelo visconde do Rio Branco, em nome do Império.

Novas perspectivas econômicas se abriram para o oeste, que a partir daquele momento se integrou efetivamente aos circuitos do capital mercantil, então em pleno desenvolvimento no Brasil. Esse capital mercantil era impulsionado pela internalização de capitais que antes estavam aplicados no tráfico de escravos da África para o Brasil, pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba e no Rio de Janeiro e pelo progresso econômico daí resultante, bem como pela consolidação do Estado imperial.⁶⁰

A livre navegação do rio Paraguai estimulou um fluxo crescente de capital mercantil para Mato Grosso. O local da antiga povoação de Albuquerque foi abandonado e a Vila transferida para um novo local, mais salubre e adequado para um núcleo urbano. A nova Albuquerque mudou de nome e passou a se chamar Corumbá. Essa cidade, que logo passou a ser porto alfandegado, tornou-se rapidamente uma espécie de entreposto comercial de Mato Grosso, fazendo a ligação entre as diversas regiões da província com os mercados no exterior e com a Corte do Rio de Janeiro.⁶¹

Corumbá também passou a sediar uma guarnição das forças de linha do exército e o Arsenal da Marinha, que foi transferido de Cuiabá para a nova cidade. Essa concentração militar em Corumbá é reveladora de quanto a região do Prata era vista com preocupação por parte do governo imperial do Brasil. Ao mesmo tempo a força militar que estava estacionada em Mato Grosso, tanto de terra como da marinha, era totalmente insuficiente para dar conta das necessidades de segurança em uma grande região de fronteira como aquela do oeste, distante do centro político do Império e limítrofe com países com os quais o Brasil mantinha pendências políticas e de definição e demarcação de fronteiras, que poderiam ser o combustível para graves conflitos.⁶²



**O OESTE ENTRE O FINAL DA
GUERRA DO PARAGUAI E A
QUEDA DO IMPÉRIO**





O OESTE ENTRE O FINAL DA GUERRA DO PARAGUAI E A QUESDA DO IMPÉRIO

2.1 – A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870) E OS DESAFIOS PARA A INSERÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA DO OESTE

A Guerra do Paraguai foi o ponto culminante de um longo contencioso que se arrastou ao longo do século XIX, envolvendo o Brasil e seus vizinhos platinos, cujo desenvolvimento comportava reviravoltas que se relacionavam com a imbricação entre questões internas e externas dos diferentes Estados da região, ainda em processo de consolidação nacional e territorial.⁶³ Não cabe nos propósitos deste trabalho discuti-la em suas razões e desdobramentos mais gerais, mas apontá-la como um fator importante na periodização da história da fronteira oeste. Para os estadistas do Império, a invasão paraguaia e seus desdobramentos vieram revelar toda a fragilidade da defesa dessa fronteira, encontrada desgarnecida e despreparada para a guerra, sendo facilmente ocupada pelas forças paraguaias. Para os moradores locais a guerra trouxe longas e difíceis privações, desarticulando a débil economia da região.

Se olharmos para a fronteira oeste, um dos palcos em que o conflito se desenvolveu, perceberemos que a guerra veio desnudar todas as ambigüidades que envolviam a diplomacia imperial no Prata e, com elas, a fragilidade da fronteira oeste. A dependência de um tratado de navegação para ter acesso à província de Mato Grosso e sua ligação com as demandas territoriais dos governantes paraguaios fora, como se sabe, um dos vetores do conflito. Durante o seu desdobramento, a inacessibilidade da região pelos caminhos terrestres tornara-se patente depois de dramática tentativa na qual a distância e



as doenças tornaram-se mais mortíferas que o inimigo paraguaio. O território, sua distância do centro político, a dificuldade em viabilizá-lo economicamente apareceram, nos anos que se sucederam ao conflito, como os novos inimigos a serem enfrentados.

Quando a Guerra do Paraguai se iniciou, ficou evidente o contraste entre as preocupações e iniciativas com a questão da defesa frente os vizinhos platinos e bolivianos e o despreparo e a insuficiência das forças encarregadas de efetivar essa defesa na fronteira oeste: a região sul de Mato Grosso foi ocupada por forças paraguaias em apenas 10 dias. A capital da província, Cuiabá, permaneceu em poder dos brasileiros provavelmente por decisão dos paraguaios, que não teriam dificuldades em ocupá-la, tal era o grau de fragilidade das forças que tinham a tarefa de fazer a sua defesa.⁶⁴

Mato Grosso permaneceu quase quatro anos ocupado por tropas paraguaias, sendo desocupado somente em 1868, já na fase final da guerra. Nesse interregno de tempo uma expedição foi enviada a Mato Grosso, em 1866, com o objetivo de expulsar as forças militares paraguaias da província. Seu resultado foi uma grande perda de vidas e em um gigantesco fracasso militar. Mesmo na época pensou-se não ter havido por parte do governo imperial um efetivo empenho no sentido de libertar aquela região.⁶⁵

No entanto, a Guerra do Paraguai exigiu grandes sacrifícios da população de Mato Grosso, submetida ao isolamento com o fechamento da navegação do rio Paraguai durante a guerra e ao medo de um ataque paraguaio. As conseqüências da guerra na vida econômica da província foram de longo prazo, como reconheceu Augusto Leverger ao dizer que “sobre ela pesão e ainda hão de pesar as fataes conseqüências da invasão paraguaya”.⁶⁶ O curto surto de desenvolvimento econômico proporcionado pelo crescimento do capital mercantil que a abertura da navegação do rio Paraguai havia proporcionado, a partir de 1858, cessou imediatamente. Por outro lado a produção de alimentos, que antes da guerra mal dava para

abastecer as necessidades da província, se desarticulou, principalmente pela escassez de mão-de-obra, à medida que uma parte dos trabalhadores livres foram recrutados para a guerra. Como consequência os preços dos alimentos aumentaram, a fome, que havia aparecido no final da década de 1850 e desaparecido no início dos anos de 1860, voltou à província, o que pode ter facilitado a propagação de doenças como a varíola, que se tornou endêmica na região até o início do século XX. Deram margem ainda para um incipiente comércio com bolivianos que, aproveitando a escassez de alimentos e produtos, foram vender suas mercadorias em Cuiabá.⁶⁷

Terminada a Guerra do Paraguai, que expusera as fragilidades da defesa do oeste, o Governo Imperial tomou algumas iniciativas no sentido de melhorar as instalações militares naquela região. Iniciou-se então a construção de uma série de quartéis em Corumbá, Cuiabá e Vila Maria (atual Cáceres), procurando dar uma melhor estrutura às forças militares estacionadas naquela província. Mas se as instalações militares melhoraram, o mesmo não pode ser dito do número de militares estacionados em Mato Grosso. Ao contrário, teve uma redução rápida e o número de militares caiu para patamares semelhantes àqueles do período anterior à guerra.⁶⁸ Por outro lado, a injeção de recursos financeiros para a manutenção e construção de novas instalações militares contribuiu para minorar a difícil situação financeira da província no período pós-guerra.⁶⁹

Ainda assim, o caráter estratégico da província de Mato Grosso pode ser verificado no fato de que no período posterior à Guerra do Paraguai, a maioria dos presidentes nomeados pelo governo imperial era militar. Dos quatorze presidentes de Mato Grosso no período posterior à guerra, apenas quatro foram civis. Dentre os militares mais importantes que foram presidentes da província de Mato Grosso estavam o coronel Cunha Matos, diretamente envolvido na chamada “questão militar” do período de crise do Império, e Floriano



Peixoto, que viria ser o segundo presidente do país após a proclamação da República.

Após a Guerra do Paraguai, as preocupações estratégicas em relação ao isolamento da região oeste se intensificaram, particularmente entre as elites militares que haviam participado do conflito. Essas preocupações se revelavam em discursos, projetos e manifestos que atingiam diferentes segmentos da elite do Império. A guerra parece ter despertado em segmentos da elite política e intelectual da época, o perigo representado pelo isolamento do oeste em um mundo que iniciava rápidas transformações políticas, econômicas e técnicas. Verifiquemos alguns exemplos de personalidades do período final do Império que tinham essas preocupações.

O engenheiro militar André Rebouças foi para a Guerra do Paraguai por livre decisão, logo que a invasão de Mato Grosso tornou-se conhecida no Rio de Janeiro e começou o alistamento de voluntários.⁷⁰ Antes de partir, no entanto, Rebouças começou a questionar os planos de rechaçar a invasão paraguaia pelo sul, a partir do território da Argentina, como mais tarde se efetuou.

Rebouças procurou o então ministro da guerra, Beuarepaire Rohan, e propôs que a reação fosse feita através de uma estrada que ligasse o Paraná ao Paraguai, aproveitando o rio Iguaçu. Colocava sua proposta como alternativa àquela que acabou sendo seguida, porque evitava que o exército imperial lutasse em território argentino.⁷¹ Dirá André Rebouças mais tarde, em um livro escrito após a guerra, abrangendo estudos sobre a agricultura, a economia e defendendo a construção de uma ferrovia que terminasse no rio Paraguai, em Mato Grosso, seguindo o vale de um dos rios inteiramente brasileiros, no sentido leste-oeste:

Mato Grosso é a tristíssima vítima de todos os nossos erros no Rio da Prata. E o que há de mais atroz é que nossos governantes se desculpam com a província de Mato Grosso para manter no Rio da



Prata uma política infernal, que arrasta este país para uma crise medonha.

Eles dizem: é necessário a intervenção no Rio da Prata para termos caminho para Mato Grosso!

Que pretexto e que mentira! Grita horrorizada a topografia deste país imenso!...

...Não é todo brasileiro este predestinado Iguassú, que vai em linha reta ao Coaguazú, a Vila Rica e Assunção?

Um caminho de ferro neste vale não tornaria o Paraguai uma dependência comercial, perpétua e eterna, do Brasil?⁷²

Liberal, modernizador, antiescravista e contrário à grande propriedade, mas, ao mesmo tempo, monarquista convicto, André Rebouças via nas ferrovias um meio de integrar a “tristíssima” província de Mato Grosso ao centro econômico e político do país. Rebouças propugnou também a construção de uma ferrovia transoceânica, ligando o Atlântico ao Pacífico e que passaria pela província de Mato Grosso.⁷³

Também oficial engenheiro, monarquista ligado ao partido conservador e antiescravista, integrante da expedição que resultou na famosa retirada da Laguna, o visconde de Taunay também teve boa parte de seus escritos relacionados ao oeste. Defensor da emigração, da “grande naturalização” e de outras medidas “civilizadoras”, Taunay fez transparecer em seus escritos uma visão saudosista do “distante e abandonado Mato Grosso”. Como solução para ocupar e integrar o oeste ao centro do Império defendia a colonização e a construção de ferrovias, entre outras medidas.⁷⁴

Outro personagem que também lutou intensamente pela integração do oeste ao centro político do país foi o general Osório, figura de destaque na Guerra do Paraguai, membro do Partido Liberal e senador no período posterior à guerra. Em seus discursos no Senado, Osório defendeu várias vezes a construção de uma



ferrovia que ligasse o centro do Império à província de Mato Grosso.⁷⁵ Evidente estava que Osório não tinha esquecido o que havia acontecido na Guerra do Paraguai, quando Mato Grosso foi ocupado e o governo central ficou de mãos atadas, sem meios efetivos de expulsar os paraguaios daquela província. A distância e a ausência de estradas transitáveis criaram obstáculos que se tornaram intransponíveis. Ao propor a construção de uma ferrovia para Mato Grosso, o general Osório pensava fundamentalmente no valor estratégico dessa ferrovia.

Assim, em diversos matizes, intelectuais como Rebouças e Taunay, homens de ação como Osório, e elites militares, defenderam ardorosamente a questão da integração da Província do Mato Grosso, como elemento importante para a defesa da integridade territorial do Brasil. Como decorrência dessa necessidade de integração do oeste ao conjunto do país, realçada pelas reclamações de vários segmentos da elite imperial, após a Guerra do Paraguai multiplicaram-se os projetos de ligação ferroviária do centro sul do Brasil com o oeste.⁷⁶

A maioria desses projetos tinha como objetivo alcançar a fronteira oeste e, em regra, acabou por ser sintetizada nos dois mais conhecidos planos nacionais de viação, idealizados no final do século XIX pelos engenheiros Honório Bicalho e Oliveira Bulhões. A diferença entre eles estava em que o plano Bicalho fazia uma combinação entre o sistema ferroviário e o sistema fluvial, em sentido norte-sul, enquanto que o plano Bulhões se concentrava nas ferrovias, em sentido transversal ao território brasileiro.⁷⁷ Ambos os planos têm em comum o fato de procurarem alcançar Cáceres (a antiga Vila Maria), no alto da bacia do rio Paraguai e Vila Bela (na época com nome de Mato Grosso), já às margens do rio Guaporé.⁷⁸ Convém lembrar que é essa a região onde as bacias do Prata e Amazônica supostamente faziam a sua transposição, como mostramos anteriormente. Falando dos vários projetos de

ferrovias para Mato Grosso que apareceram nesse período, Fernando de Azevedo diz que

No decênio que se seguiu à Guerra do Paraguai, todas as estradas que se projetaram e cuja construção se iniciou no planalto, nesse período – a Mogiana, a Sorocabana, a E. F. Araraquara, nasceram, por isso, com o objetivo de alcançar Goiás e Mato Grosso, ligando São Paulo e, por intermédio deste, a capital do Império às duas províncias [...]. O que interessava, sobretudo, nos traçados tão diversos desses caminhos, era alcançar Mato Grosso, por uma grande linha estratégica que permitisse ao governo central levar mais facilmente a sua ação política e militar até as fronteiras meridionais e ocidentais do país.⁷⁹

Nenhuma ligação ferroviária alcançou Mato Grosso até o final do século XIX, não obstante as ferrovias que partiam do Estado de São Paulo terem avançado na direção oeste. Somente na segunda década da República, notadamente com o desenrolar da Questão do Acre, é que começaram a se desenvolver as primeiras iniciativas efetivas no sentido de executar esses projetos.

Apesar desse despertar para o problema do isolamento do oeste e para as suas conseqüências na manutenção da integridade territorial que a Guerra do Paraguai havia revelado, também não pode ser esquecido aqui que toda essa quantidade de projetos de ferrovias para Mato Grosso (como de resto para outras regiões do país) teve um forte conteúdo de especulação financeira bem como de idealização, da crença no mito do progresso e sua ligação com as ferrovias, que foi uma característica do período.⁸⁰ Todo esse processo foi estimulado pela chamada Segunda Revolução Industrial e pela febre de investimentos ferroviários, principalmente aqueles realizados pela Inglaterra.⁸¹



2.2 – DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NO PÓS-GUERRA: DO CAPITAL MERCANTIL AO EXTRATIVISMO

Enquanto a febre de construção ferroviária não trazia resultados concretos para a interligação do centro político e econômico do Brasil com sua região oeste, a reabertura da navegação do rio Paraguai, após a Guerra do Paraguai, possibilitou ao capital mercantil retomar o seu desenvolvimento em Mato Grosso que havia sido interrompido com a guerra. Esse processo estimulou o aparecimento de dezenas de casas comerciais, que se estabeleceram nas cidades mais importantes e passaram a controlar a economia da província. Esses estabelecimentos funcionavam como uma espécie de entreposto comercial, trazendo produtos importados os mais variados e comercializando também produtos de Mato Grosso, geralmente de origem animal e vegetal como couro, peles de animais silvestres e raízes medicinais.

O controle da economia de Mato Grosso pelo capital mercantil se deu no mesmo período em que a economia da região do Prata, principalmente da Argentina, entrou em uma fase de crescimento acelerado, notadamente daqueles setores ligados ao comércio exportador.⁸² Como principal via de acesso a Mato Grosso, os rios da região do Prata funcionaram também como canal de influência platina sobre o oeste, de forma que Buenos Aires e Montevideu rapidamente se tornaram referências para esse capital mercantil, rivalizando com o Rio de Janeiro.⁸³

A cidade de Corumbá, que havia ganhado destaque como centro comercial antes da Guerra do Paraguai e que havia sido destruída durante a guerra, rapidamente foi reconstruída e assumiu a condição de maior centro comercial e pólo dinâmico da economia de Mato Grosso. Funcionava em Corumbá uma alfândega e seu porto recebia embarcações oriundas de outros portos brasileiros e dos portos da região do Prata.⁸⁴



Esse capital mercantil era, em larga medida, controlado por imigrantes, principalmente italianos, portugueses e libaneses, muitos deles com pequeno capital acumulado durante a Guerra do Paraguai, quando atuaram como mercadores ambulantes ou como fornecedores para as tropas. Esses comerciantes ampliavam o capital inicial reinvestindo no comércio, que lhes proporcionava lucros rápidos e seguros, não raras vezes com práticas monopolistas.⁸⁵

O domínio do capital mercantil sobre a economia da província de Mato Grosso, com forte ligação com o exterior, principalmente com a região do Prata, acabou por estimular o desenvolvimento de outros setores da economia como o extrativismo e a pecuária, superando aos poucos o longo período de estagnação que caracterizava a província desde o século XVIII, com o declínio da atividade mineradora.

O extrativismo vegetal desenvolveu-se lentamente transformando-se no setor mais importante da economia da província na segunda metade do século XIX.

Entre os produtos de extrativismo vegetal, aparecia com destaque a poaia (também conhecida como “ipecacuanha”), planta medicinal com boa aceitação no mercado internacional e encontrada na região dos afluentes da margem superior direita do rio Paraguai. A poaia tinha em Cáceres (antiga Vila Maria) o seu centro comercial mais importante, onde o governo de Pimenta Bueno havia instituído um imposto provincial sobre o produto em 1837.⁸⁶ Ela permaneceu como importante produto da pauta de exportação de Mato Grosso durante toda a segunda metade do século XIX, exportação que entra em decadência no final do século.⁸⁷

A poaia era encontrada nas matas próximas às margens dos rios e sua extração era realizada no período das chuvas, pois o processo usual consistia em que o caule e a raiz fossem arrancados inteiros. Em seguida a raiz era cortada e o caule devolvido ao solo, para permitir que brotasse nova raiz, que seria extraída na estação das chuvas seguinte.



Como em geral acontece com produtos extraídos em regiões tropicais, o preço da poaia era ditado pelos compradores, em geral indústrias de medicamentos da Europa e Estados Unidos. A economia da poaia tinha, portanto, um elevado grau de incerteza quanto aos preços, que oscilavam acompanhando sua cotação no mercado internacional, sem que os comerciantes e poaieiros (como eram chamados os extratores) tivessem qualquer controle sobre eles. O preço da poaia também variava acompanhando a oferta do produto. Como é bastante conhecido, sempre que há excesso de oferta de determinada mercadoria, diante de determinado mercado consumidor, aparece por parte dos produtores a tentativa de estabelecer alguma forma de controle sobre essa oferta, seja pelo estabelecimento de um acordo (a exemplo do convênio de Taubaté, com o café), uma companhia monopolista dirigida pelos produtores e em defesa de seus interesses (União Comercial de Belém, com a borracha) ou um sindicato de extratores, como foi o caso da poaia.

Em 1888 os comerciantes da poaia de Cáceres começaram a discutir a formação de um “Syndicato de Ipecacuanha”, para estabelecer o monopólio da venda da poaia, que permitisse a melhoria dos seus preços.⁸⁸ Também como aconteceu em outros períodos, com outros produtos, assim que os preços melhoraram a idéia foi esquecida.

Outro produto vegetal extrativo que foi ganhando destaque lentamente foi o mate, cuja presença em Mato Grosso era conhecida desde o período colonial. Mas sua exploração comercial só começou de forma organizada e com resultados efetivos para a receita da província por volta de 1880, com a formação da Companhia Mate Laranjeiras. Essa empresa extratora foi organizada pelo argentino Tomás Laranjeiras, antigo fornecedor da comissão encarregada da demarcação de limites entre o Brasil e o Paraguai, após a definição desses limites pelos tratados posteriores à Guerra do Paraguai. Uma década mais tarde, a Mate Laranjeiras foi comprada pelo Banco Rio e Mato Grosso, controlado por Joaquim Murtinho, então senador por

Mato Grosso e, em seguida, ministro da fazenda do governo Campos Sales. A compra da Mate Laranjeiras pelo banco de Joaquim Murtinho se deu durante o período em que Mato Grosso era governado por seu irmão, Manoel José Murtinho. Mais tarde, após deixar o ministério, Joaquim Murtinho revendeu a Mate Laranjeira para seu antigo proprietário. Durante vários governos do Estado a presença da Mate Laranjeiras controlando a extração do mate no sul de Mato Grosso foi motivo de diversas disputas entre frações da oligarquia local.⁸⁹

Após 1882, o mate se transformou em um dos mais importantes produtos de exportação de Mato Grosso e o que individualmente mais contribuía para a receita da província (depois Estado). Apesar disso, ao longo dos anos será constante a reclamação dos dirigentes do Estado quanto ao grande volume de mate contrabandeado para o Paraguai, a partir do território de Mato Grosso, e a sua impotência em combater esse contrabando.⁹⁰

O mais importante setor do extrativismo, entretanto, foi a economia da borracha no vale do rio Madeira e de seus tributários em Mato Grosso, entre 1870 e 1910. Vamos olhá-la um pouco mais de perto, porque ela nos ajuda a localizar as circunstâncias e os personagens com que os capitalistas belgas se defrontaram quando suas operações começaram a se estender para o vale do Guaporé, no começo do século XX.

2.3 – VETORES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: A BORRACHA E A PECUÁRIA

A extração da borracha na Amazônia mato-grossense foi, em larga medida, tributária da economia do Pará e de Manaus. Apesar de ser explorada em outras regiões da província, a extração da borracha era mais desenvolvida nos vales dos rios tributários do Madeira, como o Guaporé, Mamoré, Jamari e Machado, que, em sua maior parte, estavam situados na região onde hoje está localizado o Estado de



Rondônia. No final do século XIX a produção cresceu também na região mato-grossense dos rios Teles Pires e Xingu, que demandavam o Estado do Pará.

Como observamos anteriormente, a região do vale do Guaporé foi, durante o período colonial, palco de intensas disputas entre os reinos de Portugal e Espanha. Com a independência das antigas possessões européias na América e resolvido o incidente com a Bolívia por conta da anexação de Chiquitos, a região do vale do Guaporé entrou em um período de abandono e isolamento. Para isso contribuiu muito a transferência da capital da província, de Vila Bela (que então se chamava Mato Grosso) para Cuiabá, na década de 1820. A transferência ajudou no progressivo esvaziamento da antiga capital, até o seu abandono pela elite política da província e pela quase totalidade de sua população branca. Lá permaneceram parte da população negra e os soldados encarregados da vigilância da fronteira, cujo efetivo entrou em franca regressão.⁹¹

Se o abandono era uma característica da situação do vale do Guaporé no lado brasileiro, em meados do século XIX, a situação não foi diferente do lado boliviano. Tentando chegar a Cuzco, no Peru, a partir do rio Madeira, de onde pretendia seguir viagem para as povoações bolivianas, o explorador francês Francis Castelnau foi avisado por militares brasileiros que as estradas bolivianas dessa região estavam abandonadas. As trocas de produtos entre bolivianos e brasileiros eram efetivadas a partir das estradas localizadas mais ao sul e o explorador foi obrigado a seguir viagem por essas estradas e ingressar em território boliviano por Moxos.⁹²

Dessa forma a exploração da borracha no vale do Guaporé, iniciada na década de 1870, veio a abrir novas perspectivas para que essa região saísse dessa situação de isolamento e abandono. A produção de borracha no vale do Guaporé se iniciou na década de 1870 e foi aos poucos sendo desenvolvida pela ação de brasileiros e bolivianos, ligados às casas aviadoras de Belém e ao grande comércio de Santa Cruz de La

Sierra e Corumbá.⁹³ No final do século XIX a borracha já era um dos principais itens da limitada pauta de exportação e da receita de Mato Grosso, apesar da presença do Estado brasileiro naquela região de fronteira ser praticamente nula.⁹⁴ A pequena arrecadação de impostos com a extração da borracha na região, se efetivava inicialmente a partir da alfândega de Corumbá. Uma primeira tentativa de mudar essa situação foi a edição, em 1891, de um decreto que criou uma coletoria do Estado de Mato Grosso na região do Madeira, nos limites com o Estado do Amazonas, com o objetivo de arrecadar impostos sobre a borracha extraída na região.⁹⁵ Mas o seu funcionamento somente se efetivou em 1902, ainda que de forma precária.⁹⁶ A longa distância de Cuiabá até Santo Antônio, o pequeno efetivo policial que acompanhava o exator e as constantes pressões do governo do Amazonas impediram o seu efetivo funcionamento. Esse posto foi, durante vários anos, motivo de uma acirrada disputa com o Estado do Amazonas, que questionava a sua presença naquele local alegando estar ele localizado em território amazonense. A disputa foi encerrada somente após o tratado de Petrópolis, com a demarcação dos territórios pertencentes ao Acre e a definição dos limites entre Mato Grosso e o Amazonas.

As disputas entre os Estados da Amazônia pela cobrança de impostos sobre a borracha extraída devem ser entendidas no contexto da descentralização republicana que transferiu para os Estados a totalidade das receitas de exportação, o que foi um fato fundamental, à medida que ajudou muito a melhorar as finanças dos Estados exportadores. Antes essas receitas eram partilhadas com o poder central e as províncias viviam tentando aumentar o seu quinhão, mas não podiam invadir a competência tributária do centro. A disputa, portanto, se dava menos pelo território em si e mais pelo que se extraía dele, no caso a borracha, produto quase totalmente exportado e sobre o qual gravava imposto estadual que era a base da arrecadação do Amazonas e importante fonte da minguada receita de Mato Grosso.⁹⁷



Na região do Guaporé, em território brasileiro, atuavam grandes proprietários de seringais, brasileiros, bolivianos e europeus. Os maiores proprietários brasileiros eram os irmãos Antunes Maciel, família formada por descendentes de paulistas que vieram para Mato Grosso ainda no período colonial e se estabeleceram no vale do Guaporé. Os Antunes Maciel eram proprietários da firma Maciel & Cia., que explorava borracha no vale do Guaporé, tanto do lado brasileiro como do lado boliviano. Tendo começado a atuar na atividade extrativa na região durante a década de 1870, os Antunes Maciel rapidamente se constituíram em grandes comerciantes de borracha, estabelecendo barracões e monopolizando o comércio do produto em diferentes pontos dos rios Guaporé, Mamoré e Beni. Em 1899 tinham barracões desde antes do forte Príncipe da Beira até a foz do rio Beni.⁹⁸

Os Antunes Maciel, como alguns outros extratores, brasileiros, bolivianos e de outras nacionalidades que operavam no vale do Guaporé, além de atuarem na extração da borracha, também atuavam no comércio importador e exportador. Ou seja, além de atuarem como aviadores, fornecendo mercadorias para a manutenção dos seringueiros, que pagavam esses fornecimentos com a goma extraída, também atuavam no comércio exterior. Essa particularidade dava-lhes grandes vantagens sobre os demais extratores, na medida que podiam ganhar tanto em uma via como em outra do comércio na região em que atuavam, no momento em que o mercado mundial de borracha demandava produção em escala crescente, que exigia investimentos de capital também em escala crescente. Esses investimentos davam-se principalmente no esforço para aumentar a produção da goma elástica, numa economia de base extremamente rudimentar, quanto ao método de extração e especializada, quanto à necessidade de que o extrator (o seringueiro) se concentrasse naquela atividade, sem gastar suas energias com a produção de gêneros de subsistência ou outra atividade qualquer.⁹⁹ Esses gêneros vinham de



fora da região e eram fornecidos pelas casas aviadoras, como a dos irmãos Antunes Maciel.

Isso explica porque os grandes comerciantes procuravam verticalizar o seu negócio. Os Antunes Maciel também seguiram essa tendência dos grandes comerciantes da Amazônia, na fase de expansão da extração da borracha e procuraram se equipar da melhor forma possível para expandir os seus negócios e fugir de intermediários. Assim, possuíam seus próprios barcos a vapor para transportar a produção de borracha e as mercadorias importadas que eram vendidas aos seringueiros.¹⁰⁰ Em suas operações no vale do Guaporé, Balbino Antunes Maciel chegou a utilizar um veículo a vapor, que puxava alguns vagões e era utilizado no transporte de borracha e produtos importados. Esse veículo percorria a estrada de terra entre um ponto do rio Jauru (Salitre, atual Porto Esperidião) e um ponto do rio Guaporé (Ponte Velha, atual Pontes e Lacerda), justamente a região onde no passado supunha ser possível fazer a transposição das águas dos rios Alegre e Aguapeí, ligando as bacias Amazônica e Platina. Entre esses dois pontos Balbino Antunes Maciel abriu uma estrada de rodagem para o transporte de mercadorias, que era percorrida por seu veículo e projetava transformar essa estrada de terra em ferrovia. Para tanto contratou o engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques, que foi encarregado de abrir a estrada de rodagem e preparar um estudo e orçamento para a futura ferrovia.¹⁰¹ Balbino Antunes Maciel procurava se beneficiar dos contratos que estabeleceu com o Estado de Mato Grosso e incrementar o comércio da borracha no vale do Guaporé, onde tinha grande influência e detinha o monopólio em diversos pontos.

O primeiro contrato, que resultou nessa estrada, foi efetivado em 1898 pela casa comercial dos Antunes Maciel com o governo do Estado de Mato Grosso. Por esse contrato os Antunes Maciel receberam uma concessão pela qual deveriam operar uma linha de navegação na hidrovia dos rios Guaporé e Paraguai e abrir uma estrada



de rodagem ou de ferro entre os rios Aguapey e Alegre que, naquele momento, supunham serem navegáveis. Mais tarde esse contrato foi modificado e a estrada se estendeu da localidade denominada Ponte Velha, no rio Guaporé, ao Registro, no rio Jauru. Pelo contrato os Antunes Maciel deveriam realizar uma viagem redonda entre a cachoeira de Guajará-Mirim, no rio Guaporé, e Corumbá, a cada dois meses. Deveriam ainda estabelecer uma linha telegráfica no trecho da estrada. Como contrapartida tinham o privilégio de exclusividade para explorar a estrada por 30 anos, se a estrada fosse de terra, ou 60 anos, se a estrada fosse de ferro. Esse privilégio significava que ninguém mais podia explorar estrada semelhante, num raio de 240 quilômetros a partir do eixo da estrada aberta pelos Antunes Maciel. Receberiam também 25 lotes de terra no baixo Guaporé, próximo dos pontos onde já exploravam a extração da borracha, num total de 90 mil hectares; receberiam ainda três lotes de terras no alto Guaporé e no rio Jauru, num total de 21 mil hectares.¹⁰² Na prática, esses contratos davam aos Antunes Maciel uma situação altamente privilegiada na entrada sul da região, a partir de Ponte Velha (atual Pontes e Lacerda) e da cidade de Mato Grosso (atual Vila Bela).

A partir desse ponto do rio Guaporé (Ponte Velha), os Antunes Maciel utilizavam suas lanchas a vapor para descer o rio até o ponto do Guajará Mirim, onde o rio Mamoré se torna encachoeirado e a navegação era muito difícil e perigosa. Por essa via tinham acesso aos seus seringais na região e à casa comercial que possuíam em Villa Bella, cidade boliviana localizada próximo à foz do rio Beni.¹⁰³

Toda essa estrutura era necessária para que os Antunes Maciel pudessem operar em uma região isolada, afastada do litoral, com clima hostil e insalubre e que passava uma parte do ano totalmente alagada pelas águas dos rios Guaporé, Mamoré, Beni e seus afluentes. Mas era justamente nessa região que a grande quantidade de seringueiras permitia o enriquecimento rápido dos



comerciantes da borracha, principalmente daqueles que, como os Antunes Maciel, atuavam no comércio exterior. Esperidião Marques descreveu assim a região.

Não se anda á cavallo; não transitam os carros. Só se pode viajar embarcado. Esse enorme banhado, vai ao Mamoré, e então duplica-se, triplica-se, quaduplica-se a área submersa. As águas vão às fraldas dos Andes, na Bolívia, e do nosso lado ficam apertadas pelos grandes espigões dos Parecis, que formam as celebres cachoeiras que atemorizam os que descem o Madeira.

E eis ahi, nessas mattas alagadas, nas margens do Guaporé, e nas suas ilhas também alagadas, o lugar onde nasce, cresce e vive a seringueira, que é hoje a principal riqueza dessa região, para onde outr'ora o ouro chamava de toda parte os que delle tinham sede.¹⁰⁴

Como falamos anteriormente, a presença do Estado brasileiro no vale do Guaporé era praticamente nula. Havia somente uma pequena guarnição do exército em Vila Bela (que então se chamava Mato Grosso), que vivia isolada boa parte do ano pelas cheias dos rios da região.

De seu lado, o governo de Mato Grosso via nesse contrato com os Antunes Maciel bem como em outros que também foram sendo efetivados, inclusive com estrangeiros, uma saída para a reativação econômica de Vila Bela e de todo o vale do Guaporé. Certamente os governantes da época estavam pensando na receita que o desenvolvimento da economia da borracha poderia trazer para os cofres de Mato Grosso, caso esses contratos dessem os resultados que prometiam. Em uma de suas mensagens, dizia um presidente do Estado à época:

As regiões banhadas por essas artérias fluviaes são em grande parte completamente inhabitadas e desconhecidas, apesar da uberdade



de seu solo, que opulenta em suas frondosas florestas seculares seringaes de incalculável valor, estando já alguns delles, situados nas margens do Guaporé, trabalhados há muitos annos; de sorte que a empreza dos srs Maciel & Comp., estabelecendo a communição daquelle região com as principaes vertentes platinas, vae poderosamente auxiliar o povoamento de uma grande parte de nosso território, valorisando as nossas terras e trasendo também como consequência lógica o aproveitamento dos múltiplos e variados productos da industria extractiva, que só esperão a mão do homem para entrarem no regimen de producção.

[...] Esse notável commetimento que tem o grandioso destino de ligar as duas grandes bacias sul americanas, isto é, Amazônica e Platina, idea essa que já foi tentada nos tempos coloniaes com a abertura de um canal ligando o rio Aguapey, affluente do Jauru, ao Alegre, affluente do Guaporé e Madeira, irá também produzir renascimento de Villa Bela, a antiga capital da então capitania e por algum tempo da ex-província, fazendo-a renascer das cinzas, como a Phenix da fabula, e tornando-se o núcleo da civilisação e do commercio do norte.¹⁰⁵

A ausência do Estado nessa região foi constatada na viagem de Esperidião Marques ao vale do Guaporé, tanto em 1899 como na segunda viagem, realizada em 1906, quando constata que “...não há ordem no baixo Guaporé, e portanto não há segurança de vida nem de propriedade”. Ou seja, a região estava entregue aos diferentes agentes privados que lá operavam. Na segunda viagem, ele também lamentava a ausência do Estado brasileiro na região e o abandono do forte Príncipe da Beira, ao mesmo tempo em que se espantava com o seu tamanho e beleza.¹⁰⁶

Os irmãos Antunes Maciel e demais comerciantes da borracha da região, brasileiros e estrangeiros, podiam então circular livremente de um lado para outro da fronteira sem serem incomodados. Essa

facilidade ao mesmo tempo em que trazia diversos problemas para os comerciantes, principalmente em relação à segurança na região, por outro lado facilitava muito o contrabando da borracha, o que deve ter ajudado bastante a inflar seus lucros.¹⁰⁷ O mecanismo utilizado para o contrabando consistia em extrair a borracha no lado brasileiro do rio Guaporé e alegar que era produto extraído no lado boliviano, evitando pagar os impostos ao Brasil, no caso ao Estado de Mato Grosso; de outra maneira, a borracha extraída no lado boliviano era apresentada como extraída no lado brasileiro e, com isso, se evitava pagar o imposto à Bolívia.¹⁰⁸ O mesmo processo, de maneira invertida, deve ter funcionado para as mercadorias importadas. Vale relembrar que a casa comercial dos irmãos Antunes Maciel estava localizada em Vila Bella, na foz do rio Beni e em território boliviano. Mas as mercadorias para essa casa comercial, que as vendia ou trocava por borracha na região, entravam pelo Brasil, pelos portos de Belém e Corumbá.

Além da virtual ausência do Estado, também contribuíam para a insegurança da região seu extremo isolamento e as estratégias de controle da mão-de-obra. O acesso difícil impedia um fluxo regular de imigrantes de outras regiões, além de que as condições de trabalho na extração da borracha eram extremamente brutas, o que exigia uma ação constante dos aviadores para atrair e reter os trabalhadores.

A documentação não permite uma avaliação mais desenvolvida sobre a origem da mão-de-obra utilizada nos seringais do vale do Guaporé, nem quanto aos métodos de utilização dessa mão-de-obra, mas podemos fazer algumas deduções a partir dos relatos de Esperidião Marques, que apontam o índio da própria região como a base dessa mão-de-obra. No entanto, também afluíu ou foi levado para a região, determinado número de nordestinos, principalmente cearenses, cuja presença aparece em relatos posteriores, sem que tenhamos condições de estimar seu número e onde poderiam estar concentrados. Diante desse quadro, mesmo que os nordestinos tenham



afluído em certa quantidade para a região, a base da mão-de-obra na extração da borracha no vale do Guaporé deve ter sido originada de índios domesticados. Domesticar índios era uma atividade que tinha uma dupla vantagem para o explorador da borracha. De um lado diminuía os ataques constantes dos índios aos seringueiros que extraíam o látex na mata; de outro lado os convertia em seringueiros em potencial. Os seringueiros passavam a dispor de uma mão-de-obra barata e que conhecia a região. Os próprios Antunes Maciel tiveram essa experiência. Um dos irmãos Antunes Maciel, Estevan, foi morto por índios na região do rio São Miguel, quando tentava abrir novas frentes de extração de borracha e domesticar índios que dificultavam essa ação. Após esse incidente grave os índios que se opuseram à ocupação das suas terras para extração de borracha se tornaram seringueiros dos irmãos Antunes Maciel.¹⁰⁹

A utilização generalizada de índios, principalmente dos índios chiquitanos que viviam no vale do Guaporé de um lado e de outro da fronteira, já expulsos de suas terras, dependentes e provavelmente já adaptados ao trabalho metódico nos seringais, foi a base da mão-de-obra da região. Por outro lado o isolamento, os métodos intensivos de trabalho, a alimentação deficiente, as doenças e a natureza hostil da região, devem ter provocado intensa e constante mortalidade desses índios, o que somada ao aumento na atividade extrativa naquele período, deve ter exigido uma permanente reposição dessa mão de obra. Esperidião Marques assim descreve a situação dos índios que trabalhavam como seringueiros no vale do Guaporé:

Geralmente passam mal os operários.

Os camaradas dos bolivianos, índios chiquitanos, são alimentados exclusivamente a milho, que às vezes falta e a fome vem. Quando um desses infelizes adoecer, o caldo que se lhes dá, em estado grave,

é feito de pó de milho torrado e água quente. Pode-se dizer que chiquitano doente é chiquitano morto. Até há falta de humanidade.¹¹⁰

Note-se que Esperidião Marques fala que os índios são camaradas (seringueiros) que trabalham para os aviadores bolivianos. Como ele estava a serviço dos Antunes Maciel, dá a entender que o mesmo não acontecia com os seringueiros que estavam a serviço dos aviadores e comerciantes brasileiros, o que não deve ter sido verdade, até porque os comerciantes brasileiros, a começar pelos maiores, Antunes Maciel, atuavam nos dois lados da fronteira. Por outro lado, podemos supor que as condições de trabalho impostas aos indígenas eram similares às aquelas impostas aos demais seringueiros, que trabalhavam nas entradas da região, entre os quais estavam os nordestinos. Talvez mudasse os componentes da alimentação, mas as condições de trabalho, as doenças, como a malária, que era endêmica na região, não deviam ser diferentes.

O outro fator que pesava na questão da mão-de-obra era o fato de que o vale do Guaporé era região de fronteira, o que permitia o recrutamento dessa mão de obra tanto no Brasil como na Bolívia facilitando a fuga de qualquer regra contratual sempre que isso fosse possível e estimulando o trabalho compulsório.

Esperidião Marques chama atenção para o grande influxo de bolivianos para a região do vale do Guaporé com a expansão da borracha, o que teria aumentado ainda mais após 1903, com o desfecho da disputa pelo território do Acre. Esse desfecho teria alertado o governo boliviano para a desocupação de sua fronteira no vale do Guaporé, rica em seringueiras.¹¹¹

A produção de borracha no vale do Guaporé acompanhou o período áureo de produção da borracha na Amazônia, em sua fase de expansão e decadência. Iniciada no final da década de 1870, a produção da borracha no vale do Guaporé entrou em queda no início



da década de 1910. Teve um período curto na economia de Mato Grosso, mas bastante marcante. De forma diferente, a pecuária desenvolveu-se de forma consistente e duradoura.

A pecuária tem uma história na economia do oeste que se confunde com a própria história daquela região. As primeiras reses de gado foram levadas para Mato Grosso ainda na primeira metade do século XVIII, para abastecer as regiões mineradoras do norte, que passou a concentrar os maiores rebanhos.¹¹² Após acordos firmados com chefes indígenas que bloqueavam sua expansão pela região do Pantanal, a pecuária se estendeu por aquela região alagadiça na primeira metade do século XIX, em grande medida levada por imigrantes vindos do norte.¹¹³ Enquanto isso, o sudeste e o centro-sul de Mato Grosso eram ocupados por mineiros e paulistas que também se dedicavam à pecuária, fundando vilas e fazendas na região.¹¹⁴ No entanto, essa expansão inicial da pecuária para o Pantanal e o sul de Mato Grosso foi lenta, pelo menos até a Guerra do Paraguai.

Ainda assim, em meados do século XIX a pecuária já dava importante contribuição para a economia de Mato Grosso, inclusive para sua receita, com a arrecadação de impostos do gado que era vendido para Minas Gerais e São Paulo.

Após a Guerra do Paraguai, a pecuária se desenvolveu de forma acelerada na região do Pantanal, com o rebanho aumentando de forma rápida, permitindo a formação de vastas fazendas de criação. A exemplo do que ocorria com as regiões interiores da Argentina e do Uruguai, naquele período, o aumento do rebanho e a demanda de carne para um mercado nacional e mundial em expansão estimulou a produção de charque, de couro e derivados do gado bovino, que passaram a constituir importantes itens na pauta de exportação da província de Mato Grosso e crescentes componentes em sua receita. Esse estímulo que vinha do Prata era derivado do fluxo comercial que Mato Grosso mantinha com aquela região, cuja economia voltada à



exportação para a Europa de carne e seus derivados teve reflexos importantes em Mato Grosso.¹¹⁵

O mesmo processo que estimulou o desenvolvimento do capital mercantil em Mato Grosso, atingido pelos ventos de crescimento econômico que sopravam na Argentina e no Uruguai, também estimulou a fundação de estabelecimentos agrícolas de grande porte e de abatedouros de gado que produziam o charque. Foi durante esse período que a pecuária teve grande crescimento na região do Pantanal e as charqueadas se estabeleceram em certo número naquela região, notadamente concentradas às margens do rio Paraguai e seus afluentes.¹¹⁶

Ao contrário da poaia, do mate e da borracha, que eram produtos extrativos cuja produção entrou em queda no início do século XX, a pecuária manteve sua importância na economia de Mato Grosso, importância que se prolongou por todo o século XX, chegando até os dias atuais.

Um dos fatores que ajudou na expansão da criação de gado em Mato Grosso foi o processo de apropriação de terras públicas. Como aconteceu em outras regiões do Brasil, a expansão da pecuária em Mato Grosso foi ajudada pela velha prática, desenvolvida pelas oligarquias regionais, de apropriação de terras públicas, com a multiplicação de imensas fazendas, muitas delas com área superior a cem mil hectares.¹¹⁷ Essa prática, que vinha desde o período colonial, não se alterou durante o Império e se acelerou após a proclamação da República. Após o 15 de novembro, a apropriação de terras públicas pelas oligarquias regionais foi facilitada pela transferência da prerrogativa de legislar sobre terras da União para os Estados, como parte da descentralização republicana.

A posse de terras públicas foi motivo de preocupações e iniciativas dos governos do Império. No entanto, as suas tentativas de exercer o controle sobre a apropriação dessas terras (ditas devolutas ou “sem dono”), nunca conseguiram alcançar resultados efetivos. Nem



com a Lei de Terras de 1850 e seu regulamento em 1854, conseguiram tal intento. Com as decisões sobre a questão centralizadas no governo central, mas executadas pelos governos provinciais, os efeitos da Lei de Terras de 1850 foram muito pequenos. Os posseiros de terras públicas procuraram sistematicamente boicotar a execução da lei, que tinha como primeiro passo uma iniciativa que cabia a eles: a demarcação das terras públicas por eles ocupadas. É assim que os prazos para que os posseiros fizessem as demarcações foram sendo sistematicamente dilatados sem que tal intento fosse alcançado. E um adiamento sucedia o outro.¹¹⁸

Com a Constituição de 1891, os Estados assumiram o controle das terras públicas, podendo legislar sobre elas, o que vinha ao encontro dos interesses das oligarquias regionais, sempre ávidas por mais e mais terras. Dizia a Constituição de 1891:

Art. 63. Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitando os princípios constitucionais da União.

Art. 64. Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas, situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.¹¹⁹

Essa transferência gerou euforia nos proprietários, que passaram a ter a possibilidade de se apossar de imensas áreas cujos títulos seriam legitimados por eles próprios. Em Mato Grosso um conjunto de leis estaduais passou a regular a concessão de terras para a extração de borracha, para a pecuária ou agricultura. Essas leis fixavam as condições do arrendamento, o tempo que duraria a concessão e a sua efetiva utilização pelos concessionários. Estes seriam fiscalizados pelo governo do Estado com o objetivo de verificar o fiel cumprimento dos contratos.¹²⁰ No entanto, essa transferência não significou a solução dos problemas referentes à demarcação das terras



públicas ocupadas, já que nem todos os posseiros se sentiram compelidos a legalizá-las. Assim, os prazos para as demarcações continuaram a ser sistematicamente prorrogados.

Além disso, quando ocorriam as medições outros problemas apareciam, entre eles a fraude na dimensão das áreas, a falsificação nas posições dos marcos, sempre no sentido de aumentar as áreas apropriadas e em detrimento do Estado, e a colocação do próprio agrimensor como confinante, numa espécie de conluio entre o proprietário e o agrimensor responsável pelas medições.

Em mensagem à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, já em 1909, o presidente do Estado, Pedro Celestino Correa da Costa, ele próprio um representante da oligarquia agrária mato-grossense, levantava o problema:

A faculdade conferida aos compradores de terras de faze-las medir e demarcar por agrimensores designados pelo governo, sem responsabilidade immediata, é a principal fonte dos vícios e da confusão que se notam neste serviço. Os agrimensores, em geral pouco escrupulosos e incompetentes, quando não lesam terceiros, tratando-se de confinantes, prejudicam enormemente o Estado nas medições de terras publicas, principalmente as destinadas á industria extractiva da seringa. A maior parte, senão a totalidade, dos seringaes comprados do Estado nestes últimos tempos, representa menos da vigésima parte da área legalmente adquirida. Assim é que o individuo compra 900 hectares de seringaes, tem seus marcos dispostos de modo a abranger área superior de 10 a 30000 hectares. Em consequência deste procedimento criminoso de alguns proprietários e agrimensores, se acham os seringaes ora explorados monopolizados por meia dúzia de proprietários, que, efectivamente compraram apenas sua vigésima parte. Este abuso estende-se ás terras devolutas alienadas para lavoura e industria pastoril, si bem que em menor escala.¹²¹



Em seguida o presidente Pedro Celestino pedia providências da Assembléia Legislativa.

Como se pode observar nesse documento oficial, a fraude era generalizada e o presidente do Estado estava se dizendo impotente para combatê-la. Essa impotência vinha, em primeiro lugar, da própria condição de proprietário e representante de proprietários, os maiores praticantes da fraude. O mesmo pode ser dito dos deputados da Assembléia Legislativa. O resultado desse apelo patético, mas real, foi que a assembléia nada fez para apontar uma solução para o problema. A apropriação acelerada de terras públicas por parte da elite agrária de Mato Grosso prosseguiu, tanto para o extrativismo da seringa como para a agricultura e a pecuária.

Outra conseqüência da transferência para os Estados do controle e da responsabilidade de legislar sobre terras públicas foi que ela também permitiu que algumas das regras antes previstas na Lei de Terras de 1850 e no regulamento de 1854 fossem abandonadas.

Uma dessas regras dizia respeito ao impedimento de que estrangeiros possuíssem grandes áreas de terras na região de fronteira. Mesmo que na prática essa regra não fosse cumprida, já que muitos estrangeiros possuíam terras na fronteira, usufruindo, de fato, dessas terras, a regra estabelecida em lei era um impeditivo que poderia ser usado a qualquer momento.

Essa mudança foi importante e devemos observá-la atentamente, à medida que ela trará conseqüências para a presença de estrangeiros controlando grandes áreas de terras na fronteira oeste.

A Lei de Terras de 1850, em seus artigos 82, 83, 84, 85 e 86, dizia que as terras públicas localizadas nas 10 léguas contíguas à fronteira somente poderiam ser vendidas a estrangeiros para o assentamento de colonos.¹²² Interditava, portanto, a estrangeiros o acesso a grandes áreas de terras na fronteira. Com a transferência para os Estados da prerrogativa para legislar sobre terras públicas, efetuada pela Constituição de 1891, essa restrição ficou a critério de cada um

desses Estados, que passaram a ter leis próprias sobre a questão. No caso de Mato Grosso, a legislação nada falava a respeito do impedimento da posse de terras na fronteira por estrangeiros, o que significava na prática a liberdade para que qualquer estrangeiro requeresse terras, tanto para exploração extrativa como aquelas destinadas à agricultura e à pecuária. A lei estadual n. 20, de 9 de novembro de 1892, que regulamentava a venda e concessão de terras públicas e outras leis e decretos sobre a questão, editados posteriormente, ignoraram o assunto, igualando de fato e de direito brasileiros e estrangeiros.¹²³

Essa alteração iria permitir que grandes áreas de terras fossem compradas ou arrendadas por estrangeiros na fronteira oeste, tanto no processo de expansão da atividade pastoril como na extração de borracha na Amazônia, como veremos.





DESCALVADOS: UMA FÁBRICA NA FRONTEIRA OESTE





DESCALVADOS: UMA FÁBRICA NA FRONTEIRA OESTE

O período que se abriu após a Guerra do Paraguai foi marcado pelas dificuldades criadas pela destruição provocadas pela guerra, que atingiu principalmente a população pobre de Mato Grosso, como observamos no capítulo anterior.

Assim que a guerra terminou, no entanto, novas possibilidades econômicas se abriram para a província, estimuladas por diversos fatores. A região beneficiava-se do aumento da demanda de produtos de origem primária no comércio internacional. Como vimos, a borracha, originária de planta nativa encontrada em grande quantidade na Amazônia, foi um desses produtos, que permitiram o aparecimento de grandes comerciantes ligados à extração do produto na fronteira oeste, como aquele exemplificado pelos Antunes Maciel. No plano comercial, a reabertura da navegação do rio Paraguai e a conseqüente retomada do fluxo de mercadorias que havia se iniciado antes da guerra, também permitiram o rápido desenvolvimento de alguns setores da economia da província. Entre esses setores estava a pecuária, que se beneficiou do prolongamento em direção a Mato Grosso do seu crescimento na região do Prata, bem como de um processo inicial de industrialização de derivados de carne bovina que se desenvolvia naquela região e que se destinava ao mercado internacional. Esse processo incentivou o desenvolvimento de charqueadas e fazendas de criação de gado semelhantes àquelas que se espalhavam pela região platina e que encontrou em Mato Grosso as facilidades proporcionadas pela existência de grandes áreas ainda não ocupadas e propícias para a criação de gado de forma extensiva. O desenvolvimento dessas atividades não atraía apenas o capital interno.



Elas abriam novas oportunidades para o capital estrangeiro, que já operava no comércio e na extração da borracha em Mato Grosso e que passou a ter na pecuária mais uma possibilidade de investimentos, associando interesses locais ligados ao comércio de gado e a produção de carne e seus derivados.

Dessa convergência de fatores irá surgir Descalvados, que se transformará no maior empreendimento agro-industrial de Mato Grosso naquele período, tornando-se também uma referência da presença estrangeira na fronteira oeste do Brasil entre as décadas de 1880 e 1910. O início desse empreendimento liga-se ao desenvolvimento da pecuária ao longo do século XIX em Mato Grosso, em grandes fazendas de criação de gado. Entre essas fazendas, a que mais se destacava era a fazenda Jacobina, localizada a cerca de seis léguas de Vila Maria, atual Cáceres, na estrada que ligava essa cidade a Cuiabá. Jacobina foi fundada por portugueses ainda no período colonial e desenvolveu-se como centro de criação de gado e produção de alimentos.¹²⁴

No início do século XIX Jacobina já era a mais importante fazenda da província e seu proprietário foi progressivamente adquirindo mais e mais terras, a ponto de dizer aos integrantes da expedição Langsdorf que possuía mais terras que o rei de Portugal.¹²⁵

Quando morreu o seu fundador, Leonardo Soares de Souza, a fazenda Jacobina passou à sua filha única e herdeira, Maria Josepha de Jesus Leite, que havia se casado, no ano de 1813, com o coronel de milícias de Portugal, João Pereira Leite, então servindo no comando do distrito militar de Vila Maria. Desse casamento nasceram 10 filhos, antes que João Pereira Leite e sua sogra falecessem, no ano de 1833.¹²⁶

A partir daí a administração da fazenda Jacobina e dos negócios da família passaram às mãos de Maria Josepha e, principalmente, de seu segundo filho, João Carlos Pereira Leite, conhecido como “Major João Carlos Pereira Leite”, que progressivamente ascendeu à chefia da família, assim permanecendo até sua morte, em 1880.¹²⁷



As terras da Jacobina se estendiam em um vasto território, desde as regiões altas do oeste de Mato Grosso até o Pantanal norte, na fronteira com a Bolívia, ultrapassando o rio Paraguai no sentido leste-oeste.

A parte das terras da fazenda Jacobina que ficava na margem direita do rio Paraguai, até a fronteira natural com a Bolívia, no Pantanal norte, era formada por campos, entremeados por pequenos capões de mata fechada. Nessa região o major João Carlos Pereira Leite tomou posse de um conjunto de sesmarias onde teve grande desenvolvimento a criação de gado, que aí se espalhou rapidamente. Dessas sesmarias, a mais importante foi aquela a que se deu o nome de “fazenda do Cambará”, que centralizava a criação de gado na parte da antiga Jacobina. No início da década de 60 do século XIX, já havia mais de 20 mil cabeças de gado na fazenda do Cambará.¹²⁸ Mais ao sul dessa fazenda, também na margem direita do rio Paraguai, havia uma região de terras altas chamada “Escalvado”, onde, ainda no período colonial, costumeiramente se instalava uma fortificação militar para impedir o avanço dos espanhóis, em direção à Vila Maria e Vila Bella.¹²⁹ Essa região alta foi progressivamente mudando o nome para Descalvados (provavelmente “do Escalvado” e depois “D’Escalvado”, antes de Descalvados), assim que foi sendo ocupada pelo major João Carlos Pereira Leite, como uma das suas sesmarias de criação de gado.

Durante a Guerra do Paraguai o major João Carlos Pereira Leite participou das tentativas de expulsão dos paraguaios do sul de Mato Grosso. Mas seu principal feito durante a guerra foi impedir a passagem pela fazenda Jacobina de pedestres vindos de Cuiabá, no período vivendo grande epidemia de varíola, contraída por soldados que haviam participado da primeira tentativa de expulsão dos paraguaios de Corumbá. Essa sua decisão teria evitado que a epidemia se alastrasse por Vila Maria e pela região oeste de Mato Grosso.¹³⁰

Terminada a Guerra do Paraguai, afluiu para Mato Grosso importante leva de argentinos, uruguaios e europeus, principalmente



aqueles que atuavam como fornecedores das tropas e que haviam acumulado certo montante de capital na atividade comercial. Entre esses estrangeiros estava o argentino Rafael Del Sar que comprou, em 1876, a sesmaria de Descalvados do major João Carlos Pereira Leite e montou nela uma charqueada rudimentar, seguindo o modelo daquelas que se desenvolviam em grande número na região platina.¹³¹

A venda da sesmaria de Descalvados para Rafael Del Sar e a sua transformação em uma charqueada foi um bom negócio para o major João Carlos Pereira Leite. Ele passou a ter um mercado próximo para seu gado, sem precisar levá-lo em longas caminhadas para ser vendido na região de Uberaba, na província de Minas Gerais, como fazia até aquele momento.¹³² Por outro lado, para Rafael Del Sar a vantagem estava na matéria prima, próxima e barata.

Ao mesmo tempo em que fornecia o gado que Rafael Del Sar abatia na sua charqueada em Descalvados, o major João Carlos Pereira Leite procurava desenvolver a sua criação de gado, importando para isso cavalos do Paraguai.¹³³ Essa importação era necessária para suprir as suas fazendas na região, naquele período já infestada por uma doença que atacava o rebanho cavalар, dizimando-o e impedindo que o gado fosse manejado, o que, com o tempo, tornava-o bravio e de difícil abate. Rafael Del Sar também importava cavalos e utensílios utilizados nas charqueadas de Descalvados.¹³⁴

O major João Carlos Pereira Leite morreu em outubro de 1880 e seus bens foram a leilão, em hasta pública. A totalidade de suas terras, localizadas na margem direita do rio Paraguai, foi arrematada por um uruguaio, Jaime Cibils Buxareo. Junto com essas terras, Buxareo também comprou a charqueada de Descalvados, pertencente a Rafael Del Sar. Falemos um pouco de Buxareo e suas atividades.

Jaime Cibils Buxareo era uruguaio, descendente de famílias de imigrantes catalães, que vieram para o Uruguai na primeira metade do século XIX. Da união de duas dessas famílias, os Cibils e os Buxareo,



resultou o casamento de Jaime Cibils e Plácida Buxareo. Jaime Cibils construiu fortuna em Montevideu, dedicando-se a atividades mercantis nas áreas de saladeira, bancária e armadora, vindo a morrer muito rico, em 1888.¹³⁵ De seu casamento resultaram 13 filhos, dos quais Jaime Cibils Buxareo era o primogênito.

Jaime Cibils Buxareo acompanhou o pai em suas atividades mercantis e se casou em 1862 com Florentina de las Carreras Moore, passando a viver em Buenos Aires.¹³⁶ Ele havia dedicado longo período de seu trabalho às atividades de saladeria no Uruguai, atividades que tiveram grande desenvolvimento naquele país ao longo da primeira metade do século XIX, quando o Uruguai tornou-se grande fornecedor de charque para o Brasil e para Cuba. Por volta dos anos 70 do século XIX, somente duas empresas produziam carnes conservadas e extrato de carne no Uruguai: The Liebig's Company Extract of Meat e La Trinidad.¹³⁷

Nas décadas de 70 e 80 começaram a aparecer as novas tecnologias de conservação de carne, por resfriamento ou congelamento, abrindo novas possibilidades de exportação para o mercado europeu. Mas até esse momento era dominante a saladeria, dedicada à produção de charque. Entre as grandes empresas desse setor estava o saladeiro de Jaime Cibils, que havia inclusive expandido as suas atividades, adquirindo novas instalações nas cercanias de Montevideu e ampliando-as.

O fim da escravidão ensejava perspectivas negativas em relação às exportações para o Brasil e para Cuba o que levou Jaime Cibils e seu filho a procurarem novas possibilidades de expansão de suas atividades. Tinham como objetivo não só diversificar e modernizar a produção, mas também buscar alternativa para o fornecimento do gado a ser abatido em regiões mais afastadas de Montevideu, reforçando o tráfico de mercadorias pelo porto da capital uruguaia, naquele momento já sofrendo forte concorrência do porto de Buenos Aires, mais moderno e em franco desenvolvimento.



Agindo nessa direção, construíram uma fábrica de extrato de carne, charque e derivados bovinos em Salto, às margens do rio Uruguai, em 1875, a partir de um antigo saladeiro. Essa fábrica já adotava modernos métodos de produção que era em grande parte destinada à exportação. Jaime Cibils havia feito a opção pela produção por métodos que não utilizassem o congelamento da carne. Na direção de sua nova unidade de produção estava o químico francês Dr. Emilio Soulez.¹³⁸

A partir daí Jaime Cibils procurou novos centros fornecedores de gado, que garantissem a qualidade adequada para o produto que queria fabricar. Necessitava de gado mais magro e mais rústico.¹³⁹ É então que surge a possibilidade de arrematar as terras do major João Carlos Pereira Leite, em Mato Grosso, que em 1881 iriam a leilão em hasta pública.

O conhecimento desse leilão por Jaime Cibils e seu filho, Jaime Cibils Buxareo, demonstra a intensa circulação de informações, de possibilidades de negócios e de transações comerciais que existia nesse período, entre a então província de Mato Grosso e os países da região do Prata, que estava entrando em rápido desenvolvimento econômico. Esse processo era facilitado pela crescente presença de estrangeiros nas atividades comerciais de Mato Grosso, que também experimentou grande incremento no período posterior à Guerra do Paraguai, como observamos.

Jaime Cibils Buxareo se dirige então para Mato Grosso acompanhado do químico Dr. Emilio Soulez, na perspectiva de participar do leilão das terras do major João Carlos Pereira Leite.¹⁴⁰

O empreendimento que haveria de iniciar em Mato Grosso era de retorno arriscado mas, segundo Jaime Cibils Buxareo, o capital investido poderia ser recompensado com um produto de boa qualidade, que encontraria mercado na Europa.

A viagem de Jaime Cibils Buxareo até Cáceres (que então se chamava Vila Maria), o arremate das terras do espólio do major João



Carlos Pereira Leite, o reconhecimento que empreendeu dos campos da fazenda do Cambará, onde Descalvados era uma das sesmarias, bem como os planos que começou a fazer para o seu novo empreendimento, estão em um diário que escreveu durante a sua viagem e primeira estadia em Mato Grosso.¹⁴¹

Jaime Cibils Buxareo comprou a fazenda do Cambará por 557.572\$800 réis (quinhentos e cinqüenta e sete contos, quinhentos e setenta e dois mil e oitocentos réis), com uma entrada de 150.012\$800, devendo o restante ser pago em letras vencíveis em seis, doze, dezesseis, dezoito, vinte e quatro, vinte e oito e quarenta meses. Nesse valor estavam incluídas as terras de todas as sesmarias do major João Carlos Pereira Leite, situadas à margem direita do rio Paraguai, entre o rio Jauru, ao norte, e a lagoa Uberaba ao sul. Estavam incluídas também, suas benfeitorias, bem como todo o gado, animais cavaleiros e animais de criação. O gado foi calculado por Buxareo como tendo entre 150 e 180 mil cabeças. A venda foi efetuada em 11 de outubro de 1881.¹⁴²

A sesmaria de Descalvados, então já pertencente ao argentino Rafael Del Sar, também foi comprada por Jaime Cibils Buxareo pelo valor de 65 contos de réis, pagos pela sesmaria e pelas benfeitorias, equipamentos e instalações da charqueada. Em seu diário Buxareo diz que o valor pago a Rafael Del Sar já fazia parte do total pago pela fazenda do Cambará. No entanto a escritura de compra e venda firmada entre eles diz que o valor foi pago à vista ao próprio Del Sar.¹⁴³

Para intermediar a transação e acompanhar o pagamento das prestações, bem como para requerer os autos de medição das terras que havia comprado, junto ao governo da província de Mato Grosso, Jaime Cibils Buxareo contratou o desembargador Firmo José de Matos, comerciante de terras em Corumbá, a quem estabeleceu procuração para esse fim.¹⁴⁴

Em seguida Jaime Cibils Buxareo começou a examinar o melhor local para instalar a sua fábrica de extrato de carne. A opção



da margem da lagoa Uberaba, localizada no extremo sul da fazenda do Cambará, tinha a vantagem de ser um local onde o leito do rio Paraguai era mais profundo, o que permitiria a atracação de embarcações de maior calado, semelhantes àquelas que se deslocavam pelo rio Paraguai até Corumbá. Com isso não seria necessário fazer o transbordo das mercadorias o que reduziria bastante o tempo de viagem até Montevideu ou Buenos Aires. A outra opção seria a sesmaria de Descalvados, onde estava localizada a charqueada construída por Rafael Del Sar, localizada no centro da fazenda do Cambará, local que permitiria o acesso mais rápido aos rebanhos de gado de todas as demais sesmarias.¹⁴⁵ Após analisar as duas opções, Buxareo decidiu montar a sua fábrica de extrato de carne onde estava a antiga charqueada de Rafael Del Sar. A partir desse momento toda a antiga fazenda do Cambará passou rapidamente a se chamar Descalvados, porque foi na sesmaria desse nome que passou a funcionar a sede do novo empreendimento de Jaime Cibils Buxareo. Sua dimensão, de cerca de um milhão de hectares, se encarregaria de consolidar seu nome como o equivalente ao conjunto das sesmarias, conjunto algumas vezes chamado de “domínios do Descalvados”.

Após tomar essa decisão, Buxareo passou a se dedicar à organização do funcionamento da fazenda e da fábrica, da força de trabalho e da administração de seu novo empreendimento. De fato começou a reorganizar toda a estrutura de funcionamento e administração de Descalvados, preparando aquela rústica charqueada e fazenda para que funcionasse como uma moderna fábrica, como um grande empreendimento capitalista.¹⁴⁶

Uma das preocupações de Buxareo era com a questão da legalização das terras de Descalvados, até aquele momento, não efetivada. O major João Carlos Pereira Leite havia feito a medição de forma esparsa, saltando as sesmarias, de tal forma que foram medidas somente aquelas que não eram atingidas pelas enchentes do Pantanal, ficando as demais sesmarias sem medir. Isso somente seria revelado



mais tarde, quando Jaime Cibils Buxareo pediu o reconhecimento dos títulos da totalidade das sesmarias que possuía, reunindo toda a área da antiga fazenda do Cambará. Essa situação acabou criando embaraços para Buxareo, como veremos. No entanto Buxareo sabia dessa situação, visto que havia percorrido os campos de Descalvados e calculado a área das terras que estava comprando.¹⁴⁷

Outro problema detectado por Jaime Cibils Buxareo, ainda em relação às terras da antiga fazenda do Cambará, foi que essas terras continuavam em direção ao oeste, do outro lado do Corixo Grande, cruzando a fronteira do Brasil com a Bolívia e adentrando em território boliviano. No território boliviano havia duas sesmarias que pertenciam à fazenda do Cambará: Salinas e Santa Fé.

Aqui é necessário fazer um curto comentário. O fato de que existiam duas sesmarias em território da Bolívia, que tinham pertencido ao major João Carlos Pereira Leite, indicava o tamanho das terras daquele membro da antiga oligarquia agrária mato-grossense. Por outro lado, e é isso que mais nos interessa, indica a ausência de demarcação de limites entre os territórios do Brasil e da Bolívia, apesar do acordo para fixação desses limites ter sido ajustado em 1867, ainda durante o período da Guerra do Paraguai. Mais de 15 anos haviam se passado e os limites não tinham sido demarcados. Isso fazia com que os proprietários brasileiros (e talvez bolivianos, de outro lado) movimentassem os limites de suas terras para o lado, em direção ao território vizinho, na expectativa de que essas terras fossem reconhecidas como suas e, portanto, pertencentes ao Brasil, quando essa região da fronteira fosse demarcada. Com isso, na prática, estariam expandindo o território do Brasil. Como veremos, essa situação irá perdurar até o início do século XX, quando explodirá a Questão do Acre, com todas as consequências dela advindas.

Para Jaime Cibils Buxareo, no entanto, criou-se uma situação em que as terras de Descalvados eram recortadas pela fronteira do Brasil com a Bolívia. Essa situação viria lhe trazer dissabores, com



constantes invasões de ladrões de gado, provenientes do território boliviano.

Para resolver os problemas imediatos que essa situação criou, Jaime Cibils Buxareo logo tratou de entrar em contato com as autoridades bolivianas, com quem discutiu a situação do trânsito de animais de um lado para outro da fronteira, questão importante para seu empreendimento, que dependia fundamentalmente do gado como matéria prima.¹⁴⁸

Buxareo definiu também que Descalvados seria uma fábrica de carnes conservadas, incorporando os últimos avanços tecnológicos. A fábrica seria movida por máquinas a vapor, que acionariam carpintarias, bombas de água e ferraria, possuindo ainda um ancoradouro próprio.¹⁴⁹

Quanto à organização da força de trabalho da fábrica e da criação de gado, Buxareo procurou separar as atividades mais rústicas das mais sofisticadas. As primeiras eram confiadas aos peões brasileiros e de outras nacionalidades que viviam na região. As atividades mais sofisticadas seriam confiadas a um administrador contratado em Montevideu e a membros de sua família. Da mesma forma, procurou estabelecer uma rotina de trabalho mais coerente com a nova situação da empresa, mais metódica e evitando os vícios mais comuns entre os peões, como a embriaguez. Estabeleceu também um novo mecanismo de fornecimento para os peões e uma nova forma de pagamentos.¹⁵⁰

Descalvados foi então reconstruída e reorganizada. O rústico saladeiro de Rafael Del Sar foi transformado em pouco tempo no moderno estabelecimento industrial de Jaime Cibils Buxareo, encravado no Pantanal norte da província de Mato Grosso, próximo à fronteira com a Bolívia.

O principal produto fabricado em Descalvados era o extrato de carne, segundo a técnica já adotada na Europa pelos anglo-belgas da Liebig, que também possuíam uma fábrica no Uruguai.¹⁵¹ Além do caldo de carne, a fábrica de Descalvados também passou a produzir



derivados do gado, como línguas e couro, que após serem devidamente preparados e acondicionados também eram exportados.

A localização de Descalvados, distante do litoral, longe dos centros fornecedores de produtos manufaturados, obrigou Jaime Cibils Buxareo a estruturar a fábrica de modo a operá-la com a maior autônoma possível, sem depender em larga escala de fornecedores que estavam localizados no litoral, no Prata, ou mesmo na Europa. Levando em consideração essas características, a fábrica contava com todas as máquinas destinadas ao abate do gado e a imediata transformação da carne em caldo, bem como para o aproveitamento de seus derivados e subprodutos, principalmente o couro. Além disso, produzia a própria embalagem que era utilizada no envio dos produtos ao mercado consumidor europeu.

Matéria publicitária, veiculada no Rio de Janeiro, em 1891, descrevia assim a fábrica de Descalvados;

EDIFÍCIOS

O estabelecimento possui, na sua parte principal, uma excelente casa para morada, com dependência que serve de escriptorio, e casas próprias para residência do administrador, do capataz dos campos e dos operários com suas famílias. Tem além disso uma padaria em casa apropriada, um galpão para couros, um outro maior, coberto de ferro galvanizado, de 40X130 jardas para o trabalho de matança, um outro de 40X40 jardas ocupado por oficinas, e uma igreja recentemente construída.

O cais é ligado ao depósito, oficinas e fabricas por transways.

No Cambará, Tremedal, Jauru, etc. há casas cobertas de telhas e em 40 ou 50 outros logares, há outras menores para peões e operários.

MACHINISMOS

No galpão para oficinas está a machina a vapor, que põe em movimento uma grande serra vertical para cortar toros de madeira; duas outras circulares com suas banquetas; um grande torno de



metal completo; machinas e pedras para amolar e separar a ferramenta, que é completa, dispondo as officinas de forjas e todo o necessário para o trabalho a que se destinam.

Em um dos compartimentos há prensas para a extracção de peotonal vegetal; e na parte externa do galpão há curraes para o gado que tem de ser abatido, e que são construidos segundo o plano geralmente seguido nas charqueadas, terminando em um corredor, que é percorrido por vagões sobre trilhos.

O serviço de matança nada deixa a desejar. Há um plano entijolado para o escoamento do sangue; pilhetas para o envenenamento dos couros, e o necessário para a separação dos intestinos dos animaes & á direita ganchos e estendedores para a carne retalhada. Há em um plano inclinado três grandes caldeiras, servidas por um vagão sobre trilhos que lhes leva o sebo. Há uma pequena machina a vapor que faz passar a carne desembaraçada dos nervos e das partes inúteis, por cylindros, de onde sae tirado por elevadores, que depositam em seis grandes caldeiras, onde é cozida. Há pilhetas de evaporação, bombas centrifugas para elevar o caldo concentrado em filtros acima dos evaporadores.

Há uma officina de funileiro, onde se fabricam as embalagens de folhas para o extracto de carne destinado á exportação; há outra de tonoarria para as tintas e barris destinados ás línguas e outros productos para a exportação. Fornalhas, caldeiras horizontais, tubos a vapor, cozinhadores de carne, digeradores, e bombas supplementares que trazem a água do rio a reservatórios de ferro, e postes e varaes para a secca dos couros completam os elementos de que dispõe a grande fábrica, a mais importante d'aquelle Estado.¹⁵²

Jaime Cibils Buxareo já tinha construído reputação internacional para os produtos da marca Cibils, a partir das fábricas de sua família no Uruguai. Dessa forma não deve ter sido difícil exportar para a Europa os produtos da fábrica de Descalvados. Toda



a produção de extratos de carne, de caldos, de língua salgada e de couros era destinada à exportação para a Europa, onde os produtos de Descalvados também passaram a ter boa aceitação e receberam diversos prêmios em exposições das quais participaram ao longo da década de 1880. Sobre isso, a matéria publicitária a que nos referimos acima dizia que

Os produtos do estabelecimento tem sido premiados com sete diplomas de honra, uma estrella, doze medalhas de ouro e cinco de prata. Crescem elles todos os annos, indo em ascendência progressiva á exportação, que hoje se faz também em grande escala de productos suínos, tendo tomado essa industria extraordinário aumento.¹⁵³

Além da produção de extrato de carne, caldos, língua salgada e couro, que eram exportados, havia em Descalvados uma fábrica de sebo e de sabão, produtos que eram vendidos no mercado da própria província de Mato Grosso.

Apesar da boa aceitação de seus produtos no mercado europeu, a rentabilidade de Descalvados, frente ao volume de capital investido, deve ter ficado abaixo das expectativas de Buxareo. Em 1885 Jaime Cibils Buxareo pediu ao governo de Mato Grosso a isenção dos impostos de exportação cobrados sobre os produtos de Descalvados pelo período de 15 anos. Argumentava que os saladeiros argentinos e uruguaio, seus concorrentes, tinham apoio de seus governos, além de estarem situados em regiões mais próximas dos mercados consumidores, o que barateava o transporte e reduzia os custos.

A argumentação de Buxareo era verdadeira somente em parte. Como vimos, um dos fatores que o levaram a investir em Mato Grosso era a necessidade de buscar um novo tipo de matéria prima, um gado mais rústico, adequado à produção de extrato de carne, assim como o fornecimento mais seguro e barato dessa matéria prima. Evidente estava



que, ao adentrar fundo no interior do continente sul-americano, o problema dos custos de transporte estaria colocado, como contrapartida negativa para os benefícios que o preço e o tipo de gado ofereciam. A localização geográfica de Descalvados devia pesar na disputa que seus produtos travavam com aqueles produzidos em outras regiões, mais próximas do litoral. Descalvados, localizada a cerca de três mil quilômetros de Buenos Aires por via fluvial, levava grande desvantagem nessa disputa.

Ao buscar a redução dos impostos cobrados sobre os produtos exportados, Buxareo procurava aumentar a rentabilidade sobre o capital investido e ter um retorno compensador.

Os impostos cobrados sobre os produtos exportados por Descalvados, notadamente o extrato de carne, estavam fixados em dez por cento. O presidente de Mato Grosso, Galdino Pimentel, posicionou-se favoravelmente às pretensões de Buxareo, argumentando que Descalvados era uma indústria sem similar na província, que estava exportando para a Europa onde era conhecida, e que deveria ser protegida.¹⁵⁴ No entanto, a Assembléia Provincial de Mato Grosso manteve a taxaço. Dois anos depois Jaime Cibils Buxareo tentou novamente a reduço dos impostos cobrados sobre os produtos exportados por Descalvados. O presidente da província ento, coronel Raphael de Mello Rego, tbém se posicionou favoravel ao peticoário com argumentos semelhantes aos de seu antecessor, sugerindo que se no acabasse com o imposto, pelo menos que este fosse reduzido de dez para cinco por cento. No entanto, mais uma vez Buxareo no foi atendido.¹⁵⁵

O no atendimento das reivindicaçoes de Jaime Cibils Buxareo deve ser entendido como parte das limitaçoes fiscais do Estado brasileiro do perodo, com o imposto sobre exportao sendo a mais importante fonte de receita das provncias. No cobra-lo sobre determinados produtos que tinham importancia no volume total exportado pela provncia de Mato Grosso, significava no apenas abrir



mão de recursos que poderiam fazer falta para a minguada receita provincial, como também abrir um precedente para que outros ramos do setor exportador fizessem a mesma reivindicação.

Em outra frente de atuação, Jaime Cibils Buxareo vinha tentando obter os títulos de posse das terras de Descalvados. Havia entrado com esse pedido junto ao governo imperial que, em 1885, pediu informações sobre Descalvados ao governo provincial. Após consultar a Câmara Municipal de Cáceres, município onde estava localizada Descalvados, o presidente da província (o então coronel Floriano Peixoto) se posicionou de forma favorável às pretensões de Buxareo.¹⁵⁶ O governo imperial, no entanto, engavetou o pedido, deixando Buxareo sem resposta. Essa ausência de resposta pode ter sido proposital, sinalizando uma contemporização do governo do Império com a situação peculiar de Buxareo. Sendo estrangeiro, ele possuía um impedimento legal para ter acesso a terras públicas na região de fronteira. Caso respondesse negativamente ao pedido feito por Buxareo, entretanto, o governo central colocaria em questão os investimentos que este havia feito em sua fábrica de Descalvados.

Buxareo fez um novo pedido ao governo imperial em 1889, quando uma nova informação foi passada ao governo central. A mudança de regime, com a proclamação da República, fez com que o pedido, dessa feita, fosse analisado por Francisco Glicério, ministro da Agricultura do Governo Provisório, que decidiu indeferi-lo. Apesar de não dizer as razões do indeferimento no ofício em que comunicava sua decisão, Glicério dizia em decisão para caso semelhante que se baseou na Lei de Terras.

Mais importante que as razões do indeferimento, no entanto, é observar a estratégia embutida no requerimento de Buxareo, mostrando que as terras públicas estavam sendo apropriadas em larga escala, em uma região de fronteira, onde o Estado não tinha condições de exercer o seu papel fiscalizador e organizador, até porque essa situação servia em primeiro lugar aos interesses da oligarquia agrária



mato-grossense, a principal beneficiária desse processo. Jaime Cibils Buxareo pedia ao governo central a concessão de títulos de posse somente sobre 435600 hectares de terras, quando a área total de Descalvados ultrapassava a um milhão de hectares, conforme suas anotações e conforme observamos.¹⁵⁷ Buxareo utilizava o mesmo mecanismo usado pela oligarquia agrária mato-grossense, pedindo uma coisa e fazendo outra, conforme descrevemos no capítulo 2.

Dessa forma Buxareo repetiu o método utilizado pelo major João Carlos Pereira Leite, fundador da antiga fazenda do Cambará, de requerer a posse de sesmarias de forma salteada, pedindo os títulos das terras altas e se apossando das sesmarias intermediárias, em geral localizadas nas terras baixas do Pantanal, alagáveis durante o verão.

Enquanto Jaime Cibils Buxareo procurava aumentar a rentabilidade de seu empreendimento em Descalvados pela via da redução de impostos e tentava legalizar as terras que ocupava, a proclamação da República abria um novo período na política brasileira trazendo consequências para a fronteira oeste.



POLÍTICA E NEGÓCIOS: O OESTE NO ALVORECER DA REPÚBLICA





POLÍTICA E NEGÓCIOS: O OESTE NO ALVORECER DA REPÚBLICA

Durante o Império, embora tivesse seu valor estratégico reconhecido pelo governo central, Mato Grosso era considerada uma província de segunda classe, tanto no plano econômico como no plano das articulações políticas.¹⁵⁸ No que se refere a esse valor estratégico, as preocupações do Estado imperial em relação à província de Mato Grosso estavam principalmente voltadas para a sua fronteira sul, em confluência com a turbulência dos vizinhos platinos. Além disso, a ausência de um acesso terrestre viável, fazia com que o contato com a província dependesse da utilização dos rios interiores ao território do Uruguai, Argentina e Paraguai, problema que a Guerra do Paraguai havia desnudado com nitidez.

Terminada a guerra e reduzidas as tensões no Prata, Mato Grosso viu as preocupações com seu valor estratégico serem mantidas e se expressarem na sucessão de militares que governaram a Província no período posterior à Guerra do Paraguai. Militares que haviam se destacado na Guerra do Paraguai como o coronel Rufino Galvão (barão e, depois, visconde de Maracaju, último ministro da Guerra do Império), o general Hermes Ernesto da Fonseca (pai do presidente Hermes da Fonseca), o general Floriano Peixoto (segundo presidente da República) e o coronel Cunha Matos.

Entretanto, a condição de província de segunda classe, no plano dos arranjos políticos, fica patente quando se verifica que durante todo o período imperial nenhum político de Mato Grosso foi eleito para a Assembléia Geral do Império.¹⁵⁹ Mato Grosso era uma espécie de reserva de cadeiras para os acordos políticos decididos no centro do Império. É assim, por exemplo, que o visconde do Rio Branco,



figura de proa do Império, foi eleito senador por Mato Grosso, sem nunca ter posto os pés lá.¹⁶⁰ O mesmo se deu com seu filho, o barão do Rio Branco, que, antes de se dedicar à diplomacia, iniciou sua carreira política como deputado à Assembléia Geral do Império eleito por Mato Grosso.¹⁶¹

Ainda assim Mato Grosso reproduzia a vida política do período imperial. Dessa forma, no final do Império a elite local se dividia entre as duas forças políticas tradicionais do país: o Partido Conservador e o Partido Liberal. O movimento republicano era pequeno e sua influência insignificante.¹⁶²

A proclamação da República pegou os mato-grossenses de surpresa.¹⁶³ Refeitos, logo começaram as articulações e disputas em torno do general Antônio Maria Coelho, ligado ao marechal Deodoro da Fonseca, que foi indicado governador do Estado pelo Governo Provisório. As articulações e disputas não demoraram a descambar para enfrentamentos entre as diferentes frações da oligarquia local, que agora poderiam expressar os seus interesses, tanto no plano local como no plano nacional.¹⁶⁴ Com a República, a oligarquia de Mato Grosso produziria, pela primeira vez, dirigentes com influência nacional, mesmo que essa influência se desenvolvesse com o apoio que tinham de setores oligárquicos de outros Estados do país, cujos interesses defendiam. Foram os casos de Joaquim Murtinho e Antonio Azeredo.

Joaquim Murtinho, por exemplo, tentara algumas vezes ser escolhido deputado à Assembléia Geral do Império, sem sucesso. Após a proclamação da República foi eleito Senador para a Assembléia Constituinte, na eleição de 15 de setembro de 1890, que disputou com os indicados pelo general Antonio Maria Coelho, todos eles eleitos com votação maior que o médico cuiabano. Antonio Azeredo foi eleito deputado federal na mesma eleição, junto com um indicado pelo general Antonio Maria.¹⁶⁵

Mesmo atuando no Rio de Janeiro, esses dirigentes mantinham em Mato Grosso seus correligionários em plena atividade,

utilizando métodos semelhantes àqueles das demais oligarquias do país no período. Como já foi observado, a diferença entre a oligarquia dos grandes Estados, como São Paulo e Minas Gerais, e aquelas dos Estados menores, como Mato Grosso, é que enquanto as primeiras unificavam os seus interesses em torno de um partido, cujo maior exemplo foi o Partido Republicano Paulista, nas segundas os interesses dos chefes locais é que davam o tom da luta política, de forma que esses chefes valiam por um partido e todos lhes deviam obediência. Quem discordasse tinha a opção da luta armada para tentar chegar ao poder.¹⁶⁶

O período que transcorreu de 1889, após a posse do general Antonio Maria Coelho, até 1907, quando Generoso Ponce foi eleito presidente do Estado, após liderar um movimento armado e derrubar o presidente Antonio Paes de Barros (Totó Paes), foi de constante instabilidade política, entrelaçando as disputas de interesse local com aquelas que se desenvolviam no plano nacional.¹⁶⁷ Essas disputas foram marcadas pela violência e por revoltas militares, chegando mesmo a uma proclamação de caráter separatista, de independência de Mato Grosso, como veremos.

As disputas começaram com as diferentes frações da oligarquia local tentando influenciar o general Antonio Maria Coelho. Este, um liberal durante o Império, se afastou de seus antigos correligionários e se aproximou dos antigos conservadores, fundando o Partido Nacional. Os liberais, agora em oposição ao novo governador e liderados por Generoso Ponce, responderam fundando o Partido Republicano e se aproximando de Joaquim Murinho, médico do marechal Deodoro, que havia articulado a indicação do general Antonio Maria. Joaquim Murinho condenou a criação do Partido Nacional.

A primeira disputa entre os dois campos da oligarquia local deu-se quando o general Antonio Maria, controlando as eleições para a constituinte federal de 15 de setembro de 1890 e estadual de 3 de



janeiro de 1891, levou seus apoiadores à vitória, tanto para a constituinte federal como para a estadual. Entre uma eleição e outra, reagindo a provocações dos seus adversários, mandou prender Manoel José Murtinho, irmão de Joaquim Murtinho, destituindo-o do cargo de juiz de direito que ocupava em Cuiabá.¹⁶⁸

A reação dos adversários do general Antonio Maria Coelho foi pedir a sua demissão, realizada no Rio de Janeiro e articulada por Joaquim Murtinho. Seu substituto foi o coronel Frederico Sólón de Sampaio Ribeiro, que anulou as eleições de 3 de janeiro, marcou novas eleições para 28 de maio e abriu o caminho para a vitória dos apoiadores de Generoso Ponce e Joaquim Murtinho, do Partido Republicano. Seus adversários do Partido Nacional, ligados ao general Antonio Maria, boicotaram as novas eleições, na expectativa de que um recurso junto ao Ministro da Justiça lhes fosse favorável.¹⁶⁹

É assim que o sucessor de coronel Sólón, o coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet, chega a Mato Grosso e encontra duas assembléias constituintes eleitas, cada uma constituída integralmente por cada um dos dois partidos existentes e em que se dividia a oligarquia local.

Após uma tentativa de acordo, Mallet inclinou-se pela constituinte dominada pelos apoiadores de Joaquim Murtinho e Generoso Ponce. Dessa forma uma nova constituição estadual foi promulgada em 15 de agosto de 1891 e um novo governador foi eleito e empossado: Manoel José Murtinho, irmão de Joaquim Murtinho.¹⁷⁰

Enquanto se desenvolviam as lutas políticas do período de instalação da República, tanto no plano nacional como no plano local, o destino de Descalvados estava sendo decidido, mostrando que tais processos estavam imbricados.

Em 1888 morreu Jaime Cibils, o pai de Jaime Cibils Buxareo. Este declarou que seu pai era de fato o proprietário de Descalvados.¹⁷¹ Esse acontecimento, somado à baixa rentabilidade da fábrica, aos insucessos na tentativa de redução dos impostos sobre os produtos

exportados e à tentativa frustrada de obter os títulos de posse sobre as terras que ocupava, deve ter desanimado Buxareo. Comentando o artigo do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, que trazia a matéria publicitária a que nos referimos acima e que fora mandado publicar por uma empresa que iria comprar Descalvados, como veremos em seguida, o Visconde de Taunay, que acompanhava os movimentos especulativos da praça do Rio de Janeiro naquele período, disse que “...apesar das vastas proporções da empresa, parece que o primitivo proprietário não tirou resultados correspondente às suas esperanças, queixando-se elle muito dos vexames do fisco brasileiro”.¹⁷² A esses insucessos deve ter se juntado a crise financeira da Argentina, em 1890, o que pode ter criado dificuldades para Buxareo, que residia em Buenos Aires e operava com bancos da capital portenha. Diante dessa situação Jaime Cibils Buxareo decidiu vender Descalvados.

Buxareo negociou inicialmente com a Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, companhia autorizada a funcionar durante o governo do marechal Deodoro da Fonseca e do barão de Lucena, por meio de um decreto, que autorizava ao Banco Mútuo e ao capitão-tenente Orozimbo Muniz Barreto organizar aquela companhia. O estatuto da Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso dizia que esta tinha por fim “A aquisição e exploração do vasto domínio do Descalvado, no estado de Matto-Grosso, (com uma superfície de 350 léguas quadradas e numero superior a 250 mil cabeças de gado, e criação de porcos)”. Em seguida o mesmo estatuto listava todas as explorações e atividades possíveis a serem feitas em Descalvados.¹⁷³

Depois de fixar o capital da companhia em 10 mil contos de réis e estabelecer os demais itens, o estatuto chega ao seu final listando os diretores da companhia: Rui Barbosa (senador), Quintino Bocaiúva (senador), Antonio Azeredo (deputado federal por Mato Grosso), Abel Guimarães (proprietário) e Orozimbo Muniz Barreto (capitão-tenente).¹⁷⁴



Ou seja, temos aí duas das mais importantes personagens da jovem república brasileira (Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva), além de um deputado federal recém eleito por Mato Grosso (Antonio Azeredo), como compradores de Descalvados. Esse negócio nebuloso ainda precisa ser devidamente estudado, mas sobre ele é necessário fazer algumas considerações, bem como sobre os personagens envolvidos. Antes disso, no entanto, é necessário descrever como o negócio foi fechado, como ele se desenvolveu e como acabou resultando em uma disputa judicial entre os compradores e Jaime Cibils Buxareo.

A venda de Descalvados à Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso foi fechada em 12 de março de 1891, no Rio de Janeiro. O comprador deveria pagar a Jaime Cibils Buxareo a quantia de quatro mil contos de réis, ao longo desse ano, da seguinte forma: 500 contos de réis no ato de fechamento do negócio; a segunda parcela, de 1000 contos de réis até o dia 30 de junho; a terceira parcela, de 1000 contos de réis, até 30 de agosto; a quarta e última parcela, de 1500 contos de réis, até o dia 15 de outubro. Ou seja, até 15 de outubro de 1891 o valor total da venda do estabelecimento deveria estar pago.¹⁷⁵

O contrato, bastante detalhado, previa, entre outras cláusulas, que o estabelecimento de Descalvados seria entregue ao comprador assim que fosse paga a segunda parcela. A escritura só seria passada com o pagamento da terceira parcela. Também previa que o pagamento poderia ter seu prazo prorrogado, desde que houvesse comum acordo entre as partes. Havia ainda uma série de cláusulas versando, entre outras obrigações, sobre as despesas da fábrica e dos contratos de entrega de mercadorias produzidas em Descalvados a compradores no exterior.

Os compradores, representados por Orozimbo Muniz Barreto, não pagaram a segunda parcela e nem as demais ao longo do ano de 1891 como previa o contrato. Em 1892, também nenhuma parcela foi paga. Em 26 de janeiro de 1893 Jaime Cibils Buxareo e Orozimbo Muniz Barreto fazem uma “inovação” no contrato de



compra e venda. Por esse termo, o valor da venda de Descalvados foi convertido para libras esterlinas e sofreu uma pequena redução, passando a valer 180 mil libras esterlinas, 20 mil libras esterlinas a menos que as 200 mil libras esterlinas originais. Os 500 mil réis pagos a Buxareo como primeira parcela, foram convertidos em 20 mil libras esterlinas. Dessa forma, a parte do negócio a ser paga passou a ser de 160 mil libras esterlinas.¹⁷⁶

A inovação no contrato também previa que essa parte restante deveria ser paga até o dia 30 de abril daquele ano. Dessa parte que faltava, se fosse de interesse do comprador, poderiam ser pagas 145 mil libras em moeda ou cambiais bancários sacáveis em Londres e 15 mil libras em gado, que Jaime Cibils Buxareo retiraria de Descalvados.¹⁷⁷ Previa ainda essa inovação, que o não cumprimento do contrato implicaria na perda das 20 mil libras pagas inicialmente ao vendedor pelo comprador. Caso houvesse descumprimento por parte do vendedor, a multa seria em dobro.¹⁷⁸

Em 30 de abril Jaime Cibils Buxareo não recebeu as 160 mil libras restantes. Com esse fato declarou-se desimpedido do negócio, começando a procurar um outro comprador para o seu estabelecimento de Descalvados.

Orozimbo Muniz Barreto, no entanto, entrou na justiça contra Jaime Cibils Buxareo, alegando que este havia descumprido o contrato e não teria entregado ao comprador o estabelecimento de Descalvados. Com a ação judicial pedia a devolução das 20 mil libras esterlinas e demais valores utilizados na manutenção de Descalvados. A ação foi protocolada no fórum de Cáceres em fevereiro de 1895. Jaime Cibils Buxareo foi pego de surpresa e, desprevenido, sofreu uma derrota inicial: a fábrica de Descalvados foi embargada pelo juiz responsável pelo processo.¹⁷⁹ Muniz Barreto, por sua vez, fez publicar no Diário Oficial da União, em fevereiro de 1895, um anúncio tentando pressionar Buxareo a lhe devolver a quantia paga, em que dizia :”...nenhum negocio façam com Jayme Cibils Buxareo, quer



com referencia a todos os outros seus bens moveis ou semoventes, muitos destes procedentes do Descalvado, visto serem nullos e írritos todos os atos por elle praticados”.¹⁸⁰

Jaime Cibils Buxareo, no entanto, não se intimidou e reagiu. Contratou advogado e não só derrubou a decisão judicial que embargava o estabelecimento de Descalvados, em março de 1895, como estava caminhando para impôr uma derrota judicial a Orozimbo Muniz Barreto, quando acabou fazendo um acordo amigável com este, provavelmente envolvendo a devolução parcial dos valores recebidos inicialmente.¹⁸¹

Esse acordo deve ter interessado a ambas as partes e tem uma explicação.

Nesse momento as preocupações de Buxareo já eram de outra natureza. Em janeiro de 1895, Jaime Cibils Buxareo já havia acertado a venda de Descalvados para uma empresa constituída para esse fim em Antuérpia, na Bélgica. Além de querer terminar o quanto antes com a disputa com Orozimbo Muniz Barreto, Buxareo procurava concentrar esforços na titulação das posses das terras de Descalvados, ação fundamental para que o negócio com os belgas fosse fechado, como veremos. A emissão dos títulos era, portanto, a questão mais importante para Buxareo naquele momento.

Essa tentativa de venda de Descalvados merece algumas considerações. O negócio, feito com o Banco Mútuo e a Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, deu-se em pleno período do Encilhamento, quando a venda especulativa de ações e sua rápida valorização permitiam ganhos também rápidos e vultuosos.¹⁸² No entanto, logo que o negócio foi fechado começaram os problemas econômicos do Brasil, que só se avolumaram a partir daí, sinalizando a crise que se aproximava e que iria explodir no ano seguinte.¹⁸³ Essa situação deve ter impedido a continuidade dos negócios da companhia e do pagamento de Descalvados. Sem ter como pagar as demais parcelas da compra de Descalvados, o objetivo da ação judicial que Orozimbo

Muniz Barreto e seus sócios moviam contra Jaime Cibils Buxareo, era reaver as 20 mil libras que empregaram no pagamento da primeira parcela, já que com a desvalorização da moeda frente à libra esterlina e a queda vertiginosa no valor das ações, em curso durante o Encilhamento, poderiam obter um bom lucro dos dois lados.

Ou seja, o caso da tentativa de compra de Descalvados pela Companhia Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, mostra altas figuras da jovem república brasileira envolvidas em transações que ajudam a derrubar considerações mitológicas de lisura e probidade de que possam se cercar.¹⁸⁴

De seu lado, durante o período em que o processo correu na justiça, Jaime Cibils Buxareo mostrou ser uma pessoa determinada, não se intimidando com as importantes autoridades e personagens com as quais se relacionou e, depois, enfrentou no caso. Estava acostumado a esse tipo de relacionamento e de embate. No mesmo período em que viu frustrada a venda de Descalvados, Jaime Cibils Buxareo se envolveu em outro acontecimento importante em Mato Grosso. Buscava alternativa para seu empreendimento e procurava tirar proveito da nova situação que se abriu com a luta política que se desenvolvia no Brasil republicano e seus reflexos em Mato Grosso.

Jaime Cibils Buxareo participou ativamente do movimento revolucionário que se desenvolveu no Estado, a partir do desenrolar da constituinte estadual de 1891 e da posse de Manoel José Murinho como presidente do Estado, em agosto de 1891.

A reação dos seguidores do general Antonio Maria Coelho à posse de Manoel José Murinho foi impulsionar uma revolta, em janeiro de 1892, que teve características peculiares e que se ligava à luta política que se travava no plano nacional. O general Antonio Maria Coelho, afilhado político de Deodoro, ao estimular a revolta que explodiu em Mato Grosso em janeiro de 1892, fê-lo a partir da tentativa de golpe de Deodoro, perpetrado em novembro de 1891 (golpe Lucena) e que acabou por levá-lo à renúncia. Defendendo a



manutenção dos deodoristas no poder, Antonio Maria, signatário do manifesto de 13 generais contra Floriano, em março de 1892, adotou posições contrárias às intervenções nos Estados, levadas a cabo por Floriano Peixoto quando este assumiu a presidência. Os apoiadores do general Antonio Maria em Mato Grosso, no entanto, caminharam em sentido contrário e se lançaram na tentativa de derrubar o governo legal de Manoel José Murtinho, que se ligara às posições dos florianistas e que em Mato Grosso eram liderados por Generoso Ponce. Essa revolta realizada em Mato Grosso tinha ligações com a tentativa fracassada dos seguidores do marechal Deodoro, de tomar o poder, tanto no Rio de Janeiro como em outros Estados.¹⁸⁵

O envolvimento das guarnições militares de Mato Grosso no movimento mostrava que este tinha ligações com a disputa política nacional.

Iniciado em Corumbá e liderado por militares ligados ao general Antonio Maria Coelho, o movimento se espalhou por Cuiabá, Cáceres e outras cidades do Estado. Além do apoio militar e de frações da oligarquia local, o movimento tinha apoio social e político dos grandes comerciantes de Corumbá e Cáceres. Esses comerciantes talvez vissem no movimento uma oportunidade de ter maior influência na vida política do Estado ou mesmo abrir o caminho para o separatismo, já que muitos deles eram estrangeiros e tinham interesses que se ligavam mais à região do Prata do que ao Rio de Janeiro.

Vitorioso inicialmente, o movimento afastou do governo o presidente Manoel José Murtinho e colocou no poder estadual representantes da fração oligárquica ligada ao general Antonio Maria Coelho. A resposta da fração afastada foi reorganizar suas forças, sintomaticamente chamada “Divisão Floriano Peixoto”, lideradas por Generoso Ponce, e ir progressivamente retomando o controle da situação até o fim total do movimento insurgente. Manoel José Murtinho foi reconduzido em seguida ao governo.¹⁸⁶

A vitória da fração oligárquica liderada por Generoso Ponce expressa a debilidade política dos revolucionários ligados ao general Antonio Maria que, em sintonia com os opositores do general Floriano Peixoto, planejaram um movimento amplo, de caráter nacional e falharam. O movimento foi derrotado no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outros Estados, só tendo força no Rio Grande do Sul, onde deu início à Revolução Federalista. A reação de Floriano foi a prisão e desterro dos 13 generais e seus apoiadores e a tomada de medidas de força.¹⁸⁷

Os militares rebelados que lideravam o movimento de 1892 em Corumbá, após impedir a chegada àquela cidade de um representante do governo federal, o general de brigada Luiz Henrique de Oliveira Ewbank, chegaram a propor a separação de Estado de Mato Grosso e a proclamação de um Estado independente, com o nome de “República Transatlântica de Mato Grosso”. Os recursos para a sua implantação viriam de um suposto empenho territorial do novo Estado à Inglaterra.¹⁸⁸

Esse acontecimento ainda está por ser devidamente estudado.

Jaime Cibils Buxareo esteve envolvido com esse movimento de 1892, que estava sediado em Corumbá e tinha o apoio dos grandes comerciantes daquela cidade, em sua maioria estrangeira, como ressaltamos anteriormente. Essa participação talvez tenha sido uma ação calculada de Buxareo, tanto no sentido de obter ganhos fiscais para sua empresa de Descalvados, na hipótese de um eventual governo organizado pelos revolucionários, como estar bem posicionado no caso de uma saída separatista, semelhante àquela tentada com a proclamação da República Transatlântica de Mato Grosso.

Sintomática nesse sentido foi a nomeação de Jaime Cibils Buxareo como cônsul da Argentina em Corumbá, em 1892, em pleno desenvolvimento da revolta, substituindo o antigo cônsul que deixara o cargo para fazer parte da junta revolucionária.¹⁸⁹ Nesse caso pode ser levantada a hipótese de que Buxareo estivesse atuando como agente



do governo argentino, como sustentam alguns historiadores, em sintonia com políticos brasileiros ligados ao marechal Deodoro, interessados em desenvolver uma política desestabilizadora do governo do general Floriano Peixoto.¹⁹⁰

Parte da historiografia considera a hipótese de que, escudando-se no apoio desses políticos, Buxareo estaria sendo orientado por Estanislau Zeballos, ministro das Relações Exteriores da Argentina naquele período, que teria interesse no desenvolvimento do movimento revoltoso de Mato Grosso, para que este alcançasse a saída separatista de fato. Caso a via separatista ganhasse força no movimento, com este se estruturando e pedindo reconhecimento internacional, a Argentina poderia se declarar neutra e, com isso, impedir a passagem de qualquer embarcação militar brasileira pelos rios do sistema platino, que pudessem tentar sufocar a rebelião em Mato Grosso. Ao mesmo tempo poderia começar um movimento internacional para declarar a zona como beligerante, o que, na prática significaria reconhecer o governo liderado pelos revoltosos.¹⁹¹

Como vimos, essa hipótese não se confirmou, com o movimento sendo derrotado pelas forças lideradas pela fração da oligarquia local que se opunha aos revolucionários ligados ao general Antonio Maria Coelho, próximo do marechal Deodoro.

Jaime Cibils Buxareo logo tratou de se livrar de qualquer responsabilidade com o movimento e procurou estabelecer boas relações com os vitoriosos de 1892. Em novembro de 1894, ao fazer uma visita a Cáceres, cidade onde havia começado sua carreira na magistratura e onde o movimento de 1892 teve grande apoio, o presidente do Estado, Manoel José Murtinho, pernoitou em Descalvados, onde foi recebido por Jaime Cibils Buxareo. No dia seguinte, como sinal de boas relações, Buxareo levou Manoel José Murtinho em sua lancha até a antiga fazenda do Cambará, de onde o presidente seguiu viagem.¹⁹²

Buxareo tinha todo interesse em ter boas relações com o presidente vitorioso sobre o movimento de 1892. É que em novembro de 1892, Manoel José Murtinho mandou para a Assembléia Legislativa estadual um projeto de lei, logo aprovado, que estabelecia as condições para o reconhecimento das posses das terras devolutas daqueles que detinham essas posses antes da proclamação da República, como era o caso de Jaime Cibils Buxareo. Com a Lei n. 9, de 20 de novembro de 1892 e seus regulamentos, Buxareo poderia então legalizar a posse de toda a área que ocupava seu empreendimento de Descalvados.

Buxareo passou imediatamente a dedicar-se à tarefa de legalizar a totalidade das terras que ocupava e não só daquelas sesmarias que haviam sido medidas pelo major João Carlos Pereira Leite, antigo proprietário da fazenda do Cambará, de onde se originara Descalvados.

A tramitação do processo foi tumultuada, seja pelo tamanho da área envolvida, que precisava ser medida e devidamente documentada, seja por problemas relacionados ao passado político recente de Buxareo.

Enquanto o processo de reconhecimento da posse das terras de Descalvados tramitava junto ao governo do Estado, Jaime Cibils Buxareo foi hostilizado pelos jornais de Cáceres e Cuiabá, provavelmente por inspiração de integrantes do movimento vitorioso de 1892, que não devem ter esquecido do apoio que Buxareo havia dado aos revolucionários. Buxareo, de sua parte, não se intimidava e respondia a todos os ataques que sofria, inclusive utilizando sarcasmo e ironia, creditando tais ataques a pessoas “invejosas”, “mesquinhas” e “dotadas de um pessimismo revoltante”. Ao mesmo tempo ressaltava a importância de Descalvados para a economia de Mato Grosso, os impostos pagos e as contribuições que fazia para a cidade de Cáceres.¹⁹³

Esses ataques se relacionavam ao fato de que enquanto negociava a venda de Descalvados, Jaime Cibils Buxareo também aguardava a legalização das posses das terras que ocupava. Para efetuar a venda precisava dos títulos de posse do conjunto de suas terras,



naquele momento em tramitação no governo do Estado. Jaime Cibils Buxareo, assim que efetuou a venda de Descalvados para uma companhia belga, passou a dizer publicamente que o negócio já havia sido fechado e que estava só na dependência da emissão dos títulos de posse para transmitir o empreendimento aos novos proprietários. Os novos proprietários, por sua vez, passaram a agir como se efetivamente já tivessem tomado posse de Descalvados, recorrendo inclusive à embaixada belga para exigir que o governo de Mato Grosso combatesse os ladrões de gado que infestavam a região. O governo estadual, de seu lado, contestava a venda, alegando que Jaime Cibils Buxareo não havia pago os impostos sobre a transmissão de bens da totalidade das terras vendidas e por isso a venda ainda não estava efetuada de fato.¹⁹⁴ O governo estadual mandou então um procurador a Cáceres, em 1896, com o objetivo de cobrar judicialmente os impostos sobre a totalidade das terras de Descalvados que Buxareo havia vendido para os belgas.¹⁹⁵

Era, portanto, uma disputa entre Jaime Cibils Buxareo e o governo estadual. De um lado Buxareo exigia a emissão dos títulos de posse sobre a totalidade de suas terras para pagar os impostos. De outro, o governo estadual exigia o pagamento do imposto de transmissão sobre a totalidade das terras, mas não emitia os títulos que Jaime Cibils Buxareo alegava serem necessários para entregar Descalvados aos novos proprietários. Foi em torno dessa disputa que os jornais da situação atacavam Buxareo, provavelmente repercutindo as pressões do governo estadual e ainda ressentido com seu apoio aos revolucionários de 1892.

Essa disputa só foi resolvida em 1896, quando Jaime Cibils Buxareo recebeu um total de 208 títulos de posse, representando a totalidade das terras que ocupava. A emissão desses títulos e o pagamento dos impostos sobre a transmissão de bens, logo efetuado, foram realizados depois que Buxareo fez um acordo verbal com o presidente do Estado, Antonio Corrêa da Costa, acordo esse que foi efetuado em Cuiabá, em rápida visita de Buxareo à capital do Estado.

Esse acordo, cumprido por Antonio Corrêa da Costa e Buxareo, implicava em um retardamento na cobrança dos impostos sobre a transmissão de bens, a emissão dos títulos da totalidade das terras de Descalvados e, em seguida, o pagamento dos mesmos impostos por Buxareo. Em longa carta ao presidente do Estado, Buxareo agradeceu o cumprimento do acordo, reclamando ao mesmo tempo dos bancos estrangeiros do Rio de Janeiro que lhe teriam causado prejuízos.¹⁹⁶

Resolvida a questão da titulação das terras, Jaime Cibils Buxareo entregou então Descalvados à administração dos novos proprietários. Começava a presença belga na fronteira oeste do Brasil.





Os **B**ELGAS NA **F**RONTEIRA OESTE DO **B**RASIL





OS BELGAS NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL

5.1 – ANTECEDENTES

Quando iniciaram seus investimentos e ações no oeste brasileiro, os belgas já possuíam experiência com o Brasil, mantendo com o país um intenso relacionamento diplomático e comercial, além de possuir aqui diversos outros investimentos. Esse relacionamento começou praticamente desde o nascimento da Bélgica, com a sua separação da Holanda em 1830. O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer o novo Estado europeu.¹⁹⁷

Em seguida, os dois países começaram um relacionamento que fez de Bruxelas e Antuérpia importantes centros de interesses diplomáticos e econômicos para o Brasil na Europa. Em seu relatório de 1834 o ministro das relações exteriores informava à Assembléia Geral do Império da chegada ao Brasil do encarregado de negócios da Bélgica e da nomeação de diplomata brasileiro para exercer função semelhante naquele país.¹⁹⁸ Por outro lado, a representação brasileira na capital belga passou a ser considerada de primeira linha na diplomacia do Império, condição que se manteve no início da República. Antuérpia tornou-se um dos principais portos de entrada de produtos brasileiros na Europa.¹⁹⁹

O relacionamento político entre o Brasil e o recém criado Estado belga foi facilitado pela existência de monarquias católicas nos dois países bem como por laços familiares unindo as monarquias brasileira e belga, o que permitia um clima de cordialidade no relacionamento entre elas.²⁰⁰

Apesar dessa cordialidade, ao longo do século XIX as relações entre o Brasil e a Bélgica experimentaram um processo onde os



interesses de ambos os lados nem sempre coincidiam. No entanto, os dois países mantiveram um relacionamento cordial e os momentos de maiores dificuldades foram superados sem traumas.

As relações econômicas entre a Bélgica e o Brasil foram promissoras e se intensificaram ao longo do século XIX, na medida em que o Brasil começou a aparecer como um mercado atraente para os manufaturados que a crescente industrialização belga lançava no mercado. Ao mesmo tempo a Bélgica se tornou uma boa porta de entrada no mercado europeu para o café e demais produtos primários do Brasil.

Não obstante esse relacionamento econômico promissor, alguns problemas o perturbaram. Entre eles estava a imigração européia, desejada pelo governo brasileiro, mas cuja efetivação encontrou dificuldades em alguns momentos, dificuldades que estiveram relacionadas com as constantes denúncias de que no Brasil, os imigrantes enfrentavam maus tratos, trabalho escravo, baixos salários, dificuldades de acesso à terra e problemas com a religião do Estado. Essas denúncias irritavam os representantes brasileiros na Bélgica e provocavam intensa atividade contestatória. Como resultado desse processo, em diferentes momentos as autoridades belgas proibiram ou dificultaram a emigração para o Brasil, o que foi acompanhado de explicações e movimentos dos representantes diplomáticos brasileiros naquele país no sentido de reverter a decisão ou de amenizá-la.²⁰¹

A partir da segunda metade do século XIX o Brasil se tornou um bom mercado para o capital belga que, a partir da década de 1870, passou a ingressar nos setores de infra-estrutura urbana, de portos e de serviços públicos, disputando esses setores com o capital alemão, francês, norte-americano e, principalmente, com o capital inglês. Entre 1876 e 1905, um total de 28 empresas de capital belga foi autorizado a operar no Brasil, para um total de 24 de capital norte-americano, 39 de capital alemão, 35 de capital francês e 179 empresas de capital inglês.²⁰²



Por volta de 1890 havia no Brasil um número expressivo de empresas de capital belga, operando em diferentes setores e em diferentes regiões. Entre 1886 e 1896 o capital belga se dirigia predominantemente para os setores de infra-estrutura, principalmente para a construção de ferrovias no sul do país. Ocupava nesse período a terceira posição entre os investidores estrangeiros. Em seguida os belgas começaram a diversificar os seus investimentos, se dirigindo para os setores de mineração, de alimentos, de extração e comercialização de borracha e para o setor de serviços urbanos em diferentes regiões do país.²⁰³

Por outro lado, ao longo da segunda metade do século XIX, técnicos belgas vieram para o Brasil e ajudaram no processo de modernização dos setores de serviços e infraestrutura do país, bem como no setor educacional, que começava a dar os seus primeiros passos. Ao mesmo tempo, estudantes brasileiros, membros de famílias abastadas de diferentes regiões do Brasil, estudaram em escolas belgas e ajudaram no bom relacionamento político e econômico entre os dois países.²⁰⁴

Além desse crescente relacionamento comercial e político, em diferentes momentos os governantes belgas manifestaram interesse em uma aproximação com o Brasil, com objetivos enfocados na questão da ocupação territorial e na colonização. Leopoldo I, o primeiro rei belga, se esforçou em conseguir a aprovação do governo brasileiro para a colonização de determinadas regiões do Brasil por imigrantes belgas. No entanto, essas propostas tinham como objetivo o estabelecimento de colônias de imigrantes em regiões do litoral ou próximo a ele.²⁰⁵

Com Leopoldo II, que ascendeu ao trono belga em 1864, as propostas mudaram de caráter. O novo rei belga passou a desenvolver algumas tentativas no sentido de que o governo brasileiro lhe cedesse um território onde pudesse ter plena soberania, o que significava iniciar no Brasil uma experiência semelhante àquela que seria desenvolvida



no Estado Independente do Gongo, na África.²⁰⁶ O território pretendido por Leopoldo II estava localizado no extremo norte do Brasil e em litígio com a França, sendo objeto de um contencioso que demandou intensa atividade diplomática por parte do governo brasileiro no final do século XIX. Esse território cobiçado por Leopoldo II foi objeto de uma ação curiosa por parte de Jules Gros, um geógrafo francês que tinha como objetivo o estabelecimento naquela região de um suposto Estado livre com o nome de “república do Cunany”, onde Gros seria uma espécie de rei. Para angariar simpatias e atrair financiamento para seu empreendimento, Jules Gros iniciou a venda de títulos nobiliários do seu suposto Estado, o que provocou protestos e ações diplomáticas do governo brasileiro na Europa.²⁰⁷

Foi diante dessa disputa que Leopoldo II fez a sua proposta aos diplomatas brasileiros em Bruxelas, que reagiram com indiferença à proposta do rei belga.²⁰⁸ No entanto, esse episódio mostrou que as ambições territoriais de Leopoldo II estavam apenas esperando uma oportunidade adequada para serem colocadas em prática.

5.2 – O INÍCIO DA OFENSIVA: OS BELGAS EM DESCALVADOS

Antes de comprar Descalvados, os belgas já haviam feito pelo menos uma tentativa no sentido de se estabelecer em Mato Grosso. Em 1888 um comerciante residente em Antuérpia, Luiz Vaez Nazenbergk, solicitou ao cônsul geral do Brasil na Bélgica, José de Saldanha da Gama, que intercedesse junto ao governo de Mato Grosso no sentido de que este fizesse a concessão de duas léguas de terras naquele Estado, onde o comerciante pretendia estabelecer uma colônia com vinte e cinco famílias belgas. Esse comerciante utilizava como argumento para o pedido o “aumento considerável da população belga”. O presidente da província, coronel Raphael de Mello Rego, no entanto, remeteu o pedido ao ministério da



Agricultura, Comércio e Obras Públicas, como determinava instrução daquele ministério para casos semelhantes, e comunicou tal encaminhamento a Saldanha da Gama.²⁰⁹ O pedido não obteve resposta do governo imperial.

De qualquer forma esse pedido parece ser um caso isolado, que não foi acompanhado de novas ações até o final do Império.

Foi a partir de meados da década de 1890 que o interesse belga pela fronteira oeste ganhou força, passando a se desenvolver com uma dinâmica que sinalizava um interesse diferenciado. Quando colocamos dessa forma é porque não se tratou de um caso isolado, como aquele que citamos anteriormente, mas de sucessivas ações, que se efetuaram entre 1894 a 1903, principalmente nos cinco anos compreendidos entre 1898 e 1903.

Essas ações tinham uma característica em comum. Tratava-se da obtenção de grandes áreas de terra, por compra ou concessão, localizadas na fronteira oeste ou próximo a ela. Essas áreas de terra assim obtidas poderiam ser destinadas à criação de gado, seu abate e industrialização, ou para a extração da borracha. Portanto, essas ações estavam, plenamente inseridas, nos setores produtivos mais dinâmicos da economia do oeste daquele período, a pecuária e a extração da borracha, então em franca expansão. Ao mesmo tempo os belgas procuraram construir uma retaguarda diplomática que lhes desse mais garantias para o desenvolvimento dessas ações.

A presença belga em Mato Grosso entre 1895 e 1912 foi carregada de mistérios desde o seu começo. O empreendimento de Descalvados foi vendido em uma viagem de Jaime Cibils Buxareo à Bélgica, realizada no início de 1895. Seu novo proprietário era uma companhia registrada oficialmente em 30 de janeiro daquele ano, cujos estatutos foram depositados na secretaria do Tribunal do Comércio de Antuérpia em 9 de fevereiro e publicados no anexo do jornal *Moniteur Belge* de 14 de fevereiro do mesmo ano. Seu nome era *Compagnie des Produits Cibils, a Anvers*.²¹⁰



A rapidez com que essa transação de vulto foi efetuada sinaliza que o interesse que Jaime Cibils Buxareo tinha de vender Descalvados já era conhecido na Europa desde muito antes, possivelmente desde quando houve a venda frustrada do empreendimento para a Companhia Fomento Agrícola e Industrial de Mato Grosso, no começo da década de 1890. Os comerciantes belgas que vendiam os produtos fabricados em Descalvados também deviam conhecer esse interesse e devem ter funcionado como divulgadores informais do negócio. Por outro lado, a corrida por negócios coloniais, então em pleno desenvolvimento na Europa, deve ter permitido a plena divulgação da venda de Descalvados e das possibilidades que o negócio poderia abrir.

A constituição da companhia que comprou Descalvados foi o desfecho de uma operação que deve ter sido amadurecida durante um certo período, de forma que, quando Jaime Cibils Buxareo chegou à Bélgica, em janeiro de 1895, o negócio já havia sido preparado e foi fechado rapidamente.

Os valores da transação foram declarados ao governo de Mato Grosso em 1.147:250\$000 réis (um mil, cento e quarenta e sete contos e duzentos e cinquenta réis) pela fábrica e 90:000\$000 réis (noventa contos de réis) pelos 208 lotes de terra, valores sobre os quais Jaime Cibils Buxareo pagou 98:980\$000 réis (noventa e oito contos e novecentos e oitenta mil réis) de impostos, correspondentes a oito por cento sobre o valor total da venda, conforme determinava a legislação fiscal do Estado de Mato Grosso.²¹¹

A *Compagnie des Produits Cibils* foi autorizada a funcionar no Brasil por decreto presidencial, publicado em 18 de abril de 1895, assinado pelo presidente Prudente de Moraes e pelo ministro das relações exteriores, Antonio Olynto dos Santos Pires. Junto com o decreto e as cláusulas a serem cumpridas pela nova companhia foram publicados os seus estatutos.²¹²



Os estatutos e a composição acionária da *Compagnie des Pruduits Cibils, a Anvers*, trazem juntos uma questão importante: quem era o verdadeiro proprietário da nova companhia?

Os estatutos da companhia que comprou Descalvados, no entanto, deixam claro não só que Jaime Cibils Buxareo tinha participação nessa nova companhia como era o seu acionista majoritário. Do capital social de entrada, de 3 milhões e 500 mil francos, representados por 14 mil ações de prioridade, 13.780 ações pertenciam a Buxareo (artigos 9 e 11). As ações restantes estavam distribuídas entre os demais acionistas: Jules Carlier (50 ações), Auguste Grisar (50 ações), Aléxis Mols (50 ações), Willian Ford Schmoele (50 ações), Georges Henroz-Puissant (10 ações) e Guillaume Rodrigues Larreta (10 ações) (artigo 11).

Além de possuir a grande maioria das ações de prioridade, Jaime Cibils Buxareo também possuía a totalidade das 14 mil ações de dividendos (artigo 9). Os acionistas minoritários tinham uma participação insignificante, portanto.

Para integralizar o capital de 13 mil ações de prioridade do qual se tornara proprietário, Jaime Cibils Buxareo transferiu para a nova companhia a totalidade das terras de Descalvados, a instalação da fábrica bem como as marcas Cibils e Cibils Descalvados, que lhe pertenciam (artigo 9). Além disso, integralizou 195 mil francos em moeda corrente, o correspondente a 780 ações, juntamente com os demais acionistas, que também integralizaram o capital de suas ações em moeda corrente (artigo 11).

Buxareo ainda deu prioridade, por seis meses, para que a nova companhia adquirisse a totalidade do gado de Descalvados bem como 80 mil quilos de produtos ali fabricados, entregues em Antuérpia. Essas aquisições seriam amortizadas em 50 anos (artigo 10).

O artigo 44 dos estatutos determinava que nas assembléias nenhum proprietário de ações de prioridade emitidas ou de ações de dividendo poderia ter mais do que um quinto do total de votos, pelo



total das ações possuídas (ações de prioridade e ações de dividendo), ou dois quintos do total de votos, por um dos dois tipos de ação.

Dessa forma, Jaime Cibils Buxareo, possuindo um total de 27.780 ações, ficou com um total de 5.600 votos nas assembléias gerais da nova companhia, correspondente assim a 96 por cento do total de votos. Os demais sócios ficaram com o número de votos correspondentes ao número de ações de prioridade que possuíam. O que se pode aferir desse artigo 44 é que o artifício, apesar de aumentar a participação dos acionistas minoritários, dando a eles uma pequena participação nas decisões da nova companhia, não impedia que essas decisões estivessem sobre o absoluto controle de Buxareo.

Conforme determinava o estatuto (artigo 23), uma assembléia geral extraordinária, convocada e reunida, em seguida à assembléia que constituiu a companhia, elegeu o seu conselho de administração, que foi composto por Jaime Cibils Buxareo, Aléxis Mols, Jules Carlies e Auguste Grisar.²¹³

A questão que se levanta imediatamente é saber se Jaime Cibils Buxareo apenas mudou a razão social da empresa que controlava Descalvados, transformando-a em uma sociedade por ações, ou se essa transformação foi acompanhada por uma efetiva mudança no controle da companhia, o que fazia de Buxareo apenas um testa-de-ferro do verdadeiro controlador.

O mais provável é que a segunda hipótese seja a resposta para a questão. No entanto, não é possível determinar, a partir do estatuto, quem seria o verdadeiro controlador da empresa naquele momento. A presença de Buxareo no conselho de administração poderia ser uma garantia de que ele se empenharia na solução das pendências que ainda existiam, antes de transferir o controle da sociedade ao seu verdadeiro proprietário.

Outra questão que suscita dúvidas é em relação ao preço da transação com os belgas. Na venda de Descalvados à Companhia de Fomento Industrial e Agrícola de Mato Grosso, realizada em 1891, o



seu preço foi fixado em 4 mil contos de réis, pela totalidade das terras, pela fábrica, pelo gado e demais animais. Quando foi negociado com os belgas, em 1895, o valor total do empreendimento foi fixado em aproximadamente 2,46 mil contos de réis, portanto mais de 1,5 mil contos de réis abaixo do valor fixado na primeira tentativa de venda. Uma redução de cerca de 40 por cento em relação ao preço anterior.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para essa grande redução no valor do empreendimento. A primeira, é que o valor da primeira tentativa de venda estava supervalorizado, o que corroboraria com o caráter especulativo daquela transação realizada em pleno Encilhamento e que acabou por ser desfeita, como vimos. A segunda hipótese é para uma subvaloração do empreendimento na segunda tentativa de venda, desta feita efetivada aos belgas, o que teria possibilitado o pagamento de um valor menor no imposto sobre a transferência e também dado motivo a uma polêmica com o governo do Estado, como mostramos no capítulo anterior. A terceira hipótese é para a correção do valor quando da venda aos belgas, que estaria de fato em seu patamar real. No caso de confirmação dessa última hipótese, se confirmaria também a primeira.

Os passos seguidos por Jaime Cibils Buxareo, antes da transação ser efetuada, indicam que ele agia em sintonia com a nova razão social da companhia. A prova disso foi o empenho de Buxareo para que o governo de Mato Grosso emitisse os 208 títulos de posse, correspondentes à área total de Descalvados, e sua concordância em encerrar a disputa com Orozimbo Muniz Barreto, em torno da venda de Descalvados à Companhia Fomento Agrícola e Industrial de Mato Grosso. A continuidade dessa disputa poderia dificultar ou mesmo impedir a venda de Descalvados para os belgas.

A emissão dos títulos da totalidade das terras de Descalvados era fundamental porque, como ressalta o artigo 9º do estatuto da nova controladora, essas terras constituíam uma parte dos bens com que Jaime Cibils Buxareo iria integralizar a sua cota do capital social



da nova empresa. Isso torna compreensível todo o empenho desenvolvido por Buxareo para a legalização das terras, bem como o seu envolvimento em polêmicas jornalísticas ao longo desse processo. Em uma resposta a seus contendores, em um artigo do jornal *O Republicano*, publicado em Cuiabá em 12 de janeiro de 1896, Buxareo explicitava que a transferência das terras de Descalvados à companhia belga, “por elle organizada na Europa”, era “uma formalidade que ainda não se realizou, porque entre os bens pertencentes ao referido estabelecimento, existem terrenos sujeitos a legitimação, que segundo o que determina a lei das terras, não podem ser vendidos e nem alienados”.²¹⁴

É possível que o conhecimento da negociação para a venda de Descalvados, que se desenvolvia na Europa, tenha levado Orozimbo Muniz Barreto a mover a ação contra Buxareo. Orozimbo Muniz Barreto tentava com essa ação arrancar de volta o máximo que podia de Buxareo, certo de que poderia se constituir em um obstáculo à negociação com os belgas. A publicação de uma nota no *Diário Oficial da União*, em 2 de fevereiro de 1894, quando provavelmente as negociações para a formação da nova companhia na Bélgica já estavam em andamento, procurava chamar a atenção do público para a disputa judicial em que estava envolvido o estabelecimento de Descalvados.²¹⁵ Essa nota funcionou como uma advertência a Buxareo, no sentido de que ele tinha uma pendência a resolver, antes de ser fechada a negociação na Europa.

Assim que concluiu as negociações para a formação da companhia na Bélgica, em fevereiro de 1895, Jaime Cibils Buxareo retornou ao Brasil e procurou agir com rapidez, tanto na questão da legalização das terras de Descalvados, como na contraposição à ação movida por Orozimbo Muniz Barreto. Nessas duas frentes de atuação conseguiu bons resultados, como descrevemos anteriormente. Em maio de 1895 chegou a um acordo com Muniz Barreto e em agosto de 1896 recebeu do governo de Mato Grosso os 208 títulos de posse das terras de Descalvados.



Então Jaime Cibils Buxareo pôde concluir a integralização de sua cota no capital social da nova empresa criada em Antuérpia e a transação foi concluída.

Apesar de ainda ter essas duas pendências a serem resolvidas no Brasil, a transferência de Descalvados à administração do novo proprietário belga foi imediata. Enquanto Jaime Cibils Buxareo travava sua batalha pela legalização das terras junto ao Estado de Mato Grosso e a lutar na justiça contra Orozimbo Muniz Barreto, desde abril de 1895 o estabelecimento de Descalvados passava a ser administrado pela nova companhia. A *Compagnie des Produits Cibils* mandou para Descalvados uma equipe de administradores tendo à frente o belga François Joseph Van Dionant.

Por outro lado chama atenção o fato de que, desde o momento em que assumiu a administração de Descalvados, a *Compagnie des Produits Cibils* passou a receber a proteção da representação diplomática belga no Brasil. Já em 18 de março de 1895, portanto pouco mais de dois meses depois da constituição da nova companhia na Europa, a legação da Bélgica no Rio de Janeiro solicitava providências do governo federal no sentido de combater as ações de ladrões de gado provenientes da Bolívia, que agiam nas terras de Descalvados.²¹⁶ Chama atenção também, o fato de que essa solicitação feita pela legação belga tenha se dado antes da companhia ter sido autorizada a funcionar no Brasil, o que, como vimos, somente se daria em 18 de abril seguinte. Isso mostra que já havia troca de informações entre o antigo e os novos proprietários, sobre os problemas a serem enfrentados em Descalvados, entre os quais estava o roubo de gado efetuado por quadrilhas de ladrões provenientes da Bolívia.

Dessa forma, a partir de 1895 Descalvados tornou-se o primeiro empreendimento belga no oeste. No entanto, apesar de suas dimensões, era um empreendimento isolado e sua compra pelos belgas não foi acompanhada, naquele momento, de outros empreendimentos semelhantes. A compra isolada de Descalvados parecia sinalizar uma



operação estritamente econômica que deveria ter um tempo para maturar e permitir a remuneração do capital investido em sua aquisição. Entre 1895 e 1897 esse empreendimento permitiu um rendimento razoável aos seus sócios na Europa, que receberam dividendos e bonificações.²¹⁷

A partir de 1897, no entanto, a situação começou a mudar rapidamente, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, indicando o início de uma nova estratégia. Verifiquemos como essa nova estratégia foi aplicada e como se processou.

5.3 – UMA ESTRATÉGIA EM PROCESSO

Em 1897 a legação da Bélgica no Rio de Janeiro solicitou ao governo brasileiro a instalação de um consulado daquele país em Descalvados. A solicitação foi negada, mas foi autorizada a instalação de um vice-consulado em Descalvados e seu administrador, o belga François Van Dionant, foi alçado à condição de vice-cônsul.²¹⁸ Em meados de 1898 Van Dionant se apresentou na nova condição ao presidente do Estado de Mato Grosso.

Vice-Consulado da Bélgica em Matto-Grosso.

Descalvados 22 de Agosto de 1898.

Exmo. Sr. Coronel Antonio Cesário de Figueredo,
Digno Presidente d'este Estado. – Cuyabá-

Tenho a honra de participar a V. Exa. que acabo de receber o meu titulo de nomeação para o cargo de Vice-Consul do reino da Bélgica, em Descalvados, com jurisdição no Estado sob a digna administração de V. Exa. – cujo titulo veio competentemente acompanhado do exequatur do Presidente da Republica Brasileira. Concedendo em data de 14 de setembro de 1897, sua confirmação á minha nomeação,

entretanto, em consequência da demora por parte do correio, só agora chegaram-me às mãos taes documentos.

Apresentando junto a este o mesmo exequatur, que para preenchimento das formalidades legais tenho a honra de submeter á aprovação de V. Exa., é-me grato assegurar-lhe que, no desempenho daquelle mandato a mim immerecidamente confiado, empregarei os maiores esforços no sentido de continuar a desenvolver o mais possível as boas relações industriaes e commerciaes da Bélgica com o Estado sob a honesta administração de V. Exa.

Por circumstancia independentes de minha vontade, vejo-me presentemente impossibilitado de transportar-me para ahi, afim de apresentar pessoalmente, como desejava, minhas homenagens a V. Exa. – e ás autoridades dessa Capital. Entretanto aproveito a oportunidade para, com a expressão dos meus protestos da maior consideração a V. Exa. assegurar-lhe que continuarei sempre a respeitar as leis Federaes e Estaduaes, que serão fielmente observadas e cumpridas em tudo o que depender do meu concurso e boa vontade.

Saude e Fraternidade.

F. Van Dionant.²¹⁹

Essa era uma operação diplomática inusitada. Qual seria o objetivo do governo belga ao pretender estabelecer um consulado em um empreendimento agroindustrial isolado na fronteira oeste? É interessante observar que em seu ofício ao presidente do Estado de Mato Grosso, Van Dionant se apresentava com todo o cuidado, de forma humilde (o título de vice-cônsul lhe teria sido “imerecidamente confiado”), medindo os termos, com palavras elogiosas ao presidente do Estado e assegurando que iria respeitar as leis estaduais e federais. Por fim, se despedia com o termo de encerramento “saúde e fraternidade”, usado pelas autoridades governamentais do Brasil, após a proclamação da República, para se diferenciar do termo “Deus guarde Vossa Excelência”, usado pelas autoridades do Império. Ou



seja, procurava estar em sintonia com a simbologia do novo governo republicano do Brasil, mesmo que os belgas fossem governados por uma monarquia que havia mantido estreitas relações com o destronado governo imperial brasileiro, como mostramos.

Esse pedido de elevação de Descalvados à condição de consulado da Bélgica torna-se ainda mais surpreendente porque pouco tempo antes, em janeiro de 1897, François van Dionant havia pedido a sua naturalização, em requerimento dirigido ao governo de Mato Grosso. Este indicou ao requerente que o seu pedido deveria ser feito ao governo federal, que tinha a competência para analisar o pedido.²²⁰ Não temos registro de que o administrador belga de Descalvados tenha seguido em frente com seu pedido para tornar-se cidadão brasileiro. A questão que fica, no entanto, é: o que teria levado Van Dionant a pedir a sua naturalização?

Dois hipóteses podem ajudar a explicar essa iniciativa de naturalização. A primeira seria para, na condição de brasileiro, ganhar mais legitimidade para ter a posse de uma crescente área de terras que os belgas começariam a requerer na fronteira oeste no período. No caso de se naturalizar, Van Dionant poderia funcionar como um bom testa-de-ferro para as empresas belgas ou mesmo para qualquer iniciativa colonialista. A segunda hipótese seria iniciar uma atuação no meio político local para, com isso, tentar repetir em Mato Grosso um processo que resultasse em um pedido de intervenção ao governo belga, semelhante àqueles que as potências coloniais da época desenvolveram na África.

Stols destaca essa hipótese: “O que certamente faltou mais aos belgas foi uma causa humanitária, do tipo da campanha antiescravista no Congo, ou um movimento autonomista, que teria permitido uma intervenção aberta”.²²¹

A situação de constante instabilidade política em Mato Grosso, palco de sucessivas lutas que envolviam as diferentes frações da oligarquia local, pode ter instigado os belgas a pensar nas



possibilidades que poderiam ser abertas por aquelas lutas, inclusive a de um pedido de intervenção. Nesse caso, a presença de um consulado e de um belga naturalizado que pudesse intervir nas disputas políticas locais ajudaria muito, ganhando legitimidade para atuar como pacificador.

Por outro lado, se os belgas pudessem ter meios efetivos de intervir diretamente nessas lutas sem depender de qualquer das frações da oligarquia mato-grossense, poderiam se colocar em situação mais vantajosa para cumprir uma hipotética missão “humanitária”. Por volta de 1898 os belgas já dispunham de um destacamento armado, atuando contra ladrões de gado em Descalvados. Stols chama atenção para o comportamento de Van Dionant, que ao chegar a Descalvados, atuava como se estivesse em terra conquistada. Justificando seu pedido de elevação de Descalvados à condição de consulado, dizia:

Je vis ici dans um pays demi sauvage où une plaque colorée sur une maison fait beaucoup plus d’effet que le plus beau tître consulaire, les autorités étant nulles ici, j’ai souvent à défendre à coups de fusils les trois à quatre cents lieues de territoire de la compagnie belge des produits Cibils, et surtout ses bestiaux, j’ai même organisé à cet éffet un petit détachement composé d’anciens sous-officiers de l’armée belge qui fait merveilles contre les assassins et maraudeurs que j’ai por voisins, tant em Bolivie qu’au Brésil. Le Président de l’Etat du Matto Grosso déplorant l’absence d’une force de police suffisante dans son gouvernement m’a autorisé à suivre ce mode sommaire de faire la justice.²²²

A defesa armada que os belgas faziam de sua propriedade, com o consentimento tácito do governo de Mato Grosso, dava-lhes a prerrogativa de ter um pequeno destacamento de soldados, cumprindo as funções que o próprio presidente do Estado se dizia incapaz de exercer. E Van Dionant se regozijava com os feitos desse destacamento.



Se na luta política local os belgas não tiveram a oportunidade que esperavam, por outro lado também procuraram desenvolver outras possibilidades de negócios, em sintonia com as perspectivas que a fluida geopolítica internacional do período poderia criar.

Entre 1898 e 1903 os belgas iniciaram novas operações no oeste do Brasil, ampliando rapidamente sua presença na região. No momento em que Descalvados é alçado à condição de vice-consulado, se inicia na Europa um movimento de capitalistas belgas com a constituição de diversas companhias por ações, que tinham como fim a operação na fronteira oeste do Brasil e na Amazônia.

A primeira foi a *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso*, fundada em Antuérpia em 26 de novembro de 1898. Em seus estatutos, a companhia fixava seus objetivos:

Art. 3. – A sociedade tem por fim todas as operações agrícolas, florestais, minerais, industriaes e commerciaes, todas as empresas de transporte por terra e água, de trabalhos públicos, de colonização e outras; para este fim poderá adquirir concessões territoriaes ou outras, vender as que teria obtido valorizar. Poderá estabelecer fabricas e estabelecimentos, como também criar sedes administrativas, agencias, succursais, escriptorios e feitorias, onde julgar necessário.²²³

Como se pode observar, a nova companhia tinha estatutos que lhe permitiam atuar em praticamente todas as atividades. Esse tipo de cláusula estatutária era comum nas companhias européias daquele período, principalmente aquelas que operavam em negócios coloniais.

Entre os sócios da *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso* estavam Aléxis Mols, os irmãos Ernest Grisar e Emile Grisar, a empresa de Leão Fuchs, a família Osterrieth e membros da família do coronel Eduard Thys, pessoa de confiança do rei Leopoldo II. O coronel Thys era procurador de vários sócios, perfazendo em suas



mãos cerca de 50 por cento das ações da companhia, o que lhe dava o controle da mesma.²²⁴

Como observamos anteriormente, Aléxis Mols e August Grisar, irmão de dois outros membros da mesma família, integravam o conselho de administração da *Compagnie des Produits Cíbils* desde a sua criação.

A *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso* integrou em seu patrimônio a concessão para a exploração de borracha na região do rio Juruena, localizada no noroeste de Mato Grosso, de difícil acesso e bastante distante da capital, Cuiabá. Tal concessão havia sido recebida inicialmente pelo suíço Conrad Andeer, em abril de 1898.²²⁵ Posteriormente, quando a *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso* foi criada, essa concessão foi transferida à companhia belga por intermédio do acionista Osterrieth & Comp., uma outra companhia provavelmente integrada por Conrad Andeer ou que tinha neste um testa de ferro.²²⁶

Logo depois, em fevereiro de 1899, o cônsul da Bélgica no Paraguai, Arnold Schoch, informou ao chefe da legação do Brasil naquele país, Brazilio Itiberê da Cunha, que iria a Mato Grosso regularizar aquela concessão, em virtude do falecimento de Conrad Andeer, supostamente assassinado por seus peões.²²⁷ Em agosto de 1901, a *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso* assinou contrato de concessão com o governo de Mato Grosso pelo qual se declarou cedente da concessão de Conrad Andeer.²²⁸

A *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso* recebeu então uma concessão de terras de grandes dimensões, cuja área foi dividida em explorações de dois tipos de produtos: borracha e ervas. A área para a exploração de erva (possivelmente erva-mate) foi fixada em termos de meridianos e paralelos:

Art. 1. – Fica o governo autorizado a conceder por arrendamento ao cidadão suíço Conrad Andeer, a empresa que organizar:



1-Os seringaes existentes na margem direita do rio Jurueua desde as suas cabeceiras até a sua confluencia no rio Arinos, com fundos para o espigão divisor das águas dos dous rios.

2-Os hervaes que descobriu no território compreendido entre os 14.35" até 15.45" latitude Sul, 13.45" e 15.30" long. do meridiano do Rio Paraguai até o Sangradouro, e para leste o espigão do divisor das águas dos rios Cuyabá e Paraguay, para o Norte os contrafortes do Sul da serra do Tapirapuam até as cabeceiras do Jaurú e Pecuy, e para o Oeste o divisor das águas do Jaurú e Guaporé, mediante as seguintes condições...²²⁹

É curioso que a *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso* tenha recebido concessões para explorações de ervas, quando já se sabia nesse período que a erva-mate não era encontrada no norte de Mato Grosso.

A segunda empresa constituída em 1898 foi o *Syndicate de la Banque Africaine*. Essa sociedade por ações tinha como objetivo inicial a compra das concessões no Estados de Mato Grosso e Amazonas, em poder do boliviano Adolpho Ballivian. Ballivian desenvolvia atividades comerciais na Europa e na América do Sul, simultaneamente às suas atividades diplomáticas em nome da Bolívia. Era difícil saber onde terminava uma e começava a outra. Como veremos mais à frente, nesse período Adolpho Ballivian estava em permanente ligação com o chefe da representação diplomática da Bolívia em Londres, Felix Avelino Aramayo, que também combinava a diplomacia com suas atividades comerciais.

Em Mato Grosso, Adolpho Ballivian possuía concessões para a exploração de estradas e hidrovias desde 1895. Neste ano, a firma *Mercado, Ballivian & Companhia*, da qual Adolpho Ballivian era sócio, comprou a concessão que o francês Eusèbe Guibert de Blaymont havia recebido do governo do Estado no ano anterior.²³⁰ Pelos termos do contrato que fez com o Estado de Mato Grosso, Ballivian deveria



concluir a construção de uma estrada de rodagem entre Santo Antonio, no rio Madeira, e Guajará Mirim, no rio Mamoré, até o começo de 1899. Como compensação pela construção da estrada de rodagem, Ballivian recebeu preferência para adquirir terras devolutas ao longo da estrada, isto é, cinco lotes de terra, totalizando um total de 90 mil hectares, também ao longo da estrada, além de preferência para uma eventual transformação da estrada de rodagem em estrada de ferro. Essa última preferência foi, em seguida, efetivada com um novo contrato entre o Estado de Mato Grosso e *Mercado, Ballivian & Companhia*.

Além desse novo contrato, em seguida foi feita uma nova concessão, desta vez, referente à navegação no rio Guaporé, entre Guajará-Mirim e a localidade denominada “Ponte Velha”. Nesse novo contrato a estrada de rodagem foi substituída por uma estrada de ferro.²³¹

Os contratos de concessão acima descritos, entre o Estado de Mato Grosso e *Mercado, Ballivian & Companhia* previam a realização de parte das atividades em dois anos e, no caso de não cumprimento, seria declarada a caducidade dos mesmos. Mesmo não tendo atendido essa cláusula contratual, em 1898 Ballivian conseguiu a prorrogação dos contratos por dois anos.²³² Em seguida, ele vendeu as concessões ao *Syndicate de la Banque Africaine*.

As concessões que Adolpho Ballivian vendeu ao *Syndicate de la Banque Africaine* e que se localizavam em Mato Grosso, foram descritas nos ofícios que Alfredo Leite Rodrigues Torres, chefe da legação do Brasil em Bruxelas, enviou ao Ministério das Relações Exteriores e ao governo de Mato Grosso no final de 1898. No ofício que enviou ao presidente do Estado de Mato Grosso, o diplomata brasileiro descreve a companhia, seus sócios e um encontro que teve com seu representante.

Segundo informações de fonte particular que me foram ministradas, “l’Africaine”, banco d’estudos e d’empresas colonias, é uma



sociedade anonyma cuja sede acha-se estabelecida n'esta cidade (Avenue de l'Astronomie n. 27). O Capital sobe a 3 milhões de francos, integralmente realizado, podendo contudo ser augmentado. Ocupa-se de negocios coloniaes, como o seu nome indica; os fundadores e principaes accionistas já pertencem á varias companhias comerciais congolezas, entre outras a companhia do Alto Kassai. O Conselho de Administração é composto de pessoas reputadas, idôneas e serias. Esta sociedade constituiu-se em Agosto ultimo e tracta especialmente dos productos similares aos do Congo, razão pela qual, talvez, encarregou-se das empresas Mercado & Ballivian. Os estatutos do banco são bastante amplos, podendo entrar com toda ordem de negócios coloniaes, inclusive estradas de ferro, vias de comunicação e meios de transporte.

A escritura de contracto foi lavrada em Bruxellas de um lado pelos Srs. Alfred Roose, do Syndicato "Banque Africain" e Felicien Maes, administrador delegado do banco financeiro russo em Paris e de outro lado pelo Sr. Adolpho Ballivian, representando a firma Mercado e Ballivian.

Na visita de despedida que me fez anteontem o Sr. Ballivian apresentou-me elle o representante do Syndicato belga, Sr. Alberto De Deken, que lhe deve acompanhar-o na sua primeira expedição ao Estado. O Sr. Ballivian tenciona seguir da Inglaterra para o Pará na primeira quinzena de Dezembro próximo, levando a bordo do mesmo paquete a lancha especial que acaba de mandar construir em Liverpool para a navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.²³³

Ofício com teor semelhante foi enviado ao Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. O ministro Olyntho de Magalhães respondeu a Rodrigues Torres advertindo-o no sentido de que "eviteis toda intervenção nesse negocio".²³⁴

Alguns dias depois, Alfredo Leite Rodrigues Torres enviou um novo ofício ao ministro Olyntho de Magalhães, informando-o de



que as concessões de Adolpho Ballivian foram mesmo compradas pelo “syndicato” *Banque Africaine*. Informava ainda da constituição, também sob os auspícios do *Banque Africaine*, da *La Brésilienne*, da terceira empresa fundada no ano de 1898, para os mesmos fins daquelas outras que descrevemos anteriormente. Em resposta, Olyntho de Magalhães advertiu novamente Rodrigues Torres para que atentasse para o fato de que a ferrovia Madeira-Mamoré era objeto de tratado com a Bolívia e que este dependia de aprovação do Congresso Nacional, até aquele momento ainda não efetuado.²³⁵

O tratado a que se refere o ministro das Relações Exteriores, Olyntho de Magalhães, era o “Tratado de amizade, comércio e navegação”, concluído em 31 de julho de 1896 e que estava pendente de aprovação no Congresso Nacional, por precaução do governo do Brasil, já conhecedor do processo de ocupação do território boliviano, na região do rio Acre, por seringueiros brasileiros, naquele momento resistindo às tentativas de retomada do controle desse território por parte das autoridades bolivianas. O governo boliviano ameaçava intervir militarmente na região, daí a reticência do governo brasileiro em aprovar o tratado que envolvia a construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Esse tratado seria mais tarde retirado pelo governo brasileiro do Congresso Nacional e seus termos seriam incluídos no Tratado de Petrópolis, após o desfecho da chamada Questão do Acre.²³⁶ Voltaremos a esse tema mais à frente.

Como informou Rodrigues Torres ao ministério das Relações Exteriores, o *Syndicate Banque Africaine*, o “*L’Africaine*”, “banco de Estudos e empresas Coloniais S. A”, com sede em Bruxelas, era representado no negócio da *La Brésilienne* por Alfred Roose, que, juntamente com seu irmão, também possuía ações. Outro acionista importante era Louis Sgal, presidente da *Eccles, Rubers and Cycle Company*, de Liverpool. Entre seus acionistas minoritários estavam diversos gerentes, administradores e magistrados do Estado Independente do Congo. Apesar de ser fundada em 1898 a empresa



só pediu, e recebeu, autorização para funcionar no Brasil em 1901. O estatuto da *La Brésilienne* dizia que “a companhia tem por fim principal o comercio, a colheita e a cultura da borracha e outros productos do solo do Brazil”, entre outros diversos objetivos.²³⁷

Nesse mesmo período, o “*L’Africaine*” estava em negociações com o governo da Bolívia para a construção de um porto na margem esquerda do rio Paraguai, na região da Bahia Negra. Por esse contrato, o porto seria ligado por uma ferrovia a Santa Cruz de La Sierra, com ramais para Potosi e Sucre.²³⁸ Se somarmos esse empreendimento projetado na Bolívia, àqueles a serem desenvolvidos na fronteira oeste do Brasil, podemos concluir que os belgas procuravam estender seus negócios por toda a região central da América do Sul (ver mapa 4).

Em abril de 1899, foi criada em Paris uma quarta empresa, a *Comptoir Colonial Française Société Anonyme*, também com a participação de acionistas que possuíam participações nas empresas que citamos anteriormente: Alfred Osterrieth, Fuchs De Decker & Comp., Ste. Anversoise d’Entreprise Coloniale, Compagnie Commercialle Agricolle Anversoise, Aléxis Mols e Ernest Grisar. Era uma empresa sediada em Paris, mas com capital controlado por belgas, portanto. Aléxis Mols passou a integrar o seu conselho de administração e Ernest Grisar e Eduard Thys participaram da assembléia geral da empresa realizada em 6 de junho de 1899 na condição de “dous mais fortes acionistas”. Essa empresa também foi autorizada a operar no Brasil em 1900.²³⁹ Entre os acionistas estava a *Compagnie Commerciale et d’Importateurs Reunis*, com sede em Paris, que entrava para a nova empresa com escritórios, propriedades, feitorias e direitos no Rio de Janeiro, em Nazareth (que dizia estar no Peru, mas que de fato estava no território do Acre, então conflagrado), Santa Cruz (no Amazonas), Manaus, no Pará (Belém), além de concessões e direitos semelhantes no Sudão, no Senegal e em Guiné.²⁴⁰ A *Compagnie Commerciale et d’Importateurs Reunis* comprou essas propriedades e direitos da casa comercial F. M. Marques & Cia, sediada



em Belém. Na margem brasileira do rio Javari, a empresa tomou posse de seringais de 775 quilômetros quadrados, com 2500 estradas abertas, barracões, barcos e três lanchas a vapor.²⁴¹

Destaquemos que o rio Javari fica na fronteira do Brasil com o Peru, numa região ainda não demarcada então e onde, à época em que essa compra foi efetuada, já havia uma disputa aberta entre os seringueiros brasileiros e o governo da Bolívia pelo controle da região. A localidade de Nazaréth, que a empresa dizia estar localizada no Peru, na realidade estava localizada na região conflituosa de um afluente do rio Juruá, região essa, que também era reivindicada pelo Peru.

Provavelmente fosse esse o objetivo dos belgas: estar em uma região de disputas, para lançar mão de mecanismos conhecidos de reclamações econômicas, de perdas de investimentos e de agressões, para, com essas justificativas, solicitar a intervenção do governo de seu país.

Uma quinta empresa criada pelos belgas foi a *Société Anonyme l'Abunã*, criada em 1900. Essa empresa tinha como objetivo a exploração da borracha nos rios Abunã no Estado do Amazonas e tinha um capital de 1,35 milhão de francos.²⁴² O rio Abunã separava o território do Estado de Mato Grosso do Estado do Amazonas e da Bolívia, em região rica em seringueiras, o que estimulava uma disputa territorial entre os Estados de Mato Grosso e Amazonas. Ambos os Estados disputavam a cobrança dos impostos sobre a borracha extraída na região. A margem direita do rio Abunã, abastada de seringueiras, também estava conflagrada pelos seringueiros brasileiros, que lutavam contra o controle daquela região pelas autoridades bolivianas. A *Abunã*, que também era controlada pelo *L'Africaine*, deveria comprar as concessões de Adolpho Ballivian, mas a transação não deu certo e a companhia foi liquidada, com seus controladores não tendo pedido autorização para seu funcionamento no Brasil.

Essa sucessão de empresas belgas criadas para explorar borracha, pecuária e serviços na fronteira oeste, era impulsionada pelo



exemplo dado pelo empreendimento de Descalvados, que distribuía dividendos aos seus acionistas e desde 1899, passou a ter o seu controle acionário assumido pelo *Banque D'Outre-Mer*, seu provável controlador desde o início.²⁴³ O seu antigo proprietário, Jaime Cibils Buxareo sai de cena nesse momento e a administração de Descalvados passou a novos integrantes: Alexandre Delcomune e Leon Thierry.²⁴⁴ O segundo, logo se apresentaria ao governo estadual como representante da companhia, em uma reclamação sobre os valores dos impostos cobrados sobre a venda da fazenda São José, comprada pelos belgas.²⁴⁵ Na assembléia geral daquele ano, o dirigente do banco, coronel Albert Thys, “deteve-se especialmente sobre a empresa dos produtos Cibils, cujo campo de operação numa província do Brasil é muito vasto e que oferece também a vantagem de conter nas suas riquíssimas florestas borracha de qualidade superior”. Além de Mato Grosso, o banco *D'Outre-Mer* possuía investimentos em outras regiões do Brasil.²⁴⁶

Um dado a ser observado nas empresas criadas nesse período para atuar primordialmente no Brasil, como aquela descrita no ofício do representante diplomático do Brasil em Bruxelas que reproduzimos acima, é que as mesmas tinham as características de empresas para atuar nas colônias africanas, em particular no Estado Independente do Congo. Portanto, eram empresas com características colonialistas e seus acionistas eram os mesmos experientes investidores de empresas que operavam no Estado privado africano de Leopoldo II, ou em outras colônias européias na África e na Ásia.

Também é necessário observar como o representante diplomático do Brasil em Bruxelas, acima citado, faz da experiência africana dos investidores belgas, uma espécie de credencial de respeito para com essas pessoas, consideradas por ele como “reputadas, idôneas e sérias”. O diplomata não vê motivos para preocupações, no fato de que, no caso do Brasil, esses investimentos se dirigiam não para uma colônia belga ou de qualquer outro país europeu, mas para um país independente.



Parece-nos que esse respeito para com os investidores belgas do Estado Independente do Congo, demonstrado pela diplomacia brasileira em Bruxelas, vinha em larga medida da propaganda que Leopoldo II fazia de seu Estado privado. Como chamou atenção Hochschild, Leopoldo II era especialista em fazer propaganda de seus feitos na África, se utilizando para isso de uma eficiente rede de contatos, além de outros mecanismos de influência, que iam do suborno à pressão política.²⁴⁷

Leopoldo II esforçava-se em realizar eventos onde pudesse divulgar as maravilhas de seu Estado privado. Para esses eventos convidava os integrantes do corpo diplomático estabelecido na Bélgica, inclusive o brasileiro. Em meados de 1897, reuniu em Bruxelas o “Congresso Internacional Colonial”. O chefe da legação brasileira na Bélgica, Vieira Monteiro, ocupou uma das vice-presidências do evento e distribuiu aos presentes uma brochura com o título “La colonization au Brésil”, provavelmente com o objetivo de atrair imigrantes e investimentos belgas para o Brasil. O diplomata brasileiro informou aos seus superiores no Brasil, que o congresso não tirou nada de prático e ficou somente em generalidades e na apologia do Estado Independente do Congo.²⁴⁸ Mas esse deve ter sido exatamente o objetivo de tal congresso e seu resultado não surpreende. O que surpreende é a participação de um diplomata brasileiro em um congresso colonial organizado por Leopoldo II, para fazer apologia de sua colônia e do colonialismo, e ainda distribuir uma brochura sobre a colonização no Brasil.

Ainda no segundo semestre de 1900, o chefe da legação do Brasil na Bélgica, Francisco Xavier da Cunha, ressaltava ao ministério das Relações Exteriores, em ofício revestido de caráter elogioso e admirador, as realizações do Estado Independente do Congo, como ferrovias, plantações de café e cacau, criação de gado e cuidados com a varíola, com a instalação de postos de vacinação.²⁴⁹



Tudo fazia parte da propaganda de Leopoldo II antes de estourar o escândalo internacional provocado pela descoberta das atrocidades praticadas contra os nativos africanos, por agentes e sócios do rei belga.²⁵⁰

Ainda que mantivessem uma posição de simpatia pela corte belga, os diplomatas brasileiros em Bruxelas mantinham o Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, informado das disputas políticas existentes na Bélgica, inclusive das polêmicas envolvendo a colônia privada de Leopoldo II. Entre essas polêmicas, estava aquela que opunha de um lado a direita clerical belga e, de outro, os socialistas liderados por Émile Vandervelde.²⁵¹ Enquanto os católicos eram ferozes defensores dos feitos do rei Leopoldo II na África, os socialistas o atacavam. Em um desses debates relatado pela legação brasileira em Bruxelas, os deputados clericais belgas compararam o Estado Independente do Congo com a Amazônia e disseram que aquele, como a região brasileira, era rico em recursos naturais. A oposição socialista respondeu dizendo que o Congo, como a Amazônia, era inóspito, insalubre e inapto para a colonização por indivíduos de clima temperado.²⁵² Os olhos dos deputados belgas estavam se voltando também para a Amazônia.

A sucessiva criação em poucos anos, de empresas com objetivos amplos, mas que se dirigiam prioritariamente para a exploração de negócios da borracha no Brasil, coloca em evidência a orientação dos investimentos belgas para outras regiões do mundo, à procura de novas possibilidades comerciais e coloniais. Verifiquemos o que estava acontecendo naquele período no processo colonialista europeu na África, para localizarmos os interesses belgas e seu movimento em direção à América do Sul.

Por volta de 1895, a partilha da África entre as principais nações européias estava concluída. No continente africano, só havia uma anormalidade colonial: o Estado Independente do Congo, cuja criação e manutenção por Leopoldo II, ainda é objeto de controvérsias.



A tese mais aceita é de que essa formação colonial atípica, um Estado particular, cujo reconhecimento pelas principais potências do período se deu durante a realização da Conferência de Berlim, realizada em 1885, só pode ser explicada pelo jogo de equilíbrio das forças políticas no cenário da Europa. O Estado Independente do Congo era um Estado que existia a partir de determinados compromissos entre as potências européias. Seu criador, Leopoldo II, se beneficiou do quadro da geopolítica européia para manter o controle de uma região rica em borracha e outros produtos naturais, estrategicamente bem colocada entre os interesses coloniais africanos da Inglaterra e da França. Mas terminavam aí as possibilidades coloniais privadas do rei belga. As potências coloniais da época, à priori, não admitiriam novas formações semelhantes àquela do Estado Independente do Congo em outras regiões do mundo.²⁵³

Leopoldo II ainda tentou uma nova experiência na Ásia, a nova frente de expansão colonialista quando a partilha da África foi chegando ao fim. A partir de 1895, tentou estabelecer uma colônia na China, onde França, Inglaterra, Rússia, Estados Unidos e Japão estavam em disputa pelo quinhão colonial daquela região. O rei belga não conseguiu alcançar o seu objetivo. O chefe da legação do Brasil na Bélgica, Alfredo Leite Rodrigues Torres, informou em 1898 ao ministro das Relações Exteriores, Dionísio Cerqueira, das pretensões de Leopoldo II de estabelecer uma colônia na China. Torres dizia que essas pretensões foram frustradas pela negativa dos chineses em ceder-lhe um pedaço do seu território para o estabelecimento de uma colônia belga.²⁵⁴

Mesmo que Leopoldo II e seus compatriotas tenham feito lucrativos investimentos na Ásia, nas condições de funcionamento da economia internacional da época, está claro que os maiores lucros e as decisões finais estavam submetidos aos interesses das grandes potências. É dessa condição de subordinados que os belgas procuravam fugir, para, por meio do mecanismo colonial, aumentar os seus lucros, como veremos mais à frente.



Frustrados os seus planos de estabelecer uma colônia na China, Leopoldo II e seus seguidores se voltaram para a América do Sul, onde o empreendimento de Descalvados lhes dava um bom ponto de apoio.

Além do movimento de criação de novas empresas e sociedades por ações na Europa, com o objetivo de investir no oeste e na Amazônia, a partir de 1899 os proprietários de Descalvados iniciaram um duplo movimento, no sentido de expandir aquele empreendimento.

Em novembro de 1899, a *Compagnie des Produits Cíbils* comprou a fazenda São José, pertencente ao coronel José Manoel Metello. A fazenda São José possuía uma área de 500 mil hectares de terra, dividida em 32 sesmarias e estava localizada numa região do Pantanal entre os rios Pequiri, São Lourenço e seus afluentes, já próximo da foz com o rio Paraguai. Situada em uma região alagadiça, sua localização permitia uma certa contigüidade com a parte sul das terras de Descalvados, localizada do outro lado do rio Paraguai, já na fronteira com a Bolívia. Além das terras e benfeitorias da fazenda São José, foram compradas 40 mil cabeças de gado, mil animais cavalares, além de animais de pequeno porte. O valor da transação foi de 720 contos de réis.²⁵⁵

O negócio foi efetivado no Rio de Janeiro, para onde o coronel Metello havia se mudado após as disputas coronelísticas, entre o grupo de Joaquim Murtinho e Generoso Ponce. O coronel Metello era ligado a Joaquim Murtinho e havia sido derrotado nas eleições vencidas por João Felix Peixoto de Azevedo, ligado a Generoso Ponce. O processo dessas eleições deu origem à ruptura dos dois grupos oligárquicos até então unidos, abrindo um período de disputas políticas violentas em Mato Grosso, como descrevemos no capítulo dois. O coronel Metello vende as suas terras, se afasta de Mato Grosso e da vida política local. Vai atuar no Rio de Janeiro como procurador de Mato Grosso junto ao Supremo Tribunal Federal.²⁵⁶

Com a compra da fazenda São José a *Compagnie des Produits Cíbils* passou a ter a posse de cerca de um milhão e quinhentos mil hectares de terra quase contíguas, localizados na fronteira oeste do Brasil,



na região ligada à bacia do Prata. Com isso, além de mais terras, os belgas reforçaram o rebanho bovino de sua propriedade, necessário para manter o volume de abate da fábrica de Descalvados. Mas a sua expansão não parou aí.

Em fevereiro de 1901, a companhia requereu ao governo de Mato Grosso a concessão de uma área de terras para a extração de borracha na região do rio São Miguel, afluente do rio Guaporé, na bacia Amazônica. Essa concessão, como as demais do tipo, previa uma área máxima de 72 mil hectares, mas, como mostramos no capítulo dois, dificilmente os concessionários respeitavam esse limite. A solicitação foi atendida em abril do mesmo ano e os belgas da *Compagnie des Produits Cibils* iniciaram a operação no vale do Guaporé.²⁵⁷ Em agosto de 1902, os funcionários da *Cibils* realizaram uma expedição de reconhecimento no rio São Miguel, guiada pelo geógrafo José Cousin, pelo auxiliar-técnico Paulo de Baeremaaccher e apoiada pela lancha São Miguel. Ao final da expedição foi fixado na barra do rio São Miguel, um marco onde estava escrito “CPC”, as letras iniciais do nome da empresa belga.²⁵⁸

Para operar no vale do Guaporé os belgas da *Compagnie des Produits Cibils* tinham que superar um obstáculo, até então motivo de recorrente debate e especulações: o divisor de águas entre as bacias Platina, onde estavam situados o estabelecimento de Descalvados e a bacia Amazônica, o rio Guaporé e o rio São Miguel, às margens dos quais estava a concessão recebida.

Os belgas logo perceberam a impossibilidade de realizar a travessia do divisor de águas pelos rios, desfazendo dessa forma a mitologia construída em torno dessa alternativa. Para superar esse trecho do divisor das bacias, eles reconstruíram um velho caminho terrestre entre um ponto do rio Jaurú, parte superior da bacia Platina, alcançável por via navegável, e a localidade “da Ponte”, parte superior navegável da bacia Amazônica. Em cada um desses pontos superiores das duas bacias, os belgas estabeleceram um ponto de apoio. Na margem esquerda do rio Jaurú estavam em terra de Descalvados, onde



construíram um porto de apoio; na margem esquerda do rio Guaporé requereram ao governo de Mato Grosso uma pequena área de terra de cerca de 100 hectares para a construção de uma base de operações.²⁵⁹

Entre os dois pontos superiores das bacias Platina e Amazônica, onde montaram suas bases, os belgas deram condições de tráfego a uma antiga estrada de cerca de 110 quilômetros (ver mapa 2). Por essa estrada começaram a desenvolver suas atividades no vale do Guaporé. Para isso passaram a utilizar barcos a vapor, levados do rio Paraguai. Com esse objetivo realizaram uma operação de travessia entre esses dois pontos, através de um barco a vapor, denominado “São Miguel”, construído na Argentina e levado até a base da empresa na margem direita do rio Jaurú, chamada Salitre (ou Registro). Ali, o barco foi parcialmente desmontado e levado em carros de boi até a base no rio Guaporé, onde foi novamente montado, percorrendo a estrada que tinham reaberto. Algum tempo depois, a lancha “Lobita”, que anteriormente operava no rio Paraguai, também foi levada ao rio Guaporé pelo mesmo caminho e pelo mesmo sistema.²⁶⁰

Ao mesmo tempo em que procurava tomar posse da concessão recebida diretamente do governo de Mato Grosso, a *Compagnie des Produits Cibiis* comprou de Antonio Mendes Gonçalves, uma segunda concessão para extração da borracha no rio Guaporé, entre o Forte Príncipe da Beira e a cachoeira de Guajará-Mirim.²⁶¹ Mendes Gonçalves recebeu a concessão do governo estadual e, numa operação muito comum nesse tipo de atividade naquele período, vendeu a concessão aos belgas.²⁶² Esse tipo de manobra comercial foi bastante utilizado porque a lei estadual que regia as concessões de terras para atividade extrativa impedia que um cessionário recebesse mais de uma concessão, mas não impedia que comprasse de terceiros, outras concessões.

Comumente, os cessionários que recebiam a concessão do Estado eram apenas cessionários de fachada. Após receberem a concessão do governo estadual, repassavam a mesma ao verdadeiro interessado. Falaremos desse tipo de manobra e daremos outros exemplos, um pouco mais à frente.



Uma terceira área para extração de borracha deve ter sido comprada pela *Compagnie des Produits Cíbils*. Foi aquela requerida por Ubaldo Rodrigues de Andrade Pereira através de seu procurador, o agrimensor francês Alphonse Roche.²⁶³ Alphonse Roche, que deve ter sido testa de ferro da companhia belga nessa concessão, logo depois também se tornará procurador da *Cíbils* em suas ações junto ao governo do Estado, na disputa pelas concessões de terras para extração de borracha no vale do Guaporé.

Dessa forma a *Compagnie des Produits Cíbils* tomou posse de três áreas para extração da borracha no vale do Guaporé.



Mapa 2 – Descalvados, rios e a estrada entre Salitre e Ponte Velha, conservada pelos belgas para cruzar a região onde supostamente as bacias do Prata e Amazônica fariam a transposição. (Digitalização: Ana Paula Santana)



Além dessas empresas, havia também o francês Louis Olivier, que se tornou o maior concessionário de terras para extração de borracha no oeste. Louis Olivier começou a atuar em Mato Grosso em 1902, quando recebeu a concessão para extração de borracha do belga Emile Philippot, em área localizada à margem esquerda do rio Jamari, afluente do rio Madeira. Philippot havia recebido essa concessão em abril de 1900 e a repassou a Luis Olivier em uma operação autorizada pelo governo de Mato Grosso em 5 de março de 1902.²⁶⁴ Nesse mesmo dia, o coronel Pedro Torquato da Rocha e o agrimensor Evaristo Josetti receberam do governo do Estado uma concessão para o mesmo fim à margem direita do rio Jamari.²⁶⁵ Doze dias depois, em 17 de março, essa concessão foi transferida a Louis Olivier.²⁶⁶ Três dias depois, em 20 de março, Louis Olivier solicitou ao governo do Estado que as duas concessões fossem incorporadas a uma sociedade que pretendia organizar para exploração das mesmas. Essa solicitação foi atendida.²⁶⁷ Louis Olivier, provavelmente, deveria ser apenas testa-de-ferro de empresários e capitalistas belgas. Essa conclusão pode ser tirada porque no mesmo período haviam sido constituídas as empresas *Abunã* e *La Brésilienne*, com objetivo principal de extrair borracha no Amazonas e que deveriam comprar as concessões que Adolpho Ballivian tinha recebido do Estado de Mato Grosso, localizadas próximas das concessões da *Compagnie des Produits Cíbils* e das concessões de Luis Olivier.

Também nesse período, o coronel Albert Thys havia recebido a proposta de um tal Sr Jothand, de uma “vasta concessão de terras na fronteira do Brasil”. Stols relata que um engenheiro belga a caminho do Rio Grande do Sul, havia se encontrado no navio que o conduzia ao Brasil, em abril de 1899, com Ferdinand Nijs, “lieutenant d’infanterie détaché au Ministère de la Guerre, qui va au Brésil pour reconnaître pour compte du syndicat Anversois une concession de terrains de 8 millions d’hectares et le cas échéant en établir l’organisation em y fondant des postes, comme on fait au Congo.”²⁶⁸



A concessão de Louis Olivier provavelmente deveria pertencer a um desses grupos e o francês deveria ser apenas quem se apresentava para a realização das negociações. Esse caso de Louis Olivier chama atenção para o resultado dos mecanismos de transferência de concessões que permitiram a esse francês acumular uma grande área de terras em suas mãos, localizadas na fronteira oeste.

Essas transferências demonstram claramente o mecanismo de funcionamento desse tipo de transação de fachada, em que um cessionário funcionava como testa-de-ferro do verdadeiro interessado, apenas para burlar a determinação da lei estadual de 1900, que não permitia a concessão de mais de uma posse a um mesmo requerente. No entanto a lei não impedia a compra de concessões de terceiros, o que facilitava as transações como a efetuada por Louis Olivier.

O questionamento que pode ser feito é o porquê dessa parte da lei não ter sido corrigida, impedindo as concessões de fachada, que acabavam por facilitar a formação de imensos latifúndios. Como mostramos no capítulo 2, a explicação para a manutenção dessa parte da lei deve ser encontrada novamente no jogo de interesses da oligarquia agrária local, ciosa em preservar mecanismos que lhe permitissem deixar as portas abertas para se apossar de terras públicas, sempre que fosse de seu interesse. Mas por esses mecanismos, a oligarquia agrária local também abria espaço para que estrangeiros pudessem, por requerimento ou compra, tomar posse de grandes áreas de terra na região de fronteira, já que não havia na lei qualquer impedimento nesse sentido. No caso das áreas recebidas por Louis Olivier, como vimos, há inclusive a participação direta de um coronel ligado à oligarquia local como intermediário na transação.

Um elemento importante desse mecanismo de concessões das áreas destinadas à extração da borracha na Amazônia e na fronteira oeste, foi aquele em que um determinado concessionário tinha o controle da embocadura de um determinado rio e de toda a mata que lhe é adjacente. A partir daí, esse concessionário passava a ter o controle



da produção de borracha ao longo de todo o curso superior desse rio. Esse mecanismo já havia sido detectado pelo governo do Estado do Amazonas, onde estava ocorrendo semelhante manobra por parte dos concessionários.



Mapa 3 – Áreas de terra ocupadas por belgas para extração de borracha na fronteira oeste do Brasil, em 1903. (Digitalização: Ana Paula Santana)

Nas rodas comerciais das praças do Pará e de Manaus é commum considerar-se tal ou tal casa commercial dona do rio tal, porque com seringas na embocadura dessas águas e com freguezes estabelecidos ao longo do seu curso, só ellas mantêm o monopólio commercial, arredando muitas vezes a concurrencia que tanto augmentaria a exploração, o desenvolvimento da navegação e o commercio do Estado.²⁶⁹



Após falar que o latifúndio em mãos de brasileiros não teria problema pois seria dissolvido com o tempo, o presidente do Estado do Amazonas diz que “...A questão capital é com o estrangeiro, ao qual, sem preconceitos tolos de um chauvinismo curto é preciso habilitar a que não possa se utilizar da pátria lontana como instrumento perturbador da soberania da nossa terra”.²⁷⁰

Ou seja, o governo do Estado do Amazonas já havia detectado que, ao terem a posse das matas de seringueiras na embocadura de um rio, as casas aviadoras de Belém e Manaus tomavam conta de todo o rio, estabelecendo o monopólio sobre a produção da borracha em todo seu curso. O problema ganhava outra dimensão quando esse proprietário era um estrangeiro, que poderia se utilizar desse mecanismo de controle para colocar em risco a soberania territorial.

Um dado curioso nesse mecanismo de domínio comercial na exploração da borracha na Amazônia, em que o controlador da foz de um rio controlava a bacia de todo o rio, tem a sua correspondência no processo de colonialismo moderno, no mecanismo de áreas de influência, muito utilizado nesse período, pelas potências européias na colonização africana.²⁷¹

Utilizando-se do artifício que descrevemos, Louis Olivier tornou-se proprietário das concessões para exploração da borracha nas duas margens do rio Jamari, em uma área de terra que poderia chegar a 8 milhões de hectares ou 80 mil quilômetros quadrados, que ia da fronteira não demarcada de Mato Grosso com o Estado do Amazonas, ao norte, até os contrafortes da serra dos Parecis, ao sul. A oeste confrontava com a posse do coronel José Sabo Mendes de Oliveira e a leste com a “cordilheira do norte”. Era uma área contígua superior ao território da Bélgica. Provavelmente essa era a área a qual o oficial belga Ferdnand Nijs veio inspecionar na fronteira do Brasil com a Bolívia, conforme descrevemos anteriormente.

Podemos então chegar à conformação de um conjunto de empresas belgas ou com participação belga atuando na fronteira oeste do Brasil (ver mapa 3).



A criação na Bélgica de empresas e sindicatos financeiros com o objetivo de comprar grandes áreas de terra na fronteira oeste era acompanhada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil com preocupação, que crescia à medida que os problemas na região do Acre, situada ao lado da fronteira oeste, se avolumavam.

Em meados de 1900, o jornal “O Paiz”, do Rio de Janeiro, publicou uma matéria anunciando a negociação de grandes seringais na Bolívia, na fronteira com o Brasil. Essa matéria mobilizou o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que pediu à sua legação na Bélgica informações sobre o negócio. A resposta de Francisco Xavier da Cunha, chefe da legação em Bruxelas, ao ministro Olynto de Magalhães diz que, pelas informações obtidas, existiam na Bélgica dois grupos de banqueiros e capitalistas que tinham interesses nessa região de fronteira: o primeiro era aquele liderado pelo coronel Albert Thys, “pessoa de confiança do rei”. Era esse grupo que havia recebido da pessoa de nome Jothand, “uma vasta concessão de terras na fronteira do Brazil, sendo por objeto preferente a exploração da borracha. O coronel prometeu mandar examinar o negocio por seus prepostos sem, contudo, assumir compromisso algum”. Xavier da Cunha diz que esse grupo também tinha interesse na questão da navegação nos rios Araguaia e Tocantins.

O segundo grupo era liderado pelo banqueiro Alfred Roose. Esse grupo estava interessado nas concessões obtidas por Adolpho Ballivian no Estado do Amazonas e que seriam compradas pela “Abunã”, empresa criada pelo banco. Segundo Xavier da Cunha, Ballivian também havia se comprometido a obter novas concessões de terras, em idênticas condições àquelas do Amazonas, no lado boliviano da fronteira. Terminava seu ofício dizendo: “Tenho providenciado para que me cheguem oportunos esclarecimentos sobre este genero de negocio sempre que possam elles implicar futuras questões de dominio territorial”.²⁷²



Essa era a preocupação do governo brasileiro: domínio territorial. A preocupação com a fronteira oeste voltava à tona, principalmente por estar contígua à região do Acre, onde se desenvolvia a luta dos seringueiros brasileiros contra o domínio boliviano sobre aquele território, considerado pelo Brasil, naquele momento, como pertencente ao país vizinho. E justamente nessa região os belgas estavam comprando concessões de terras em escala cada vez maior.

As concessões que Adolpho Ballivian estava vendendo à *Abunã* provavelmente eram aquelas que ele havia recebido do governo de Mato Grosso e que estavam situadas na fronteira entre o Mato Grosso, a Bolívia e o Estado do Amazonas.

Portanto, a preocupação da diplomacia brasileira com questões de domínio territorial se justificava. O movimento dos belgas na fronteira oeste se intensificava naquele momento. Esse movimento era realizado por pessoas “de confiança do Rei”, que procuravam se inteirar da região percorrendo-a, divulgando as suas potencialidades e requerendo a concessão de grandes áreas de terra.

Toda a movimentação desenvolvida pelos belgas aponta para uma ação colonialista e parece-nos que essa ação estava em pleno curso nos primeiros anos do século XX. Um incidente ocorrido próximo à cidade de Cáceres, em outubro de 1900, é revelador do pensamento dos belgas sobre a região.

Havia um surto de varíola se desenvolvendo em Corumbá e que já havia chegado a Descalvados. As autoridades de Cáceres (que então se chamava São Luiz de Cáceres) montaram uma barreira sanitária em uma localidade à margem do rio Paraguai, situada a alguns quilômetros abaixo da cidade. Todas as embarcações provenientes de Corumbá, Descalvados e outros pontos localizados à margem do rio Paraguai abaixo de Cáceres, eram obrigadas a ficar em quarentena naquele local. A lancha Lobita, proveniente de Descalvados, que pertencia a *Compagnie des Produits Cíbils* e era comandada por um belga, furou o bloqueio e foi até Cáceres. No entanto, ao tentar atracar



na cidade foi impedida pelas autoridades locais e teve de retornar a Descalvados. Em sua passagem de retorno pelo local onde funcionava a barreira sanitária, o comandante belga da lancha Lobita expressou ao alferes que era chefe da barreira uma série de opiniões sobre o acontecimento, que o alferes descreveu de forma indignada ao intendente do município:

A tarde desse dia regressou a mesma lancha e chegando ao porto onde me achava, o seu comandante cujo nome ignoro, relatou-me o que tinha succedido no porto d'esta Cidade e o que havia feito e dito, disse-me que: passara uma grande e tremenda descompostura nas auctoridades e que só não rasgou o Pavilhão Brasileiro porque não considera S. Luiz como Cidade do Brazil, porquanto no Brazil nunca vio gente tão desmoralizada como a de S. Luiz; disse-me ainda que se o Delegado desta Cidade nada o fez é porque dizia grande (.....) no Saladeiro de onde vinha a lancha e era elle um dos chefes; chamou todas as auctoridades desta Cidade de 'desmoralizadas' e o povo de covardes e que de S. Luiz ninguem absolutamente entraria mais no Descalvados. Infelizmente tive que tragar as offensas que foram dirigidas por um estrangeiro, talvez aventureiro a auctoridades superiores e ao povo de uma Cidade que faz parte da comunhão Brasileira, sem poder cumprir com os deveres, que a dignidade me impõe, pela falta absoluta de instruções enérgicas e de meios para uma reacção, visto achar-me somente acompanhado de um sargento, no alludido ponto quarentenario. É o que tinha a referir-vos sobre os fatos da lancha Lobita. São Luiz de Cáceres 13 de Outubro de 1900. João Baptista da Silva Barros. Alf. Commte.²⁷³

O incidente registrado nessa carta é revelador do pensamento dos belgas que operavam na fronteira oeste naquele período. Podemos



perguntar: se Cáceres não era considerada cidade do Brasil, então pertencia a que país? Descontrolado, em função de ter sido impedido de desembarcar em Cáceres, o comandante da lancha Lobita deve ter expressado o pensamento dos dirigentes belgas que atuavam em Descalvados e se preparavam para operar também no vale do Guaporé.

No final de 1900, o secretário particular de Leopoldo II, Cartoon de Wiart, fez uma viagem ao Brasil, percorrendo a região Amazônica. De volta à Bélgica, no início de 1901, o secretário fez uma palestra sob os auspícios da Sociedade Belga de Geografia no clube “Grand Harmonie” de Bruxelas, onde tratou de diversos temas de sua viagem. Essa palestra foi acompanhada por Francisco Xavier da Cunha, chefe da legação brasileira naquele país. Xavier da Cunha considerou que os temas tratados por Cartoon de Wiart não eram merecedores de retificação por parte da legação brasileira.²⁷⁴

Pouco tempo depois, foi a vez de Ferdinand Nijs, “oficial do Regimento dos Granadeiros”, fazer conferência no “Cyrclé Artistique” de Bruxelas sobre Mato Grosso, de onde havia retornado recentemente. Francisco Xavier da Cunha também acompanhou a conferência e disse que a palestra consistiu na “narração de viagem, acompanhada de projeções luminosas”.²⁷⁵ Ferdinand Nijs era o mesmo oficial que havia dito ao seu colega de viagem a caminho do Brasil que estava indo ao país para reconhecer os 8 milhões de hectares de terra por conta de uma sociedade belga.

Logo em seguida uma expedição partiu de Bruxelas, enviada pelo banco “D’Outre-Mer”. Essa expedição, composta de agentes e funcionários, era chefiada por Leon Thierry e tinha como objetivo o reconhecimento e exploração dos rios Araguaia e Tocantins, que naquele momento estavam interessando aos belgas.²⁷⁶

Em Mato Grosso, a fronteira oeste passou a ser explorada por diversos funcionários das companhias belgas que operavam na região, e que passaram a mapeá-la, a determinar os trechos navegáveis e os obstáculos à navegação dos rios, as riquezas potenciais, os



problemas advindos das disputas entre as frações da oligarquia local e as possibilidades de investimentos.²⁷⁷ Os belgas estavam interessados também em conhecer o território e a sociedade onde estavam atuando.

Todas essas viagens, expedições e negociações com terras na fronteira oeste e no noroeste da Amazônia devem ter estimulado na Europa o retorno da antiga discussão da interligação entre as bacias Amazônica e Platina, pelo coração da América do Sul. A imprensa belga logo deu eco à discussão, relatada pelo chefe da legação brasileira em Bruxelas ao ministro Olynto de Magalhães.

Senhor Ministro.

A “Etoile Belge” de 4 do corrente mez communica que o congresso latino-americano reunido em pouco em Montevideo foi inteirado, pelo engenheiro argentino Sr. Weliton Gozáles, de um vasto projecto cuja realização não soffrerá talvez muita demora, tanto mais quanto o projecto já atrahio a atenção dos americanos do norte. Trata-se da junção, por canaes, das trez artérias fluviaes da América do Sul: o Amazonas, o Paraná e o Oiapoque. Bastariam trabalhos relativamente pouco consideráveis para terminar a obra da natureza e unir entre si os ditos rios e seus affluentes, tornando-os navegáveis até o interior do mesmo continente pelos transatlânticos.

A mencionada folha observa que os vapores podem subir o Amazonas sob o percurso de cinco mil kilometros até os confins do Peru e chegar, pela bacia do Prata, a Matto Grosso no centro do Brazil. Ligando estes rios pelos seus grandes affluentes que pequena distancia ainda separa poderia-se atravessar por água o continente sul americano e facilitar a navegação e acesso da immensa região interior, que exploraram o Sr. Raphael Reys, actual plenipotenciário da Colômbia em Paris, com seus dous irmãos, mortos na expedição. A “Etoile Belge” conclue dizendo que o congresso resolvera submeter aos governos interessados os estudos feitos sobre tão colossal empreza e que o Sr. Leonnis, ministro dos Estados Unidos



da América em Caracas, avaliara em 500 milhões de francos, a despesa necessária para levar a cabo a execução do respectivo projecto.

Saúde e fraternidade.

F. Xavier da Cunha.²⁷⁸

Como se pode observar, na Europa a transposição das bacias voltava a ser discutida, num momento em que o oeste era motivo de intensa movimentação por parte de investidores e exploradores belgas. Até onde essa movimentação influenciou o ressurgimento da discussão sobre a transposição é difícil saber, mas certamente, a esta altura de suas ações no oeste, os belgas já tinham conhecimento das dificuldades interpostas e esse projeto, talvez mesmo de sua impossibilidade.²⁷⁹ Mas tal discussão tinha para os capitalistas belgas o mérito de mobilizar a opinião pública de forma a favorecer suas ações na fronteira oeste, tanto em termos de atração de capital como de apoio político. Afinal os seus investimentos estavam se dirigindo para uma região estratégica, por onde futuramente o continente sul americano seria percorrido “pelos transatlânticos”.

O governo brasileiro parece não ter ficado impressionado com esse projeto, provavelmente também por saber que a transposição das bacias não tinha as facilidades que apareciam nas descrições feitas pelo jornal belga. Enquanto projetos grandiosos eram apresentados na Europa, na fronteira oeste os belgas enfrentavam dificuldades de outra natureza, bem mais concretas.

5.4 – UM OBSTÁCULO: BALBINO ANTUNES MACIEL

Ao tentar tomar posse de sua concessão no rio São Miguel, no vale do Guaporé, a *Compagnie des Produits Cíbils* foi impedida pela presença naquela região de seringueiros ligados a Balbino Antunes Maciel. Esses seringueiros possuíam barracões e toda a estrutura



necessária para a extração da borracha do lado brasileiro do rio Guaporé e Balbino Antunes Maciel era membro de uma família de antigos seringueiros que atuavam na extração da borracha naquela região desde a década de 1870, como descrevemos no capítulo 2. Apesar de empreender estudos com o objetivo de facilitar o escoamento da borracha produzida naquela região através do rio Guaporé, a casa comercial de Balbino Maciel não possuía concessões para extração da borracha em Mato Grosso.

A partir desses estudos Balbino Antunes Maciel efetuou, com o governo do Estado, um contrato pelo qual abriria uma estrada de rodagem, que posteriormente poderia se transformar em uma estrada de ferro, entre as localidades da “Ponte”, no rio Guaporé, e Salitre, no rio Jauru. Em uma primeira etapa chegou a introduzir um veículo movido a vapor que circulava transportando borracha entre esses dois pontos, por estrada de rodagem. Também por esses contratos se comprometeu a estabelecer a navegação nos rios Mamoré e Guaporé, entre Guajará Mirim e a “Ponte”, e nos rios Jauru e Paraguai, entre Salitre e Corumbá. Em contrapartida recebeu uma série de benefícios, entre os quais grandes áreas de terras localizadas ao longo das vias navegáveis. O contrato, no entanto, fixava de forma genérica a região onde essas áreas de terra seriam demarcadas para Balbino Maciel, entre os rios Corumbiara e Tamego.²⁸⁰ Naturalmente deve ter escolhido o trecho mais fértil em seringueiras, já que essa era a principal atividade desenvolvida pela casa comercial da qual era sócio.

Como extraía borracha na região no vale do Guaporé desde a década de 1880, portanto desde o período anterior à lei de 1900, que fixou limites para o tamanho das áreas de extração e estabeleceu regras para as concessões, Balbino Antunes Maciel estabeleceu os seus lotes, fixados nos contratos com o governo do Estado, nas melhores áreas para a extração da borracha, sem se preocupar em demarcá-las. No entanto, ele possuía barracões em todo o vale, que a partir da lei de 1900 passou a ter áreas de extração de borracha demarcadas para

diferentes concessionários. O concessionário que tentou controlar legalmente toda a região produtora de borracha no vale do Guaporé, entre a foz do rio Verde e Guajará Mirim, foram os belgas da *Compagnie des Produits Cíbils*. A partir desse quadro o choque entre a casa comercial de Balbino Antunes Maciel e a *Cíbils* foi inevitável.

Esse choque foi se tornando violento e as escaramuças logo apareceram. Os belgas que esperavam resolver a questão rapidamente não contavam com a resistência de Balbino Maciel e recorreram ao governo de Mato Grosso.

Em um longo requerimento dirigido ao presidente do Estado, o agrimensor Alphonse Roche, procurador da *Compagnie des Produits Cíbils*, descreveu as atividades da empresa no vale do Guaporé e ressaltou as vantagens que a mesma oferecia ao Estado de Mato Grosso, pelo suposto ressurgimento de Vila Bela com suas atividades, pela navegação no Guaporé, agora acessível para a cobrança de impostos sobre a borracha extraída, até aquele momento, contrabandeada para a Bolívia. Em seguida, atacava a ilegalidade de Balbino Antunes Maciel, que mesmo tendo recebido subvenção não vinha cumprido os contratos para abertura da estrada entre o Jauru e a “Ponte” e que estaria fazendo ameaças aos integrantes da *Cíbils*. Alphonse Roche cita uma carta enviada por Balbino Antunes Maciel, em nome de Maciel & Cia., a François Van Dionant, administrador da *Compagnie des Produits Cíbils*, fazendo ameaças e dizendo que a Maciel & Cia estavam “dispostos a manter até pela força os seus direitos sobre estes terrenos, entretanto cedidos aos supplicantes pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado”.²⁸¹

Terminando seu requerimento Roche diz que

Nestas condições, a Companhia dos Productos Cíbils, desejando proceder com toda a legalidade e evitar um conflicto armado possível, pelo meio do abaixo firmado, apella ao alto espírito de justiça e equidade de V. Exa., e lhe pede que usando de suas



atribuições legais, declare caduca e de nenhum efeito a concessão dada a Maciel & Cia pela Resolução n. 283 de 6 de abril de 1901 e estes senhores incursos nos artigos 6º, 7º e 8º do Capítulo 1º do Regulamento que baixou o Decreto n. 180 de 4 de junho do ano de 1902.²⁸²

Ou seja, a *Cibils* pedia a caducidade das concessões da Maciel & Cia no vale do Guaporé, o que, se atendido, significaria o alijamento dessa empresa da extração de borracha naquela região.

A situação de confronto entre a Maciel & Cia e a *Compagnie des Produits Cibils* estava entrando em um caminho perigoso e as ameaças de conflito armado entre as partes se avolumavam. Mas Balbino Antunes Maciel além de ameaçar, também procurou agir no plano legal das concessões. Para isso deve ter se utilizado de sua influência política junto à oligarquia agrária que dirigia o Estado de Mato Grosso. Menos de um mês após o requerimento da *Cibils* ter sido entregue ao governo, um contrato entre a Maciel & Cia. e o Estado de Mato Grosso foi celebrado, baseando-se justamente na resolução estadual n. 286, de seis de abril de 1901, que a empresa belga queria ver caduca.²⁸³

No contrato de arrendamento então efetuado, a Maciel & Cia foi representada por seu procurador, o coronel Pedro Celestino Correia da Costa, membro da oligarquia agrária mato-grossense e que alguns anos mais tarde seria presidente do Estado.²⁸⁴ A Maciel & Cia mostrava força política e estancava a pressão da *Cibils*. Em fevereiro de 1904, esse contrato seria renovado, agora diretamente com Balbino Antunes Maciel, na condição de sucessor e cessionário da Maciel & Cia.²⁸⁵ Para fazer essa renovação, Balbino Antunes Maciel fez um longo “Memorial” ao governo do Estado onde comunica a morte do seu sócio José Pereira de Sá Souto Mayor, ocorrido na Europa, e a dissolução da firma Maciel & Cia. Chama atenção como nesse memorial Balbino Antunes Maciel solicita por escrito as modificações a serem



feitas no contrato, artigo por artigo. Em resposta, o presidente do Estado, Antonio Paes de Barros, decide: “Determino o dia de amanhã para lavrar o contracto com as modificações que foram introduzidas”.²⁸⁶ Como resultado desse contrato, Balbino Antunes Maciel recebeu do Estado de Mato Grosso, em janeiro de 1905, o título definitivo de 25 lotes contíguos de terra, perfazendo uma área total de 93276 hectares, área situada à margem direita do rio Guaporé, entre os rios Corumbiara e Tamego.²⁸⁷ Essa área deveria pertencer à *Cibils*.

A decisão do governo estadual, ao manter a Resolução de 1901, significou na prática para a *Compagnie des Produits Cíbils* a perda da concessão do rio São Miguel, ocupada pelos homens de Balbino Antunes Maciel. Mais que isso, parece ter significado também para os belgas a plena compreensão do *modus operandis* da política mato-grossense daquele período. Mostrava que o recebimento da concessão de uma área para extração não significava garantia de posse, na medida que um outro concessionário poderia receber a mesma área e, dependendo da força política que tivesse junto ao governo do Estado, poderia tomar posse dessa área primeiro.

O resultado desse embate entre a *Cibils* e Balbino Antunes Maciel foi definitivo e nem mesmo um novo ofício ao governo do Estado, em abril de 1905, desta vez assinado por Leon Thiery, o administrador da *Cibils* que substituiu François van Dionant, reverteu a situação.²⁸⁸ A *Cibils* perdeu definitivamente essa concessão.

Para Balbino Antunes Maciel a questão era fundamental para suas atividades no vale do Guaporé. Isso porque até aquele momento, as concessões da Maciel & Cia. para a extração da borracha naquela região não tinham os seus lotes demarcados e a casa comercial operava de forma indiscriminada em toda a região, de modo ilegal, contrabandeando borracha extraída no lado brasileiro para o lado boliviano e a exportando como se fosse extraída no país vizinho. Era um mecanismo que vinha utilizando desde o início de suas operações no vale do Guaporé e que ajudava a aumentar os seus lucros, como



demonstramos no capítulo 2. Com a renovação dos contratos para a abertura das estradas de rodagem ou de ferro, para a navegação nos rios dos vales do Guaporé e Paraguai e com as concessões de terras que recebeu em troca, e que tinha tomado posse, Balbino Maciel buscava uma base legal para continuar operando na região.

Caso conseguisse aprovar o requerimento que fez ao governo do Estado, a *Cibils* excluiria a Maciel & Cia de toda base legal para continuar operando no vale do Guaporé. Essa explicação fica visível quando o requerimento da *Cibils* fala que

Pelas vias abertas pela Cia o Governo poderá comunicar regularmente com a região do Guaporé e as coletorias do Mamoré e do Madeira e por termo á fraudulenta exploração que empresas Bolivianas fazem das riquezas vegetaes do Matto-Grosso e ao importante contrabando de borracha que se faz pelos portos Bolivianos de Bella Vista e São-Francisco.²⁸⁹

O que a *Cibils* estava dizendo nas entrelinhas de seu requerimento era que a Maciel & Cia era uma empresa boliviana, com sede em Villa Bella, na foz do rio Beni, que extraía borracha no território brasileiro e a contrabandeava para a Bolívia, o que era verdadeiro, como mostramos no capítulo 2. Se esse requerimento fosse aprovado a Maciel & Cia ficaria legalmente impedida de operar na região e, caso continuasse a fazê-lo, poderia ser considerada uma contrabandista de borracha, ou seja, oficializaria o que a Maciel & Cia já vinha fazendo desde a década de 80 do século anterior. Parece ser esse o objetivo que a *Cibils* queria alcançar e que Balbino Antunes Maciel conseguiu impedir.

Isso ajuda a explicar a violência com que Balbino Antunes Maciel reagiu à tentativa dos belgas da *Compagnie des Produits Cibils* de declarar caducas as suas concessões para extração da borracha no vale do Guaporé.



Um outro fator que pode também ter contribuído para a decisão do governo do Estado de Mato Grosso a favor de Balbino Antunes Maciel foi o desenrolar da revolta dos seringueiros brasileiros no Acre, que ficava próximo a Mato Grosso e teve repercussão no Estado. No próximo capítulo retomaremos a questão.

Por outro lado, ao ceder à Maciel & Cia uma área de extração que anteriormente já havia cedido aos belgas, o governo de Mato Grosso dava uma demonstração de que os contratos nem sempre eram respeitados pelo próprio Estado e que tudo poderia mudar conforme mudasse a força política que dirigia o governo estadual. Para complicar ainda mais a situação da *Cibils* em suas pretensões no vale do Guaporé, o governo de Mato Grosso ainda fez uma outra concessão na região que deveria pertencer à empresa belga, à firma alemã *Voss & Stoeffen*, que também possuía sede na Bolívia e extraía borracha no lado brasileiro, sem ter concessão para isso.²⁹⁰ Atuava como contrabandista e tal como Balbino Antunes Maciel, procurou legalizar a sua operação assim que a empresa belga ganhou a concessão na região do rio São Miguel.

Após o resultado desse embate e das ameaças recebidas através da carta de Balbino Antunes Maciel a que Alphonse Roche fez referência em seu requerimento ao governo do Estado, o administrador da *Compagnie des Produits Cibils*, François Van Dionat, terminou por se retirar para a Europa no início de 1904. Van Dionat ao retornar à Europa se transformou em um personagem importante para a divulgação dos feitos dos belgas em Mato Grosso. Em 1907 publicou um trabalho completo sobre Mato Grosso, intitulado *Le Rio Paraguay & l'État Brésilien de Matto-Grosso*, com descrição detalhada das ações desenvolvidas pelos seus compatriotas. Detalha ainda as características físicas, os rios, a flora, a fauna, as riquezas potenciais do Estado, sempre valorizando as ações belgas.

Mas esse trabalho também tem um caráter propagandista, de divulgação das potencialidades de investimentos no oeste e parece



destinado a atrair capitais para as empresas belgas que lá operavam. Também possui um caráter saudosista, em que o autor, apesar das dificuldades encontradas em Mato Grosso, parece ter ficado com boas lembranças de sua passagem pela fronteira oeste do Brasil.²⁹¹ Mas no ano da publicação desse trabalho os tempos já eram outros e as empresas belgas estavam se retirando da fronteira oeste, como veremos.

No lugar de Van Dionant um outro belga assume a direção da *Compagnie des Produits Cíbils*: Leon Thierry.

Esse novo administrador também já estava familiarizado com os problemas da companhia, pois estava em Mato Grosso desde 1899, ano em que a *Cíbils* teve o seu controle acionário assumido pelo *Banque D'Outre-Mer* e Leon Thierry foi enviado ao Brasil pelos novos controladores. Foi ele quem negociou, em fins de 1899, a compra da fazenda São José pela *Cíbils*. Thierry permaneceria em Mato Grosso até 1907 quando também retornaria à Europa.²⁹²

A *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso* foi outra empresa belga que também enfrentou problemas com o *modus operandis* da política mato-grossense, relacionada às disputas entre as diferentes frações da oligarquia do Estado. As suas atividades foram algumas vezes interrompidas pela irrupção de choques armados na região de Diamantino e Rosário, porta de entrada para sua concessão na bacia do rio Juruena e onde a companhia belga possuía depósitos de borracha. Durante a revolta interoligárquica de 1901, a companhia belga perdeu certa quantidade de borracha, alguns animais de transporte e teve a casa de Clement Laport, um de seus funcionários em Diamantino, incendiada e destruída pelos revoltosos. A casa de Henrique Mongenot, também ligado à companhia belga, localizada em Rosário, foi igualmente invadida pelos revoltosos e a borracha e animais roubados.

Alphonse Van Den Kerckhove, administrador da *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso*, tomou então providências que julgava necessárias para defender os interesses da companhia: fez um



“memorial” sobre esses acontecimentos, registrou em um cartório de Cuiabá e enviou à legação da Bélgica no Rio de Janeiro. Buscava apoio da diplomacia belga com o objetivo de ser indenizado pelo governo de Mato Grosso assim que terminasse a disputa.²⁹³ Alguns anos depois a legação belga no Rio de Janeiro solicitou ao barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do Brasil, a sua interferência no sentido de que os interesses da *Compagnie des Caoutchoucs* em Diamantino fossem preservados diante das disputas locais.²⁹⁴

A *Compagnie des Caoutchoucs* extraía e comprava borracha na região de Diamantino e Rosário, mantendo instalações na localidade de Barra do Bugres, de onde a borracha era enviada para Cáceres, utilizando o vapor *Adelante*. De Cáceres a borracha era enviada a Corumbá e de lá para a Europa. Segundo François van Dionat, nesse trecho entre Barra do Bugres e Cáceres a empresa belga foi pioneira na navegação do alto rio Paraguai.²⁹⁵

Todo esse embate entre os belgas da *Compagnie des Produits Cibils* e Balbino Antunes Maciel na região do vale do Guaporé, os choques entre os administradores da *Compagnie des Caoutchoucs du Mato Grosso* e as diferentes frações da oligarquia local em lutas na região de Diamantino e Rosário, aconteciam no momento em que a região noroeste do Brasil era sacudida pela disputa pelo território do Acre, entre seringueiros brasileiros e o governo boliviano, tendo como centro de discussão o arrendamento daquele território para o *Bolivian Syndicate*.

Mais à frente, voltaremos a discutir a questão segundo a hipótese de que esses dois embates poderiam estabelecer pontos de ligação, favoráveis ou desfavoráveis aos belgas, conforme o desenrolar desses acontecimentos.

Ao mesmo tempo em que expandiam as áreas de terra sob o seu controle, no plano diplomático os belgas procuraram reforçar a sua presença no oeste e o vice-consulado em Descalvados já não bastava. Em 1901, o governo brasileiro aceitou a solicitação do governo belga para a instalação de um consulado em Corumbá. François Van Dionant



foi então indicado cônsul naquela cidade, com jurisdição em todo o Estado.²⁹⁶

5.5 – PRODUÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS EMPRESAS BELGAS

Como anotamos no capítulo 2, a *Compagnie des Produits Cebils* tinha em Descalvados uma moderna fábrica de extrato de carne, cuja produção era destinada em sua totalidade para a exportação. Essa fábrica era o núcleo da empresa e diante da ausência de dados sobre a produção de extrato de carne, uma boa medida para avaliar a evolução da produção da fábrica é observar a evolução da arrecadação do imposto de exportação do produto arrecadado pela alfândega de Corumbá, já que a fábrica de Descalvados era a única do gênero em Mato Grosso. Mesmo que também exportasse couros de gado, pequenas quantidades de borracha oriunda do vale do Guaporé, a partir de 1903, e ainda produzisse uma acanhada quantidade de sabão que era vendida no mercado local, o principal produto da fábrica e do próprio estabelecimento de Descalvados era o extrato de carne. Por isso tomaremos como parâmetro para uma avaliação da evolução da fábrica a produção desse produto.

Nesse sentido tomaremos os dados do período de dez anos, entre 1895 e 1904. Esse período foi aquele em que a fábrica teve um funcionamento continuado, sem sofrer interrupções, o que passou a ser uma constante a partir de 1905. A tabela 1 nos permite acompanhar a evolução dos principais produtos exportados por Mato Grosso entre 1895 e 1904, entre os quais estão o extrato de carne, línguas salgadas e outros produtos de origem bovina, fabricados em Descalvados. Mesmo que esses valores possam não corresponder exatamente à produção de Descalvados, eles nos permitem uma boa aproximação.



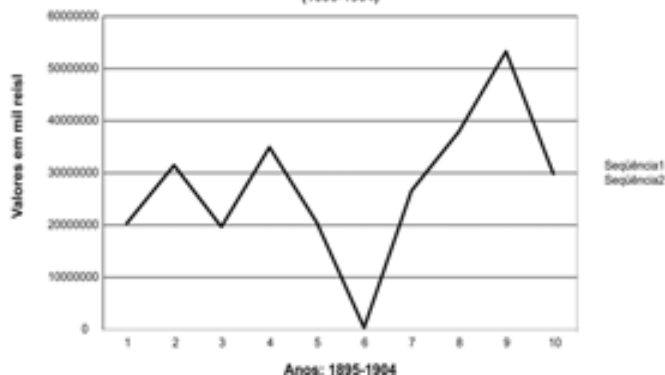
TABELA 1 - Imposto de Exportação dos Gêneros de Produção do Estado de Mato Grosso, Arrecadado desde 1895 até 1904 (Em réis).²⁹⁷

Ano	Borracha	Erva mate	Gado	Couro e peles	Ipecacuanha	Extrato de carne e outros produtos animais	Total
1895	39.137.850	250.000.000	41.739.000	39.986.260	22.018.000	20.284.953	413.507.346
1896	55.896.785	274.676.381	47.271.000	48.985.280	21.447.200	31.383.603	481.108.226
1897	55.909.350	251.002.800	74.012.000	55.816.880	17.292.800	19.628.801	475.331.481
1898	120.834.825	252.070.263	78.643.000	89.058.835	18.984.950	34.809.568	597.572.714
1899	183.160.617	250.277.123	43.179.000	93.078.785	26.335.452	20.373.509	606.836.811
1900	380.436.435	250.012.277	29.109.000	79.583.845	77.451.000	328.330	857.223.056
1901	124.654.950	250.000.000	59.647.000	76.802.614	59.107.500	26.505.738	596.923.322
1902	215.711.674	250.000.000	18.593.000	96.732.730	44.425.000	37.815.553	663.852.302
1903	239.810.305	250.000.000	14.823.900	102.642.880	28.765.545	53.291.153	696.009.414
1904	473.671.544	250.000.000	97.703.676	129.260.856	12.071.606	29.807.417	992.517.096

A grande oscilação verificada ao longo do período, pode ter sido ocasionada por diferentes fatores: fornecimento de matéria-prima, qualidade dessa matéria prima, variações climáticas e problemas com mão-de-obra. O gráfico seguinte mostra essa oscilação.

Se retirarmos o ano de 1900 (ponto 6), um ano com registro atípico, quando as exportações teriam sido quase nulas, veremos que entre 1895 e 1899 as oscilações permaneceram dentro de um certo patamar de arrecadação, entre 20 e 35 contos de réis. A partir de 1901 as exportações de extrato e demais produtos de origem animal tiveram um crescimento importante, com o imposto arrecadado chegando a mais de 53 contos de réis em 1903, atingindo o pico de todo o período, para cair no ano seguinte ao patamar dos anos anteriores. Analisemos esses dados.

Imposto de exportação sobre extrato de carne e outros produtos de origem animal em Mato Grosso (1895-1904)





Como anotamos anteriormente, o período entre 1896 e 1899, teve um bom volume de exportações, com a *Cibils* distribuindo dividendos e bonificações entre seus sócios. O aumento das exportações nesse período, pode ter estimulado a compra da fazenda São José, localizada próxima a Descalvados, com bom rebanho bovino, para reforçar o fornecimento de matéria-prima. A fazenda São José foi comprada pela *Compagnie des Produits Cibils* em novembro de 1899.

Por outro lado, a justificativa dada aos acionistas pelos administradores, de que uma seca que castigou a região por volta dos anos 1903-1905, além do abandono das explorações de borracha no Guaporé, teria levado à liquidação da *Compagnie des Produits Cibils* e sua substituição, em 1905, pela *Société Industrielle et Agricole au Brésil*, talvez encubra problemas de outra natureza, tanto de ordem econômica como de ordem geopolítica, com a frustração dos planos que tinham como objetivo levar à expansão da empresa.²⁹⁸

Alguns registros têm apontado a matança indiscriminada de bovinos como um fator importante na crise da companhia após 1905, que teria levado inclusive à paralisia do abate e da produção de extrato de carne. A matança indiscriminada de machos e fêmeas teria sido um recurso para conseguir abater o gado que estava se tornando bravio, o que teria levado ao aniquilamento do rebanho.²⁹⁹ Essa hipótese é discutível, uma vez que a companhia belga tinha administradores experientes e não teria dificuldades em contratar profissionais capacitados para o manejo do gado, com experiência em criação extensiva, na Argentina, no Uruguai ou mesmo nos Estados Unidos, como havia feito o seu proprietário anterior, Jaime Cibils Buxareo, e como faria mais tarde o americano Percival Farquhar, após comprar as propriedades dos belgas no oeste.

Nem os ataques dos ladrões de gado, um problema constante e que exigia permanente vigilância dos administradores de Descalvados, desde quando a fábrica foi construída, em 1882, ou as epidemias que



infestavam constantemente os animais cavалares, são fatores que justificam a crise de 1905.

Todos esse fatores podem ter contribuído como agravantes na crise que levou à liquidação da companhia e sua substituição por outra. No entanto, acreditamos que o fator decisivo foi de ordem geopolítica, que poderia criar as condições para que a companhia se tornasse mais rentável. Se isso não acontecesse seria vendida ou liquidada. Ou seja, se de 1898 até 1903, a presença belga na fronteira oeste tinha um caráter de uma operação geopolítica visando a posicionar se da melhor forma para uma ação colonialista, assim que desapareceu essa possibilidade tratava-se de reorientar a empresa ou ela se inviabilizaria. Acreditamos que esse foi o caráter da mudança efetuada em fins de 1905, com o aumento do capital da empresa e a mudança do nome. Mais à frente retomaremos essa discussão.

Quanto à produção de borracha nas concessões da *Compagnie des Produits Cíbils* e de sua sucessora, a *Société Industrielle et Agricole au Brésil*, no vale do Guaporé, dispomos de poucos dados para permitir uma avaliação de sua rentabilidade. O fiscal do Estado de Mato Grosso, encarregado de acompanhar o cumprimento do contrato de concessão com a companhia belga, avaliou a produção de borracha, em 1909, em 10 mil quilos, para um mínimo contratual de 2 mil quilos. Para 1910 a previsão era de 30 mil quilos, para um mínimo contratual de 4 mil quilos. Mas o fiscal deixa claro que esses números eram aproximados.³⁰⁰ Por outro lado, quando passou por Descalvados, em 1906, o então coronel Candido Mariano da Silva Rondon constatou a presença, naquele estabelecimento, de borracha “exportada como de procedência boliviana”.³⁰¹ Esse registro de Rondon indica que a *Cíbils* estava adotando o mesmo expediente usado por Balbino Antunes Maciel, ou seja, o contrabando. Dessa forma, exportava borracha extraída no Brasil como se fosse extraída na Bolívia e com isso não pagava o imposto de exportação.



Da *Compagnie des Caoutchoucs du Matto-Grosso* temos menos informações ainda sobre sua produção. A empresa, que possuía concessões na região do rio Juruena, parece não ter conseguido desenvolver um fluxo contínuo de produção. Seus funcionários estiveram constantemente assoberbados com as disputas interoligárquicas, que resultaram nas revoltas que assolaram Mato Grosso entre 1900 e 1906 e que atingiam Diamantino, Barra do Bugres e Rosário, localidades onde a empresa atuava na compra de borracha e possuía depósitos.

Sobre Louis Olivier, que possuía duas grandes concessões no rio Jamari, não dispomos de qualquer informação. Apenas sabemos que esse concessionário se mantinha vigilante, protestando contra eventuais concessões que o governo de Mato Grosso fizesse a terceiros, em terras que julgava pertencer-lhes ou contra a suposta concessão de terras feitas pelo Estado do Amazonas na região do rio Jamari, também reclamadas por Mato Grosso e pertencentes às concessões de Olivier.³⁰² Louis Olivier, de qualquer forma, pode ter explorado a região de suas concessões e é possível mesmo que tenha desenvolvido alguma atividade exploradora de borracha, com a produção sendo exportada por Belém ou Manaus, já que o governo de Mato Grosso não tinha qualquer controle sobre aquela região, disputada com o Estado do Amazonas. Um dado curioso é que até recentemente nos mapas da região norte do Brasil onde aparece a bacia do rio Jamari, ainda havia o registro de uma povoação com o nome de Antuérpia.³⁰³ Sinal da perenidade da presença belga naquela região.

Passemos à questão da mão-de-obra utilizada pelos belgas na fronteira oeste. Trabalharemos com as escassas fontes que dispomos sobre o assunto, constituídas basicamente pelos registros dos administradores e do fiscal das concessões da *Compagnie des Produits Cibils*, em suas diferentes propriedades, tanto na região do Pantanal, como no vale do Guaporé.



A *Compagnie des Produits Cibils* em sua fábrica de Descalvados utilizava dois tipos de mão-de-obra: a primeira era qualificada e experiente, em geral composta de ex-agentes de Leopoldo II no Estado Independente do Congo, que atuavam em cargos de direção, gerenciando todos os trabalhos mais importantes da empresa. Também eram responsáveis pela abertura de novas frentes de atuação, como aquela que desenvolveram no vale do Guaporé, de possibilidades de novos negócios e do reconhecimento geográfico da região onde operavam, como foram as diversas explorações que fizeram nos rios da região. Entre esses exploradores ganha destaque o nome de Alexandre Delcomune, citado por Adam Hochschild como um “implacável barão da borracha”, com negócios no Congo”.³⁰⁴

François van Dionant, o primeiro administrador de Descalvados, descreve as dificuldades enfrentadas pelos agentes belgas no oeste, assim como um suposto patriotismo de alguns desses agentes, que morreram na região. Esse foi o caso de Borchgrave d’Altena, membro de tradicional família belga, que morreu de malária no vale do Guaporé, em 1903, após estar com poucos recursos e ter sua bagagem pilhada pelos índios.³⁰⁵

Em Mato Grosso, os belgas da *Compagnie des Pruduits Cibils* também tomaram como seus agentes, pessoas ligadas ao meio político local, como foram os casos de João Baptista Nunes e Francisco Mariani Wanderley. O primeiro era agente direto dos belgas, atuando não só como procurador das suas empresas, mas também como encarregado consular, quando o cônsul se afastava de seu posto. João Baptista Nunes prestava serviços aos proprietários de Descalvados desde a época em que a fábrica pertencia ao uruguaio Jaime Cibils Buxareo, passando a servir aos belgas quando o empreendimento foi vendido aos europeus. Ao mesmo tempo em que servia aos belgas, João Baptista Nunes exercia diversos cargos públicos, entre os quais o de membro da intendência de Corumbá. Em 1905 fez parte das articulações realizadas em Corumbá por Serzedelo Correa, do movimento revolucionário que



levaria à derrubada do então presidente do Estado, Antonio Paes de Barros (Tótó Paes), pelo grupo oligárquico ligado a Generoso Ponce e Joaquim Murtinho.³⁰⁶

Francisco Mariani Wanderley se ligou aos belgas mais tarde, por interesses pouco claros, talvez porque Mariani Wanderley fosse comerciante importante em Corumbá, por onde os belgas exportavam e importavam seus produtos e onde foi instalado o seu consulado em 1901. Ao contrário de João Baptista Nunes, que exerceu uma posição discreta na política mato-grossense, Francisco Mariano Wanderley teve posição de destaque, inclusive ocupando por algumas legislaturas o cargo de presidente da Assembléia Legislativa do Estado. Também participou do movimento revolucionário que, começando em 1905, terminaria por levar à derrubada e morte do presidente Antonio Paes de Barros (Totó Paes), no ano seguinte.

Se para as funções mais importantes, os belgas escolhiam seus compatriotas ou pessoas de confiança, recrutadas na elite local, para as funções que exigiam maiores sacrifícios, em geral trabalho braçal, na fábrica de Descalvados, nos campos de criação ou na extração de borracha no vale do Guaporé, a preferência recaía sobre trabalhadores de origem platina, índios e cearenses.

Os trabalhadores de origem platina eram basicamente corrientinos e paraguaios, os últimos recrutados com as facilidades obtidas pelo fato de François van Dionant, além de ser nomeado vice-cônsul da Bélgica em Descalvados primeiro e cônsul em Corumbá depois, também foi nomeado cônsul do Paraguai naquela cidade. Apesar dessa segunda nomeação não ter sido aceita pelo governo brasileiro que lhe negou o exequatur, Van Dionant exerceu a função na prática.³⁰⁷ Essa posição lhe deu facilidades para recrutar paraguaios para o trabalho braçal em Descalvados.

Os índios também foram utilizados em grande quantidade no trabalho braçal em Descalvados e na extração da borracha no vale do Guaporé. Em Descalvados, Van Dionant os descreve como



habilidosos no trabalho com gado bovino.³⁰⁸ As facilidades para a utilização de mão-de-obra indígena vinham do fato de que a fábrica de Descalvados estava localizada praticamente ao lado de aldeias indígenas da etnia Guató e próxima das aldeias da etnia Bororo. Esses índios já eram utilizados como mão-de-obra para o trabalho com o gado, desde meados do século XIX, quando Descalvados pertencia ao major João Carlos Pereira Leite, membro da oligarquia agrária mato-grossense e grande proprietário das terras, como comentamos no capítulo 2.

Van Dionant descreve pormenorizadamente os hábitos e costumes dos índios utilizados como mão-de-obra em Descalvados. No entanto fala pouco dos métodos de trabalho utilizados em Descalvados e sobre os índios utilizados como mão-de-obra na extração da borracha no vale do Guaporé. Diz apenas que os índios poderiam ser utilizados como uma mão-de-obra pelas empresas belgas extratoras da borracha que desejassem operar naquela região.³⁰⁹ O então coronel Candido Mariano da Silva Rondon, no entanto, relata que os belgas utilizavam índios chiquitanos para transportar a borracha extraída no vale do Guaporé para o estabelecimento de Descalvados, de onde seria exportada.³¹⁰ Os índios chiquitanos habitavam a região de fronteira acima de Cáceres, tanto do lado brasileiro como do lado boliviano e eram utilizados em larga escala como mão-de-obra para a extração da borracha por outras empresas que operavam no vale do Guaporé, como a Maciel & Companhia, também como descrevemos no capítulo 2.

Van Dionant também não deixou registro sobre os métodos de trabalho dos cearenses que foram utilizados como mão-de-obra pelos belgas no vale do Guaporé. Seus comentários se concentram no grande número de cearenses mortos pela varíola naquela região.³¹¹ Seus números são impressionantes. Segundo ele, foram recrutados 200 trabalhadores cearenses, que vieram para Mato Grosso acompanhados de suas famílias, perfazendo um total de 400 pessoas.



Fizeram a viagem do Ceará para Mato Grosso, via rio da Prata. Desse total, dois terços teriam morrido pela doença. O outro terço teria sido distribuído entre os diferentes pontos ao longo do vale do Guaporé, onde a empresa belga tinha atividades. Do total de 400 cearenses, teriam sobrevivido apenas 20.³¹²

Uma outra versão sobre a presença dos cearenses na empresa belga no vale do Guaporé foi dada por João da Costa Garcia, encarregado, pelo governo de Mato Grosso, de fiscalizar as concessões dos europeus naquela região. Segundo esse fiscal, foram introduzidas pela *Compagnie des Produits Cíbils* na região, cerca de 300 famílias de cearenses, que teriam abandonado ou desertado da empresa após o fracasso da instalação dos belgas na concessão do rio São Miguel, ocupada por Balbino Antunes Maciel.³¹³ Esse fiscal também lança pistas sobre os métodos de trabalho dos belgas da *Cíbils* no Guaporé: “... também por causa de seus methodos de trabalho, que diferem dos demais, tem sido ella muito criticada, critica alias sem razão de ser”.³¹⁴ O fiscal do governo mato-grossense não diz quais seriam esses métodos criticados e seu relatório faz elogios aos belgas.

Há, portanto, entre os dois relatos uma diferença entre o número de famílias de cearenses introduzidas pelos belgas no vale do Guaporé. Para van Dionant seriam 200 famílias; para o fiscal estadual seriam 300 famílias. Mas o que chama atenção é que enquanto van Dionant relata que sobraram apenas 20 pessoas do total de 400 cearenses que vieram para Mato Grosso, com as demais morrendo por doenças, João da Costa Garcia nada fala das doenças, fazendo uma rápida referência às condições de trabalho na empresa belga, alvo de críticas de terceiros, mas não identificadas pelo fiscal. Ou seja, o fiscal acabou por ser menos crítico com relação às condições de trabalho das famílias de cearenses do que o próprio dirigente da empresa belga.

O coronel Cândido Mariano da Silva Rondon que esteve no vale do Guaporé naquele período, também nos dá uma pista sobre a presença dos cearenses a serviço dos belgas, suas condições de trabalho



e de seu destino. Em 1906, ao chegar à localidade da “Ponte”, às margens do rio Guaporé, onde seria instalada uma estação da linha telegráfica que visava alcançar Vila Bela (que então se chamava Mato Grosso), Rondon verificou que havia no local, três casas de palha, destinadas à residência de soldados do exército do Brasil e de um encarregado da empresa de Balbino Antunes Maciel, além de outras habitações. Em seguida diz que “Há mais um rancho defronte dos outros e a seu lado as sepulturas onde foi inumada uma família cearense, que ali morreu á mingua, devido ao egoísmo da companhia belga Cibilis, que a abandonou naqueles esmos, quando não gozavam ainda da garantia de um Destacamento”.³¹⁵ Quais seriam os motivos desse abandono não é dito pelo militar brasileiro.

O intenso êxodo de nordestinos para a Amazônia, entre o final do século XIX e o início do século XX, foi um fator importante para o desenvolvimento da exploração da borracha naquela região, ao supri-la de uma mão-de-obra mais disciplinada do que aquela de que dispunha, de origem indígena. Por outro lado, esse êxodo deve ter ajudado na alta taxa de exploração dos seringueiros, já que havia sempre a possibilidade de substituí-los por outros. Isso explica a sua utilização pelos belgas no vale do Guaporé. Rondon, ao condenar a morte à mingua da família de cearenses não estava sendo justo com os imigrantes nordestinos, em geral vítimas de violenta exploração na região Amazônica, mas crítico dos belgas, contra quem parecia estar com o espírito prevenido.³¹⁶

Essa conclusão pode ser tirada da própria prática utilizada na construção das linhas telegráficas, onde a chamada Comissão Rondon adotou métodos militares na utilização de mão-de-obra, boa parte dela compulsória, e atos de violência contra trabalhadores brancos e negros. O resultando foi um número expressivo de mortos, com destaque para aqueles que foram mandados para a fronteira oeste como punição pela participação na Revolta da Chibata, ocorrida no Rio de Janeiro.³¹⁷



Desses poucos registros que possuímos podemos concluir que a presença de cearenses no vale do Guaporé, levados para lá pelos belgas, foi pequena, se comparada com as estimativas do total de famílias de nordestinos que foram para a Amazônia no ciclo da borracha.³¹⁸ No entanto, parece-nos que esse número é significativo para a pequena população de trabalhadores que extraíam borracha naquela região e que vieram de outras regiões do país. Por outro lado, se considerarmos os relatos de Esperidião Marques, a partir de sua viagem de estudos ao vale do Guaporé, dificilmente os cearenses tinham melhores condições de trabalho do que os índios da região, submetidos a uma exploração brutal e que constituía a maior parte da mão-de-obra utilizada na extração da borracha.

Por isso torna-se importante conhecer as condições de vida e trabalho dos cearenses que foram levados para o vale do Guaporé, quase todos desaparecidos de forma bruta, tragados pela conjugação de fatores que envolviam a fome, o ataque constante de índios, as doenças, trabalho extenuante em longas jornadas, sem recursos, em uma região insalubre e desconhecida. Esse conhecimento torna-se mais necessário em função da conhecida brutalidade com que foi executada a exploração de borracha, marfim e de outros produtos extrativos pelos belgas no Estado Independente do Congo, uma vez que os dirigentes e chefes das empresas belgas que operaram em Mato Grosso, eram em sua maioria, ex-funcionários de Leopoldo II na África, sendo portanto, os executores de métodos de trabalhos que levaram à morte cerca de 10 milhões de nativos naquela colônia privada do rei belga.³¹⁹

Quanto à *Compagnie des Caoutchoucs du Matto-Grosso*, sabemos apenas que se utilizava de trabalhadores da região de Diamantino, Rosário e Barra do Bugres, onde operava. Trabalhadores que eram constantemente chamados para o trabalho compulsório na Guarda Nacional, naquele período ocupada com os movimentos armados que opunham as diferentes frações da oligarquia mato-grossense. Talvez esteja aí uma explicação para os ataques que os



depósitos da empresa sofreram durante o movimento armado de 1901. Nesse mesmo ano, Marcuse Parfonry, dirigente da *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso*, havia feito uma petição dirigida ao presidente do Estado, solicitando a liberação do serviço militar obrigatório de 3 funcionários da empresa.³²⁰ Ao ter seus funcionários servindo a uma ou outra das frações da oligarquia local, a empresa belga podia ser vista como alinhada a uma ou outra dessas oligarquias, tornando-se alvo de ataques. Ao solicitar a liberação de seus funcionários do serviço militar obrigatório, a empresa belga talvez quisesse se colocar em posição de neutralidade nessas disputas.

Não conhecemos registro das atividades extratoras de Louis Olivier na região do rio Jamari. Por outro lado, o governador de Mato Grosso, Pedro Celestino Correa da Costa reclamava que essas concessões não produziam nada e eram utilizadas mais como mecanismo de especulação com terras, “conservando-se assim sem proveito algum á receita do Estado”.³²¹ A área da concessão de Louis Olivier foi ocupada por seringueiros, provavelmente com o apoio do governo do Amazonas, que passaram a extrair borracha na região. Quando foi instalada a Delegacia Fiscal de Mato Grosso em Manaus, em convênio com o Estado do Amazonas, os impostos arrecadados com a borracha extraída na região dos rios Machado e Jamari passaram a incrementar a arrecadação do Estado, contribuindo com a totalidade dos impostos arrecadados naquela delegacia.³²²

Um elemento a mais a ser registrado na questão da mão-de-obra é que alguns dos funcionários belgas da *Compagnie des Caoutchoucs du Matto-Grosso* e da *Compagnie des Produits Cíbils* trabalhavam ora em uma empresa, ora em outra. Foram os casos de Marcuse Parfonry, Borchgrave d’Altena e Clement Laport. Essa transferência dos funcionários belgas de uma empresa para outra, tem relação com os sócios-proprietários de uma e de outra, que eram quase os mesmos, nos levando a questionar se as duas empresas não eram de fato uma só, apenas com razões sociais diferentes.



5.6 – OS BELGAS SE RETIRAM DA FRONTEIRA OESTE

O ano de 1903 foi um ano decisivo para a presença belga no oeste e marcou o fim de um período de ação entusiasta naquela região dos súditos de Leopoldo II. A partir de 1904, os belgas começaram a se retirar da fronteira oeste e a partida de François van Dionant, em março de 1904, parece ser uma senha nesse sentido. O administrador da *Compagnie des Produits Cibiis* voltou para a Bélgica, após 9 anos no oeste, num momento em que a situação apontava não só para a decadência dos empreendimentos da empresa que dirigia diretamente no vale do Guaporé, mas também para o fracasso do conjunto dos interesses belgas na região.

Como apontamos anteriormente, 1903 foi o ano em que as exportações dos produtos da fábrica de Descalvados alcançaram o seu ponto mais alto em uma série de 10 anos. Portanto não pode ser debitado a um suposto fracasso na produção da fábrica, o começo da retirada belga do oeste. Em seguida, durante o ano de 1904, a empresa começa a ter uma queda em sua produção e é liquidada no final de 1905, sendo substituída por uma outra empresa com o mesmo controle acionário, tendo à frente o *Banque D'Outre-Mer*, com 1555 ações privilegiadas (com direito a voto) e Leon Favresse, com 4000 ações privilegiadas, este sendo de fato o controlador. Entre os acionistas que entraram na nova sociedade como pessoa física estavam o coronel Albert Thys e o ex-administrador de Descalvados, François van Dionant. O nome da nova empresa era *Société Industrielle et Agricole au Brésil*.³²³

A nova empresa continuou sendo administrada por Leon Thiéry, que havia substituído Van Dionant em 1904, quando este retornou à Europa.

A representação diplomática belga em Mato Grosso, no entanto, pouco mudou. O consulado belga em Corumbá ficou a cargo do encarregado de negócios João Baptista Nunes até que, em abril de



1907, Leon Thiéry recebeu o exequatur do governo brasileiro para ocupar o cargo de cônsul.³²⁴ Thiery, no entanto, ficou pouco tempo oficialmente à frente da empresa e do consulado belga. Em 17 de junho desse mesmo ano um novo cônsul é indicado para Corumbá: Pierre de Thier-David.³²⁵ Leon Thiery voltou para a Europa.

A partir de 1905, os empreendimentos belgas no oeste começaram a dar sinais evidentes de que estavam entrando em um processo de encolhimento, em um movimento que tinha um sentido inverso daquele experimentado entre 1898 e 1903. Agora estavam em clara decadência as ações na área de extração de borracha e o estabelecimento de Descalvados parecia não conseguir mais recuperar a importância que os belgas lhe haviam dado no período anterior.

Mesmo que tenha mantido as suas concessões no vale do Guaporé, parece-nos que a *Société Industrielle et Agricole au Brésil* estava em busca de uma boa oportunidade para se desfazer dos seus empreendimentos no oeste, desde que pudesse recuperar os investimentos lá realizados, ou pelos menos, parte deles. Enquanto essa oportunidade não aparecia, os belgas tratavam de manter as suas propriedades e preservá-las. Esse procedimento era mais sistemático em Descalvados, constantemente atacado por bandos de ladrões de gado vindos da Bolívia, o que dava motivo para apelos da legação da Bélgica no Rio de Janeiro, no sentido de que o governo brasileiro tomasse providências para garantir a segurança das empresas belgas naquela região.³²⁶

A *Compagnie des Caoutchoucs du Mato-Grosso* atuou no Estado até 1905, quando a concessão belga foi vendida ao coronel Manoel Pedroso da Silva Rondon, membro da oligarquia agrária local que atuava na extração de borracha na região de Diamantino.³²⁷

Em 1906, a concessão que o francês Louis Olivier possuía no rio Jamari caiu em caducidade, mas foi mantida pelo Estado de Mato Grosso, que prorrogou a concessão a seu pedido.³²⁸ Em abril de 1908, o diretor da Repartição de Terras, Minas e Colonização do



Estado de Mato Grosso declarou a caducidade das concessões que Louis Olivier possuía no Estado.³²⁹ Estranhamente, no entanto, o governo do Estado rescindiu o contrato de arrendamento, alegando a possibilidade de que houvesse conflitos entre os seringueiros que estavam operando na região e o arrendatário, reduzindo com isso o pagamento de impostos ao Estado, efetuado pelos seringueiros. O governo de Mato Grosso pagou uma indenização de 520 contos de réis a Louis Olivier.³³⁰

A *Comptoir Colonial Français*, outra empresa que havia feito grandes investimentos no noroeste da Amazônia, na fronteira com o Peru, e que tinha o controle acionário dos mesmos capitalistas belgas que controlavam as empresas que atuavam na fronteira oeste, teve grandes perdas (que podem ter chegado a um milhão de dólares) e também se retirou da atividade naquela região no mesmo período.³³¹

Ao mesmo tempo em que cuidava de preservar os interesses dos belgas de Descalvados, o novo cônsul, Pierre de Thier, passou a concentrar suas atenções no novo empreendimento que os belgas estavam iniciando no oeste: a exploração das minas de ferro e manganês, localizadas no maciço de Urucum, próximo à cidade de Corumbá, na fronteira sul do Estado de Mato Grosso com a Bolívia.

A concessão para a exploração dessas minas havia sido cedida inicialmente, pelo governo do Império, à baronesa de Vila Maria, irmã do major João Carlos Pereira Leite, antigo proprietário das terras onde foi construída a fábrica de Descalvados. A concessão caiu em caducidade e o governo provisório da República decidiu prorrogá-la, após a baronesa publicar em um jornal de São Paulo um artigo em que questionava a viabilidade do Estado de Mato Grosso após a proclamação da República e defendia a sua anexação ao Estado de São Paulo.³³² Com a promulgação da Constituição de 1892, a prerrogativa para legislar sobre as minas passou para os Estados e a concessão da baronesa caiu em caducidade, não sendo renovada pelo governo de Mato Grosso. Em 1897 o governo estadual fez uma nova concessão



para a exploração de Urucum, desta vez a Francisco Couto da Silva.³³³ O novo cessionário não cumpriu os termos da concessão, mas esta foi prorrogada em 1905, por decisão da Assembléia Legislativa estadual, presidida por Francisco Mariani Wanderley. O curioso é que o artigo segundo da lei que determinava a prorrogação, parece ter sido escrito por encomenda para que a concessão pudesse ser vendida em seguida. Dizia esse artigo: “Fica também homologado qualquer acordo celebrado pelo cessionário, dentro porém, dos limites traçados no contracto firmado com o governo do Estado”.³³⁴ E de fato, Francisco Couto da Silva vendeu oficialmente a concessão à empresa “Sociedade Geral das Minas de Manganez Gonçalves Ramos & Comp.”, sediada no Rio de Janeiro, em dezembro de 1905.³³⁵ Em 1906, essa concessão foi novamente vendida, desta vez aos belgas da *Compagnie de l'Urucum Société Anonyme*.

A *Compagnie de l'Urucum* foi fundada em Ougrée, em dezembro de 1906, por um conjunto de investidores liderados por empresas siderúrgicas belgas, tendo à frente a *Société Anonyme de Ougrée-Maribaye*, com sede em Ougrée, e a *Société Anonyme Métallurgique d'Espérance-Longedoz*, com sede em Liège. O objetivo da nova empresa era a exploração, comercialização e industrialização de manganês e ferro das minas do maciço de Urucum.³³⁶

Logo após a compra das minas de Urucum, a *Compagnie de l'Urucum* enviou para o Brasil o engenheiro Pierre de Thier-David, para dirigir a empresa e defender os seus interesses. Como assinalamos anteriormente, Pierre de Thier-David também foi nomeado cônsul da Bélgica em Corumbá. Tivemos então uma mudança importante: enquanto os cônsules anteriores eram administradores de Descalvados, a partir de 1907, o cônsul belga passou a ser o administrador das minas de Urucum. As prioridades haviam mudado, portanto. Na ausência de Thier-David, quem assumia a direção da nova empresa e do consulado, na condição de gerente, era um outro engenheiro belga: Eugene Delkaye.³³⁷ Caso os dois se ausentassem, o consulado belga



seria administrado por Francisco Mariani Wanderley e os interesses da *Compagnie de l'Urucum* passavam a ser defendidos pela firma Wanderley, Bais & Cia, sediada em Corumbá, da qual Mariani Wanderley era sócio.³³⁸

A concessão para a exploração das minas de Urucum, dada pelo Estado de Mato Grosso a Francisco Couto da Silva, tinha a validade de 30 anos e foi prorrogada por mais 5 anos com a renovação do contrato em 1905. Os belgas, no entanto, consideraram tal prazo insuficiente e solicitaram que o contrato fosse alterado, passando a ter validade de 90 anos. Para fazer essa solicitação, fizeram dois requerimentos ao governo de Mato Grosso com o mesmo conteúdo, sendo que em um deles desenvolviam uma longa justificativa para esse pedido, baseada nas dificuldades para a exploração das minas de Urucum, nos preços do manganês no mercado internacional, nos juros e dividendos a serem pagos aos investidores e bancos e em outras possibilidades de fornecimento do minério com as descobertas de minas na Rússia, na Ásia e mesmo em outra região do Brasil, em Minas Gerais.³³⁹

Ao mesmo tempo, a legação belga no Rio de Janeiro passou a pressionar o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para que ajudasse a empresa belga a alcançar o seu objetivo, solicitando a intervenção do barão do Rio Branco.³⁴⁰ Rio Branco respondeu afirmativamente à solicitação da legação belga e enviou ao presidente do Estado de Mato Grosso, Generoso Ponce, um ofício em que pede “benevolência para a companhia belga de exploração das minas de Urucum a instalar-se brevemente nesse Estado” e dita os termos de um telegrama que deveria ser enviado pelo presidente do Estado àquele Ministério, para dar uma satisfação à legação belga. Diz o ofício de Rio Branco:

Agradeço a V. Exa. a sua resposta em telegrama no dia seguinte, assim redigido:



‘Conforme os desejos do Governo Belga e as recomendações de V. Exa., que tomo na mais elevada consideração, serão cercados os interesses da companhia Belga de exploração das minas de Urucum, brevemente a instalar-se neste Estado, de todas as facilidades dependentes deste Governo para o seu regular funcionamento e grande impulso da industria que pretende explorar.’

Aproveito o ensejo para renovar a V. Exa os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

Rio Branco. ³⁴¹

Como se pode ver, o barão do Rio Branco foi extremamente solícito com os interesses belgas e praticamente impôs ao governo de Mato Grosso a ampliação do prazo para a concessão das minas de Urucum por 90 anos, finalmente aceita pelo governo estadual. No entanto, esse escandaloso prolongamento no prazo da concessão não impediu a retirada da empresa belga de Mato Grosso, em 1912, alegando dificuldades com os preços do manganês e custos de exploração e transportes. Os belgas irão concentrar as suas ações nesse setor em Minas Gerais, onde construirão a siderúrgica Belgo-Mineira. ³⁴²

A partir de 1906, entre as empresas belgas que se instalaram na fronteira oeste até 1903, somente aquela que controlava Descalvados, ainda permanecia de fato na região, mas já com nova razão social, mesmo que seus controladores ainda fossem os mesmos. Essa mudança na razão social da empresa, de *Compagnie des Produits Cibiis* para *Société Industrielle et Agricole au Brésil*, sinalizava o início de um novo período. Daí em diante os empreendimentos que quisessem permanecer na fronteira oeste, como de resto em toda a América Latina, teriam de estar adaptados aos métodos desse novo período. E os belgas então, se desfizeram de Descalvados, seu empreendimento pioneiro na fronteira oeste.

Em 1912, além deixar a *Compagnie de L'Urucum*, os empreendimentos de Descalvados, São José e as concessões no Guaporé,



que pertenciam à *Compagnie Industrielle et Agricole au Brésil*, são vendidos para a *Brazil Land Cattle and Packing Company*, do grupo americano controlado por Percival Farquhar. O valor da transação foi fixado em dois mil contos de réis.³⁴³ Com essa venda encerrava-se um período na história da presença belga no oeste. A compra das propriedades belgas deve ter sido negociada antes, já que no final de 1909 a *Madeira-Mamoré Railway*, pertencente a Farquhar, estava negociando a compra da concessão para a extração de borracha pertencente a Julio Muller & Comp., entre a cachoeira de Guajará-Mirim e a margem esquerda do rio Mutum-Paraná, numa região que anteriormente pertencia ao coronel Pedro Torquato da Rocha e que estava localizada logo após as concessões dos belgas, no vale do Guaporé.³⁴⁴ Dessa forma, ao adquirir as concessões dos belgas, Farquhar passava a controlar totalmente a produção de borracha no vale do Guaporé, além do transporte e a comercialização do produto.³⁴⁵

Para completar a retirada belga do oeste, o consulado da Bélgica em Corumbá deixa de existir a partir de janeiro de 1912, passando o Estado de Mato Grosso a ser parte da jurisdição do consulado sediado em São Paulo.³⁴⁶ De fato os belgas não tinham mais nenhum interesse importante a ser defendido no oeste e suas representações diplomáticas lá localizadas tornavam-se desnecessárias.

Descalvados, que havia sido o primeiro empreendimento a marcar a presença belga na fronteira oeste, funcionando como uma base de operações para sua entrada na região, a partir de 1906 adquire a característica de uma base de operações para a retirada, que se completa em 1912 com a venda do próprio empreendimento.

A venda pela empresa belga da fazenda e da fábrica de Descalvados, bem como de suas concessões no vale do Guaporé aos americanos, sinalizava não só a troca do proprietário, como também a abertura de uma nova fase na presença estrangeira no Brasil, qual seja, a presença de grandes empresas e trustes capitalistas, controlando



de forma crescente setores inteiros da economia brasileira. Percival Farquhar foi uma espécie de símbolo dessa nova fase.³⁴⁷

Farquhar, com seus métodos de ação extremamente agressivos, no sentido de obter o controle monopolístico de setores econômicos inteiros, pode ser tomado como um exemplo do empresário que passou a dominar o capitalismo que estava se consolidando a partir de então. Os tempos eram outros e os métodos utilizados pelos belgas tinham ficado para trás. A fronteira oeste também começava a viver um novo período.

Conforme procuraremos demonstrar nas páginas seguintes, a compreensão deste vasto movimento de retirada dos belgas da fronteira oeste, não radica, propriamente dito, nas circunstâncias internas aos empreendimentos industriais e comerciais instalados naquela região. Estas ações ganham intelegibilidade a partir da dinâmica de uma outra questão, que iria opor os interesses de brasileiros e estrangeiros na região oeste e que a historiografia brasileira consagrou como “a questão do Acre”.





**A POLÍTICA INTERNACIONAL
E A DISPUTA PELO
TERRITÓRIO DO ACRE**





A POLÍTICA INTERNACIONAL E A DISPUTA PELO TERRITÓRIO DO ACRE

6.1 – A DISPUTA PELO TERRITÓRIO DO ACRE E O *BOLIVIAN SYNDICATE*

Quando explode o conflito entre os seringueiros brasileiros e o governo boliviano, na região da fronteira sudoeste da Amazônia, a posição do governo brasileiro era de afastamento do conflito, reconhecendo aquela região como sendo parte do território da Bolívia.³⁴⁸ No entanto, a evolução do conflito em suas diferentes fases levou o governo brasileiro a mudar a sua posição, passando a caracterizar o território do Acre como área em litígio, posição que foi tornada pública a partir do governo Rodrigues Alves, quando o Barão do Rio Branco foi escolhido Ministro das Relações Exteriores. Mas até chegar a essa fase, no início de 1903, a Questão do Acre tinha absorvido parte crescente das preocupações da política externa brasileira desde 1898, sem que fosse encontrada uma solução.

Nesse intervalo de tempo, o fato que deu um caráter peculiar e explosivo ao conflito foi o aparecimento do *Bolivian Syndicate*, uma *chartered company* semelhante àquelas que operavam na África e na Ásia, na fase inicial do processo de colonização daqueles continentes, no século XIX. Esse sindicato havia feito com o governo boliviano um contrato de arrendamento do território do Acre, pelo qual passaria a administrá-lo com amplos poderes.

O *Bolivian Syndicate* poderia introduzir na América do Sul os mecanismos clássicos do colonialismo contemporâneo, com a agravante de que era uma empresa controlada por cidadãos norte-americanos e ingleses e destinada a operar numa região rica em borracha, produto com consumo e preço em acelerado crescimento



no mercado internacional, no início do século XX. Seu estabelecimento no Acre, desempenhando funções que classicamente pertencem ao Estado, abriria as portas da América do Sul ao colonialismo, no caso ao colonialismo norte-americano em associação com os ingleses. Aberta essa porta, outras empresas com características semelhantes e pertencentes a diferentes potências coloniais, poderiam se sentir estimuladas a seguir o mesmo caminho.

Se observarmos os casos de ações semelhantes das *chartered companies* na África, veremos que elas se constituíram como abridoras de passagem para que, em seguida, viesse a ação governamental.³⁴⁹ Agiam como alunas disciplinadas dos métodos recomendados pelo francês Paul Leroy-Beaulieu, economista de prestígio então e grande incentivador do colonialismo pelas potências da época.³⁵⁰ Recomendando a utilização do mecanismo das *chartered companies* no processo inicial de colonização, Leroy-Beaulieu dizia que:

Au point de vue des facilités qu'elle offre pour la pénétration, la puse de possessions des territoires habites par des peuplades inorganisées, la grande Compagnie parait un instrument incomparable. Elle a, comme avantages la simplicité et la souplesse des ressorts; elle fait beaucoup avec rien ou peu de chose; elle crée des installation sommaires et efficaces; elle se glisse et s'insinue dans le silence, sans que les Parlements retentissent de demandes de crédits et des discussions qui en sont inséparables. Si son zèle attire trop l'attention et vaut quelque remontrance de la part de puissances étrangères, le gouvernement national la désavoue publiquement, ou se déclare privé d'informations, et dans la pratique il l'encourage ou ne la modère qu'avec douceur. Pour un jour ou l'autre, quand l'œuvre de prise de possession est suffisamment avancée, le gouvernement national se décide à intervenir, à déclarer que le territoire silencieusement conquis par la Compagnie lui appartient, à en accepter officiellement le protectorat, comme le gouvernement anglais l'a fait relativement aux domaines de la Compagnie de Bornéo, ou

même a l'annexés, comme l'a fait le gouvernement allemand pour la contrée située entre les grands lacs et la mer de Zanzibar'.³⁵¹

O *Bolivian Syndicate* era a materialização de tal método na América do Sul, um continente isento do colonialismo contemporâneo até então. Retomemos os acontecimentos até o aparecimento dessa *chatered company* e de suas implicações.

Antes do aparecimento do *Bolivian Syndicate*, a ação do governo boliviano para defender os seus interesses e sua soberania na região conflagrada do território do Acre, foi desenvolvida de forma pouco diplomática e logo causou um conflito com o Brasil, levantando desconfiças do governo brasileiro, atizado pelos protestos da imprensa de Belém, Manaus e Rio de Janeiro.

Entre janeiro e abril de 1899, o ministro plenipotenciário e encarregado de negócios da Bolívia no Brasil, José Paravicini, permaneceu na região do Acre, com o objetivo de tentar estabelecer a soberania pelo Estado boliviano sobre aquele território, então convulsionado pelos seringueiros brasileiros, que se recusavam a reconhecer essa soberania. Paravicini instalou alfândega, organizou serviço de polícia e fundou a cidade de Porto Alonso, sede da Delegação Nacional da Bolívia. Tudo corria de acordo com o que pensava até então o governo brasileiro sobre a região em conflito, até que o ministro Paravicini tomou uma decisão que desagradou o governo do Brasil. Durante sua permanência na região do conflito, o ministro boliviano expediu um decreto em nome de seu país, abrindo a navegação para embarcações estrangeiras nos rios Aquiri, Purus e Iaco, todos afluentes do rio Amazonas e situados no território em conflito.

Na prática, esse decreto significava a abertura do próprio rio Amazonas à navegação estrangeira para barcos com destino à Bolívia, sem autorização do Brasil e sem que tivesse sido aprovado o Tratado de Comércio e Navegação, de 31 de julho de 1896, entre o Brasil e a Bolívia e que ainda estava em tramitação no Congresso



Nacional.³⁵² Isso porque, para chegar até aqueles rios, que cruzavam o território até então reconhecido como sendo boliviano, pelo governo brasileiro, necessariamente as embarcações estrangeiras teriam de transitar pelo rio Amazonas e seus afluentes, em território brasileiro.

Em Belém, Manaus e no Rio de Janeiro, a repercussão do ato do ministro plenipotenciário da Bolívia foi grande e, em resposta, o governo brasileiro reafirmou a interdição à navegação de barcos estrangeiros nos afluentes do rio Amazonas, com exceção do rio Madeira, no qual era permitida essa navegação até o porto de Santo Antonio. A navegação nos demais afluentes somente seria permitida para embarcações brasileiras e as exportações e importações bolivianas deveriam ser feitas por intermédio desses barcos a partir de Manaus ou Belém, que eram portos alfandegados.³⁵³

A esse ato do ministro plenipotenciário da Bolívia veio se juntar um incidente grave, que se desenvolveu simultaneamente. Entre março e abril de 1899, a canhoneira norte-americana Wilmington subiu o rio Amazonas e foi até Iquitos, no Peru, sem autorização das autoridades brasileiras, que foram enganadas pelo comandante da embarcação e nada mais puderam fazer do que protestar contra essa ação. Essa viagem do navio de guerra norte-americano foi acompanhada de atos provocativos que sinalizavam bem uma determinada orientação política. Além de não ter autorização do governo brasileiro para a viagem, o comandante da canhoneira Wilmington, Chapman Todd, deixou o porto de Manaus com as luzes do navio apagadas, para não ser reconhecido, recrutou nessa cidade práticos para guiá-lo rio acima e, para evitar que esses práticos fossem punidos na volta, naturalizou-os a bordo.³⁵⁴

O governo brasileiro protestou junto ao governo norte-americano contra a viagem da canhoneira Wilmington e pelos atos de seu comandante.

Mesmo que o secretário de Estado, John Hay, tenha pedido desculpas ao encarregado de negócios do Brasil em Washington,

Joaquim Francisco de Assis Brasil, ficou claro naquele momento, que o governo norte-americano era simpático aos interesses da Bolívia na disputa pelo território do Acre, ocupado por seringueiros brasileiros que repudiavam a soberania boliviana.

Essa simpatia poderia evoluir para apoio e proteção não só diplomática, mas também militar, como foi sinalizado com a viagem da canhoneira Wilmington pelo rio Amazonas e como previa uma proposta de acordo, feita pelo governo da Bolívia e que o comandante do navio de guerra levava ao governo norte-americano. Por essa proposta, o governo da Bolívia receberia apoio e proteção dos Estados Unidos em sua disputa com o Brasil pelo território do Acre, dando, em troca, garantias alfandegárias da exportação de borracha daquele território. Se necessário, o governo boliviano abriria mão de sua soberania sobre o território disputado com os brasileiros, em favor dos norte-americanos.³⁵⁵

Na Bolívia, os diplomatas do Brasil acompanhavam com atenção não só os movimentos do governo boliviano e do representante diplomático dos Estados Unidos naquele país, como a reação da opinião pública do país vizinho sobre o desenvolvimento da Questão do Acre.

O encarregado de negócios do Brasil na capital boliviana, Eduardo Lisboa, em março de 1900, enviou carta confidencial ao ministro das Relações Exteriores, descrevendo uma tendência do governo do general Pando, em caso de não haver uma solução favorável para o caso do Acre, “provocar a intervenção dos Estados Unidos da América do Norte, em troca, embora de concessões moraes e materiaes; como exemplo um protetorado ou cessão de território”. Lisboa acreditava na existência de um acordo nesse sentido, entre o ministro boliviano Jose Paravicini e o ministro norte-americano no Brasil, Charles Page Bryan, que teria resultado na viagem da corveta Wilmington pelo rio Amazonas. Lisboa dizia ainda, que o general Pando, presidente da Bolívia, planejava invadir o Brasil por Mato Grosso, em caso de fracasso da disputa no Acre.³⁵⁶ Como vimos, de



fato havia um acordo entre os dois ministros, que abria o caminho para uma intervenção dos Estados Unidos na região, proposta que foi levada ao governo norte-americano pelo comandante da Wilmington.

Em outra carta confidencial, Eduardo Lisboa informou ao governo brasileiro que a missão que o governo da Bolívia estava enviando aos Estados Unidos, chefiada pelo diplomata Fernando Guachala, era perigosa. Informou ainda que havia comentários em La Paz, de que a Bolívia poderia querer ser um protetorado dos EUA, como saída para suas disputas com o Chile, e que teria conseqüências na disputa pela região do Acre. Lisboa anexa em seu ofício recortes de jornais chilenos atacando a missão de Guachala. Um desses jornais, o “La Patria”, editado em Iquique, trás a seguinte manchete: “Bolívia quiere ser colonia yankee”.³⁵⁷ Segundo Eduardo Lisboa, os jornais da Bolívia diziam que entre ficar sob o domínio do Chile e o domínio dos Estados Unidos, preferiam o segundo. Também anexa em seu ofício cópia de um jornal boliviano que diz: “esta gran nación necessita, para evitar la asfixia de su exhuberacia industrial e comercial, posser dominios em la América Del Sud. Y nosotros necesitamos de esa dominación como factor de progreso, para contener á Chile em su immoderado apetite de expansión territorial, para cimentar la paz em Sur América”.³⁵⁸

A discussão contida nos jornais, tanto chilenos quanto nos bolivianos, citados por Eduardo Lisboa, referiam-se à disputa territorial entre o Chile e a Bolívia, que resultou na perda para o segundo país, de sua saída para o oceano Pacífico, após a guerra em que se envolveram juntamente com o Peru. No entanto, o que preocupava o diplomata brasileiro, em uma eventual intervenção norte-americana, era a sua conseqüência na Questão do Acre.

A situação se complicou quando, em setembro de 1901, Eduardo Lisboa informou ao ministro Olyntho de Magalhães, que na Bolívia corriam boatos sobre a constituição de um sindicato anglo-americano com o objetivo de arrendar o território do Acre.³⁵⁹ Os

boatos tinham fundamento: naquele momento começava a ser discutido no congresso nacional da Bolívia, o contrato de arrendamento do território do Acre ao *Bolivian Syndicate*.³⁶⁰

A organização de um sindicato de capitalistas com o objetivo de arrendar o território do Acre, foi uma proposta idealizada e implementada por Felix Avelino Aramayo, ministro plenipotenciário da Bolívia em Londres, a partir da sugestão de um diplomata inglês baseado no Rio de Janeiro.³⁶¹ Aramayo, que além de diplomata era comerciante e proprietário de minas de estanho na Bolívia, planejou o lançamento de um sindicato de capitalistas nos moldes daqueles que operavam na África e Ásia, as *chartered companies*.³⁶²

Sua pretensão inicial era o lançamento de um sindicato que pudesse atrair investidores de vários países. Esse plano tinha como objetivo dar um caráter internacional ao sindicato e com isso atrair a proteção diplomática ampla para a operação, que envolvesse o apoio de vários países.

Após autorização do governo boliviano, o sindicato foi lançado inicialmente em Bruxelas, na Bélgica, por Adolpho Ballivian, amigo de Aramayo, que também combinava atividades comerciais com a diplomacia.³⁶³ Seu objetivo era atrair para o sindicato capitalistas belgas e alemães. Aparentemente Ballivian não conseguiu o seu intento.³⁶⁴ Ballivian tinha contra si o fracasso na operacionalização das concessões que havia recebido do governo de Mato Grosso, relativo à construção de rodovias e ferrovias no vale do rio Guaporé, e que havia vendido aos belgas como mostramos anteriormente.

Após esse fracasso inicial, Aramayo deu continuidade a seu plano, conseguindo formar o sindicato desejado com capitalistas ingleses e americanos, após sofrer ações desestabilizadoras contra esses planos, feitas por diplomatas brasileiros na Europa. Ao mesmo tempo procurava atrair outros sócios para a *chartered company* que ajudou a organizar, apostando nas possibilidades que o negócio abriria e procurando ampliar sua base de apoio político com a inclusão de sócios



de outros países.³⁶⁵ Alguns anos depois, com o fim do sindicato, dizia Aramayo sobre as repercussões do negócio quando este foi lançado:

*El Sindicato anglo-americano fué tan prestigioso y el contrato del Acre tan importante, que hubo un momento en que no se hablaba de otra cosa en los centros financieros, y un numeroso publico que no tenia idea de que lo era Bolivia, tuvo ocasión de informarse con este motivo de su posición geográfica y de sus ricos productos. Las cuestiones que sosteníamos con el Brasil se hicieron populares, nuestro derecho se puso en evidencia y nuestra causa se hizo simpática, no obstante la propaganda contraria.*³⁶⁶

Aramayo podia estar exagerando, mas a repercussão foi grande e o governo brasileiro ficou alarmado com a possibilidade do *Bolivian Syndicate* se estabelecer no Acre.³⁶⁷ A preocupação principal do governo do Brasil era com a possibilidade de que os governos dos países que possuíam cidadãos com interesses no sindicato viessem em seu auxílio, caso se sentissem prejudicados por alguma ação contrária do governo brasileiro. Além disso, desconfiava que os sócios do sindicato fossem “verdadeiros testas-de-ferro de gente muito mais importante que poderia ser até uma testa coroada, gigantescos argentários norte-americanos, fabricantes de armas e munições de certo império europeu”.³⁶⁸ Essa “testa coroada” poderia ser o rei belga Leopoldo II, como diziam os boatos que corriam a Europa.³⁶⁹

Toda essa preocupação do Brasil era corroborada pelo fato de que os poderes com que o *Bolivian Syndicate* estaria investido lhe dava o caráter de um verdadeiro Estado: poder para arrecadar impostos, poder de polícia, poder para armar embarcações para patrulhar os rios da região, poder para fazer concessões de terras nas regiões ainda não ocupadas, poder de concessões sobre minas e poder de concessão de navegação às embarcações que cruzassem os rios do território. Além desses poderes, há um dado fundamental no contrato de arrendamento, que por vezes é esquecido no debate sobre a Questão

do Acre: não havia uma definição exata sobre o território a ser ocupado pelo sindicato, que era fixado em termos gerais e ficava a espera de delimitação futura, a ser efetuada por comissão demarcatória a ser definida com o Brasil.³⁷⁰

Durante um ano e meio, entre o final de 1901 e o início de 1903, a discussão sobre o arrendamento do território do Acre ao *Bolivian Syndicate* esteve no centro das preocupações da política exterior do Brasil, que buscava uma solução para a Questão do Acre procurando evitar a todo custo o envolvimento dos Estados Unidos ou de outra potência.³⁷¹

Depois dos incidentes com a canhoneira Wilmington, em 1899, e dos protestos do governo brasileiro que se seguiram, aparentemente o pedido boliviano de apoio foi congelado pelo governo norte-americano. Em 1901, no entanto, com a organização do *Bolivian Syndicate*, o governo dos Estados Unidos passou a dar cobertura aos interesses dos cidadãos norte-americanos envolvidos com a empresa, como ficou claro na carta do secretário de Estado, John Hay, ao encarregado de negócios dos Estados Unidos na Bolívia, fazendo recomendações favoráveis dos acionistas norte-americanos do sindicato. Ou ainda nas instruções dadas ao encarregado de negócios dos Estados Unidos no Brasil, orientado a defender “os interesses de inocentes americanos”.³⁷² O secretário de Estado, John Hay, chegou mesmo a declarar ao encarregado de negócios do Brasil em Washington, Assis Brasil, em uma entrevista, em julho de 1902, que não via perigo no estabelecimento de *chartered companies* na América do Sul.³⁷³ A posição do governo norte-americano oscilava, portanto, refletindo as pressões dos diferentes lobbies que atuavam nos meios políticos daquele país e as incertezas presentes em sua política externa para a América Latina.

Em meados de 1902, o barão do Rio Branco, então ministro plenipotenciário do Brasil na Alemanha, fez publicar nos jornais daquele país, uma nota em que alertava para o caráter litigioso da região que o sindicato estava arrendando, numa evidente mudança de



posição por parte do governo brasileiro que até então reconhecia a região do Acre como pertencente à Bolívia.³⁷⁴ O objetivo da nota era persuadir capitalistas alemães e de outros países da Europa a não investir no *Bolivian Syndicate*, evitando com isso problemas diplomáticos com seus governantes. Essa ação de Rio Branco se dava no momento em que os sócios do sindicato buscavam apoio do governo alemão para sua empresa.³⁷⁵

Ao mesmo tempo, Joaquim Francisco de Assis Brasil, que exercia posição semelhante nos Estados Unidos, procurava constantemente o Departamento de Estado para saber da evolução da posição do governo norte-americano sobre a questão e para tentar uma saída que não implicasse em intervenção e nem em prejuízo para os investidores daquele país. As respostas do secretário de Estado geraram incertezas e o governo brasileiro ficou temeroso.³⁷⁶

A tensão aumentou quando, em junho de 1902, o governo brasileiro interditou o livre trânsito de mercadorias provenientes da Bolívia ou a ela destinadas, pelos afluentes do rio Amazonas. O governo brasileiro reagia à aprovação do contrato do *Bolivian Syndicate* pelo Congresso Nacional da Bolívia e aos primeiros movimentos dos seus administradores no sentido de tomar posse do território do Acre. Em sua defesa o governo brasileiro lançava mão de uma velha jurisprudência internacional sobre a navegação nos rios que cruzam mais de um país. Dizia o ministro Olyntho de Magalhães: “O Brasil sustentou sempre que quando um rio atravessa o território de dois ou mais Estados a liberdade de navegação ou de transito para o ribeirão superior depende de prévio acordo com o ribeirão inferior, acordo que contenha clausula de reciprocidade”.³⁷⁷

Essa jurisprudência já havia sido motivo de uma difícil decisão, que também envolvia a abertura da navegação do rio Amazonas a embarcações estrangeiras, tomada pelo governo brasileiro quando da Guerra do Paraguai. Naquela ocasião, essa decisão foi tomada para estar em sintonia com a reivindicação semelhante que o

Brasil fazia em relação aos rios da região do Prata, cuja liberdade de navegação era necessária para o acesso à província de Mato Grosso.³⁷⁸ No entanto, no final do século XIX o momento era outro. A Guerra do Paraguai, apesar de ter sido um conflito de grande porte, de longa duração (5 anos) e ter envolvido quatro países, foi um conflito localizado, que não envolveu nenhuma grande potência da época. O período posterior a 1880 era completamente diferente e todas as grandes potências se envolveram com a expansão colonial e com o comércio internacional da borracha, o que agravava a decisão brasileira.

Logo em seguida à interdição da navegação pelo Amazonas aos barcos oriundos ou com destino à Bolívia, começaram as pressões de países que compravam borracha boliviana e tiveram os interesses de seus cidadãos ou empresas, prejudicados pela decisão brasileira: França, Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Suíça reclamaram contra a proibição. Mas ela foi mantida.³⁷⁹

O fechamento do rio Amazonas ao trânsito de navios oriundos ou destinados à Bolívia era uma decisão grave porque se chocava com dispositivos em vigor desde o Congresso de Viena (1815) sobre a livre-navegação nos rios europeus, bem como com dispositivos da Conferência de Berlim, realizada em 1885, que reafirmava as decisões daquele congresso e regulava a navegação nos grandes rios da África. O fechamento do rio Amazonas se transformava, dessa forma, em mais uma fonte de pressões sobre o Brasil, por parte das grandes potências.

No ponto 4 da Ata Geral da Conferência de Berlim, está escrito que as nações participantes adotaram:

Uma Ata de Navegação do Congo, que levando em conta circunstâncias locais estende a esse rio, e seus afluentes e às águas que lhes são assimiladas os princípios gerais enunciados nos artigos 108 e 116 da Ata final do Congresso de Viena e destinados a regular entre as Potencias signatárias dessa Ata, a livre navegação dos cursos



de águas navegáveis que separam ou atravessam vários Estados, princípios convencionalmente aplicados depois a rios da Europa e da América, e notadamente ao Danúbio, com as modificações previstas pelos tratados de Paris de 1856, de Berlim de 1878, e de Londres de 1871 e de 1883.³⁸⁰

O mesmo tipo de convenção foi adotado para o rio Níger.

O fechamento do rio Amazonas à navegação internacional, por um longo período, poderia ser o pomo de discórdia de uma possível indisposição entre o Brasil e as principais potências do período. Portanto, interessava ao governo brasileiro a reabertura do rio Amazonas, desde que sua utilização não contrariasse os interesses brasileiros no Acre.

No início de 1903, o governo norte-americano começou a mudar de posição frente à disputa pelo território do Acre e sinalizou no sentido de que uma indenização aos acionistas do *Bolivian Syndicate* poderia solucionar a questão. Com essa nova orientação as preocupações do governo brasileiro diminuíram e foi aberto o caminho para o desfecho da Questão do Acre. Os acionistas do *Bolivian Syndicate* foram indenizados em 110 mil libras esterlinas, a Bolívia acabou aceitando a proposta de cessão do território em litígio em troca de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas, de pequena compensação territorial, além de outros compromissos, como a construção de uma ferrovia que permitisse o escoamento da borracha produzida na região do rio Beni, prejudicada pela existência de corredeiras no rio Madeira, acima de Santo Antonio. As negociações evoluíram até chegar ao Tratado de Petrópolis, assinado em novembro de 1903.³⁸¹

O governo brasileiro, em seguida ao acordo que pôs fim ao *Bolivian Syndicate*, reabriu o livre trânsito pelo rio Amazonas para as mercadorias originadas da Bolívia ou destinadas a ela.³⁸²



Desse rápido relato sobre o desenvolvimento da Questão do Acre em suas articulações com o desenvolvimento da situação internacional no período, pode ser observado que o fator decisivo no caso do *Bolivian Syndicate* foi a mudança na posição assumida pelos Estados Unidos, com as transformações em sua política externa para a América Latina e suas conseqüências na solução da Questão do Acre. Em decorrência, esse resultado teve reflexos diretos na presença belga na fronteira oeste do Brasil.

6.2 – AS MUDANÇAS NA POLÍTICA NORTE-AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA E O DESENLACE DA QUESTÃO DO ACRE

A mudança da posição do governo norte-americano frente ao *Bolivian Syndicate* não foi uma decisão isolada, nem uma deferência especial ao governo brasileiro e sim a expressão de uma mudança mais ampla, no método de aplicação da política externa dos Estados Unidos para a América Latina. A orientação expansionista anterior estava sendo substituída por uma nova orientação e terá influência direta no desfecho da Questão do Acre e nos rumos da presença belga na fronteira oeste do Brasil. Nos limites da discussão deste trabalho, observemos como essa mudança se efetuou e as suas conseqüências.

Segundo a prática internacional do século XIX, era dever das grandes potências proteger as vidas e propriedades de seus cidadãos no estrangeiro e impor os supostos padrões civilizados de comportamento.³⁸³ Seguindo essa prática, a política externa dos Estados Unidos para a América Latina era tradicionalmente marcada pela forte proteção dos direitos de propriedade de cidadãos norte-americanos nessa região. Quando havia violação dessa premissa, os governos norte-americanos exigiam compensações. Essa política era especialmente relevante no início do século XX.³⁸⁴ Ao se orientar para uma solução de mercado para o caso do *Bolivian Syndicate*, no qual cidadãos de seu país tinham interesses, o governo dos Estados Unidos estava



colocando em prática sua política externa tradicional para o continente latino-americano.

No entanto, além de continuar a aplicar essa premissa tradicional, uma nova orientação para a América Latina, também de caráter geral, começou a ser colocada em prática: O curto período expansionista e colonialista na política externa norte-americana para a América Latina, que havia sido aplicada com vigor na última década do século XIX, estava chegando ao fim. Terminava o período de anexações e protetorados, como havia ocorrido com Porto Rico e Cuba ou com o desmembramento da Colômbia, que originara o Panamá, onde seria construído o canal sob protetorado norte-americano. Também começavam a diminuir as antipatias e preconceitos dos dirigentes norte-americanos em relação à América Latina.³⁸⁵

Um acontecimento contribuiu para que essa nova orientação na política externa dos Estados Unidos fosse formulada: a ameaça de bloqueio e invasão da Venezuela por parte de uma força conjunta da Inglaterra, Alemanha e Itália. Essa ameaça, segundo esses países, era necessária porque a Venezuela se recusava a pagar rendimentos de títulos em poder de credores daqueles países. Ao ameaçar a Venezuela com a invasão, os europeus despertaram fortes receios no governo dos Estados Unidos, que temiam qualquer intervenção européia na América Latina, com a violação da Doutrina Monroe. Essa preocupação era maior quando se tratava da Alemanha.³⁸⁶ Ainda assim, os americanos autorizaram o bloqueio quando este foi solicitado por ingleses e alemães.

Contrapondo a essa autorização de bloqueio e invasão da Venezuela por parte de potências européias, o então chanceler argentino Luis Drago, baseado em uma construção doutrinária do jurista Carlos Calvo, seu compatriota, questionou a decisão norte-americana, em um memorando ao Departamento de Estado. Para Drago, a cobrança de dívidas de países latino-americanos com a utilização de força militar, por parte de países de fora do continente,

equivalia a uma ocupação territorial, violando a soberania dos países, sendo, portanto, uma violação da Doutrina Monroe.³⁸⁷

Essa formulação contida no memorando do chanceler argentino deixou o Departamento de Estado em situação delicada, uma vez que a Doutrina Monroe era a base da política externa dos Estados Unidos para a América Latina.

Alguns meses depois, o presidente Theodore Roosevelt respondeu à formulação de Drago com um adendo à Doutrina Monroe, uma espécie de adaptação da política norte-americana para a América Latina. Essa formulação, presente na mensagem anual de Roosevelt ao congresso dos Estados Unidos em 1901, dizia: “Não garantimos nenhum Estado contra punição se ele se conduz mal, desde que a punição não assuma a forma de aquisição territorial por uma potência não-americana”.³⁸⁸ Essa nova formulação ficou conhecida como “Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe”. Como fruto dessa formulação, é conhecida a entrevista de Theodore Roosevelt concedida a um diplomata alemão, ao responder o questionamento de qual seria a posição dos Estados Unidos no caso de algum país da América do Sul não cumprir as suas obrigações financeiras com um país europeu, teria dito: “se algum Estado sul-americano comportar-se mal em relação a algum país europeu, que o país europeu o espanque”.³⁸⁹

Em fins de 1902, a Inglaterra e a Alemanha (às quais, se juntou a Itália), em nome dos credores, consultaram os Estados Unidos e estes deram o seu aval à operação de bloqueio dos portos venezuelanos. Além de sofrer um bloqueio, um desses portos (Puerto Cabello) foi bombardeado pelas marinhas daqueles países, comandadas pela marinha alemã. No entanto, após autorizar o bloqueio e a invasão, em seguida os norte-americanos começaram a mudar de posição, se interessando pela defesa da Venezuela frente aos ataques militares de seus credores e começaram a pressionar o governo deste país a reiniciar o pagamento de seus títulos, para com isso conter os apetites dos europeus.³⁹⁰



A partir desse episódio, os governantes dos Estados Unidos passaram a se comportar de outra maneira, assumindo eles próprios, a tarefa de punir os países da região, considerados maus pagadores, evitando com isso que outra potência, de fora do continente, atentasse contra a integridade territorial latino-americana. Da mesma forma, procuravam conter a instabilidade política na América Latina, principalmente no Caribe, área considerada estratégica para a segurança dos Estados Unidos. Tal política ficou conhecida como *big stick* (grande porrete) e vai durar determinado período, para em seguida, se combinar com a “diplomacia do dólar”, política que estimulava investimentos de cidadãos e empresas norte-americanas na América Latina. Para o governo dos Estados Unidos, essa era a melhor forma de desenvolver a região, reduzir a instabilidade política, facilitar o pagamento dos compromissos externos e, com isso, reduzir a pressão intervencionista de potências de fora do continente.³⁹¹

O desenrolar da crise venezuelana, que foi seguida por crise semelhante na República Dominicana, também trouxe como consequência o reconhecimento por parte da Inglaterra e demais potências européias, à exceção da Alemanha, de que a América Latina passava a ser área de influência controlada pelos Estados Unidos.³⁹² A Inglaterra, naquele momento assoberbada com a Guerra dos Bôeres, reconhecia assim que os seus interesses na América Latina passariam a ser protegidos por sua ex-colônia, agora uma potência. Apenas registremos que essa política dos Estados Unidos servia ao conjunto das grandes potências do capitalismo em sua fase imperialista, que, por cima de seus antagonismos, passavam a ter um gendarme para defender os seus interesses na América Latina.³⁹³

Por essa nova orientação, chegava ao fim a política de intervenção direta, com expansão territorial ou a anexação colonial, por parte dos Estados Unidos na América Latina. Abria-se uma nova fase nas relações políticas com o continente latino-americano e se colocava em prática uma nova interpretação da Doutrina

Monroe. A política do *big stick*, do presidente Theodore Roosevelt, passou a ser aplicada cada vez mais na América Central, região latino-americana em constante instabilidade no período. O governo dos Estados Unidos reconhecia, no entanto, que alguns países da América do Sul já possuíam condições de ajudar os norte-americanos a garantir a Doutrina Monroe. Seriam os casos do Brasil, Argentina e Chile. Quanto aos demais países, Roosevelt dirá, alguns anos mais tarde, que

seria mera loucura, o mais tolo tipo de tolice, pedir ao México (imerso, então, em revolução), à Venezuela, Honduras, Nicarágua, que garantam a doutrina Monroe conosco. É eminentemente apropriado pedir ao Brasil, Argentina e Chile que o façam...; mas pedir aos outros países que mencionei que a garantam é como pedir aos Apaches e Utes para garanti-la.³⁹⁴

Essa nova fase nas boas relações dos Estados Unidos com o Brasil e alguns países da América Latina seria completada com a chegada de Elihu Root ao Departamento de Estado, em 1905, ainda no governo Roosevelt e após a morte do secretário Jonh Hay.³⁹⁵ O Brasil passava a integrar a área de influência dos Estados Unidos na América Latina e o seu governo reconhecia explicitamente essa condição.³⁹⁶

O desfecho da Questão do Acre coincidiu, portanto, na prática, com o início de um novo período nas relações dos Estados Unidos com a América Latina. A partir daí, os Estados Unidos intervieram diretamente na região somente em casos isolados, de instabilidade política ou quando entendiam que seus interesses e sua segurança estavam ameaçados e passou a considerar a América Latina como sua área de influência, tacitamente respeitada por todas as demais potências, com a ressalva para a Alemanha.³⁹⁷ Ao indenizar os acionistas do *Bolivian Syndicate* o Brasil cumpriu de fato a única exigência que passava a importar para o governo norte-americano: garantir os



interesses de seus cidadãos e de suas empresas no continente e evitar a interferência direta de outras potências na região.

Os Estados Unidos faziam assim da América Latina, o seu domínio na partilha do mundo capitalista em sua fase imperialista. A *pax* britânica dava lugar à *pax* americana.³⁹⁸

Se, por cima, as mudanças na política externa dos Estados Unidos para América Latina produziam os efeitos necessários para ajudar a diplomacia brasileira a bloquear o prosseguimento da estruturação do *Bolivian Syndicate*, o mesmo se dava por baixo com as sucessivas derrotas militares dos bolivianos no Acre, levadas a cabo pela organização dos próprios seringueiros, apoiados pelo governo do Amazonas e agora, nesta última fase, contando com a simpatia dos comerciantes de Belém, que não viam com bons olhos, a presença de um sindicato estrangeiro monopolizando a produção e o comércio da borracha na fronteira oeste e noroeste do Brasil.³⁹⁹

Pode-se conjecturar aqui, que se a operação do *Bolivian Syndicate* fosse desencadeada em 1898, teria boas possibilidades de dar certo porque teria sido executada no momento em que a política externa dos Estados Unidos era abertamente expansionista e colonialista. Mas foi exatamente três anos antes que o governo boliviano percebeu que o território do Acre, rico em borracha, estava lhe escapando ao controle e começou a buscar uma saída para a questão. Quando a solução foi encontrada e colocada em prática já era tarde: não só os seringueiros já estavam mais consolidados no território em disputa, como a política externa norte-americana para a América Latina passou a ser operada de uma outra forma.

Nesse momento, em 1902, o *Bolivian Syndicate* teve o efeito oposto: reacendeu os ânimos dos seringueiros no Acre e pode ter levantado no governo dos Estados Unidos, os temores de ingerência de uma potência externa na América Latina. Atuando entre esses dois campos favoráveis, o governo brasileiro pôde desenvolver a sua política,

afastar o sindicato e vencer a disputa, incorporando o território do Acre ao Brasil.

Pode-se ainda conjecturar que a resistência dos seringueiros instalados no Acre, impediria por si só, a ação de qualquer grande potência naquela região e que eles de fato, foram os responsáveis pelo bloqueio na ação do *Bolivian Syndicate*. Cada caso de resistência nativa à ação colonialista é um caso, que pode ter desenvolvimentos e encaminhamentos diferentes, mas em oposição a essa análise podemos argumentar que os diferentes exemplos de resistência de populações nativas ou residentes, de diferentes regiões da África e da Ásia, contra as ações colonialistas no período, acabaram em vitória final da nação colonialista. O caso mais destacado foi o dos *bôeres* no sul da África, onde a guerra violenta entre a Inglaterra e esses descendentes de europeus que ocupavam aquele território, rico em ouro e diamantes, terminou com a vitória da nação européia e no estabelecimento de colônias inglesas naquela região.⁴⁰⁰

As conseqüências do desfecho da Questão do Acre e da situação aberta com a nova orientação na política externa dos Estados Unidos para a América Latina foram diretas e imediatas para os interesses belgas no oeste e selou a sorte dos seus empreendimentos naquela região, na medida que lhes fecharam as possibilidades colonialistas e os obrigaram a ter objetivos estritamente econômicos em seus empreendimentos.





**O MONOPÓLIO NA EXPLORAÇÃO E
COMÉRCIO DA BORRACHA E O
*BOLIVIAN SYNDICATE***





O MONOPÓLIO NA EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO DA BORRACHA E O BOLIVIAN SYNDICATE

7.1 – A IMPORTÂNCIA DO *BOLIVIAN SYNDICATE* NA LUTA PELO MONOPÓLIO NA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DA BORRACHA

As consequências do fim do *Bolivian Syndicate* foram mais amplas do que a vitória dos seringueiros que exploravam o território do Acre e sua incorporação ao território brasileiro pelo Tratado de Petrópolis, o que por si só já foi de grande significado. O desaparecimento do sindicato anglo-americano teve consequência direta nos objetivos das empresas estrangeiras que haviam se organizado para operar na extração da borracha. Para que compreendamos esse processo é necessário ligar a lógica que movia o mecanismo das *chartered companies* naquele período, representadas no caso pelo *Bolivian Syndicate*, e os interesses das empresas estrangeiras que passaram a operar na extração da borracha na Amazônia e na fronteira oeste, entre as quais estavam as empresas belgas.

Experientes no comércio internacional da borracha, as empresas estrangeiras se mantiveram fora do processo de extração do produto até o fim da década de 1890, quando também passaram a atuar nesse setor.⁴⁰¹ No entanto, poucos anos depois a maioria das empresas estrangeiras que operavam na extração da borracha na Amazônia e na fronteira oeste, entre as quais estavam as empresas belgas, passaram a ter prejuízos e, em seguida, começaram a deixar essa atividade.⁴⁰² Rapidamente essas empresas fracassaram em suas operações na extração da borracha. Que fatores contribuíram para esse fracasso, num momento em que a alta na demanda internacional e nos preços da borracha, apesar de suas oscilações e crises periódicas, fazia fortunas entre os comerciantes e aviadores?



Discutindo a questão, Barbara Weinstein credits tal fracasso à incapacidade dessas empresas em compreender o funcionamento e a relativa eficácia do sistema de aviamiento, dentro do qual, a relação com o seringueiro era muito importante, mas teria sido ignorada pelos estrangeiros. Estes desejavam substituir o sistema de aviamiento pelo trabalho assalariado para, com isso, aumentar os seus lucros, eliminando o intermediário e reduzindo um suposto exagero de liberdade e de ganhos, que teria o seringueiro.

Segundo essa interpretação, as empresas estrangeiras ignoravam a violência que permeava todo o sistema de aviamiento, as relações sociais que lhe eram peculiares ou o consideravam pouco eficiente. De fato as empresas estrangeiras preferiam o sistema violento do Congo, bem mais rentável.⁴⁰³ Esse certamente era o caso dos belgas, experientes nessa atividade com o Estado Independente do Congo, onde as condições de trabalho fizeram do Estado particular de Leopoldo II, na África, um dos maiores exemplos de atrocidades cometidas contra o homem nativo na história. No entanto, consideramos essa explicação insuficiente. Acreditamos que a explicação para o fracasso das empresas estrangeiras na extração da borracha na Amazônia e na fronteira oeste deva ser procurada em raízes mais profundas, de caráter estrutural.

As características da extração da borracha na Amazônia e na fronteira oeste não permitiam que fosse alcançada a alta lucratividade obtida pelas empresas européias nas colônias africanas ou asiáticas, principalmente aquela obtida no Estado Independente do Congo, dirigido por Leopoldo II, porque não tinham um elemento básico, característico daqueles empreendimentos coloniais: o monopólio na extração e comércio, exercido com a ajuda do Estado ou de alguma instituição semelhante.

Pode-se argumentar que no sistema de aviamiento já havia um mecanismo de monopólio na extração e comércio, na medida que as casas comerciais que controlavam uma região produtora, a foz de



um rio ou uma margem deste, exerciam esse monopólio de fato. Se essa afirmação é verdadeira, no entanto era uma espécie de micro-monopólio, que se multiplicava amplamente, sem que fossem alcançadas minimamente as dimensões que tinham as *chartered companies* que operavam na África e na Ásia, onde monopolizavam grandes territórios, exercendo amplos poderes e contando com a cobertura política de um Estado europeu, onde a companhia havia sido organizada. Em geral essas companhias rapidamente se mostravam incapazes de cumprir os contratos a que se propunham, por diferentes razões (falência, disputas com a população nativa, etc), e o Estado europeu acabava por assumir diretamente o controle do território e a organizar a produção de forma monopolista em proveito de seus nacionais ou a eles ligados.

A partir dessa análise cresce a importância do *Bolivian Syndicate* porque este apontava o caminho a ser seguido pelas empresas estrangeiras estabelecidas na Amazônia e na fronteira oeste, para alcançar a alta rentabilidade que obtinham empresas semelhantes na África e Ásia: estabeleceria o monopólio na produção e no comércio, desempenhando as funções típicas do Estado, como a de garantir segurança, de forma semelhante à que a *Force Publique* desempenhava no Estado particular de Leopoldo II.⁴⁰⁴ Com isso, as empresas estrangeiras teriam a liberdade de reorganizar a extração, da forma que achassem melhor para alavancar os seus lucros e se tornarem altamente rentáveis. Esse fator foi identificado pelo governo brasileiro e utilizado como argumento para bloquear o trânsito pelo Amazonas das exportações de borracha vindas da Bolívia. Falando sobre o contrato da Bolívia com o *Bolivian Syndicate* dizia o ministro das Relações Exteriores, Olyntho de Magalhães: “o contracto tende a estabelecer a favor de uma companhia estrangeira um monopolio que, na pratica, há de absorver, durante prazo prorrogavel de sessenta annos, toda a vida interna e externa do território”.⁴⁰⁵

Chegamos então ao fator determinante para o fracasso das empresas estrangeiras na extração de borracha da Amazônia e na fronteira



oeste, entre as quais estavam as empresas belgas que operavam no vale do Guaporé. Ao fracassarem no estabelecimento do monopólio, as empresas estrangeiras fracassaram em seu intento de aumentar de forma considerável os seus lucros na extração da borracha, se viabilizando economicamente com o aumento da extração de excedentes, que eram retidos pelos seringueiros e pelos comerciantes locais, pelo sistema de aviamento. Para esse fracasso, contribuiu de forma decisiva o fim do *Bolivian Syndicate*. Em caso de sua efetivação, esse sindicato serviria como exemplo a ser seguido em toda a região produtora de borracha, abrindo caminho para empresas semelhantes ou para a ampliação da área dominada pelo sindicato. Se tivesse conseguido se implantar no Acre o sindicato poderia ainda, em caso de dificuldades políticas ou mesmo econômicas, como ocorreu com empresas semelhantes na África e na Ásia, solicitar que os governos onde estavam seus controladores viessem em seu socorro. Foi bastante comum a intervenção das potências daquele período em favor de seus cidadãos ou empresas em dificuldades, quase sempre terminando no estabelecimento de uma colônia ou de um protetorado. Ou seja, terminava no estabelecimento de monopólio colonial.

Estabelecer o monopólio na extração e comércio não significa que somente uma única empresa extrairia e comercializaria a borracha de determinada região ou território, como aquele do Acre ou do vale do Guaporé. Significa que um controlador, operando por cima, teria o controle tácito da extração e do comércio, ficando de fato com a maioria de seus lucros, tal como aconteceu com Leopoldo II no Estado Independente do Congo e com outras empresas semelhantes que operaram em outras regiões da África e da Ásia.⁴⁰⁶ Se o monopólio fosse exercido por meio de uma colônia oficial de algum país, além do controle econômico, operando por cima haveria o controle administrativo e político-militar.

A busca do monopólio na extração da borracha na fronteira oeste foi o objetivo principal a ser alcançado pelos belgas. A partir daí, poderiam desenvolver os métodos de trabalho que julgassem mais convenientes para aumentar a sua lucratividade naquela região e viabilizar as suas empresas, inclusive o trabalho forçado, o regime de semi-escravidão, ou outros métodos violentos.⁴⁰⁷ Na busca desse objetivo, a consolidação do *Bolivian Syndicate* na região do Acre abriria o caminho para uma empresa semelhante na região do vale do Guaporé ou para sua junção com o sindicato, em uma hipótese que não poderia ser descartada.

Teriam os belgas se preparado para um desfecho positivo na criação do *Bolivian Syndicate*, que lhes permitisse seguir o exemplo ou se juntar a ele? Essa hipótese é a que melhor explica os movimentos que os belgas fizeram na fronteira oeste entre 1898 e 1903, no mesmo período em que se desenrolava a disputa pelo território do Acre. Corroborar nesse sentido, a instalação de um consulado belga em Corumbá, em 1901, dando um suporte diplomático mais efetivo para suas atividades na fronteira oeste do que o vice-consulado, instalado em Descalvados. Devemos lembrar que a intenção inicial dos belgas era de que o consulado fosse instalado em Descalvados, o que não foi aceito pelo governo brasileiro. Devemos lembrar ainda que foi em 1901, que os belgas da *Compagnie des Produits Cibois* iniciaram sua rápida expansão para o vale do Guaporé, onde já estavam outras empresas de seus compatriotas. Os belgas ocupavam a região central da América do Sul, uma região estratégica, com pequena presença do Estado e onde tinham interesses dos dois lados da fronteira (ver mapa 4).

Teixeira Soares, alimentando a mitologia de gênio da diplomacia brasileira construída em torno do barão do Rio Branco, diz que este acertou ao indenizar o *Bolivian Syndicate*, abrindo caminho para terminar a disputa pelo território do Acre.



DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA

Indenizado o Bolivian Syndicate, e depois de haver renunciado a futuras reclamações, o consorcio desapareceu da América do Sul, para espanto de muitos governos sul-americanos e também para mor arrelia de muitos argentários europeus e norte-americanos que sonhavam com um segundo Congo, na floresta Amazônica, mas um segundo Congo que crescesse aos poucos, sinuosa e predatoriamente.... Nada disso se realizou, porque Rio Branco cortou todas as possibilidades vivenciais do Bolivian Syndicate.⁴⁰⁸



Mapa 4 - Região central da América do Sul com forte presença belga entre 1895 e 1912. (Digitalização: Ana Paula Santana).



Não devemos descartar a hipótese de que Rio Branco via essa possibilidade na corrida que os belgas empreenderam em direção à fronteira oeste. Ao desenvolver suas ações no sentido de impedir a implantação do *Bolivian Syndicate* no Acre, Rio Branco estava não só fechando as portas para o sindicato anglo-americano, como também para outras possibilidades semelhantes, a começar pelos belgas, que já estavam na região e tinham muita experiência com empresas desse tipo.

Esse foi o sentido dado ao caso na audiência de Assis Brasil, encarregado de negócios do Brasil nos Estados Unidos, com o subsecretário de Estado, David Hill, em julho de 1902:

O governo do Brasil, particularmente olha para os Estados Unidos como para a nação mais interessada, depois do próprio Brasil, em que esta primeira tentativa de chartered companies na América receba um acolhimento capaz de desanimar para sempre qualquer futura especulação do mesmo gênero.⁴⁰⁹

Aquilo que o diplomata brasileiro chamava de especulação já estava se desenvolvendo de forma concreta na fronteira oeste, pela ação dos belgas. Se essa ação se desenvolveria ou não, resultando em uma empresa semelhante ao *Bolivian Syndicate*, contribuiria de forma decisiva o desfecho da Questão do Acre. Mesmo que alguns jornais belgas se posicionassem contra o *Bolivian Syndicate*, como o “Etoile Belge”, que atacou “l’imperialisme yankee”, o desenrolar da ação diplomática do governo brasileiro para se livrar do sindicato anglo-americano, ao longo de todo o ano de 1902, não reduziu a ação colonialista belga na fronteira oeste do Brasil.⁴¹⁰ Provavelmente essa matéria do jornal belga tivesse o dedo de Leopoldo II, especialista em dissimular seus objetivos, falando uma coisa e fazendo outra. Além disso, não podemos perder de vista que Leopoldo II era cliente dos Rothschild, que haviam ajudado a financiar a sua empresa africana.⁴¹¹



E, como sabemos hoje, os Rothschild foram simultaneamente sócios do *Bolivian Syndicate* e credores do Brasil, fazendo um jogo duplo semelhante ao de Leopoldo II.⁴¹²

Quando as negociações sobre o Acre ainda estavam em plena efervescência, o representante brasileiro em Bruxelas, José Carlos do Rego Barros, enviou ao Ministério das Relações Exteriores um recorte com um artigo publicado no jornal “Chronique”, de 24 de março de 1903, com o título “L’Expansion Belge”. Na primeira parte desse artigo o autor diz:

La mise à la disposition du Roi du major Hanense a beaucoup intrigue tout le monde. Lés uns disaient le veteran African chargé d’une nouvelle mission ou Congo; les autres l’envoyait en Chine pour le compte de Leopold II. d’autres encore en faisaient l’organisateur et le commandant de la gendarmerie belge en Macedoine.

Tous se trompaient. La Chine et le Congo ne suffisent plus à absorber la dévorante activité du ‘Grand Patron’, comme on nomme familièrement Leopold L’African dans le monde de son entourage, et ce qui faire croire, quoi qu’en disserte M. Vanderveld et les socialistes, que notre souverain et ses amis disposent encore de certains capitaux, c’est que le major Hanense est chargé d’une mission au...Brésil!

Nous ne pouvons en dire davantage pour le moment, mais nous reinvendrons prochainement sur ce subject.....)

(.....Leopold voit grand; il paye de sa personne et de ses écus dans une large mesure, qu’on en dise, et il n’est pas douteux qu’il a fait sortir son peuple de sa torpeur et aboutira quand même à des résultats glorieux et fructueux pour le pays.

*Um patriote.*⁴¹³

Comentando esse artigo, Rego Barros comunicou ao ministro Olyntho de Magalhães, que procurou o secretário do rei Leopoldo II, Cartoon de Wiart, para se informar sobre esse



assunto. O secretário do rei belga teria respondido que era “provavelmente infundada essa notícia, acerca da qual não ouvira, até então, a menor referência”.⁴¹⁴ Naturalmente que o secretário do rei não iria revelar ao diplomata brasileiro nada do que estava sendo planejado por Leopoldo II e sua “entourage” sobre o Brasil, ainda mais nas circunstâncias traumáticas em que se estava desenrolando o caso do *Bolivian Syndicate*, então vivendo o seu momento de ápice. No entanto esse artigo é revelador de que os belgas estavam estimulados, naquele momento, pela tensão criada pelo sindicato anglo-americano, e provavelmente se preparavam para seguir o caminho aberto, no caso da disputa lhes ser favorável e o *Bolivian Syndicate* conseguir se instalar no território do Acre.

De outro lado, os seringueiros e comerciantes da borracha também agiam e procuravam se defender à sua maneira. Nesse sentido, uma outra hipótese também não pode ser descartada aqui e tem relação com o movimento dos seringueiros do Acre e sua influência direta na presença belga em Mato Grosso. Na primeira fase de sua luta contra o domínio boliviano sobre o território que disputavam, quando proclamaram o Estado Independente do Acre, em 1899, sob a direção de Luiz Galvez, os seringueiros fixaram os limites do novo Estado nos seguintes marcos:

Art. 1º Fica proclamada a independência do Estado Independente do Acre, que compreende os territórios do Acre, Purus e Iaco, de conformidade com os limites seguintes;

Ao Norte a linha geodesica que sahindo das nascentes do Javary, isto é, latitude 7° – 11’ – 48” Oeste de Greenwich, chega até Villa Bella ou seja até o ponto cujas coordenadas geographicas são latitude 10° – 20’ e longitude 65° – 24’ – 59” Oeste de Greenwich.

Ao sul o rio Madre de Dios.

Sul Oeste, o limite actual entre as Republicas da Bolívia e do Peru.⁴¹⁵



Por esses limites, os revolucionários do Acre estenderam o território do seu Estado até Villa Bella, a vila situada na foz do rio Beni, onde estava sediada a casa comercial de Balbino Antunes Maciel, com quem os belgas tiveram um choque violento que se aproximou da luta armada pouco tempo depois, como vimos.⁴¹⁶ Esse choque se deu quando os belgas da *Compagnie des Produits Cíbils* tentaram tomar posse dos seringais na região do rio São Miguel, afluente da margem brasileira do rio Guaporé, que haviam recebido em concessão do Estado de Mato Grosso. Esse embate se desenvolveu no mesmo período, em que se desenrolava a disputa em torno do *Bolivian Syndicate*, entre 1901 e 1903.

Os comerciantes de Manaus e do Pará, onde a Maciel & Cia também operava, inicialmente não apoiaram os seringueiros do Acre, preferindo a normalidade dos seus negócios feitos em território boliviano, à instabilidade provocada pelo processo revolucionário. Outro foi o comportamento desses comerciantes, diante do *Bolivian Syndicate*. Os comerciantes de Belém reagiram vigorosamente contra o sindicato anglo-americano e exigiram providências dos governos estadual e federal.⁴¹⁷

Essa reação dos comerciantes tem a ver com sua posição dúbia frente o capital estrangeiro que atuava nos negócios da borracha. Enquanto operava exclusivamente no comércio da borracha, o capital estrangeiro era um concorrente difícil de ser superado pelas casas comerciais brasileiras, sendo constantemente hostilizado por elas. Quando passou a investir na produção da borracha, no entanto, o capital estrangeiro foi apoiado pelos comerciantes brasileiros, tendo alguns desses comerciantes como sócios. O *Bolivian Syndicate*, contudo, era uma empresa diferente porque estabeleceria o monopólio do comércio na região do Acre, região de produção elevada, ficando com a maior parte dos lucros ou excluindo os comerciantes do Pará e de Manaus daquela região rica em borracha. Isso explica a reação imediata dos comerciantes contra o sindicato anglo-americano.⁴¹⁸ Pode ajudar a explicar também, a reação da casa comercial Maciel & Cia contra



os belgas, vistos de forma semelhante àquele sindicato. Explica ainda o apoio do governo de Mato Grosso a Balbino Antunes Maciel. Os governantes mato-grossenses também passaram a se preocupar com a presença do *Bolivian Syndicate* no Acre, assim que a sua constituição foi divulgada, e devem ter estabelecido semelhanças entre esse sindicato e as empresas belgas que operavam no vale do Guaporé.

Essa preocupação pode ser medida pelo acompanhamento que os jornais de Mato Grosso, controlados pelas diferentes frações da oligarquia local, faziam dos acontecimentos no Acre e das reações do governo boliviano frente à questão. Uma das notícias que teve mais repercussão em Mato Grosso, foi aquela de que o governo do general Pando estaria sendo instigado pela imprensa boliviana a invadir Mato Grosso, em resposta à presença brasileira no Acre. Essa notícia, publicada no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, foi reproduzida nos jornais de Mato Grosso, inclusive na *Gazeta Oficial*.

Sucre, 9 de outubro – La Capital, em seu numero de hoje, aconselha o governo a empregar as 100.000 Mausers e 100 canhões, guardados nos arsenaes, sobre a fronteira de Porto Suarez, invadindo o Estado de Matto-Grosso, em represalia á occupação do territorio do Acre. E então, - accrescenta o referido jornal, - tomaremos Corumbá, S. Luiz de Cáceres, Diamantino, Porto Murtinho e tudo quanto esteja ao alcance dos Bolivianos.⁴¹⁹

O jornal cuiabano, *A Reacção*, desdenha dessa possibilidade dizendo: “Á imprensa boliviana fácil parece a execução desse plano, naturalmente por ignorar as condições topographicas do terreno em que teria de operar esse exercito, como a facilidade com que poderia ser repellida a agressão”.⁴²⁰

Balbino Antunes Maciel deve ter recebido o apoio dos governantes de Mato Grosso. Essa hipótese ajuda a explicar o porquê dos apelos feitos pelos belgas contra a presença de Maciel nas concessões



recebidas pelos europeus no vale do Guaporé, terem sido ignorados por esses governantes. Uma questão que fica em aberto, se refere às relações entre Balbino Antunes Maciel e o movimento dos seringueiros do Acre, já que a localidade onde estava situada a sua casa comercial, Villa Bella, era território reivindicado pelos seringueiros, como vimos.

As mudanças em curso na geopolítica internacional do período acabaram por ajudar o governo do Brasil a se livrar do *Bolivian Syndicate* e de outros projetos semelhantes, que poderiam seguir o seu exemplo. Essa mudança geral na geopolítica internacional, com a afirmação da hegemonia norte-americana na América Latina e o fim do *Bolivian Syndicate*, explicam as atitudes que os belgas tomaram no oeste a partir daí, se retirando rapidamente da região, num movimento de sentido contrário àquele desenvolvido entre 1898 e 1903, como mostramos.

7.2 – DA EUROPA PARA OS ESTADOS UNIDOS. A POLÍTICA EXTERNA DO BARÃO DO RIO BRANCO

Ao optar pelo pagamento de indenização aos acionistas ingleses e norte-americanos do *Bolivian Syndicate*, bloqueando a instalação dessa *chartered company* na fronteira do Brasil e abrindo o caminho para a compra do território do Acre da Bolívia, operação que também envolveu outros compromissos (construção da ferrovia Madeira-Mamoré, pequena compensação territorial, indenização de 2 milhões de libras esterlinas), o barão do Rio Branco foi acusado de liberalidade com o dinheiro público e de fazer concessões territoriais. Na época, essa crítica foi intensa, vinda de setores da imprensa e de diversos parlamentares de prestígio, entre os quais estava Rui Barbosa, senador que gozava de grande popularidade então.⁴²¹

O envolvimento do advogado contratado pelo governo brasileiro para defender os interesses do Brasil no caso do *Bolivian*



Syndicate (John Basset Moore), bem como da própria casa bancária (Casa Rothschild), agente financeiro do Brasil e encarregado de negociar um acordo financeiro com o sindicato do qual fazia parte, gerou ressentimentos entre Assis Brasil, representante do Brasil nos Estados Unidos, e o barão do Rio Branco. Recentemente, a historiografia tem reacendido tal crítica, apontando uma operação de chantagem do Brasil por parte dos Rothschild, que teria sido aceita pelo barão do Rio Branco. Os Rothschild levaram vantagem nos dois lados do negócio, tanto como acionistas do sindicato dissolvido com a indenização, como na condição de emprestadores do dinheiro para pagar a indenização do sindicato.⁴²²

A ação do barão do Rio Branco no caso, parece-nos, no entanto, desprovida de qualquer sentido perdulário. Essa conclusão deve estar ligada diretamente à compreensão da geopolítica internacional do período e não pode ser vista separadamente dela. Rio Branco entendeu o perigo por que passava o Brasil e o significado que teria a instalação do *Bolivian Syndicate* no Acre, não só para o caso em si, mas para as possibilidades que seriam abertas pela instalação daquela *chareted company* na Amazônia, no extremo da fronteira oeste do Brasil. A própria diplomacia brasileira temia que, em caso de defesa dos interesses do *Bolivian Syndicate* pelo governo norte-americano, o Brasil ficaria em situação insustentável.

Como se observou no caso da partilha da África, cada país (ou Leopoldo II, no caso do Estado Independente do Congo) tinha um conjunto de interesses hierarquizados que mudava com o tempo e variava de país para país. Essas mudanças em geral seguiam uma lógica que começava pela defesa de interesses comerciais ou estratégicos e terminava com o estabelecimento de uma colônia ou protetorado.⁴²³ Provavelmente, estivesse aí a percepção, pelo barão do Rio Branco, do perigo que significava o desenrolar da Questão do Acre e, principalmente, a presença do *Bolivian Syndicate* naquele território, com os desdobramentos que daí poderiam advir. Havia muitos interesses na Amazônia naquele momento, em larga medida em função do crescimento do comércio da borracha e esses interesses poderiam gerar demandas por parte das grandes potências que



o Brasil não suportasse. Esse era o caso da questão da navegação pelo rio Amazonas, um tema bastante sensível.

O barão do Rio Branco, antes de assumir o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, havia passado os seus últimos 20 anos na Europa e deve ter compreendido o significado do período por que passava as relações internacionais, naquela virada de século.⁴²⁴ E o compreendia também Assis Brasil, que havia sugerido, desde antes de Rio Branco assumir o Itamaraty, uma opção indenizatória aos acionistas do sindicato anglo-americano, que, por maior que fosse, julgava menos danosa para o Brasil do que a instalação daquele sindicato no Acre.⁴²⁵

Dessa forma, as críticas de Rui Barbosa, de parte da oposição parlamentar ao presidente Rodrigues Alves, da imprensa carioca da época e da historiografia recente, acabam por ignorar o ambiente fluído, instável e incerto, criado pelas ações das grandes potências, no período do imperialismo que se abria, onde as garantias de um dia eram absolutamente esquecidas no dia seguinte, desde que os lucros fossem compensadores, ou que fosse de interesse do governo americano do presidente Theodore Roosevelt, naquele momento atravessando um período eleitoral. É Assis Brasil, em correspondência ao barão do Rio Branco, quem assinalava as incertezas daquele momento, em suas tentativas de sensibilizar o governo norte-americano contra a instalação do *Bolivian Syndicate*:

O meu esforço para interessar o Sr. Hay na oposição ao estabelecimento de Chartered Company neste continente encontrou-o sempre frio. Contudo, na nossa primeira entrevista, ele deu-me razão; na segunda seguinte, porem, atuando já pelas influencias que provavelmente rodeavam o próprio Presidente, pareceu-me até querer justificar a utilidade das tais companhias com direitos soberanos. As suas declarações de não intervenção seriam, entretanto, suficientes, se não fosse a natureza especial deste governo. A verdade é que decide tudo é a consideração eleitoral,



mais exatamente ainda – a eleição do Presidente. O Sr. Hay, nem o próprio Sr. Roosevelt têm opinião alguma espontânea: são mera função da necessidade eleitoral. O secretário de Estado repeliu, é verdade, o pedido de intervenção apresentado pela Bolívia; mas, se for necessário o dinheiro dos milionários interessados no arrendamento, ou uma complicação internacional em momento oportuno, será tudo decidido sem a menor cerimônia, contra as promessas feitas ao Brasil e contra a repulsa dada à Bolívia.⁴²⁶

Portanto nada estava decidido, era preciso agir com cautela e procurar uma saída que fosse a mais favorável ao Brasil, naquele ambiente instável das relações internacionais do período. Como podemos observar na carta de Assis Brasil, o processo eleitoral nos Estados Unidos também poderia atuar contra os interesses do Brasil.

Como se sabe, o término da partilha da África e da Ásia entre as grandes potências não significou que a aquisição territorial tivesse chegado ao fim. A Primeira Guerra Mundial iria mostrar em seguida que, longe de um período de paz e prosperidade, a competição interimperialista levará a uma luta pela redivisão territorial do mundo entre as grandes potências, onde não faltou sequer a tentativa de absorção de uma potência colonial por outra, como foi o caso da própria Bélgica, invadida pela Alemanha, logo no começo da guerra.⁴²⁷ Terminada a guerra, a Alemanha perderá as suas colônias africanas e asiáticas, divididas entre os vencedores.

Uma decisão por parte dos Estados Unidos, no sentido de garantir a implantação do *Bolivian Syndicate* no Acre, poderia colocar o Brasil em grandes dificuldades, provavelmente insuperáveis. Poderia abrir caminho não só para essa *chartered company*, como também para outras ações semelhantes, desenvolvidas por outras empresas, de outros países, ou para a ampliação do próprio *Bolivian Syndicate*, que poderia se dar de diferentes formas, como temia o então encarregado de negócios do Brasil em Berlim, o barão do Rio Branco,



Assis Brasil, que ocupava lugar semelhante em Washington, e como havia assinalado Teixeira Soares.⁴²⁸

Essa possibilidade foi bloqueada, de um lado, pela ação da diplomacia brasileira, principalmente a partir do momento que o barão do Rio Branco assumiu o ministério das relações exteriores e, de outro lado, pela ação dos seringueiros do Acre, que trataram de, por seus próprios meios, defender o seu território da ação colonialista. Se não foi mérito somente de Rio Branco, essa operação desmonte do *Bolivian Syndicate* teve no chanceler seu grande articulador, que fez das representações do Brasil no exterior, principalmente em La Paz, em Washington e em Londres, centros de operação contra a implantação do sindicato.

Por outro lado, como procuramos mostrar anteriormente, o sucesso do caminho seguido por Rio Branco e pela diplomacia brasileira foi decididamente facilitado pela reorientação da política externa dos Estados Unidos para a América Latina. Ou seja, o desmonte do *Bolivian Syndicate* e o desfecho da Questão do Acre se deram na aurora da aplicação de novos métodos de ação na política norte-americana para a América Latina. O continente passava a ser, incontestavelmente, sua área de influência, reconhecida pelas outras potências. O imperialismo norte-americano tinha outros meios de exercer o seu domínio sobre o continente e o período de suas aquisições territoriais havia terminado.

Teria Rio Branco percebido essa mudança na diplomacia norte-americana naquele momento e se aproveitado dela para se livrar do *Bolivian Syndicate*, jogando com a Doutrina Monroe e ao mesmo tempo se alinhando de forma aberta com os Estados Unidos?

Não cabe a este trabalho responder a essa questão, mas tão somente ressaltar os efeitos da mudança nos métodos de aplicação da política externa dos Estados Unidos para o fim do *Bolivian Syndicate* e para a solução da Questão do Acre, bem como, as conseqüências diretas dessa solução para a continuidade da presença belga na fronteira oeste do Brasil.



Ao se livrar do *Bolivian Syndicate*, o governo do Brasil bloqueou a possível ação de diversas outras empresas (como aquela dos belgas), que poderiam atuar com o provável suporte de seus governos, e ainda ganhou força para incorporar o território do Acre, rico em borracha, cuja posse o governo boliviano havia demonstrado ser incapaz de manter.

É perceptível como a ação do barão do Rio Branco acompanhou as mudanças nas relações internacionais e procurou se apoiar no papel de grande potência que os Estados Unidos passavam a desempenhar nesse cenário a partir da virada do século, afastando a preponderância européia, principalmente inglesa, da América Latina. Ao contrário de se manter próximo dos europeus ou ter uma posição independente, Rio Branco levou a política externa do Brasil a se aproximar cada vez mais dos Estados Unidos e sempre evitava qualquer posição que igualasse o Brasil às demais repúblicas da América Latina, vistas com desdém pelo chanceler, com exceção talvez da Argentina e do Chile.⁴²⁹ A orientação da política externa do Brasil, de uma aproximação com os Estados Unidos em detrimento da Europa, também rendeu a Rio Branco algumas inimizades importantes, como a de seus ex-companheiros de devoção monárquica Oliveira Lima e o Barão de Jaceguai, herói da Guerra do Paraguai.⁴³⁰

É necessário ainda aludir aqui às preocupações do barão do Rio Branco com a definição das fronteiras territoriais do Brasil com seus vizinhos, que foi um fato marcante em sua passagem pelo ministério das relações exteriores do Brasil, realçado por seus biógrafos e por historiadores da diplomacia brasileira.

Essas preocupações são também compreensíveis se considerarmos a instabilidade e a fluidez na geopolítica internacional do período a que nos referimos. A ação política de Rio Branco no sentido de resolver as pendências na demarcação de fronteiras com os países vizinhos, pode ser inscrita na preocupação do governo brasileiro de então, com as ameaças externas à integridade territorial do Brasil que essas indefinições poderiam provocar, como concretamente mostraram os casos da Bolívia, no Acre, e do Peru, no ocidente da Amazônia.⁴³¹ Ao resolver



DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA

essas pendências, Rio Branco colocava o território do Brasil em situação menos vulnerável frente às ações colonialistas das grandes potências do período. Foi dessa forma, que o governo brasileiro também procurou resolver os problemas de litígio territorial com a França, a Holanda e a Inglaterra, ainda que tivesse sofrido um revés na disputa com os ingleses pelo território localizado na fronteira norte da Amazônia brasileira. O arbitramento feito pelo rei italiano Vitor Manuel acabou por ser desfavorável às pretensões brasileiras.⁴³²



**A REAÇÃO DO ESTADO
BRASILEIRO: INTEGRAÇÃO DA
FRONTEIRA OESTE AO
CENTRO POLÍTICO**





A REAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: INTEGRAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE AO CENTRO POLÍTICO

8.1 – A POLÍTICA REPUBLICANA DE INTEGRAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE AO CENTRO POLÍTICO

O desenvolvimento da Questão do Acre chamou a atenção do governo brasileiro para o perigo representado pela ausência do Estado na fronteira oeste e a necessidade de criar meios de comunicação que permitissem o acesso rápido àquela região, estabelecendo a sua ligação direta com o centro dirigente do país. Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro deveria ter um conhecimento mais detalhado desse território.

A partir de então, diversas ações foram executadas pelos governos do Brasil, de forma a garantir a sua presença em todo o oeste. Essas ações tinham um caráter eminentemente estratégico e em boa parte eram ações executadas por militares, de onde vieram os maiores clamores por sua execução.

A introdução do relatório apresentado ao presidente da república do Brasil pelo ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argollo, em 1904, logo após o desfecho da Questão do Acre, tomava aqueles acontecimentos como base para um verdadeiro libelo em defesa do fortalecimento das forças armadas e para o reforço da defesa do território brasileiro.

Os sucessos ocorridos ultimamente nas fronteiras do Amazonas vieram, mais uma vez, patentear a inilludível necessidade de organizar o nosso exercito.

Infelizmente ainda não chegamos a compenetrar-nos dos graves perigos a que se expõe uma nação que confia a garantia do seu



território e o reconhecimento dos seus direitos unicamente aos princípios da jurisprudência internacional e a efficacia das notas diplomáticas.

Os primeiros variam segundo as circunstancias, amoldando-se aos interesses dos fortes a quem ninguém possa conquistar a liberdade de formulal-os ou interpletal-os de acordo com as suas conveniências de ocasião; as segundas são inteiramente platônicas, qualquer que seja a habilidade do diplomata, desde que não haja certeza de que este pode dispor da força para em *ultimo ratio*, fazer prevalecer a lógica dos seus argumentos...)

(...Os paizes fracos vivem condemnados a uma aviltante tutela dos fortes, que julgam-se com o direito de aconselhal-os, dirigil-os e mesmo admoestal-os, transformando, de facto, em verdadeira ficção, a sua independencia e autonomia....)

(...Não devemos viver ingenuamente confiados em que ninguém ousará contestar a um povo a propriedade do territorio de sua patria, porque a jurisprudencia internacional, habilmente formulada e interpretada, pode vir a subordinar o ponto de vista restricto de nacionalidade de uma fracção, a consideração mais geral dos interesses superiores da humanidade, fornecendo á logica dos fortes o poderoso argumento da igualdade de todos os homens á posse da superfície do planeta que habitam, para justificar a conquista de riquezas que julguem nas mãos de quem, por incompetencia, incapacidade ou outro qualquer motivo, não considerem em condições de exploral-as e utilizal-as em beneficio de todos).⁴³³

Como se pode ver, o ministro da Guerra saiu em defesa das forças armadas, apresentando-as como defensoras do território e criticando as ações da diplomacia que, sem forças armadas, seriam “platônicas” (...) “qualquer que fosse a habilidade do diplomata” (no caso o barão do Rio Branco) e a quem poderiam recorrer “em *ultimo ratio*”. Em seguida, ele faz uma análise das relações internacionais,

avaliando que os brasileiros não deveriam confiar “em que ninguém contestará a um povo a propriedade do território de sua pátria”. Certamente, fazendo referência à borracha e aos acontecimentos do Acre, ele destaca os argumentos utilizados pelas grandes potências (“igualdade de todos os homens á posse da superfície do planeta”), para justificar a conquista de riquezas dos países mais fracos.

Daí em diante essa será a linha de um poderoso argumento que orientará as pressões, principalmente dos militares, para a construção de vias de comunicação com a fronteira oeste, se juntando aos argumentos que já vinham sendo utilizados desde o final da Guerra do Paraguai por diferentes personagens e segmentos sociais do país, como discutimos.⁴³⁴

Mas, ao contrário do que pensava o ministro da Guerra, a diplomacia também temia a manutenção da situação de largas porções do território brasileiro, onde o Estado estava ausente. Um exemplo desse temor foi a preocupação manifestada por Joaquim Nabuco, em carta enviada ao barão do Rio Branco, em 1904, logo depois do desfecho da Questão do Acre. Nessa carta Nabuco dizia que era necessário ocupar o país, principalmente as suas divisas, evitando com isso a cobiça internacional.⁴³⁵

Poucos anos depois, em 1908, reclamando a melhoria de instalações militares na região de fronteira, dizia o então ministro da Guerra e futuro presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca :

Com muita prudência e critério precisam ser resolvidos esses problemas, cuja solução aliás deve sempre ter em vista a preocupação de garantir a integridade do nosso patrimônio nacional e proteger de modo eficaz a propriedade dos nossos compatriotas, procurando do melhor modo evitar a reprodução do que em 1864 se deu com a então província de Matto-Grosso e seria ainda hoje a sorte não só daquelle Estado, como do Rio Grande do Sul e Estados



do extremo norte, si arrastado o paiz a uma guerra, a nossa esquadra não pudesse ter logo o domínio absoluto do mar.⁴³⁶

Decorrente dessa preocupação, a fronteira oeste foi, em cerca de 10 anos, cercada de meios de comunicações telegráficas e de transportes que permitiram ao Estado brasileiro, acesso direto e rápido à região. Esses meios de comunicação com a fronteira oeste passaram a se dar tanto por sua entrada norte, pela bacia Amazônica, como por sua entrada sul, a partir da bacia Platina.

O desenrolar da Questão do Acre, portanto, também teve o efeito de ajudar nos argumentos da oficialidade positivista que reclamava contra o desleixo com que as guarnições das fronteiras eram mantidas. Entre esses militares estavam Hermes da Fonseca e Candido Mariano da Silva Rondon, este último um membro da Igreja Positivista do Brasil. Seus argumentos logo encontraram eco na elite política e as mudanças começaram a acontecer.

A construção das linhas telegráficas foi a resposta mais imediata que a Questão do Acre recebeu. Mas, acompanhando o desenvolvimento da disputa por aquele território, essa resposta somente foi dada quando se mostrou claramente, que os protagonistas principais dessa disputa não eram os países vizinhos da fronteira oeste localizados em sua parte sul, notadamente o rival que mais preocupava, a Argentina, mas as potências européias e os Estados Unidos.

A ligação de Mato Grosso com o centro político do país foi iniciada ainda na fase final do Império e Cuiabá foi alcançada pelas linhas telegráficas em 1891.

No período em que se desenrolava a Questão do Acre, o governo brasileiro constituiu uma comissão encarregada de estender os fios de telégrafos à região sul de Mato Grosso e entregou a chefia dessa comissão ao então capitão Candido Mariano da Silva Rondon. Oficialmente denominada como Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso, passou a ser conhecida



como Comissão Rondon e terá um caráter quase permanente por mais de 30 anos.⁴³⁷

Entre 1900 e 1906, a Comissão Rondon estendeu os fios de telégrafos ao longo de toda a fronteira sul de Mato Grosso: Porto Murtinho, Bela Vista, Miranda, Nioac, Forte Coimbra, Aquidauana e Corumbá passam a ser integradas pelo telégrafo. A última cidade a ser atingida pela rede telegráfica nessa fase foi Cáceres, situada no extremo norte navegável do rio Paraguai, cuja estação foi inaugurada em 1º de agosto de 1906. Dessa forma “foram ultimados os trabalhos da comissão que em julho de 1900, foi incumbida da construção de linhas telegraphicas estratégicas entre a Capital da Republica e as fronteiras do Brazil com o Paraguay e a Bolívia”.⁴³⁸

Chama atenção o fato de que as localidades abrangidas pelas linhas telegráficas, nessa primeira fase de construção, estarem situadas na parte sul da fronteira oeste. Ou seja, o objetivo a ser alcançado nessa fase estava relacionado com medidas preventivas frente ao antigo inimigo potencial situado no sul: a Argentina. Foi somente com o desenrolar da Questão do Acre que a parte da fronteira oeste, situada ao norte, passou a ser motivo de preocupações.

O caráter eminentemente estratégico dessas linhas que estavam sendo construídas na fronteira oeste, diferenciava do caráter daquelas linhas que eram construídas pela Repartição Geral dos Telégrafos.

A rede telegraphica estende-se rapidamente pelo interior do paiz. As construções da Repartição Geral dos Telegraphos fecham circuitos para a melhoria do serviço, ligando novos centros de população, enquanto as comissões militares resolvem com vigor o problema das linhas da fronteira, no sul e em Matto-Grosso, dando solução a velhos e previdentes reclamos de militares e estadistas.⁴³⁹

Quando terminou essa primeira fase dos trabalhos da Comissão Rondon, o governo do presidente Afonso Pena iniciou



imediatamente uma nova etapa de construção de linhas telegráficas, com o objetivo de atingir toda a fronteira oeste, o Acre e Manaus.⁴⁴⁰ A construção dessa nova etapa também foi entregue a Rondon e refletindo o seu caráter, a comissão passou a ser denominada Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.⁴⁴¹

O início imediato dessa nova etapa por sugestão do próprio Rondon foi o resultado de suas observações sobre a ausência do Estado brasileiro na fronteira oeste. A presença do policiamento de fronteira, que deveria ser executado pelo governo federal, era mínimo na parte sul do vale do Guaporé e ausente, deste ponto para cima, até as corredeiras de Guajará Mirim. Ao passar pela região, em 1906, o então coronel Rondon dirá: “Quanto a nossa fronteira ocidental, convém recordar e deixar assinalado que ultimamente foram desguarnecidas todos os destacamentos a ela pertencentes”.⁴⁴²

A construção dessa nova etapa se iniciou em maio de 1907. A estação de Vila Bela, na entrada norte do vale do Guaporé, foi inaugurada em fevereiro de 1908, segundo um ramal programado para atingir o extremo sul navegável do rio Guaporé.

No trecho entre Cáceres e Vila Bela foram construídas duas estações intermediárias: a primeira ficava no antigo Porto do Salitre, na margem direita do rio Jauru, na parte superior da bacia Platina, cujo nome Rondon mudou para Porto Esperidião; a segunda ficava no antigo Porto do Destacamento (também chamado de “Ponte” ou “Ponte Velha”), na margem esquerda do rio Guaporé, cujo nome, Rondon mudou para Pontes e Lacerda.⁴⁴³ Como vimos anteriormente, entre esses dois pontos estava o divisor de águas entre as bacias Amazônica e Platina, que até pouco tempo antes da implantação do telégrafo, se imaginava ser possível ligar por via navegável, idéia que foi abandonada e substituída pela proposta de construção de uma estrada de rodagem, preliminar de uma projetada estrada de ferro. Essas propostas apareceram quando a extração e comércio da borracha garantiam grandes lucros para os comerciantes, como mostramos anteriormente.

O traçado da linha principal da rede telegráfica que, partindo de Cuiabá, deveria alcançar Santo Antonio, no rio Madeira, percorreria um trajeto pelo espigão da serra dos Parecis e da serra do Norte (Pacaás Novos).⁴⁴⁴ A construção avançou rapidamente, atuando em duas frentes. Uma frente avançava de Cuiabá em direção a Santo Antonio e a outra avançava de Santo Antonio em sentido contrário.

Essa segunda fase da Comissão Rondon recebeu severas críticas da imprensa do Rio de Janeiro e de parlamentares do Congresso Nacional, pelos gastos despendidos, pelo caráter militar dado à obra e pelos equipamentos empregados, considerados ultrapassados para vencer grandes distâncias. No lugar do telégrafo por fio já estava em uso o telégrafo por rádio, mais barato e eficiente.⁴⁴⁵

Essas críticas tinham fundamento, uma vez que quando as estações de Cuiabá e Porto Velho se conectaram pela rede telegráfica por fios, em 1914, já havia na Amazônia uma rede de estações telegráficas operando por rádio. Algumas das cidades da região que haviam sido conectadas ao circuito telegráfico nacional por fio, ou que estavam em vias de sê-lo, também passaram a ter estação por rádio. Foram os casos de Cáceres, Porto Murtinho, Cruzeiro do Sul, Senna Madureira e Rio Branco.⁴⁴⁶ As linhas telegráficas por fios entre Porto Velho e Manaus e entre Porto Velho, Rio Branco, Senna Madureira e Cruzeiro do Sul não foram construídas. Manaus e Porto Velho também foram conectadas por estações telegráficas via rádio, construídas pela *Madeira-Mamoré Railway*.⁴⁴⁷

A construção de extensa rede telegráfica, ao longo da fronteira oeste, foi acompanhada, também, pela ligação daquela região aos circuitos de transporte ferroviário e fluvial nacionais, planejados para que nenhuma região da fronteira ficasse sem ligação direta e eficiente com o centro político.

O tratado de Petrópolis, que pôs fim à disputa pelo território do Acre, já trazia em seu bojo compromissos assumidos pelo Brasil, que facilitariam o acesso à fronteira oeste por parte do Estado brasileiro.



A ferrovia Madeira-Mamoré, que fazia parte do acordo e que seria construída poucos anos depois, permitiria o acesso à região do vale do Guaporé, pela sua entrada norte, contornando as corredeiras do rio Madeira, que impediam a navegação a vapor rio acima, a partir de Santo Antonio. O objetivo declarado era facilitar o escoamento da borracha produzida no vale do rio Beni, região totalmente localizada na Bolívia, e no vale do rio Guaporé, nos lados brasileiro e boliviano. Dizia o tratado:

Artigo VII

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antonio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim no Mamoré, com um ramal que, passando por Villa Murtinho ou outro ponto próximo (Estado de Matto-Grosso), chegue a Villa-Bella (Bolívia), na confluência do Beni e do Guaporé. Dessa ferro-via, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro annos, usarão ambos os paizes com direito ás mesmas franquezas e tarifas.⁴⁴⁸

Duramente criticada durante a sua construção, por ser uma ferrovia de valor econômico duvidoso, a Madeira-Mamoré seria construída entre 1907 e 1912, deixando para trás um rastro de milhares de trabalhadores mortos por doenças e pelo sacrifício das duras condições de trabalho. Quando sua construção foi concluída, a borracha, principal riqueza da região, já estava com seus preços em franca queda, ocasionada principalmente, pela entrada no mercado internacional, da produção de borracha cultivada na Ásia. A ferrovia então passou a ter valor econômico praticamente nulo, tornando-se ainda mais deficitária.⁴⁴⁹ Se o seu valor econômico desapareceu, no entanto permanecia o seu valor estratégico e a ferrovia seria mantida por mais de 60 anos, sendo desativada somente no início da década de 1970.

Em 1904, o governo brasileiro também autorizou a construção de uma outra ferrovia, que partindo de São Paulo, deveria alcançar Cuiabá, segundo um dos traçados existentes no período. Durante sua construção, essa estrada de ferro, que inicialmente tinha capital brasileiro e franco-belga, teve o seu percurso e destino alterados, com seu ponto de chegada passando de Cuiabá para Corumbá. Essa alteração no traçado tinha objetivo claramente estratégico e se destinava a procurar um ponto no rio Paraguai, onde a navegação fosse franca o ano todo, o que não acontecia com Cuiabá.⁴⁵⁰ A ferrovia, que ao longo de sua construção acabou por ser encampada pelo governo federal, foi inaugurada em 1914, com seus trilhos alcançando Porto Esperança, às margens do rio Paraguai, a algumas dezenas de quilômetros abaixo de Corumbá. A partir de 1917 passou a se chamar Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.⁴⁵¹

A construção da ferrovia para Mato Grosso, assim como a São Paulo-Rio Grande, tinha um objetivo estratégico, de defesa da fronteira, uma preocupação constante dos militares de então. Em 1908, após elogiar a construção dessas estradas, no mesmo relatório em que pedia melhorias nas instalações militares, na fronteira de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, o então ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca dizia:

Contudo, o facto da construcção dessas estradas não diminue a necessidade de prepararmos aquelles dous Estados extremos da Republica com os elementos necessários á sua completa defesa, ou que, pelo menos, garantam uma capacidade de resistência bastante longa, permitindo a organização e remessa dos reforços indispensáveis. A função principal dessas duas estradas, no caso do conflicto internacional affectando o sul do paiz, será a de linhas de abastecimento de viveres e munições de guerra.

Esse serviço, na melhor hypotese, há de occupal-as de modo tal que não poderá pensar em utilisal-as para o transporte de forças numerosas,



ao menos enquanto o desenvolvimento do tráfego, pelo povoamento das regiões que ellas vão atravessar e o conseqüente augmento no transporte de mercadorias, não permitir sem demasiados sacrificios para os cofres públicos o alargamento da bitola e a duplicação das vias, condições básicas de uma estrada de ferro verdadeiramente estratégica.⁴⁵²

Com a chegada dos trilhos da Noroeste a Porto Esperança, a entrada sul da fronteira oeste tornou-se acessível diretamente pelo Estado brasileiro, de forma rápida e segura, sem depender de atravessar territórios de outros países ou de tratados internacionais, como ocorria até então para chegar a Mato Grosso, cujo trajeto se dava pelo longo percurso marítimo e fluvial pelo Rio da Prata.

A construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil significou, dessa forma, não só um reforço da presença do Estado brasileiro na cobertura da entrada sul da fronteira oeste, como uma maior possibilidade de manter a vigilância frente ao rival argentino na fronteira sul.⁴⁵³ Mas os militares queriam mais e propunham, entre outras obras ferroviárias (como algumas ferrovias no sul do Brasil, na fronteira com o Uruguai e Argentina), que o acesso ao vale do Guaporé fosse reforçado com a construção de outra ferrovia.

A ligação de S. Luiz de Cáceres á cidade de Matto Grosso, ambas no Estado deste nome. Com um desenvolvimento approximado de trezentos kilometros, ella contribuirá para o desenvolvimento da industria extractiva na região do Guaporé, facilitaria as communicações da região amazônica com Matto Grosso e protegerá a linha telegraphica em construcção, que se vae desenvolvendo em regiões despovoadas ou habitadas por índios bravios.⁴⁵⁴

Como se pode ver nessa proposta do então ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, o que se procurava era cercar a fronteira oeste, de meios para sua segurança. Com essa ferrovia, que se ligaria a Porto Esperança (para

onde se dirigia os trilhos da Noroeste) por via navegável, pelo rio Paraguai a partir de Cáceres, a região da fronteira oeste seria alcançada mais rapidamente por vias interiores, sem se submeter ao trajeto marítimo pelo litoral.

Dessa forma, quando chegamos a 1914, a fronteira oeste do Brasil estava ligada ao centro político do país, por meios de comunicação rápidos e que permitiam um acesso livre àquela região, por parte do Estado brasileiro. Havia sido superada a situação anterior, de dependência de tratados internacionais, ou dos riscos da navegação oceânica, como salientava o ministro Hermes da Fonseca em 1908 (ver mapa 5).

À construção das linhas telegráficas e das estradas de ferro em direção às fronteiras do país, no seio das quais ganham destaque aquelas que se dirigiam para a fronteira oeste, somou-se uma outra iniciativa, também de caráter estratégico, que se desenvolveu simultaneamente às duas primeiras: a elaboração da carta de todo o país.



Mapa 5 – Cidades da fronteira oeste ligadas por telégrafos (por fio ou rádio) ou ferrovias em 1914. (digitalização: Ana Paula Santana)



De fato uma iniciativa estava ligada à outra, na medida em que as comissões encarregadas das construções das linhas telegráficas e das ferrovias realizavam levantamentos, identificavam e precisavam acidentes geográficos e acabavam por ajudar a conhecer melhor o território nacional. Mas isso era insuficiente, sendo necessário um conhecimento detalhado desse território. Para isso, era necessária a elaboração de cartas geográficas, também detalhadas.

Para que o poder central tivesse esse conhecimento detalhado do território foi criada uma comissão, a cargo do Ministério da Guerra, encarregada de elaborar uma Carta da República. Essa comissão prosseguia lentamente com os seus trabalhos, que exigiam sistemáticos levantamentos de campo. No entanto, os acontecimentos exigiam pressa. Criou-se então uma outra comissão, encarregada de realizar um trabalho mais rápido, sem a precisão da Carta da República. A essa segunda comissão foi determinada a elaboração da Carta Geral do País, que também ficou sob a responsabilidade do Ministério da Guerra.

A questão da defesa do território se prende á da carta de todo o paiz, mas particularmente a das fronteiras.

A comissão da carta da Republica continua os seus trabalhos com regularidade no Rio Grande do Sul; dado, porém, o cunho de precisão geométrica que delles se exige, não ficarão concluídos senão no fim de alguns séculos.

Convem, pois, cuidar de organizar a carta geral do paiz e especialmente a das fronteiras, completando o grande acervo de documentos cartographicos existentes nos archivos deste e de outros ministérios, adoptando-se processos menos precisos, mas exactos e de execução rapida.

Sem recursos especiaes vae o governo pôr em pratica esse plano a começar por Matto Grosso, de acordo com as bases apresentadas pelo estado-maior.



A comissão da carta geral prosseguirá nos seus trabalhos segundo o methodo adoptado, prestando a inestimável função de servir de escola aos geographos necessários á carta militar.⁴⁵⁵

Essa passagem do relatório de 1907, em que o ministro da Guerra do Brasil fala da necessidade de confecção da carta geral do país, o mais rápido possível e determina o começo de sua confecção por Mato Grosso, mostra com nitidez o significado que as cartas geográficas têm como instrumento de controle de territórios. Discutindo esse significado, diz Yves Lacoste:

Muito mais que uma serie de estatísticas ou que um conjunto de escritos, a carta é a forma de representação geográfica por excelência; é sobre a carta que deve ser colocada todas as informações necessárias para a elaboração de táticas e estratégias. Tal formalização do espaço, que é a carta, não é nem gratuita, nem desinteressada: meio de dominação indispensável, de domínio do espaço, a carta foi, de início criada por oficiais e para oficiais. A produção de uma carta, isto é a conversão de um concreto mal conhecido em uma representação abstrata, eficaz, confiável, é uma operação difícil, longa e onerosa, que só pode ser realizada pelo aparelho de Estado e para ele. A confecção de uma carta implica um certo domínio político e matemático do espaço representado, e é um instrumento de poder sobre esse espaço e sobre as pessoas que ali vivem.⁴⁵⁶

O desenvolvimento da Questão do Acre havia mostrado aos homens de Estado do Brasil, a começar pela oficialidade positivista, o que poderia acontecer, caso continuassem a desconhecer o território, que formalmente pertencia a esse Estado. Tratava-se, portanto, de superar rapidamente essa deficiência. Era necessário ocupar e conhecer esse território e essa premissa tinha um valor estratégico.

A essas iniciativas, também vieram se somar, aquelas de cunho administrativo e institucional, que foram, pouco a pouco, permitindo a



aproximação entre o Estado e a população da fronteira oeste e do noroeste da Amazônia.

Em 1908, o governo de Mato Grosso elevou a vila de Santo Antonio à categoria de município, desmembrada do antigo município de Vila Bela (chamado então de Mato Grosso), que estava situado a mais de mil quilômetros de distância.⁴⁵⁷ No entanto, a vila de Porto Velho também foi elevada a categoria de município pelo Estado do Amazonas. Fundada pela direção da *Madeira-Mamoré Railway*, em região mais apropriada à navegação e à localização do porto no rio Madeira, no ponto inicial da ferrovia Madeira-Mamoré. Porto Velho acabou por absorver a população de Santo Antonio que entrou em decadência.

No plano federal, a partir de 1904, o governo do presidente Rodrigues Alves começou a dar forma administrativa e institucional ao território do Acre, com a organização de 3 departamentos administrativos (Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá), administrados por prefeitos. Foi constituída uma comarca de segunda instância, com 3 juízes de distrito, além de ministério público, tabelião e escrivão.⁴⁵⁸ Essas medidas administrativas e de construção da ordem institucional, naquele território, foram progressivamente sendo ajustadas e desenvolvidas pelo governo federal. A partir de 1909, se inicia a discussão da concessão de autonomia administrativa e do pleno exercício do voto para os habitantes do território do Acre, sinalizando a sua integração ao quadro institucional do Estado brasileiro.⁴⁵⁹

8.2 – ESTADO E TERRITÓRIO: A FRONTEIRA OESTE E A GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

Após a Guerra do Paraguai, a atenção do Estado brasileiro em relação à sua extensa fronteira continuou a se concentrar nos perigos, reais ou imaginários, oriundos da região do Prata, de onde vinham as preocupações que continuamente agitavam diferentes



segmentos da elite política do Império e, depois, da República. Mesmo em relação a Mato Grosso, a preocupação se relacionava com a sua dependência em relação ao Prata, tanto econômica como estratégica, pois o acesso àquele Estado por via terrestre era muito difícil e demorado, o que fazia do caminho fluvial pelos rios do Prata, a via mais rápida e segura. Mas essa rapidez e segurança poderiam ser cortadas a qualquer momento, na eventualidade de um conflito platino. Por isso, a necessidade de buscar uma alternativa segura e rápida, com a construção de uma estrada de ferro que, partindo de um ponto qualquer no sudeste, alcançasse a fronteira oeste e a ligasse ao centro político do país.

As preocupações com o isolamento da fronteira oeste em relação aos centros político e econômico do Brasil, foram aumentando à medida que o desenvolvimento econômico da Argentina fazia daquele país um centro de atração para a economia de Mato Grosso e ameaçava tornar a economia daquela província, depois Estado, dependente do país platino, com Buenos Aires exercendo uma influência maior do que o Rio de Janeiro.

Quando, no início da República, explodiu o processo revolucionário de 1892 em Corumbá, contra o governo de Manoel José Murinho, seu desfecho foi a proclamação pelos insurretos, naquele momento já em franca desvantagem, de uma auto-intitulada “República Transatlântica de Mato Grosso”, cujo território poderia ser penhorado à Inglaterra, em troca de reconhecimento político e como garantia de apoio financeiro. Esse movimento revolucionário teve grande apoio entre os comerciantes de Corumbá, a maioria de origem estrangeira e com forte ligação com o comércio de Buenos Aires, como mencionamos no capítulo 2. É bastante conhecido o fato de que, nesse período, a Argentina estava com sua economia já se recuperando da grave crise de 1890, mas tendo um grau de dependência da Inglaterra, que leva estudiosos do período a classificarem-na, como sendo virtualmente uma colônia comercial britânica.⁴⁶⁰



Analisando essa dependência econômica em seu estudo clássico sobre o imperialismo, Lênin dizia que “sem custo se imagina como isso assegura ao capital financeiro – e à sua fiel ‘amiga’, a diplomacia – da Inglaterra sólidas relações com a burguesia da Argentina, com os meios dirigentes de toda a vida econômica e política deste país”.⁴⁶¹ Essa dependência econômica era a expressão do poderio da política externa e do capital britânico, cuja influência se esparramara pela América do Sul ao longo do século XIX, expressando o domínio que exercera de forma indireta sobre diversas regiões do mundo, naquilo que ficou conhecido como “imperialismo do livre comércio”.⁴⁶²

Assim, não foi nenhum contra-senso, a proposta encontrada pelos chefes revolucionários de Corumbá, em 1892, de tentar uma saída separatista, vislumbrando se ligar à Inglaterra. Ao contrário, a saída encontrada refletia plenamente não só a instabilidade política reinante no Brasil no período, como essa grande influência econômica da Inglaterra na região do Prata, mesmo que, ao contrário do que imaginavam os revolucionários de Corumbá, a Inglaterra não tivesse qualquer interesse territorial no Brasil, entendendo serem seus interesses melhor protegidos pela subordinação econômica com que os países platinos se ligavam a ela.

O prolongamento em direção a Mato Grosso dessa influência foi a decorrência natural desse processo. Se somarmos a esses elementos um possível interesse do governo da Argentina naquele movimento revolucionário, no quadro das disputas conjunturais com o Brasil, então teremos os ingredientes para um quadro bastante delicado, que dava todo sentido à proposta separatista dos revolucionários de Corumbá.

A proposta separatista de 1892 já trazia os fatores básicos que justificavam as preocupações com o isolamento da fronteira oeste: a fragilidade com que aquela região se ligava ao centro político e econômico do Brasil poderia, à luz do desenvolvimento da geopolítica internacional do período e da instabilidade política reinante no Brasil,



abrir o caminho para o desmembramento daquela região do país, pela ação de seus habitantes ou por ações colonialistas das grandes potências.

O desenrolar da Questão do Acre mostrou, oito anos depois da proposta separatista dos revolucionários de Corumbá, as potencialidades que a manutenção daquela situação criava. Evidente estava, portanto, que a ação belga na fronteira oeste, ao se desencadear, por volta de 1895, se alimentava de um conjunto de fatores que lhe permitiam desenvolver um caminho colonialista. O importante a ser retido é que esse caminho não estava definido, a priori, mas a forma como os próprios acontecimentos se desenrolavam e diferentes fatores se entrelaçavam, dava à operação belga as possibilidades de ter um resultado positivo.

Essa ação colonialista belga se alimentava do desenvolvimento da Questão do Acre, que lhe serviria de exemplo geral e lhe abriria boas possibilidades de êxito, já que estavam posicionados em melhores condições do que o sindicato anglo-americano que havia arrendado o território do Acre, disputado por bolivianos e brasileiros.

Os belgas já estavam legalmente instalados na fronteira oeste, tendo tomado posse de diferentes e extensas áreas de terra; já conheciam esse território a partir das diversas expedições exploratórias que desenvolveram na região; tinham o suporte diplomático do governo belga, com o vice-consulado instalado em Descalvados em 1897 e do consulado instalado em Corumbá em 1901; já estavam ligados diretamente à atividade produtiva na região com a fábrica de Descalvados, a criação de gado e a extração de borracha, mesmo que esta última atividade fosse ainda bastante irregular e tivesse enfrentado problemas que se relacionavam com a política local, como foi o caso da posse na concessão do rio São Miguel.

Os belgas ainda tinham estabelecido relações com algumas figuras importantes do meio político local, como foi o caso de Francisco Mariani Wanderley e, por fim, exerciam a função de polícia na região de fronteira, através de um pequeno destacamento armado,



tacitamente autorizado pelo governo de Mato Grosso e comandado por antigos oficiais da *Force Publique* do Estado Independente do Congo e de ex-oficiais do exército belga.

Portanto, se a instalação do *Bolivian Syndicate* se desenvolvesse e o território do Acre acabasse por se tornar um enclave colonial multinacional apoiado pelos Estados Unidos, como o desenvolvimento da situação apontava até o final de 1902, qualquer que fosse a sua conformação (colônia, protetorado ou território particular pertencente ao sindicato anglo-americano), seu impacto na ação belga poderia ser muito positivo, abrindo-lhe o caminho para o prosseguimento de suas operações colonialistas na fronteira oeste. Esse processo poderia se dar de diferentes formas: por uma nova *chartered company*, pelo pedido de apoio a Leopoldo II para tomar posse de territórios concedidos pelo governo de Mato Grosso, que este não estava garantindo (no caso da disputa com Balbino Antunes Maciel), ou pela junção com o próprio *Bolivian Syndicate*, já que o território em disputa no Acre que seria cedido ao sindicato anglo-americano, se localizava ao lado das terras onde os belgas operavam, quase sendo um território contínuo.

No entanto, se a ação colonialista belga na fronteira oeste se ligava ao desenrolar positivo do *Bolivian Syndicate*, com sua instalação e consolidação no Acre, o mesmo se pode afirmar caso o seu desfecho fosse negativo. Ou seja, o fracasso do sindicato anglo-americano se não impedisse, a partir daí, outras operações semelhantes, poderia criar grandes dificuldades. E foi a segunda opção que acabou ocorrendo. Como mostramos, o bloqueio na instalação do *Bolivian Syndicate* significou muito mais do que uma simples operação diplomática ou econômica localizada, sendo a expressão prática de um conjunto de três fatores que se conjugaram e se consolidaram: a mudança nos métodos da política externa norte-americana para a América Latina e a afirmação dessa região como sendo sua área de influência, tacitamente reconhecida pelas demais potências da época, à exceção da Alemanha;

a luta dos seringueiros contra o domínio boliviano e pelo reconhecimento do território do Acre como sendo brasileiro e, operando entre esses dois fatores, a ação diplomática do governo do Brasil, chefiada pelo barão do Rio Branco.

O desfecho da Questão do Acre, com o bloqueio da implantação do *Bolivian Syndicate*, trouxe resultados definitivos e mostrou aos belgas a impossibilidade de qualquer ação semelhante. O desânimo resultante foi total e a retirada belga da fronteira oeste, a sua consequência prática. Para complicar mais a situação para os belgas, em meados de 1903 começaram a aparecer na imprensa internacional as primeiras denúncias das atrocidades cometidas no Estado Independente do Congo, que se tornaria um escândalo e levaria, em 1908, à sua transferência para a Bélgica, tornando então, de fato, aquele território africano uma colônia oficial do Estado belga e não uma colônia privada de seu rei.

Feitas essas considerações sobre a sociedade, o Estado e o território que vimos estudando, a fronteira oeste, é preciso discutir em que medida as relações entre eles se alteraram, no curto período entre 1895 e 1914, e os fatores que determinaram essas alterações.

Como ressalta Antonio Carlos Robert Moraes, “falar dos territórios contemporâneos é falar dos espaços de exercício do poder estatal principalmente”.⁴⁶³ Esse autor ressalta que

Entre os qualificativos do Estado moderno – uma forma de Estado específica e historicamente localizada – está o fato de ele possuir um espaço demarcado de exercício de poder, o qual pode estar integralmente sobre o seu efetivo controle ou conter partes que constituem objeto de seu apetite territorial.⁴⁶⁴

Se observarmos atentamente a fronteira oeste, no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, podemos constatar facilmente a ausência quase total do Estado brasileiro naquela região. Essa constatação



pode ser estendida ao sudoeste da Amazônia onde estava o território do Acre.

Ao mesmo tempo, o governo do Estado de Mato Grosso, o poder estatal mais próximo, estava envolvido em tal situação de conflito interno nesse período, produto da luta entre as diferentes frações da oligarquia mato-grossense, que havia uma paralisação de fato das ações típicas concernentes ao Estado, a começar pela capacidade de policiamento da fronteira. Dessa forma, a fronteira oeste ficava entregue aos diferentes agentes privados que lá operavam, sem que os governantes tivessem qualquer controle sobre eles. Ao contrário, por vezes os governantes transferiam tacitamente a esses agentes privados funções que são típicas do Estado, como a de poder de polícia, o que por si só dava uma dimensão de sua incapacidade de se apresentar enquanto Estado.

Chamando atenção para a crítica à análise positivista que identificava território com formação territorial, Moraes também aponta para as novas análises que vêem o território como o “resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento”.⁴⁶⁵

Pode-se reconhecer que o oeste era um território que formalmente fazia parte do Estado brasileiro ao final do século XIX, por sua trajetória histórica até aquele momento. No entanto, se identificamos o Estado com o território onde o mesmo exerce seu poder, em acordo com a sociedade que está fixada nesse território, então pode ser colocada em questão se o oeste era parte efetiva do Estado brasileiro naquele período.

Essa mesma questão pode ser levantada no caso do Acre, como sendo parte do território pertencente ao Estado boliviano. Formalmente aquele território pertencia à Bolívia. No entanto, a população branca que lá vivia, que se adensava rapidamente e que construía uma identidade econômica e social com esse território, se



identificava com o Estado brasileiro, rechaçando a presença do Estado boliviano e recorrendo à luta armada para afirmar essa posição. O Estado brasileiro, por sua vez, via aquele território como parte do Estado boliviano, ignorando que a maioria esmagadora da população branca daquele território era brasileira, via o Acre como território brasileiro e reclamava a presença do Estado brasileiro. Havia, portanto, uma situação em que Estado, território e sociedade estavam em conflito, não havendo sobreposição entre eles.

Na fronteira oeste, a situação poderia ser considerada invertida. Em grande parte desse território, o poder estatal brasileiro estava ausente ou era muito débil. De fato o poder estatal, em larga medida, era exercido cotidianamente pelos belgas ou por outros agentes privados, como Balbino Antunes Maciel, cada um deles procurando tirar proveito da situação, seja por através do contrabando, seja se preparando para uma ação colonialista que lhe permitisse atuar de forma monopolista. É essa situação que leva o comandante da lancha Lobita, proveniente de Descalvados e impedida de atracar em Cáceres, a dizer ao alferes brasileiro que o interpelou, que “só não rasgou o Pavilhão Brasileiro porque não considera São Luiz (de Cáceres – como Cáceres então era chamada), como cidade do Brazil”, como relatamos no capítulo 2. O agente belga, num momento de descontrole, apenas refletiu verbalmente, aquilo que deveria ser o pensamento geral dos belgas em relação àquele território, o que dava plena significância à sua presença na fronteira oeste.

Tanto na fronteira oeste como no Acre havia um vácuo de poder do Estado, seja brasileiro, seja boliviano, o que, nas condições em que se desenvolvia a política internacional da época, abria a possibilidade de os mesmos serem ocupados, mais cedo ou mais tarde, por um outro Estado, que poderia ser de fora da região, como os Estados Unidos, no caso do Acre, ou como os belgas, no caso da fronteira oeste.

A forma encontrada pelo governo da Bolívia, dirigido pelo general Pando, para ocupar esse vácuo de poder estatal no território do Acre, quando o Estado boliviano percebeu a sua incapacidade de



ocupá-lo diretamente, foi o seu arrendamento a uma *chartered company*. A Bolívia reconhecia que não tinha condições de exercer diretamente o seu poder estatal sobre aquele território e o cedia ao *Bolivian Syndicate*, na expectativa de que esse sindicato o exercesse.

Essa saída encontrada pelo Estado boliviano, aparentemente, parecia como uma espécie de manto protetor, no caso, um manto protetor que o governo do general Pando esperava encontrar nos Estados Unidos principalmente, mas não só nele, já que o seu desejo era que o sindicato fosse ampliado em sua base de apoio político internacional.⁴⁶⁶

No entanto, era uma saída cujo resultado, nas condições da política internacional do período, tendia não só a colocar em questão de forma duradoura o poder estatal da Bolívia sobre aquele território, mas também sobre todos os territórios adjacentes ou em situações semelhantes, formalmente pertencentes à Bolívia, ao Brasil ou a qualquer outro Estado sul-americano. Abria, portanto, um precedente que tendia a colocar em questão a soberania formal que diversos Estados da região exerciam sobre diferentes partes de seus territórios.⁴⁶⁷ Isso explica o porquê do apoio dado pelo Peru e pela Argentina, à ação do Brasil contra o *Bolivian Syndicate*, ao mesmo tempo em que os governantes deste último país apoiavam a reivindicação boliviana de soberania sobre o território do Acre.⁴⁶⁸

Na fronteira oeste a situação se invertia. O vale do Guaporé, principalmente, era um território vazio da presença do Estado brasileiro, aberto para a ocupação por uma outra entidade jurídica que desenvolvesse as funções estatais. E esse território se abriu, num período em que os Estados dos países capitalistas centrais (as potências européias, os Estados Unidos e o Japão), se lançavam na corrida colonialista. Portanto, se aquele território estava vazio da presença do Estado brasileiro, havia outros Estados ou um protagonista na construção de Estados privados (como Leopoldo II) em condições e desejosos de ocupá-lo.

A lição dada pela Questão do Acre parece ter sido aprendida pelos homens de Estado do Brasil. Assim que foi encontrada uma saída favorável à mesma e aos seus interesses, os governantes do Brasil trataram logo de se fazer presentes naquela região e na fronteira oeste e a construir as condições para exercer de fato o seu controle sobre aqueles territórios. Nesse processo a geografia e a história então aparecem como poderosos aliados.

8.3 – A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA COMO JUSTIFICATIVAS PARA O DOMÍNIO DO OESTE

No embate entre o Brasil e a Bolívia pelo território do Acre, cujo desenlace alterou de forma imediata os planos dos belgas para a fronteira oeste, levando-os a abandonar a região, os governos dos dois países trataram de lançar mão de todos os meios para justificar o seu domínio sobre aquele território.

Nesse sentido, é curioso verificar como no caso do Acre e da fronteira oeste, as justificativas dos brasileiros e dos bolivianos para o seu controle sobre esses territórios, também fossem invertidas, mas dentro dos padrões de construção de justificativas históricas e geográficas para esse domínio.

No caso do Acre, os brasileiros usavam duas justificativas básicas para que aquele território passasse para o controle do Estado brasileiro. A primeira foi a de que a quase totalidade de sua população branca era de origem brasileira e que havia pouca presença de bolivianos. A segunda, surpreendente e pela negativa, foi de que havia uma incompatibilidade geográfica entre aquela região e a Bolívia.

Para a historiografia que se seguiu ao barão do Rio Branco e o elevou a patrono da diplomacia contemporânea brasileira, no Acre haveria uma incompatibilidade entre o território disputado e a Bolívia, cuja população se localizava no altiplano e estava incompatibilizada com a



planície Amazônica. Essa historiografia, marcadamente conservadora, construiu toda uma justificativa histórica e geográfica para afirmar o domínio do território do Acre pelo Brasil.

Diz Leandro Tocantins: “Com efeito, o Acre não nos pertencia e o conquistamos inconscientemente, por uma fatalidade do nosso destino histórico e de causas especialíssimas da Geografia física e social da Bolívia”.⁴⁶⁹

Pela “fatalidade de nosso destino histórico”, operaria uma fronteira viva, dinâmica; do lado da Bolívia, uma fronteira morta, estática, vazia. Não encontraram os brasileiros, ávidos em ‘cortar’ a árvore da fortuna, nenhum impedimento quando transpuseram, aos milhares, a oblíqua Javari-Beni. Nem a esse tempo havia qualquer demarcação no terreno. Não se manifestou a chamada lei do equilíbrio, resultante das ações que mutuamente exerçam dois Estados limítrofes....”.

“...Criou-se, no Acre, uma realidade social à base de um povoamento espontâneo, estimulado pelos atrativos econômicos da borracha. Só os brasileiros mostraram condições de realizar a dura empresa de conquista.”⁴⁷⁰

Pelas causas especialíssimas da geografia física e social da Bolívia, diz Tocantins, citando um autor boliviano, que operaria

Uma fatalidade geográfica e histórica: a Bolívia, que seus mais esclarecidos interpretes sentem-na profundamente na aguda realidade da terra, expressa naquela *síntese cósmica das montañas, valles, y llamuras*, jamais pode firmar sua soberania no Acre, do qual *solo puede hablarse em términos de lejanía, de llanos majestuosos y indómitos, de selvas insondables, los reinos secretos y abismales....*”

“... Tenham-se em conta, nesse particular, os caracteres psicossociais do povo boliviano que não apresentam aquele ímpeto natural dos pioneiros. Seus antepassados espanhóis transmitiram um modo de



vida quase imóvel ao pé dos Incas, à volta de seus tesouros. Não se ligavam à terra pelos vínculos de família ou de propriedade. Um historiador fixou a passagem dos espanhóis pelo Novo Mundo: chegar, acampar, saquear e sair. Sem o extremo das generalizações é possível dizer que o hispânico não agiu como o luso no Brasil, criando uma sociedade, com base na agricultura, na pecuária, na intensa miscigenação. Tudo isso, ao seu modo, preparava as gerações que se deixaram fascinar pela conquista dos grandes desertos. É a linhagem dos bandeirantes cuja mobilidade social delineou as nossas fronteiras.”⁴⁷¹

A esses fatores se somaria o

Caldeamento de raças na Bolívia, entre todos os países de origem espanhola, na América do Sul, foi o de menor significação. Ainda hoje, os intérpretes do país classificam em três povos os habitantes nacionais: os *kollas* ou *amaras*, na montanha, os *quíchuas*, no vale, os *orientales*, na planície...” “...Aqui se encontra a chave dos destinos históricos da Bolívia, país que até agora não logrou conquistar a sua desejável unidade nacional, perturbada pelos fatores geográficos e étnicos. O caso do Acre mergulha nessas raízes.”⁴⁷²

Parte da historiografia boliviana, também de cunho conservadora, acabou por concordar com tal justificativa. Adolfo Costa du Rels, um biógrafo de Felix Avelino Aramayo, o comerciante, proprietário de minas e diplomata boliviano, organizador do *Bolivian Syndicate*, diz que a Bolívia era uma

Patria inmensa, con fronteras mal limitadas, tanto al Norte como al Este y al Oeste. Allá, muy lejos, el Amazonas riega ubérrimas regiones inexploradas. La mirada de Aramayo se detiene en el mapa que cubre la pared. Lee: 'Territorio Nacional del Acre'. Esto se destaca en letras rojas sobre el fondo blanco. División



*frágil. Apenas existe sobre el papel, sin el remache indispensable del riel o del camino, del canal o del río navegable. Y esas venas azuladas que serpentean? Ríos son. Risueños, bravíos, obedecen a una ley centrífuga que disocia, puesto que arrancado desde el corazón de Bolivia en busca de deltas extraños, su caudal de fuerza y de abre un cauce a la aventura.*⁴⁷³

Como podemos notar, tanto os autores brasileiros como os bolivianos, procuram determinações geográficas para justificar o domínio sobre território do Acre. Os brasileiros procuram destacar como a geografia é desfavorável ao domínio boliviano sobre o Acre e operaria a favor do domínio brasileiro. Du Rels sai à procura de determinantes geográficos para justificar esse domínio e acaba por concluir também, que este é desfavorável à Bolívia. Para o autor boliviano, de fato essa geografia acaba por favorecer a dispersão, comprometendo a soberania boliviana sobre o território do Acre.

A esse determinismo geográfico, favorável ao domínio do Brasil sobre o território do Acre, se somaria outro, que se materializaria na índole de pioneiro presente no brasileiro, dotado de vontade para a conquista, ao contrário do boliviano, que teria índole imóvel, herdada de seus antepassados.

Veja que o determinismo geográfico e a análise social positivistas permeiam toda a visão de ambos os autores. Leandro Tocantins acaba por concluir que só o Brasil teria um povo capaz de realizar a “conquista” do Acre. De fato, aqui não pode escapar a comparação com a formulação conservadora de “raça de gigantes” com que Alfredo Ellis Jr. identificou os bandeirantes paulistas, que teriam sido os responsáveis pela expansão territorial do Brasil para o oeste.⁴⁷⁴ Os brasileiros que penetraram no território boliviano do Acre, teriam ajudado a estender o território brasileiro mais para o oeste. Por essa visão, seriam os novos bandeirantes.

É assim que um outro autor conservador, Cassiano Ricardo, também vê a incorporação do Acre ao Brasil. Em seu ensaio “Marcha para o Oeste”, publicado durante o Estado Novo, Cassiano Ricardo



traz um capítulo com o título “A conquista do último oeste”, em que começa dizendo:

A história do nosso ultimo avanço para o Oeste, que foi a ocupação do Acre, compreende varias etapas: 1) a dos primeiros povoadores da região, que começa a ser melhor conhecida; 2) a dos povoadores cearenses, que a penetraram e ai se localizam na exploração da *bevea*; 3) a das insurreições contra bolivianos, na defesa do território já ocupado pelos brasileiros; 4) a da solução diplomática que foi o Tratado de Petrópolis, em 1903.

Mas a sua origem esta no bandeirismo do século XVII.⁴⁷⁵

E Cassiano Ricardo então, vai encontrar nas viagens dos bandeirantes paulistas no século XVII, que teriam “frequentado o Madeira assiduamente”, uma longínqua justificativa para o domínio brasileiro do território do Acre em plena transição do século XIX para o século XX.⁴⁷⁶

Essa justificativa histórica para o domínio territorial do Acre procura recuar no tempo, o máximo possível, construindo sobre os acidentes geográficos a fronteira natural do Brasil, alcançados por luso-brasileiros em tempos remotos, mesmo que para esses luso-brasileiros essa entidade nacional chamada Brasil fosse algo desconhecido. Seus formuladores ignoram que, no período que vimos tratando, o domínio territorial estava ligado diretamente à capacidade dos Estados nacionais de exercerem plenamente a sua soberania sobre seus territórios. Ao final do século XIX e início do século XX, essa capacidade era colocada à prova a cada momento, seja nos países centrais, seja na periferia do sistema capitalista, que transitava para sua etapa imperialista.

Para a historiografia e a geografia que vêem população e não vêem sociedade, que vêem rios e montanhas e não vêem dinâmica social se alterando dialeticamente ao longo do tempo, o território do Acre deveria, naturalmente, ser brasileiro, independente do desenrolar dos



elementos da conjuntura nacional e, principalmente, internacional, que fluíam com características que não davam quaisquer garantias de que aquele território passaria a ser brasileiro. Como procuramos mostrar, foi o desenrolar dos acontecimentos, operando em uma conjuntura internacional extremamente volátil, que terminou criando as condições para que esse território passasse ao controle do Brasil.

No vale do Guaporé, a mesma dinâmica se desenvolvia, também sem que o seu resultado pudesse ser determinado *a priori*. Ao contrário, esta dinâmica ligava as pretensões colonialistas dos belgas ao desenrolar positivo do arrendamento do Acre para o *Bolivian Syndicate*. E a geografia não facilitava ao Estado brasileiro o acesso à fronteira oeste, fechando a sua entrada ao norte pelas corredeiras do rio Madeira e, ao sul, pela estrada pouco transitável que ligava Salitre, no rio Jaurú, a Ponte Velha, no rio Guaporé, trecho de terra este que a construção mitológica da Ilha Brasil havia dito ser possível transpor pela via de um canal, ligando a bacia Amazônica à bacia Platina. Como vimos, esse mito havia sido desfeito completamente no final do século XIX. A região estava isolada e o Estado brasileiro não a controlava.

Para os belgas que operavam na fronteira oeste no início do século XX, no entanto, essa questão estava bastante clara. Eles esperavam uma oportunidade para tentar desfazer todas as justificativas históricas e quebrar todos os determinismos geográficos para exercer o controle de fato sobre aquele território. Estavam posicionados economicamente em toda a região, produzindo extrato e derivados de carne de gado bovino, para o mercado internacional e produzindo borracha também para o mercado internacional; tinham uma organização produtiva que os colocava de forma autônoma frente ao mercado nacional de quem não dependiam; estavam localizados em uma região em que exerciam parte da autoridade do Estado, que por sua vez estava ausente; tinham o apoio de um consulado, instalado em Corumbá e de um vice-consulado instalado em Descalvados; tinham o suporte político de personalidades da vida



política regional e ainda contavam com a instabilidade política, tanto nacional, como regional, esta última fazendo de Mato Grosso um Estado em permanente conflagração, opondo diferentes frações da oligarquia local.

Somada a essas características, os belgas tinham uma larga experiência em estabelecimentos coloniais, onde aprenderam a atuar em situações adversas, tanto no plano operacional local, como na articulação política realizada na arena internacional.

A argumentação de que a posse continuada, de longa duração, fundamentada na construção jurídica do *uti possidetis*, que hipoteticamente poderia ser levantada em defesa do domínio territorial brasileiro sobre a fronteira oeste, estava confrontada com um contrapeso importante: o domínio efetivo sobre esse território não era exercido pelo Estado brasileiro ou era muito frágil e a população branca que vivia naquela região, trabalhando na extração da borracha, talvez fosse majoritariamente de origem boliviana ou de origem indígena. A esses fatores ainda poderiam ser juntados os títulos de posse de grande parte das terras da região, em mãos de empresas ou capitalistas belgas, legalmente obtidos do Estado de Mato Grosso.

Dito de outra forma, na fronteira oeste se levantaram os mesmos problemas que haviam sido colocados no caso do Acre, com a agravante de que os protagonistas da ação colonialista já estavam firmemente fixados na região, não como supostos agentes do “imperialismo econômico”, mas como legítimos proprietários e concessionários.⁴⁷⁷ Além disso, contavam com uma retaguarda diplomática, organizada por Leopoldo II, que no caso do Estado Independente do Congo havia se mostrado competente e articulada. Enfim, os belgas estavam bem posicionados para desenvolver na fronteira oeste a ação sintetizada no feliz título de um artigo de Stols sobre o assunto: *La récidive de l'aventure Congolaise*.

A ação dos seringueiros brasileiros no Acre e, principalmente, o desenvolvimento da geopolítica internacional fecharam-lhes o caminho e



DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA

permitiram à diplomacia brasileira estabelecer o seu domínio de fato sobre toda a fronteira oeste, integrando-a ao centro político e econômico do país e controlando-a efetivamente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS







CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise que desenvolvemos, mostrou a imbricação existente, de um lado, entre os interesses dos seringueiros que operavam dos dois lados da fronteira oeste e, de outro, os interesses dos belgas com o *Bolivian Syndicate*, estabelecendo um confronto entre os extratores e o grande capital internacional. Esse processo teve relação com o desenvolvimento da situação política internacional e com os interesses das grandes potências da época, relação que acabou por determinar o rumo dos acontecimentos na fronteira oeste, na virada do século XIX para o século XX. A esses fatores se somou a volátil conjuntura política brasileira no período, com seus reflexos em Mato Grosso. Visto dessa forma, o movimento desenvolvido pelos belgas, com sua rápida expansão e posterior retirada daquela região, ganha maior inteligibilidade, na medida em que mostra sua articulação com aquele processo.

Os elementos de análise, rapidamente colocados acima, são fundamentais para compreender o movimento belga em direção à fronteira oeste do Brasil, bem como seu comportamento entre os anos de 1895 e 1905. Em suas ações na fronteira oeste, os belgas espelhavam de forma específica um movimento geral do desenvolvimento capitalista, no período que estava começando o imperialismo, em sua curta etapa colonialista.

Dessa forma, podemos observar como essas ações tiveram um desenvolvimento que correspondia à evolução da política internacional ao longo do período que vai de 1875 a 1914.

É assim que a presença belga na fronteira oeste do Brasil pode ser dividida em três fases subseqüentes e distintas: a primeira vai



de 1895, com a compra de Descalvados, até 1897, quando o empreendimento permaneceu como um investimento belga isolado na região. A segunda fase vai de 1898 a 1903, quando um grupo de empresas belgas ou controladas por belgas foram criadas com o objetivo de operar na extração e comercialização da borracha na fronteira oeste, principalmente no vale do Guaporé. A terceira fase, de 1904 a 1912, é marcada pela retirada acelerada dos belgas da fronteira oeste, encerrando com isso sua presença maciça naquela região. Mesmo que ao final dessa terceira fase ainda houvesse uma empresa belga na região sul de Mato Grosso, fundada no final do período e ligada ao *Banque d'Outre-Mer*,⁴⁷⁸ ela já pertencia a um outro movimento capitalista do qual fazia parte Percival Farquhar, o controlador da empresa que comprou Descalvados.

A primeira fase da presença belga na fronteira oeste, de 1895 a 1897, se apresenta como uma fase de reconhecimento do terreno, preparando as condições para uma ação mais ampla. Parece-nos que ela correspondeu a um período de expectativa por parte do imperialismo belga, organizado em torno de Leopoldo II, de que após a partilha da África os belgas poderiam ter também o seu quinhão na partilha da Ásia, então em pleno desenvolvimento. Mas essa expectativa poderia não se confirmar e, preventivamente, a região central da América do Sul aparecia como uma alternativa que, sob determinadas condições, poderia ser utilizada mais tarde para uma nova frente de expansão colonial.

O empreendimento de Descalvados estava localizado na fronteira do Brasil com a Bolívia, em uma região isolada, distante dos centros de poder, onde o Estado brasileiro praticamente estava ausente e localizada próximo da estratégica região onde as bacias do Prata e Amazônica faziam a sua intercessão. Soma-se a esses fatores, a sua proximidade das ricas florestas de borracha da região do vale do Guaporé, provavelmente já conhecidas pelos belgas. Por outro lado, o empreendimento de Descalvados era lucrativo, fabricava produtos



CONSIDERAÇÕES FINAIS

com boa aceitação no mercado europeu e, como mostramos, nos primeiros anos em que foi controlado pelos belgas pagou bons dividendos aos seus acionistas. Tornou-se, portanto, um bom instrumento de propaganda para novos investimentos na região.

Como apontamos antes, Leopoldo II tentou estabelecer uma colônia belga na Ásia, na segunda metade da década de 1890, sendo rechaçado pelos chineses. Por trás dos orientais estavam as potências européias, o Japão e os Estados Unidos, que não aceitaram a presença de uma colônia belga naquele continente, num quadro de completa desproporcionalidade com a influência que a Bélgica tinha no cenário europeu, base em torno do qual se dava o arranjo colonialista até então.⁴⁷⁹

A Bélgica era um país de desenvolvimento capitalista avançado, industrializada e já socialmente desenvolvida, mas politicamente fraca no cenário europeu, tendo o seu território garantido pela Inglaterra, frente às cobiças da Alemanha e da França. Mesmo o Estado belga enquanto tal não tinha pretensões territoriais, que ficavam por conta do rei Leopoldo II, como ficou demonstrado em suas ações na África que deram origem ao Estado Livre do Congo.⁴⁸⁰

Portanto, quando Leopoldo II tentou repetir na Ásia o seu feito africano, foi impedido pelas potências européias e pela entrada em cena, naquela região, de duas novas potências nas relações internacionais e na partilha colonial do período: o Japão e os Estados Unidos. A Bélgica e seu rei colonialista foram excluídos da partilha da Ásia.⁴⁸¹

A partir daí os belgas se voltaram para a América do Sul, principalmente para as novas possibilidades de investimentos que estavam se abrindo na região com a expansão da extração da borracha e para as possibilidades colonialistas que poderiam surgir com essa expansão. Mas ainda não estavam claros, quais eram os interesses das potências da época, nesse continente, principalmente dos Estados Unidos. A partir de 1898 a situação mudou, os Estados Unidos



entraram na disputa colonial e o desenrolar dos acontecimentos apontava para o início de uma corrida colonialista no continente sul-americano. O aparecimento, em seguida, do *Bolivian Syndicate*, corroborado pela presença de capital norte-americano em sua composição acionária e pelo estabelecimento de sua sede em Nova York, bem como o apoio inicial que recebeu do governo norte-americano, apontava para o envolvimento direto dos Estados Unidos, nessa que seria uma nova frente de expansão colonial. Foi essa perspectiva, aberta por volta de 1898, que estimulou os belgas a intensificar seus investimentos na extração de borracha na fronteira oeste.

É preciso fazer uma advertência, no entanto. O fato de dirigir para a fronteira oeste parte de seus investimentos e de suas atenções, não significou que os capitalistas belgas ignoraram outras regiões do Brasil. Como chamamos atenção no capítulo 5, foi a partir de 1896 que os investimentos belgas no Brasil se diversificaram, se abrindo para diferentes atividades, em particular para o setor de serviços públicos. O que tivemos de novo, a partir de 1898, foi uma concentração de investimentos belgas na fronteira oeste, por intermédio de algumas empresas, que se dirigiram prioritariamente para a extração da borracha naquela região.

Aqueles setores do capitalismo belga que se dirigiram para o oeste, eram experientes com a colonização da África e sabiam se movimentar em regiões de difícil acesso, de clima hostil, sem recursos e distante dos centros urbanos. Estavam preparados para ações semelhantes.

Foi a impossibilidade de se estabelecer na Ásia em moldes coloniais, isto é de forma monopolista, tal como fizeram na África, e as possibilidades que se abriram na fronteira oeste e na Amazônia para investimentos desse tipo, que orientaram os investimentos belgas em direção a essas regiões nos últimos anos do século XIX e início do século XX. Lá poderiam ter melhores possibilidades que as suas investidas asiáticas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção da borracha na Amazônia no final do século XIX e no início do século XX, começava a atrair empresas estrangeiras, interessadas não só no comércio, mas também na extração. Esse movimento era estimulado pelos preços cada vez mais elevados da borracha no mercado internacional, fruto do aumento no consumo do produto, que passava a ser utilizado em diferentes ramos industriais, com destaque para a indústria de automóveis, que começavam a ser popularizados.⁴⁸²

À medida que o consumo da borracha estimulava o aumento da produção e atraía novos investidores, as áreas de extração do produto iam se deslocando em direção ao oeste, chegando até a região do rio Beni, na Bolívia, ao vale do Guaporé e à região dos rios Juruá, Purus, e Javari, no extremo oeste da Amazônia, na região onde está hoje o Estado do Acre, então pertencente à Bolívia.⁴⁸³

Precisemos, portanto. Foi o aumento dos preços e da procura pela borracha no mercado internacional que estimularam a expansão da exploração da borracha na Amazônia até que ela alcançasse a fronteira oeste. Esse quadro de expansão nos negócios da borracha atraiu investidores estrangeiros, na expectativa de grandes lucros, obtidos de forma rápida.

Mas o importante a ser observado nesse processo, é que nada estava definido na geopolítica internacional quando a expansão das ações dos belgas na fronteira oeste ganhou grande intensidade, a partir de 1898, com seus investimentos se direcionando para o vale do Guaporé e o noroeste da Amazônia. Ao contrário, predominava um cenário internacional de incertezas quanto às pretensões das grandes potências em relação à América Latina, principalmente dos Estados Unidos, incertezas que permitiam o desenvolvimento de projetos semelhantes àqueles que os belgas protagonizaram na África.

É significativo que tal procedimento tenha balizado as ações dos belgas no oeste, porque tinha semelhança com o procedimento que haviam adotado quando da ocupação do Congo. Leopoldo II



orientou as suas ações na África trabalhando com as contradições entre as potências européias, principalmente entre Alemanha, França e Inglaterra, e se colocando numa posição de neutralidade. Enquanto as grandes potências européias não definiam uma posição comum, frente ao território do Congo, Leopoldo II foi desenvolvendo a sua atividade e consolidando o seu Estado privado. Tudo isso coberto por um manto de apelo humanitário, contra o trabalho escravo que havia naquela região da África, no plano das relações públicas, e de liberalismo no plano das relações econômicas. No entanto, o que se viu no Estado Independente do Congo foi o contrário: violência e trabalho escravo junto com o monopólio na extração e comércio de borracha e marfim, resultando em grandes lucros para as empresas que se associaram ao rei belga. Se observarmos atentamente o comportamento de Leopoldo II em suas ações na África, elas foram marcadas pela ousadia e senso de oportunidade, que acabaram por lhe dar o controle de uma colônia particular, numa complexa conjuntura internacional.

Da mesma forma, podemos definir o comportamento dos belgas em suas ações na fronteira oeste: senso de oportunidade e ousadia. As suas ações poderiam não dar os resultados esperados, poderiam fracassar, à medida que dependiam de fatores dos quais não tinham controle. No entanto, como havia mostrado a sua operação africana, nada estava dado de antemão e era preciso operar na perspectiva de que uma situação favorável os encontrasse em posição que fosse permitido tirar todo o proveito da operação. Corroborar nessa avaliação o desenrolar dos acontecimentos posteriormente, pela negativa. Quando os acontecimentos apontaram de forma definitiva para a impossibilidade da implantação de um empreendimento colonialista, que permitisse uma alta rentabilidade aos seus investimentos, os belgas não hesitaram em se retirar da fronteira oeste. Essa perspectiva orientou as ações belgas e pode ser observada nitidamente nas diferentes fases com que desenvolveram as suas operações naquela região, como mostramos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas diferentes fases passavam de uma para outra, à medida que a conjugação de elementos de ordem econômica e geopolítica se entrelaçava, criando as condições para que esse movimento se desenvolvesse.

Se colocamos a questão dessa forma, é porque acreditamos que não é possível explicar as ações belgas na fronteira oeste do Brasil no período, com o volume e as características que tiveram, apenas como um movimento econômico isolado, descolado da evolução da situação política e da economia internacional no período, do conjunto de interesses e das ações que as grandes potências desenvolviam naquele momento e da dinâmica interna da disputa de interesses naquela região, na qual o próprio Estado brasileiro atuou como agente importante. Se adotarmos essa perspectiva, provavelmente chegaremos à conclusão que os belgas não tinham noção do que estavam fazendo, que certamente iriam fracassar, que não conheciam a região ou mesmo não compreendiam o funcionamento do sistema de aviação, que tradicionalmente funcionava de forma satisfatória no processo de extração de borracha na Amazônia.

É perceptível, por outro lado, como as ações do governo brasileiro, no desenrolar da Questão do Acre, também acompanharam de perto o desenvolvimento da situação internacional, sempre levando em consideração o fato de que o Brasil era um Estado de segunda linha no plano das relações internacionais naquele período e estava em condição subordinada. Essa conduta ficou bastante clara nas ações do barão do Rio Branco à frente do Itamarati. Mas isso não significou que a diplomacia brasileira dirigida pelo barão do Rio Branco, tenha adotado uma posição de expectadora. Ao contrário, determinou uma estratégia de ação que também era pautada em explorar as contradições entre os interesses das grandes potências, que poderiam beneficiar o Brasil em seu esforço para defender a sua integridade territorial e evitar uma corrida colonialista na América do Sul, impedindo que na sua fronteira oeste fosse dada a partida para esse processo. Essa estratégia



determinou ainda um conjunto de medidas práticas para integrar a fronteira oeste ao restante do país e que passaram a marcar a presença do Estado brasileiro naquela região, a partir da década de 1910.

Dessa forma, a fronteira oeste reatou o fio de continuidade com seu valor estratégico, que teve em grande parte de sua história, e que havia orientado a ação da Metrópole portuguesa na região, na segunda metade do século XVIII, e do Império, após a Independência. As reações do Estado republicano brasileiro aos acontecimentos na fronteira oeste deixavam claras suas preocupações com o valor estratégico daquela região, ligadas à manutenção da integridade territorial do país, que era preciso defender.

Ao estudar a presença belga na fronteira oeste, seu desenvolvimento e entrelaçamento com a disputa pelo território do Acre, bem como suas ligações com o desenvolvimento da geopolítica internacional, logo somos instados a questionar se outras investidas contra o território brasileiro não foram realizadas por parte das grandes potências nesse período e que ainda permanecem na penumbra. Responder a esta pergunta demanda outras investigações, que examinem outros acontecimentos semelhantes, que se desenvolveram no mesmo período ao que examinamos.

No entanto, é necessário um trabalho sem pré-condições, isto é, sem que nos prendamos pelo resultado, pelo fato dado, pela manutenção da integridade territorial do país ao final daquele período e que levou à atual conformação do território brasileiro. É necessário examinar o desenrolar dos acontecimentos, os atores envolvidos e a sua trama, para que cheguemos ao seu resultado com toda a sua riqueza. Também é necessário superar os estudos meramente narrativos, oficialescos, nos quais os importantes documentos oficiais “falem por si mesmos”.

Nesse sentido, alguns casos conhecidos se destacam: A ocupação da ilha de Trindade pela Inglaterra (1894), a disputa com a França pelo Amapá (1896-1900), o caso da disputa com a Inglaterra



CONSIDERAÇÕES FINAIS

por territórios na região norte (1901-1904), o caso do desembarque dos marinheiros alemães da canhoneira *Panther* em Santa Catarina e o desenrolar desse fato (1905- 1906), são questões em aberto, que precisam ser examinadas em sua dinâmica, superando todo anacronismo. A esses casos relacionados à disputa territorial e de soberania, devemos acrescentar os casos examinados neste trabalho ou eventualmente outros, ainda desconhecidos.

Posteriormente será necessário examinar todos esses acontecimentos, tomando os elementos particulares de cada um e suas características comuns, de forma a ter uma visão de conjunto.

Poderá ser aberto o espaço para um amplo trabalho de investigação que ajudará a compreender melhor como foi garantida a integridade do imenso território brasileiro, inclusive com sua ampliação, com a incorporação do território do Acre, num momento fluído das relações internacionais, quando ocorreram mudanças importantes e onde a integridade territorial das nações não estava garantida de antemão.

A conformação territorial do Brasil que emergiu desse período não estava dada. Ao contrário, foi o produto da decisão e da ação dos homens, brasileiros e estrangeiros, que, de diferentes formas, interagiram em uma dinâmica cujo resultado é o território que conhecemos.





NOTAS







NOTAS

¹ Ver a respeito Afonso de E. Taunay. *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. Idem, *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial*. 7ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. Idem, *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. Jaime Cortesão. *O Tratado de Madrid*. Ed fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 v. Caio Prado Junior. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Teixeira Soares. *História da formação das fronteiras do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1975. Mesmo esses trabalhos citados sendo muito importantes para uma análise do período, acreditamos que os estudos mais completos continuam sendo os diferentes trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda sobre a expansão portuguesa para o oeste. Ver Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. Idem, *Monções*. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990. Idem, *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. Idem, *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. Idem, *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

² A matriz dessa versão, de largo curso na historiografia brasileira, encontra-se em Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*. 3ª. ed. integral. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [s.d.], 4. vol. (1ª edição 1854-57). Sobre Varnhagen ver Arno Wehling. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Nilo Odália. *As formas do mesmo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. Um debate amplo sobre a historiografia da Independência está em



Wilma Peres Costa. “A Independência na Historiografia Brasileira”. In: István Jancsó (Org.). *Independência. História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

³ Ver especialmente Antonio Carlos Robert Moraes. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002; Demétrio Magnoli. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna: 1997. Evaldo Cabral de Mello. *O norte agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL. 1984. P. 11-17. José Murilo de Carvalho. *A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Relume Dumará. 1996. Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Acces, 1999. Mirian Dolnikoff. “Ilites Regionais e a construção do Estado nacional”. In: István Jancsó (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Fapesp, Hucitec; Ijuí: UNIJUI, 2003. P. 431-468. István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para um estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos Guilherme Mota (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000, p. 127-175.

⁴ Luis Felipe de Alencastro, “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. In: *Revue Française d’Histoire d’Outre Mer*, t. LXVI, n. 244-245, 1979. Para um estudo da relação entre os conflitos no Prata e a evolução da situação política interna no Brasil ver Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, editora da UNICAMP, 1996. Sobre a Guerra do Paraguai ver ainda Francisco Doratioto. *Maldita Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Uma discussão sobre as identidades regionais no processo de formação das nações na região platina está em João Paulo Garrido Pimenta. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

⁵ Demétrio Magnoli. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. Op. cit.

⁶ Eric J. Hobsbawm. *A era dos impérios – 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



NOTAS

⁷ Ibidem, p. 87-88.

⁸ Geoffrey Barraclough. *Introdução à história contemporânea*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 105.

⁹ Uma síntese da política dos Estados Unidos no Caribe e na América Latina entre 1880 e 1914 está em Robert Freeman Smith. “Os Estados Unidos e a América Latina”. In: Leslie Bethel (Org.). *História da América Latina. De 1870 a 1930*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p. 615-634.

¹⁰ Eric J. Hobsbawm. Op. cit., p. 90.

¹¹ Ibidem, p. 68.

¹² Leslie Bethell. “A Grã-Bretanha e América Latina, 1830-1930”. In Leslie Bethell. *História da América Latina. Vol. IV – De 1870 a 1930*. Op. cit., p. 598.

¹³ Ver Hélio Vianna. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958; Carlos Delgado de Carvalho. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959.

¹⁴ José Maria Bello. *História da República*. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1976, p. 185-191. Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1977, p. 135. João F. Normano. *Evolução econômica do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1975, p. 115. Richard Graham. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973. Esse autor não menciona em seu trabalho clássico sequer o incidente envolvendo a ocupação britânica da ilha de Trindade, motivo de grave incidente diplomático com o Brasil.

¹⁵ Caio Prado Junior. *A revolução brasileira*. 3ª ed. . São Paulo: Brasiliense, 1968, p. 298-299.

¹⁶ Caio Prado Junior. *História econômica do Brasil*. 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 237. Nelson Werneck Sodré. *Formação histórica do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1964. Idem. *Introdução à revolução brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Paul Singer. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1889-1930”. In: Boris Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985, t. III, v. 1, p. 345-390.



¹⁷ Leandro Tocantins. *Formação histórica do Acre*. 3ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979, 2 v.

¹⁸ Podemos citar aqui E. Bradford Burns. “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”. In: Boris Fausto (Org.) *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1990, t. III, v. 2, p. 375-400. Amado Luiz Cervo; Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002. Clodoaldo Bueno. *Política externa da Primeira República (Os anos de apogeu - de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Mesmo os autores que enfatizam a agressividade norte-americana no continente não se distinguem nesse particular. Ver, por exemplo, Luiz Alberto Muniz Bandeira. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870-2003)* – Rio de Janeiro: Revan, 2003. Idem, *O eixo Argentina-Brasil. O processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987. Idem, *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. 2ª. ed. ver. São Paulo: Ensaio; Brasília: ed. da Universidade de Brasília, 1995. Idem, “O barão de Rothschild e a Questão do Acre”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Ano 43, n. 2, p. 150-169, 2000.

¹⁹ Eric J. Hobsbawm. Op. cit., p. 118.

²⁰ A presença belga no Brasil tem sido tratada de forma mais sistemática pelo historiador belga Eddy Stols, que em diversos e importantes trabalhos tem procurado chamar a atenção para o significado dessa ação, comparando-a com aquela que os belgas, sob o comando do rei Leopoldo II, desenvolveu na África no mesmo período. A nossa tese se serve amplamente desses trabalhos e das sugestões de pesquisas por ele abertas. Eddy Stols. “O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)”. In: *Boletín de Estudios Latinoamericanos e del Caribe*. Ámsterdam: Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos (CEDCA), número 18, junio de 1975. Idem, “Les Belges au Mato Grosso et en Amazonie ou la récédive de l’aventure congolaise (1895-1910)”. In: Michel Demoulin; Eddy Stols (eds.). *La Belgique*



NOTAS

et l'étranger aux XIX e. et XXe. siècles. Université de Louvain. Recueil de Travaux d'Histoire et de Philologie. 6e. Série, Fascicule 33. Louvain-La-Neuve; Bruxelles: Collège Érasme, Éditions Nawelaerts. 1987, p. 92-93. Idem, "Présences belges et luxembourgeoises dans la modernisation et l'industrialisation du Brésil (1830-1940)." In: Bart De Prins; Eddy Stols; Johan Verberckmoes (eds). *Brasil Cultures and Economies of Four Continents. Cultures et Economies de Quatre Continents*. Leuven; Leusden: Acco, 2001, p. 140-164.

²¹ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Idem. *Monções*. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990. Idem, *O Extremo Oeste*. Introd. de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986. Um estudo sobre a discussão de fronteira e conquista do oeste na obra de Sérgio Buarque de Holanda está em Robert Wegner. *A conquista do oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

²² Sérgio Buarque de Holanda. *O Extremo Oeste*. Op. Cit., p. 89-91.

²³ Ibidem, p. 97-106.

²⁴ Ibidem, p. 97.

²⁵ Ibidem, p. 92-93. Demétrio Magnoli. Op. cit., p. 45-77. *Uti possidetis* significa "como possuis, continuais possuindo".

²⁶ Antonio Carlos Robert Moraes. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002. P. 95-96.

²⁷ Conforme Lourival Gomes Machado. "Política e administração sob os últimos vice-reis". In Sérgio Buarque de Holanda (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira. I- A Época colonial. Vol. 2- Administração, economia e sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. P. 355-379.

²⁸ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995. P. 48-49.

²⁹ Ver a respeito a discussão sobre as ligações entre a crise do Antigo Regime e a demarcação das fronteiras e defesa das colônias pelos portugueses. Ibidem, p. 133-144.

³⁰ Portugal, aliado e protegido da Inglaterra em sua luta contra a França pelo controle econômico e político da Europa, recorria a sua protetora sempre



que se sentia ameaçado pela Espanha, que por sua vez era aliada da França. Fernando Novais. Op. cit., p. 17-56.

³¹ Augusto Leverger - Barão de Melgaço. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. Publicações avulsas, n. 19, p. 74-80, 82-83 e 90.

³² Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. Ed. fac-similar. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994. P. 303-304.

³³ Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. *Instruções aos Capitães-Generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001, publicações avulsas, n. 27.

³⁴ Augusto Leverger- Barão de Melgaço. Op. cit., p. 74.

³⁵ Manoel Esperidião da Costa Marques. *Região Occidental de Matto Grosso. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé. Da cidade de Matto Grosso ao Forte do Príncipe da Beira pelo Dr. Manoel Espiridião da Costa Marques. 1906. A seguir: Projecto de vias de comunicação. Exploração do Alto Guaporé e dos rios Jaurú, Aguapehy e Alegre. Do mesmo auctor. 1899*. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt. 1908, p. 51.

³⁶ Virgílio Corrêa Filho. Op. cit., p. 424-436.

³⁷ Sobre os sacrifícios impostos aos moradores da capitania nas condições de fronteira colonial ver Luiza Rios Ricci Volpato. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

³⁸ Faziam parte da equipe portuguesa da 3ª Divisão de Demarcações de Limites, encarregados de cumprirem as decisões do Tratado de Madri, que chegou a Vila Bela em 1782. Augusto Leverger – Barão de Melgaço. Op. cit., p. 88.

³⁹ “Memória sobre o melhoramento dos domínios de S. Majestade na América (1797-1798)”. In: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Textos Políticos, Econômicos e Financeiros (1783-1811). Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, P. 47-66.

⁴⁰ Demétrio Magnoli. “O Estado em busca de seu território”. In: István Jancsó (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Ijuí: Unijuí. 2003, p. 285-296.

⁴¹ Sérgio Buarque de Holanda. “A herança colonial – Sua desagregação”. In: Sérgio Buarque de Holanda (Dir.) *História geral da civilização brasileira. II. O*



NOTAS

Brasil Monárquico. Vol.1. O processo de emancipação. In: Sérgio Buarque de Holanda (Org.). *História geral da civilização brasileira.* 6ª ed. São Paulo: Difel, 1985. P. 12.

⁴² Idem, ibidem.

⁴³ Cf. Wilma Peres Costa. “Narrativas de viagem no Brasil do Século: formação do Estado e trajetória intelectual”. Trabalho apresentado no Colóquio “Voyageurs et images du Brésil”, na École des Hautes Études des Sciences Sociales. Paris: 10/12/2003 (inédito).

⁴⁴ Ver a respeito Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles. O exército, a Guerra do Paraguai e crise do Império.* Op. cit., cap. 2. Para uma análise aprofundada dos conflitos na região no período da Independência ver João Paulo Garrido Pimenta. Op. cit. Ver também Gabriela Nunes Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial.* 2003. Tese (Doutoramento em História). Departamento de Política/Universidade de São Paulo, 2003.

⁴⁵ O vai-e-vem das decisões da junta governativa de Vila Bela em relação à anexação de Chiquitos, naquele momento pós-Independência em disputa com a junta governativa de Cuiabá para decidir qual das duas cidades seria a capital da província de Mato Grosso, está em Virgílio Corrêa Filho. Op. cit., p. 469-470 e 507-508. O protesto do general Sucre, com ameaças de invadir Mato Grosso para vingar a ocupação de Chiquitos por brasileiros, está registrado em Heinrich Handelman. *História do Brasil.* 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, V. II, p. 262.

⁴⁶ Virgílio Correa Filho. Op cit., p. 494-498.

⁴⁷ Sobre as relações entre os interesses das elites regionais e a construção do Estado nacional ver Sérgio Buarque de Holanda. “A herança colonial – Sua desagregação”. Op.cit., p. 9-39. Maria Odila Silva Dias. “A interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: Carlos Guilherme Mota. *1822: Dimensões.* São Paulo: Perspectiva, 1972. P. 160-184. Miriam Dolhnikoff. “Elites regionais e a construção do Estado nacional”. In: István Jancsó (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação.* Op. cit., p. 431-468.

⁴⁸ Virgílio Corrêa Filho. Op. cit., p. 495 e 518.



⁴⁹ Um exemplo foi o ocorrido em 1846, quando, cumprindo decreto do congresso de seu país, o general boliviano Firmino Rivera à frente de uma tropa, percorreu os campos próximos à Vila Maria, tentando estabelecer uma posição junto ao rio Paraguai. Novos boatos no mesmo sentido foram disseminados em 1847. A resposta dos militares brasileiros foi o reforço nas posições de fronteira. Augusto Leverger – Barão de Melgaço. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. Op. cit., p. 177-178.

⁵⁰ Sobre Pimenta Bueno ver Eduardo Kugelmas. *Marques de São Vicente*. São Paulo: ed. 34, 2002. Sobre Augusto Leverger ver Virgílio Correa Filho. *Leverger: O bretão cuiabano*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979.

⁵¹ Lilia Moritz Schwarcz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial*. São Paulo: IDESP, n. 9, 1989, p. 21-22.

⁵² Ibidem, p. 9- 22.

⁵³ A situação econômica da província de Mato Grosso no interregno entre a decadência da mineração e a abertura da navegação do rio Paraguai é motivo de intenso debate historiográfico. Ver a respeito Luiza Rios Ricci Volpato. Op. Cit.. Alcir Lenharo. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*. Cuiabá: UFMT- Imprensa universitária, PROEDI, 1982; Romyr Conde Garcia. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. 2003. 348 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

⁵⁴ Para uma visão dos problemas gerados pelas dificuldades de ligação com a Corte e o litoral nesse período ver Domingos Sávio da Cunha Garcia. *Mato Grosso (1850-1889). Uma província na fronteira do Império*. 2001. 137 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, p. 22-31.

⁵⁵ A historiografia sobre o processo de constituição de um centro político no país desenvolve intenso debate sobre a questão, comportando diferentes interpretações. A respeito ver Miriam Dolhnikoff. “Elites regionais e a construção do Estado nacional”. In. István Jancsó (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. Op. cit., p. 431-468. Ilmar Rohloff Mattos. *O tempo saquarema*.



NOTAS

Formação do Estado imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Accces, 1994. José Murilo de Carvalho. I - *A construção da ordem*. II - *Teatro de sombras*. 2ª ed. ver. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Relume Dumará, 1996.

⁵⁶ Para uma rápida descrição da evolução das disputas na região do Prata e da posição do governo imperial nessas disputas ver José Antonio Soares de Souza. “O Brasil e o Rio da Prata, de 1828 à queda de Rosas. In: Sergio Buarque de Holanda (Org.). *História geral da civilização brasileira*. II- *O Brasil Monárquico*. 3- *Reações e transações*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. P. 113-132. Ver ainda Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da UNICAMP. 1996. P. 73-141 e Gabriela Nunes Ferreira. Op. cit.

⁵⁷ O governo de Carlos Lopes reivindicava uma faixa de terras ao sul da província de Mato Grosso com o que não concordava o governo imperial, gerando daí um impasse que servia de justificativa para o governo paraguaio ir protelando a permissão para livre navegação no rio Paraguai aos barcos brasileiros. Ver a respeito Wilma Peres Costa. *A Espada de Dâmocles. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. Op. cit., p. 147.

⁵⁸ Ibidem, p.117-119.

⁵⁹ Domingos Sávio da Cunha Garcia. Op. cit., p. 44-45.

⁶⁰ Sobre a profundidade das reformas e transformações que o Brasil passou no período ver Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 74. Sobre a internalização dos capitais do tráfico ver Rui Guilherme Granziera. *A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1979, p. 11-47. Sobre a consolidação do Estado imperial, ver José Murilo de Carvalho. *A Construção da ordem e Teatro de Sombras*. Op. cit.; Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*. Op. cit.

⁶¹ Domingos Sávio da Cunha Garcia. Op. cit., p. 43.

⁶² Sobre os problemas para o preenchimento dos quadros do exército naquela região ver Domingos Sávio da Cunha Garcia. Op. cit., p. 45-53.

⁶³ Os diferentes fatores que contribuíram para a Guerra do Paraguai é motivo de acalorado debate historiográfico. Ver a respeito: Wilma Peres Costa. *A*



espada de Dâmoçles. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. Op. cit.; Julio José Chiavenatto. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai.* 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. León Pomer. *A Guerra do Paraguai. A grande tragédia rioplatense.* São Paulo: Global, 1979. Francisco Doratioto. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶⁴ Domingos Sávio da Cunha Garcia. Op. cit., p. 58-67.

⁶⁵ A expedição enviada pelo governo imperial foi destruída pelos paraguaios e resultou em uma retirada narrada pelo visconde de Taunay em livro épico. Visconde de Taunay. *A Retirada de Laguna.* São Paulo, Caieiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [19—]. Sobre a falta de empenho do governo imperial na expulsão dos paraguaios de Mato Grosso ver Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império.* 5ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1977, p. 583.

⁶⁶ RELATÓRIO do presidente da Província de Mato Grosso, o chefe de esquadra Barão de Melgaço, na abertura da seção ordinária da Assembléia Legislativa provincial, em 20 de setembro de 1869. P. 13.

⁶⁷ Domingos Sávio da Cunha Garcia. Op. cit., p. 74-78.

⁶⁸ Ibidem, p. 98-99.

⁶⁹ Ibidem, p. 97-100..

⁷⁰ Sidney M. G. dos Santos. *André Rebouças e seu tempo.* Rio de Janeiro: [s.n.], 1985, p. 52-54.

⁷¹ Ibidem, p. 53.

⁷² Ibidem, p. 277 e 284-285.

⁷³ Ibidem, p. 299.

⁷⁴ Visconde de Taunay. *Augusto Leverger.* São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [18—], p. 10-18. Idem. *Goyas.* São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [18—]. Idem, *A Retirada da Laguna.* Op. cit.

⁷⁵ J. B. Magalhães Osório. *Síntese de seu perfil histórico.* Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 1978, p. 270.

⁷⁶ Em 1876 seriam cerca de dezessete; Em 1904 seriam trinta. Veja em Fernando de Azevedo. *Um trem corre para o oeste.* 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, [19—], p. 89. Manuel Fernandes de Souza Neto. *Planos para o Império: Os*



NOTAS

planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). 2004. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Sobre as ferrovias para Mato Grosso ver Paulo Roberto Cimó Queiroz. *As curvas do trem e os meandros do poder. O nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande: editora da UFMS, 1997. Idem, *Uma ferrovia entre dois mundos. A E. F. Noroeste do Brasil – sua trajetória e sua presença em Mato Grosso (19018-1956)*. 1999. 523 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

⁷⁷ Fernando Azevedo. Op. cit., p. 56-57.

⁷⁸ Ibidem, p. 51 e 53.

⁷⁹ Ibidem, p. 88-89.

⁸⁰ Sobre os planos ferroviários do Segundo Reinado ver Manoel Fernandes de Sousa Neto. Op. cit. Sobre a especulação financeira com as concessões de ferrovias no Brasil ver Richard Graham. Op. cit., p. 64-65. Uma discussão sobre a relação entre o mito do progresso e as ferrovias está em Francisco Foot Hardeman. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 97-115.

⁸¹ Sobre os investimentos ferroviários realizados pelos ingleses no período ver Eric J. Hobsbawm. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 101-123.

⁸² Sobre o crescimento da economia platina nesse período ver Willian Grade. “A América Latina e a economia internacional: 1870-1914”. In: Leslie Bethell (Org.). *História da América Latina. Vol. IV. De 1870 a 1930*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. P. 30-32.

⁸³ Lucia Salsa Corrêa. *Corumbá: Um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. 1980. 158 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. P. 51-88. Virgílio Corrêa Filho. *Pantanaes Matogrossenses (Devassamento e ocupação)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. P. 104.



⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ Sobre os mercadores que acompanhavam o exército brasileiro na Guerra do Paraguai ver Divalte Garcia Figueira. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP; FAPESP, 2001. P. 149-150. Sobre as práticas monopolistas dos comerciantes de Corumbá ver Lucia Salsa Corrêa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso*. Op. cit., P. 57 - 64 e 83 - 90.

⁸⁶ RELATÓRIO do Presidente da Província de Matto-Grosso, o Capitão de Fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 10 de maio de 1851. Cuyabá: Typographia do Echo Cuyabano, 1852. P. 14.

⁸⁷ Em 1888 a poaia era taxada em 10% sobre o peso do produto exportado. O governo provincial reclamava que a exportação do produto estava caindo. RELATÓRIO com o qual o Exm. Sr. Coronel Dr. Francisco Raphael de Mello Rego, Presidente da Província, abria a 27ª Sessão da Assembléia Legislativa Provincial de Matto-Grosso, em 20 de Outubro de 1888. Cuiabá: Typ. da Situação, 1888. P. 28.

⁸⁸ “Syndicato de Ipecacuanha”. *O Atalaia*. Cáceres, 26 de fevereiro de 1888, p. 2. Microfilme APMT – “Mato Grosso – Jornais diversos – 1887-1899”.

⁸⁹ Um estudo detalhado sobre as ligações e os negócios obscuros entre Joaquim Murtinho, o Banco Rio e Mato Grosso, a Mate Laranjeiras e os governos de Mato Grosso está em Fernando Antônio Faria. *Os Vícios da Re(s)pública. Negócios e Poder na Passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya editora, 1993.

⁹⁰ MENSAGEM dirigida pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1º Vice-Presidente do Estado, em exercício, à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão da 8ª legislatura, em 13 de maio de 1910. Cuyabá: Typographia Official, 1910. P. 14.

⁹¹ O explorador francês Francis Castelnau esteve em Vila Bela em 1845 e relatou o abandono da cidade pela população branca. Francis Castelnau. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro. Itatiaia, 2000, p. 434-439.



NOTAS

⁹² Ibidem, p. 440.

⁹³ Manoel Esperidião da Costa Marques. Op. Cit., p. 12 e 13. Para uma visão mais ampla sobre a expansão da extração da borracha em direção ao oeste da Amazônia, na década de 1880 ver, Bárbara Weinstein. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 209-210.

⁹⁴ Ibidem, p. 26.

⁹⁵ MENSAGEM do Presidente do Estado de Matto-Grosso, Dr. Manoel José Murtinho, à Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária, aberta em 13 de maio de 1893. Cuyabá, Typographia do Estado, 1893. P. 7-9.

⁹⁶ MENSAGEM do Presidente do Estado de Matto-Grosso, Coronel Antonio Pedro Alves de Barros á Assembléia Legislativa na 3ª sessão annual da sua 5ª legislatura, a 3 de fevereiro de 1902. Cuyabá, Typographia Official, 1902. P. 48-51.

⁹⁷ Um bom estudo sobre a questão fiscal na transição Império-República está em, Wilma Peres Costa. “A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade”. In: *Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP*. Campinas, v. 10, p. 141-173, jun.-dez./1998.

⁹⁸ Esperidião Marques descreve como os irmãos Antunes Maciel começaram a extrair borracha na região e se constituírem comerciantes do produto nos anos de 1880. Manoel Esperidião da Costa Marques. Op. Cit., p. 50.

⁹⁹ Um esquema de como funcionava a rede de produção da borracha na Amazônia e o papel decisivo do importador nessa rede está em Bárbara Weinstein. Op. Cit., p. 30-35.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 96.

¹⁰¹ Manoel Esperidião da Costa Marques, p. 51-65.

¹⁰² MATO GROSSO – Livro de lançamento dos termos de contratos da Província. – Anos 1874-1907. P. 137v-140, 149-151 e 154 - 156v. APMT 292.

¹⁰³ Para ter acesso aos seringais do baixo Guaporé, do Mamoré, do Madeira e à região do Beni, os Antunes Maciel mantinham equipes de remadores especializados na travessia das corredeiras e cachoeiras do rio Mamoré e Madeira. Manoel Esperidião da Costa Marques. Op. cit., p. 50.



¹⁰⁴ Ibidem., p. 5-6.

¹⁰⁵ MENSAGEM do 2º Vice-Presidente do Estado, Coronel Antonio Cesário de Figueiredo, à Assembléia Legislativa, em sua 2ª sessão ordinária da 4ª Legislatura, aberta em 1º de Fevereiro de 1899. *Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuyabá: 11 de fevereiro de 1899. P. 1-3.

¹⁰⁶ Manoel Esperidião da Costa Marques. Op. cit., p. 22-25.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 13.

¹⁰⁸ Esse expediente foi denunciado por Manoel Esperidião da Costa Marques em sua viagem de estudo ao vale do Guaporé, realizado em 1899, a serviço de Balbino Antunes Maciel. Esperidião Marques acusou os comerciantes da região de contrabando, mas inocentou Maciel, o seu patrão. Manoel Esperidião da Costa Marques. Op. cit., p. 13. Os atos ilícitos e fraudulentos eram partes integrantes do comércio da borracha em todo o período de grande produção daquele produto na Amazônia. Ver Bárbara Weinstein. Op. cit., p. 171.

¹⁰⁹ Manoel Esperidião da Costa Marques. Op. cit., p. 20-21.

¹¹⁰ Ibidem, p. 11.

¹¹¹ Ibidem, p. 26.

¹¹² Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990. P. 97.

¹¹³ Sobre os acordos dos portugueses com os índios Guaicurús ver Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. Op. cit., p. 311-312. Sobre a migração de criadores de gado do norte para o Pantanal ver, Virgílio Corrêa Filho. *Pantaneais Matogrossenses (Devassamento e ocupação)*. Op. cit., p. 67-70.

¹¹⁴ Nelson Werneck Sodré. *Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoral*. Ed. facsimilar. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990, p. 55-75.

¹¹⁵ Sobre o crescimento das exportações de carne e seus derivados dos países platinos para a Europa nesse período ver Willian Grade. “A América Latina e a economia internacional, 1870-1914”. In. Leslie Bethell (Org.). *História da América Latina. Vol. IV. De 1870 a 1930*. Op. cit., p. 30-32.

¹¹⁶ Uma pequena referência sobre o desenvolvimento das charqueadas em Mato Grosso no século XIX está em Virgílio Corrêa Filho. *Fazendas de gado*



NOTAS

no Pantanal mato-grossense. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955. Documentário da vida rural. N. 10, p. 31-46.

¹¹⁷ Ao passar pela fazenda Jacobina, próxima a Vila Maria e em viagem por Mato Grosso, em 1827, Hercules Florense, integrante da expedição Langsdorff, ouviu o seu proprietário dizer que possuía mais terras que o rei de Portugal. Hercules Florence. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. 182.

¹¹⁸ Sobre a Lei de Terras de 1850 e seus efeitos ver Lúcia Osório Silva. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas – SP: Ed. da UNICAMP, 1996.

¹¹⁹ Aliomar Baleeiro. *Constituições Brasileiras: 1891*. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999, p. 94.

¹²⁰ Serão as seguintes leis estaduais: Lei n. 20, de 09 de novembro de 1892, Lei n. 90, de 22 de junho de 1895, Resolução n. 188, de 22 de março de 1898 e Lei 254, de 10 de abril de 1900. GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto- Grosso. Cuyabá, 28 de abril de 1900. P. 1. Sessão “Oficial – Legislação Estadual”.

¹²¹ MENSAGEM dirigida pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1º Vice-Presidente do Estado, em exercício, á Assembléa Legislativa ao installar-se a 1ª sessão da 8ª legislatura, em 13 de maio de 1909. Cuyabá, Typographia Official, 1909. P. 14.

¹²² Texto completo da Lei de Terras de 1850 disponível em www.webhistoria.com.br/leide1850.

¹²³ Essa igualdade de direito foi reconhecida pelo governo federal em 1908, através de um parecer de Clóvis Bevilacqua, que trabalhava como consultor jurídico do Itamaraty, respondendo a uma consulta feita pelo governo de Mato Grosso. Ver Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros (Org.). *Pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty. Vol. I (1903-1912)*. Brasília: Senado Federal, 2002. Coleção 500 anos. P. 69.

¹²⁴ Luis-Philippe Pereira Leite. *Vila Maria dos meus maiores*. [S.L.], [s.n.], 1978, p. 23-24.

¹²⁵ Hercules Florence. Op. cit., p. 182.



¹²⁶ Luis-Philippe Pereira Leite. Op. cit., p. 27-30. Idem. *O engenho da estrada real*. Cuiabá: [s.n.], 1976, p. 21-22.

¹²⁷ Ibidem, p. 29-33.

¹²⁸ Rodolfo Waeneldt. *Exploração da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. Publicações avulsas, n. 38, p. 29.

¹²⁹ Augusto Leverger – Barão de Melgaço. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Op. cit., p. 112.

¹³⁰ Luis-Philippe Pereira Leite. *O engenho da estrada real*. Op. cit., p. 32-33.

¹³¹ CARTÓRIO do 2º Ofício de Cáceres. Livro de registros. Cáceres, 17 de setembro de 1881. P. 33.

¹³² Luis-Philippe Pereira Leite. *Vila Maria dos meus maiores*. Op. cit., p. 45-46.

¹³³ INVENTÁRIO do major João Carlos Pereira Leite. Parte depositada no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá. P. 112v.

¹³⁴ ATA da Câmara Municipal de Cáceres. APMC. Fundo Câmara Municipal. Grupo Presidência da Câmara. Caixa 2, Maço “Gerais - Administrativo”. Espécie: Livro Ata. P. 87v-88.

¹³⁵ Ricardo Goldaracena. *El libro de los Linajes. Familias históricas uruguayas del siglo XIX*. Montevideo: Arca, 1976, p.57-58.

¹³⁶ Ibidem, p. 58-59.

¹³⁷ Alba Mariani. “Una aventura industrial. Los negocios de estancia y saladero de Jaime Cibils Buxareo en Mato Grosso, 1881”. In: TERCERAS JORNADAS DE HISTÓRIA ECONÔMICA. 07. 2003. Montevideu. *Anais das Terceiras Jornadas de História Econômica*. Montevideu: AUDHE, 2003, p. 2-3.

¹³⁸ Ibidem, p. 4-5.

¹³⁹ Ibidem, p. 5.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 6.

¹⁴¹ Ibidem, p. 2. Neste trabalho procuraremos, sempre que possível, cruzar as informações do “Diário de Viaje” de Jaime Cibils Buxareo com a documentação existente nos arquivos de Mato Grosso.

¹⁴² Ibidem, p. 13.

¹⁴³ Ibidem, p. 13; CARTÓRIO do 2º Ofício. Livro de registros. Cáceres, 17 de setembro de 1881. P. 31v-33.



¹⁴⁴ CARTÓRIO do 2º Ofício. Livro de registros. Cáceres, 15 de setembro de 1881. P. 31.

¹⁴⁵ Alba Mariani. Op. cit., p. 16.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 16-17.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 12.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 14.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 19.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 17.

¹⁵¹ Ibidem, p. 3. Eddy Stols. “Présences belges et luxembourgeoises dans la modernisation et l’industrialisation du Brésil (1830-1940)”. In: Bart De Prins; Eddy Stols; Johan Verberckmoes (Eds.) . *Brasil: Cultures and Economies of Four Continents; Cultures et Economies de Quatre Continents*. Leuven: Acco; Leusden: 2001, p. 136.

¹⁵² Orozimbo Nunes Barreto. *Breve notícia sobre a grande propriedade do Descalvado no Estado do Mato Grosso*. Diário de Notícias. Rio de Janeiro: ja. 1891. In: GAZETA OFICIAL do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 11 de junho de 1891. P. 4. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

¹⁵³ Ibidem, Cuiabá, 13 de junho de 1891, p. 3. Microfilme NUDHEO – UNEMAT. Ver ainda Eddy Stols. “Les belges au Mato Grosso et em Amazonie ou la récidive de l’aventure congolaise (1895-1910)”. In: Michel Doumolin; Eddy Stols (DIR.) *La Belgique et l’étranger aux XIXe. et XXe siècles*. Université de Louvain: recueil de travaux d’histoire et de philologie. Louvain-la-Neuve: Collège Érasme; Bruxelles: Éditions Neuwelaerts. 6a. Série, Fascicule 33, 1987, p. 81.

¹⁵⁴ RELATÓRIO apresentado à Assembleia legislativa Provincial de Matto-Grosso, na primeira sessão da 26ª legislatura, no dia 12 de julho de 1886, pelo Presidente da Província, o Exm. Snr. Doutor Joaquim Galdino Pimentel. Typ. da “Situação”, 1886. P. 37-38.

¹⁵⁵ RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Coronel Dr. Francisco Raphael de Mello Rego, Presidente da Província, abriu a 27ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso, em 20 de Outubro de 1888. Typ. da Situação, 1888. P. 27-28.



¹⁵⁶ CORRESPONDÊNCIA oficial com o Ministério dos Negócios as Agricultura. Ano: 1885-1889. Ofício do presidente da província, coronel Floriano Peixoto, ao conselheiro Antonio Carneiro da Rocha, ministro e conselheiro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas. Cuiabá, 2 de julho de 1885. P. 6v – 7. APMT – 367.

¹⁵⁷ CÓDICE de avisos recebidos dos ministérios do Interior, Negócios da Agricultura, Comércio, Estrangeiros, da Guerra, da Justiça, do Império e da Marinha. Ano de 1890. Ofício do ministro dos negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas - Diretoria do Comercio – dirigida ao governador de Mato Grosso. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1890. APMT – 45; Alba Mariani. Op. cit., p. 12.

¹⁵⁸ Ver a respeito José Murilo de Carvalho. Op. cit., p. 123.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 122.

¹⁶⁰ Luís Viana Filho. *A vida do Barão do Rio Branco*. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, José Olímpio, 1988, p. 18-19.

¹⁶¹ O futuro barão do Rio Branco teria dito na ocasião de sua candidatura: “Veremos agora se a Província de Mato Grosso querará *ter a honra* de eleger-me...”. Ibidem, p. 34-36.

¹⁶² Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. Op. cit. , p. 579-580.

¹⁶³ O deputados provinciais tinham acabado de aprovar moção de felicitações pela data natalícia do imperador Pedro II quando este, deposto, já se encontrava na Europa. Comemoravam também a vitória liberal nas eleições que acabara de se realizar. Ibidem, p. 580.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 579-582.

¹⁶⁵ Naquelas eleições foram eleitos os senadores Aquilino Leite do Amaral Coutinho, Antonio Pinheiro Guedes e Joaquim Murtinho, além dos deputados Antonio Azeredo e Caetano Manoel de Farias Albuquerque. GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuyabá, 11 de outubro de 1890. P. 2. Microfilme NUDHEO.

¹⁶⁶ Uma discussão a respeito está em Edgar Carone. *A República Velha. II – Evolução Política (1889-1930)*. 3ª ed. revista e acrescida de índice onomástico. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977, p. 34-43 e 189-194.



NOTAS

¹⁶⁷ Ibidem, p. 79-80, 194-199 e 236-240. Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. Op. cit., p. 584 -599.

¹⁶⁸ Virgílio Corrêa. *História de Mato Grosso*. Op. cit., p. 585.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 585.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 586.

¹⁷¹ Ricardo Golderacena. Op. cit., p. 58. Alba Mariani. Op. cit., p. 19.

¹⁷² Visconde de Taunay. *A cidade do ouro e das ruínas*. 2ª ed. São Paulo; Caieiras; Rio de Janeiro; Recife: Melhoramentos, [18—], p. 152.

¹⁷³ Estados Unidos do Brasil. Acto do Poder Executivo. Decreto n. 70 – de 20 de março de 1891. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*. Cuyabá, 12 de maio de 1891. Secção official. P. 1. Microfilme NUDHEO-UNEMAT.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 2.

¹⁷⁵ AÇÃO JUDICIAL que move Orozimbo Muniz Barreto contra Jaime Cibils Buxareo. Caixa 2. P. 52-55. FUNDO FORUM DE CÁCERES. NUDHEO – UNEMAT.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 50v.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 55v-56.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 58-58v.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 106-108.

¹⁸⁰ Orozimbo Muniz Barreto. Fazenda do Descalvado. *Diário Oficial – Estados Unidos do Brasil*. Capital Federal, 2 fev. 1894. Annuncios. P. 364.

¹⁸¹ AÇÃO JUDICIAL que move Orozimbo Muniz Barreto contra Jaime Cibils Buxareo. Op. cit., p. 161-161v e 179-180v.

¹⁸² Sobre o Encilhamento ver Luiz Antonio Tannuri. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1981.

¹⁸³ Ibidem, p. 71-101.

¹⁸⁴ O visconde de Taunay, que não nutria simpatias pela República e tinha acompanhado o movimento especulativo da bolsa do Rio de Janeiro durante o Encilhamento, inclusive escrevendo um romance de época com esse nome, lista nesse romance os bens de uma hipotética companhia falida, que havia caído nas mãos de um liquidante de nome Cordeiro Mendes. Entre os bens



estava a “Fazenda de criação em Caralvasco (Mato Grosso)”. Taunay, que conhecia a história de Mato Grosso e a venda de Descalvados para a companhia dirigida por Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Antonio Azeredo e Orozimbo Muniz Barreto, certamente estava fazendo a crítica do envolvimento, no Encilhamento, dessas altas figuras públicas da República, que se passavam por insuspeitas. Visconde de Taunay. *O Encilhamento. Cenas contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia, 1971, p. 201-204.

¹⁸⁵ Edgar Carone. Op. cit., p. 85-88.

¹⁸⁶ Descrições detalhadas dos acontecimentos estão em Edgar Carone. Op. cit., p. 79-80; Virgílio Corrêa Filho. *História de Mato Grosso*. Op. cit., p. 586-589.

¹⁸⁷ Edgar Carone. Op. cit., p. 85-95.

¹⁸⁸ Uma descrição da reunião dos militares revolucionários de 1892 em que surgiu a proposta separatista e a disposição de empenhar o novo Estado à Inglaterra está em Rubens de Mendonça. *História de Mato Grosso*. 4ª ed. . Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982. P. 62-64.

¹⁸⁹ Alba Mariani. Op. cit., p. 18; Joaquim Ponce Leal. *O conflito capo-cidade no Brasil. Os homens e as armas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, Rio de Janeiro: Rio Arte, 1988. P. 81.

¹⁹⁰ Joaquim Ponce Leal. Op. cit., p. 98-110; Edgar Carone. Op. cit., p. 85-97.

¹⁹¹ Joaquim Ponce Leal. Op. cit., p. 79-95.

¹⁹² Excursão Presidencial. *Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*. Cuyabá, 3 de novembro de 1894. P. 2. Microfilme NUDHEO-UNEMAT.

¹⁹³ Assunto Sibils. *O Matto-Grosso*. Cuabá, 8 de setembro de 1895. Seção de Notícias. P. 2-3. Microfilme – APMT; S. Luiz de Cáceres. Assumpto Cíbils. Para principiar. *O Republicano*. Cuiabá, 12 de janeiro de 1896. A Pedido. P. 4. Microfilme APMT.

¹⁹⁴ GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 16 mai 1896. Sessão “Parte Oficial”. P. 2. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

¹⁹⁵ GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 26 mai 1896. Sessão “Parte Oficial”. P. 2. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.



NOTAS

¹⁹⁶ CARTA de Jaime Cibils Buxareo ao presidente do Estado de Mato Grosso, Antonio Correa da Costa. Descalvados, 19 de julho de 1896. APMT – Ano 1896, Lata A, documentos avulsos.

¹⁹⁷ Eddy Stols. *O Brasil se defende da Europa. Suas relações com a Bélgica (1830-1914)*. Op. cit., p. 58.

¹⁹⁸ RELATÓRIO da Repartição de Negócios Estrangeiros apresentado á Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinaria de 1834 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, em 19 de abril de 1834. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843, p. 13.

¹⁹⁹ Eddy Stols. *O Brasil se defende da Europa: Suas relações com a Bélgica (1830-1914)*. Op. cit., p. 60.

²⁰⁰ Ibidem, p. 59.

²⁰¹ Ibidem, p. 61 e 63-67. Um texto chave para que se avivassem as desconfianças do governo belga (e de outros estados europeus) sobre as perspectivas da imigração européia foi o extenso relatório escrito pelo estudioso belga Auguste Van der Straten-Ponthoz (Comte Gabriel Auguste). A análise profunda feita nesse trabalho sobre as instituições políticas do Império e sobre o caráter ilusório da Lei de Terras causaram grande mal estar no governo brasileiro. Auguste Van der Straten-Ponthoz (Comte Gabriel Auguste). *Le Budget du Brésil, ou Recherches sur les ressources de cet empire dans leurs rapports avec les intérêts européens du commerce et de l'émigration*. Paris: Amyot, 1854.

²⁰² Esses dados são de Richard Grahman. Op. cit., p. 317.

²⁰³ Cf. Ana Célia Castro. *As empresas estrangeiras no Brasil. 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 66, 71-73, 83-84. Para uma ampla visão dos investimentos belgas em diferentes setores ver Eddy Stols. *Présences belges et luxembourgeoises dans la modernisation et l'industrialisation du Brésil (1830-1940)*. Op. cit., p. 127-145.

²⁰⁴ Eddy Stols. *Présences belges et luxembourgeoises dans la modernisation et l'industrialisation du Brésil (1830-1940)*. Op. cit., p. 123-127 e 129-130.

²⁰⁵ Ibidem, p. 122-123.

²⁰⁶ Eddy Stols. *O Brasil se defende da Europa. Suas relações com a Bélgica (1830-1914)*. Op. cit., p. 68.



²⁰⁷ Eddy Stols. *Lés belges au Mato Grosso et em Amazonie ou la récidive de l'aventure congolaise (1895-1910)*. Op. cit., p. 77-78. Delgado de Cravalho. Op. cit., p. 203.

²⁰⁸ Eddy Stols. *O Brasil se defende da Europa. Suas relações com a Bélgica (1830-1914)*. Op. cit., p.68.

²⁰⁹ OFÍCIO do presidente da Província de Mato Grosso, Francisco Raphael de Mello Rego ao conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, ministro e secretário dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas. Cuiabá, 08 de maio de 1888. In: Correspondência Oficial com o Ministério dos Negócios da Agricultura – Ano: 1885-1998, p. 80. APMT – 367. OFÍCIO do presidente da Província de Mato Grosso, Raphael de Mello Rego ao côsul do geral do Brasil na Bélgica, José Saldanha da Gama. Cuiabá, 08 de maio de 1888. In: Ofícios expedidos da presidência da província às diversas autoridades do exterior (outras províncias e exterior). 1883-1890, p. 148. APMT- 360.

²¹⁰ GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. *Sociedade Anonyma Compagnie des Produits Cibils, a Anvers (Companhia dos Productos Cibils, em Antuérpia)- Estatutos*. Cuiabá, 25 de julho de 1895. P. 3-4; 27 de julho de 1895, p. 3-4. Seção “Solicitada”. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

²¹¹ GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto Grosso. Cuiabá, 18 jul. 1896. Seção “Parte Oficial – Thesouro do Estado”, p. 3-4. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

²¹² ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL – Diário Oficial. Ano XXXIV, n. 107. 20 abr. 1895, p. 1770. Fundo Fórum de Cáceres, caixa 2, n. 13 – NUDHEO – UNEMAT.

²¹³ RECUEIL spécial des actes et documents relatifs aux sociétés annexe au Moniteur Belge du 11 Février 1895. P. 291-292 – (Acte n. 396). Fundo Fórum de Cáceres, Caixa 2, n. 13, anexo. NUDHEO – UNEMAT.

²¹⁴ S. Luiz de Cáceres. Assumpto Cibils. *O Republicano*. Cuiabá, 12 jan. 1895. P. 4. Microfilme de “O Republicano”: 1895 – 1899. APMT.

²¹⁵ BRASIL. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro (Capital Federal), 2 fev. 1894. Ano XXXIII, n. 32. Annuncios. P. 368.



NOTAS

²¹⁶ GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 16 mai. 1895. Seção “Parte Oficial”, p. 2. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

²¹⁷ Eddy Stols. *O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)*. Op. cit., p. 69.

²¹⁸ Ibidem, p. 73; RELATORIO apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dionísio E. de Castro Cerqueira, em 12 de julho de 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Anexo 2, p. 78.

²¹⁹ OFÍCIO de F. Van Dionant ao presidente do Estado de Mato Grosso, em 22 de agosto de 1898. APMT – Ano 1898 – Lata B – Documentos avulsos.

²²⁰ GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 30 jan. 1897. Seção “Parte Oficial – Despachos – Dia 26”. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

²²¹ In: Eddy Stols. *O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)*. Op. cit., p. 72. A Campanha humanitária e antiescravista a que se refere Stols foi a fachada utilizada pelo rei Leopoldo II para iniciar a sua operação colonialista no Congo.

²²² Idem, ibidem.

²²³ Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Vol. II, p. 734-758. Exemplar da Biblioteca Nacional.

²²⁴ Ibidem.

²²⁵ APMT – Legislação de Mato Grosso – 1897-1899. Maço “Resoluções 1898”. 1898, n. 201.

²²⁶ Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Vol. II, p. 734-758. Exemplar da Biblioteca Nacional.

²²⁷ OFÍCIO da Legação dos Estados Unidos do Brasil no Paraguai ao Presidente do Estado de Mato Grosso. Assunção, 23 de fevereiro de 1899. APMT – Ano 1899, Lata B. Documentos avulsos. Esse assassinato ainda precisa ser devidamente esclarecido. É possível que Conrad Andeer tenha se envolvido nas disputas políticas que opunham as diferentes frações da oligarquia mato-



grossense e que se desenvolviam na região de Diamantino e Rosário nesse período, sendo assassinado em meio a essas disputas.

²²⁸ CONTRATO entre a *Compagnie des Caoutchoucs de Matto Grosso* e o governo do Estado, assinado em 22 de agosto de 1901. APMT – Ano 1901, lata B. Maço “Repartições de Terras, Minas e Colonização”.

²²⁹ APMT – Legislação de Mato Grosso – 1897-1899. Maço “Resoluções 1898”. 1898, n. 201.

²³⁰ TERMO DE CONTRACTO que faz o cidadão francez Eusèbe Guibert de Blaymont com o Governo do Estado, para o fim abaixo declarado. APMT 292 – Livro de lançamento dos termos de contratos da província – Anos 1874 – 1907. P. 110v – 111.

²³¹ TERMO DE CONTRACTO que fazem com o Governo do Estado os Snrs. Mercado, Ballivian & Companhia para a construção, uso e gozo de uma estrada de rodagem entre a cachoeira de Santo Antonio, no rio Madeira, e a de Guajará-mirim, no Mamoré, conforme se indica. APMT 292 – Livro de lançamento dos termos de contratos da província – Anos 1874 – 1907. P. 115-116v. TERMO DE CONTRACTO que fazem com o Governo do Estado os Senhores Mercado, Ballivian & Companhia para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre as cachoeiras de Santo Antonio e de Guajará-mirim, como abaixo se declara. APMT 292 – Livro de lançamento dos termos de contratos da província – Anos 1874 – 1907. P. 117 – 119. TERMO DE CONTRACTO que fazem com o governo do Estado os Senhores Mercado, Ballivian & Companhia para estabelecimento e manutenção de um serviço de navegação a vapor no rio Guaporé, como abaixo se declara. APMT 292 – Livro de lançamento dos termos de contratos da província – Anos 1874 – 1907. P. 119v – 121.

²³² APMT – Legislação de Mato Grosso. 1897-1899. Maço “Resoluções 1898”, n. 189.

²³³ OFÍCIO da Legação dos Estados Unidos do Brazil na Bélgica ao presidente do Estado de Mato Grosso. Bruxelas, 30 de novembro de 1898. APMT – Ano 1898, lata B. Documentos avulsos.



NOTAS

²³⁴ OFÍCIO da Legação do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 19 de novembro de 1898. Resposta do ministro em anexo. AHI – 204/4/9.

²³⁵ OFÍCIO da Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 30 de novembro de 1898. Resposta do ministro em anexo. AHI – 204/4/9.

²³⁶ Tratado de amizade, commercio e navegação com a Bolívia. Retirada do Congresso Nacional, com o consentimento deste (1902). RELATORIO apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, General de Brigada Dionísio E. de Castro Cerqueira, em 14 de Maio de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. P. 5.

²³⁷ Collecção das Leis das Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Vol. II. Exemplar da Biblioteca Nacional.

²³⁸ Leandro Tocantins. *Formação historia do Acre*. Op. cit., Vol. II. P. 46.

²³⁹ Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Exemplar da Biblioteca Nacional.

²⁴⁰ Ibidem.

²⁴¹ Bárbara Weinstein. Op. cit., p. 199.

²⁴² As terras a que se referia essa informação estavam sendo disputadas pelos Estados de Mato Grosso e Amazonas. OFÍCIO da Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 30 de agosto de 1900. AHI – 204/4/10.

²⁴³ Eddy Stols. O Brasil se defende da Europa. Suas relações com a Bélgica (1830-1914). Op. cit., p. 69.

²⁴⁴ Idem, p. 70.

²⁴⁵ RECLAMAÇÃO feita por Leon Thierry, representante da Compagnie des Produits Cíbils, ao Collector de rendas Estaduaes. Corumbá, 13 de outubro de 1899. APMT. Ano 1900, Lata C. Documentos avulsos.

²⁴⁶ OFÍCIO da Legação dos Estados Unidos do Brazil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 23 de junho de 1899. AHI – 204/4/9.



²⁴⁷ Adam Hochschild. *O fantasma do rei Leopoldo. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. P. 246-250.

²⁴⁸ OFÍCIO da Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 12 de outubro de 1897. AHI – 204/4/8.

²⁴⁹ OFÍCIO da Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 13 de setembro de 1900. AHI – 204/4/10.

²⁵⁰ As revelações das atrocidades cometidas pelos colonizadores do Congo liderados por Leopoldo II, iniciaram em meados de 1903 em jornais ingleses e se avolumaram rapidamente, apesar das tentativas de Leopoldo II de impedir sua divulgação. Adam Hochschild. Op. cit., p. 195-217.

²⁵¹ Ibidem, p. 79-80, 194-199 e 236-240.

²⁵² OFÍCIO da Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 04 de junho de 1896. AHI – 204/4/8.

²⁵³ Uma discussão a respeito está em Jean Baptiste Duroselle. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. Trad. Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 43-46. Ver ainda Geoffrey Barraclough. Op. cit., p. 90-106.

²⁵⁴ OFÍCIO da Legação dos Estados Unidos do Brasil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 30 de agosto de 1898. AHI – 204/4/9.

²⁵⁵ CERTIDÃO emitida pela Freguesia de Imóveis do Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso. Corumbá, 06 de fevereiro de 1900. APMT. Ano 1900, Lata C. Documentos avulsos.

²⁵⁶ CARTA do Dr. José Maria Mettello ao Exm. Snr. Coronel Presidente do Estado, aceitando a sua nomeação como advogado do estado de Mato Grosso perante o Supremo Tribunal Federal. Cuiabá, 20 de março de 1901. APMT. Ano 1901, lata A . Documentos avulsos.

²⁵⁷ REQUERIMENTO dirigido à Repartição de Terras, Minas e Colonização pelo procurador da Companhia de Productos Cíbils, João Batista Nunes. Cuiabá, 20 de fevereiro de 1901. APMT. Ano 1901, Lata B. Documentos avulsos.

²⁵⁸ APMT. Ano 1901, lata B, maço “Repartição de Terras, Minas e Colonização”.



NOTAS

²⁵⁹ OFÍCIO da Repartição de Terras, Minas e Colonização ao Presidente do Estado. Cuiabá, 25 de novembro de 1901. APMT. Ano 1901, lata C. Documentos avulsos.

²⁶⁰ REQUERIMENTO da Companhia dos Productos Cíbils ao governo do Estado de Mato Grosso, por seu procurador Alphonse Roche. Cuiabá, 24 de abril de 1903. APMT. Ano 1903, Lata A. Documentos avulsos. Essa travessia dos vapores pelo sertão da fronteira oeste lembra as cenas de travessia da floresta Amazônica apresentadas no filme *Fitzcarraldo*, dirigido pelo cineasta alemão Werner Herzog. Sobre esse filme ver WERNER HERZOG FILMPRODUCTION ANCHORBAY ENTERTAINMENT, INC. Disponível em www.imagensjournal.com/issues08/review/fitzcarraldo. Consultado em 13/03/2004.

²⁶¹ REQUERIMENTO da Companhia dos Productos Cíbils ao governo do Estado de Mato Grosso, por seu procurador Alphonse Roche. Cuiabá, 24 de abril de 1903. APMT. Ano 1903, Lata A. Documentos avulsos.

²⁶² CONTRATO entre o governo do Estado de Mato Grosso e Antonio Jacinto Mendes Gonçalves para o arrendamento de seringais e ervais, entre o forte Príncipe da Beira e a cachoeira de Guajará Mirim. Cuiabá, 15 de maio de 1899. APMT – Legislação de Mato Grosso. 1897-1899. 1899, n. 215.

²⁶³ CONTRATO que entre si celebram o Governo do Estado de Mato Grosso e Ubaldo Rodrigues de Andrade Pereira, por seu procurador, o agrimensor Alphonse Roche, para arrendamento, por 30 anos, dos seringais existentes na margem direita do rio Guaporé, desde o ponto fronteiro à confluência do rio Verde até o Forte Príncipe da Beira, com fundos correspondentes nos contrafortes da Serra dos Parecis, respeitando os direitos adquiridos. GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 7 de setembro de 1899. Seção “Parte Oficial - Contracto”. P. 2-3. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

²⁶⁴ DECRETO n. 121, de 5 de março de 1902, de concessão por arrendamento entre o governo do Estado de Mato Grosso e Luis Olivier, de terrenos devolutos situados à margem esquerda do rio Jamary. GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 11 de março de 1902. Seção “Parte Oficial”. P. 1-2. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.



²⁶⁵ DECRETO n. 122, de 5 de março de 1902, de concessão por arrendamento entre o governo do Estado de Mato Grosso e o coronel Pedro Torquato Leite da Rocha e Dr Evaristo Josetti, de terrenos devolutos situados à margem esquerda do rio Jamary. GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 11 de março de 1902. Seção “Parte Oficial”. P. 1-2. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

²⁶⁶ REQUERIMENTO de Pedro Torquato da Rocha e Evaristo Josetti ao governo de Mato Grosso solicitando licença para transferir ao Sr. Louis Olivier ou empresa que organizar, o contrato de arrendamento feito pelos suplicantes da zona que lhes foi concedida por despacho de 8 de fevereiro de 1900 e Decreto n. 122, de 5 do corrente. GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 8 de abril de 1902. Seção “Parte Oficial – Dia 17”, P. 1. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

²⁶⁷ REQUERIMENTO de Louis Olivier ao governo do Estado de Mato Grosso solicitando licença para incorporar o terreno do qual é cessionário à margem esquerda do rio Jamari e o terreno comprado dos cidadãos Pedro Torquato Pedro da Rocha e Evaristo Adolpho Losetti à margem direita do mesmo rio, à sociedade que pretende organizar para exploração dos mesmos. GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 8 de abril de 1902. Seção “Parte Oficial – Dia 20”, P. 1. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

²⁶⁸ Eddy Stols. O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914). Op. cit., p. 70

²⁶⁹ MENSAGEM lida perante o Congresso dos Srs. Representantes, por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Governador do Estado, Silvério José Nery, em 10 de julho de 1903, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Manaos: Typ. do “Amazonas”, 1903. P. 236.

²⁷⁰ Idem, p. 237.

²⁷¹ Sobre o mecanismo de áreas de influencia ver Henri Bruschwig. *A partilha da África negra*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. P. 117-119.

²⁷² OFÍCIO da legação da República dos Estados Unidos do Brazil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 2 de outubro de 1900. AHI – 204/4/10.



NOTAS

²⁷³ OFÍCIO do intendente municipal de Cáceres, Ayres Antunes Maciel, dirigido ao presidente do Estado de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro Alves de Barros, em 16 de outubro de 1900. APMT – Ano 1900, Lata D. Documentos avulsos.

²⁷⁴ OFÍCIO da legação da República dos Estados Unidos do Brazil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 10 de fevereiro de 1901. AHI – 204/4/10.

²⁷⁵ OFÍCIO da legação da República dos Estados Unidos do Brazil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 23 de março de 1901. AHI – 204/4/10.

²⁷⁶ OFÍCIO da legação da República dos Estados Unidos do Brazil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 28 de março de 1901. AHI – 204/4/10.

²⁷⁷ François Van Dionant. *Le Rio Paraguay & l'État Brésilien de Matto-Grosso*. Bruxelles: L'Imprimerie Nouvelle. 1907. Publication de la Société Belge d'Etudes Coloniales. Juillet, 1907. P. 9-15; 103-172.

²⁷⁸ OFÍCIO da legação da República dos Estados Unidos do Brazil na Bélgica ao ministro das Relações Exteriores. Bruxelas, 13 de maio de 1901. AHI – 204/4/10.

²⁷⁹ Essa impossibilidade seria relatada alguns anos mais tarde pelo belga François Van Dionant, administrador de Descalvados, a seus compatriotas europeus. F. Van Dionant. Op. cit., p. 15.

²⁸⁰ TERMO DO CONTRACTO que fazem com o governo do Estado Maciel & Cia. para a construção, uso e gozo de uma estrada de rodagem ou de ferro entre os rios Alegre e Aguapehy, e navegação dos rios Mamoré, Guaporé, Alegre e Aguapehy, Jaurú e Paraguai, a partir da cachoeira Guajará-mirim, conforme abaixo se declara. APMT – 292. Livro de lançamento dos termos de contratos da província – Anos 1874-1907. P. 137v-140. .

²⁸¹ REQUERIMENTO de Alphonse Roche dirigido ao presidente do Estado de Mato Grosso solicitando a caducidade das concessões dadas a Maciel & Cia no vale do Guaporé. Cuiabá, 24 de abril de 1903. APMT. Ano 1903, Lata A. Documentos avulsos.



²⁸² Ibidem

²⁸³ TERMO DE CONTRACTO que fazem e assignam com o governo do Estado de Matto-Grosso e Maciel & Companhia para abertura, uso e gozo de uma estrada de rodagem entre os rios Guaporé e Jauru. APMT – 292. Livro de lançamento dos termos de contratos da província – Anos 1874-1907. P. 149-151.

²⁸⁴ Ibidem.

²⁸⁵ NOVAÇÃO DE CONTRACTO que fazem e assigna com o Governo do Estado de Matto Grosso Balbino Antunes Maciel, successor e cessionario de Maciel & Cia, como abaixo se declara. APMT – 292. Livro de lançamento dos termos de contractos da província. Anos 1874-1907. P. 154-156v.

²⁸⁶ MEMORIAL de Balbino Antunes Maciel, dirigido ao presidente do Estado de Mato Grosso, em 22 de fevereiro de 1904. APMT. Ano 1904, lata B, maço “Requerimentos”. A decisão do presidente do Estado, Antonio Paes de Barros, está escrita sobre o documento.

²⁸⁷ TÍTULO definitivo de vinte e cinco lotes contíguos de terras devolutas, situadas na margem direita do rio Guaporé, partindo do rio Corumbiara ao rio Tamego, no município de Matto-Grosso, conferido ao cidadão Balbino Antunes Maciel, como acima se declara. Cuiabá, 16 de dezembro de 1907. APMT. Ano 1901, lata B, maço “Repartição de Terras, Minas e Colonização”.

²⁸⁸ OFICIO dirigido ao Presidente do Estado pedindo providências contra o senhor Balbino Antunes Maciel, por este ter ocupado e estar extraindo seringa na região da Cia. de Produtos Cíbils, no rio São Miguel. APMT. Ano 1905, lata C. Documentos avulsos.

²⁸⁹ REQUERIMENTO de Alphonse Roche dirigido ao presidente do Estado de Mato Grosso solicitando a caducidade das concessões dadas a Maciel & Cia no vale do Gauporé. Cuiabá, 24 de abril de 1903. APMT. Ano 1903, Lata A . Documentos avulsos.

²⁹⁰ GAZETTA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 2 de março de 1905. Sessão “Governo do Estado”, p. 3. Microfilme NUDHEO-UNEMAT.

²⁹¹ F. Van Dionant. *Le Rio Paraguay & l'État Brésilien de Matto-Grosso*. Op. cit.

²⁹² APMT. Ano 1905, lata C. Documentos avulsos.



NOTAS

²⁹³ MEMORIAL que fez o Sr. Van Der Kerckhove em Cuiabá. APMT, Ano 1901, Lata C. Maço “Consulado”.

²⁹⁴ APMT. Ano 1901, lata C, documentos avulsos.

²⁹⁵ F. Van Dionant. *Le Rio Paraguay & l'Etat Brésilien de Matto-Grosso*. Op. cit., p. 9.

²⁹⁶ No mesmo ofício em que comunicava a sua indicação para o consulado em Corumbá, Van Dionant informava ao presidente do Estado que, em sua ausência, o consulado teria como encarregado João Baptista Nunes, um brasileiro que trabalhava com Jaime Cibils Buxareo, quando o uruguaio ainda era proprietário de Descalvados. Com a venda do empreendimento aos belgas o brasileiro se ligaria aos novos proprietários. João Baptista Nunes ocupou diversos cargos públicos em Corumbá, inclusive a cargo de intendente, e era um ativo militante da vida política daquela cidade. Provavelmente foi o elo de ligação dos belgas com os políticos de Mato Grosso, principalmente com o coronel Generoso Ponce, a quem João Baptista Nunes foi politicamente ligado. OFÍCIO de François Van Dionant ao presidente do Estado de Mato Grosso, coronel Antonio Pedro Alves. Corumbá, 17 de maio de 1901. APMT – Ano 1901, lata B. Documentos avulsos.

²⁹⁷ MENSAGEM do Presidente do Estado de Matto-Grosso, Coronel Antonio Paes de Barros á Assembléa Legislativa, na 1ª sessão ordinária de sua 7ª legislatura, installada aos 1º de Março de 1906. *Gazeta Official do Estado de Matto-Grosso*. Cuiabá, 15 de março de 1906. P. 6. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

²⁹⁸ Eddy Stols. *O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)*. Op. cit., p. 71.

²⁹⁹ AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano. *Álbum Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá, Hamburgo: 1914. P. 228. ARRUDA, Gabriel Pinto de. *Um trecho do Oeste Brasileiro*. Rio de Janeiro: [s.n], 1938. P. 220.

³⁰⁰ RELATÓRIO do fiscal do Governo de Mato Grosso junto às concessões da Société Industrielle et Agricole au Brésil (Société Anonime), João da Costa Garcia. Cuiabá, 8 de novembro de 1910. APMT. Ano 1910, lata D, maço “Consulado”.



³⁰¹ Candido Mariano da Silva Rondon. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas do Estado de Matto-Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. Relatório da Comissão Rondon. Publicação n. 69-70. P. 138.

³⁰² GAZETTA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 10 de outubro de 1905. Sessão “Editais”, p. 2-3. Idem. Cuiabá, 20 de setembro de 1902. Sessão “Parte Oficial”, p. 1. Microfilme NUDHEO-UNEMAT.

³⁰³ CODEX (Ed.). *Geoatlas*. Rio de Janeiro: 1967, tomo II, p. 126; YPIRANGA (Ed.). *Atlas mundial de Seleções de Rider's Digest*. Rio de Janeiro: 1967, p. 50-51.

³⁰⁴ Adam Hochschild. *O fantasma do rei Leopoldo*. Op. cit., p. 287. Stols tem uma relação de ex-agentes de Leopoldo II, experientes do Congo, que vieram trabalhar nas empresas belgas no oeste brasileiro. Eddy Stols. *Lés belges au Mato Grosso et em Amazonie ou la récidive de l'aventure congolaise (1895-1910)*. Op. cit., p. 92.

³⁰⁵ François van Dionant. Op. cit., p. 12-15.

³⁰⁶ João Baptista Nunes foi um dos signatários de um protesto redigido em Corumbá, em 1905, contra suposta violência cometida por policiais do Estado contra organizadores do Partido Republicano Constitucional, que começava a ser organizado naquela cidade. Os integrantes desse partido iniciariam em seguida a luta armada contra o presidente do Estado, Antonio Paes de Barros (Totó Paes), que levaria à derrubada e morte do mesmo, em 1906. APMT. Ano 1905, lata C, maço “1905 – Protesto”. Nesse mesmo ano, um jornal cuiabano publica matéria em que os apoiadores de Joaquim Murtinho e Generoso Ponce, em articulações para derrubar o presidente do Estado, comemoram com um baile, em Corumbá, o aniversário de Serzedello Correa. Entre os organizadores estavam Generoso Ponce, Francisco Mariani Wandeley e João Baptista Nunes. Dr. Serzedello Correa. *O Matto-Grosso*. Cuiabá, 2 jul. 1905. Secção de Notícias. P. 1. APMT. Microfilme de “O Matto-Grosso”.

³⁰⁷ Eddy Stols. Op. cit., p. 103-104. No livro que publicou na Europa após o seu retorno do Brasil, François van Dionant se apresentou como cônsul honorário da Bélgica e antigo cônsul da república do Paraguai em Corumbá. Ver François van Dionant. Op. cit., p. 1.



³⁰⁸ François van Dionant. Op. cit., p. 138. Nesse livro que Van Dionant publicou na Europa há uma fotografia com índios montados em cavalos, com trajes de vaqueiro, provavelmente de Descalvados.

³⁰⁹ Ibidem, p. 71.

³¹⁰ Candido Mariano da Silva Rondon. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas do Estado de Matto-Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. Relatório da Comissão Rondon. Publicação n. 69-70. P. 138.

³¹¹ Van Dionant faz uma revelação importante aqui, sobre o resultado dos surtos de varíola que constantemente, assolavam Mato Grosso no período. Apesar disso, talvez parte dessas mortes não tenha sido causada por essa doença, mas pela malária, doença com grande incidência no vale do Guaporé naquele período. O próprio Van Dionat comenta que Vila Bela, que se chamava então Mato Grosso, foi tratada por um viajante (Castelnau) como “ville pestiférée”(vila pestilenta) e por outro (Severiano da Fonseca) de “ville maldite” (vila maldita), pelos constantes ataques de malária (doença também conhecida como paludismo ou impaludismo) que a população da vila sofria. François Van Dionant. Op. cit., p. 12.

³¹² Ibidem, p. 11.

³¹³ RELATÓRIO do fiscal do Governo de Mato Grosso junto às concessões da Société Industrielle et Agricole au Brésil (Société Anonime), João da Costa Garcia. Cuiabá, 8 de novembro de 1910. APMT. Ano 1910, lata D, maço “Consulado”.

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ Candido Mariano da Silva Rondon. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas do Estado de Matto-Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. Relatório da Comissão Rondon. Publicação n. 69-70. P. 126-127.

³¹⁶ Além dos comentários sobre a família de cearenses enterrados na localidade de “Ponte” (atual Pontes e Lacerda), condenando os belgas, ao retornar de sua viagem de reconhecimento para a implantação da linha telegráfica até Vila Bela, Rondon fez comentários de fundo negativo sobre a fazenda e a fábrica de Descalvados, que ele visitou. Ibidem, p. 138.



³¹⁷ Ver a respeito Francisco Foot Hardman. Op. cit., p. 155-163. Ver ainda Edmar Morel. *A Revolta da Chibata*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. P. 168-177.

³¹⁸ Celso Furtado estima em 260 mil o número de nordestinos que teriam imigrado para a Amazônia durante o ciclo da borracha. Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1977. P.131.

³¹⁹ Adam Hochschild. Op. cit., p. 234-243.

³²⁰ PETIÇÃO da *Compagnie des Caoutchoucs du Matto-Grosso* dirigida ao presidente do Estado, solicitando a liberação do serviço militar de três funcionários brasileiros da companhia, que explora a seringa e é baseada na barra do rio dos Bugres. APMT. Ano 1901, lata C. Documentos avulsos.

³²¹ MENSAGEM dirigida pelo coronel Pedro Celestino Correa da Costa, 1º Vice-Presidente do Estado em exercicio, á Assembléa Legislativa, ao instalar-se a 1ª sessão da 8ª legislatura, em 13 de maio de 1909. Cuiabá, Typographia Official, 1909 (Daqui a diante MENSAGEM DE 1909). P. 17

³²² Idem, ibidem.

³²³ Senado Federal – Subsecretaria de informações. Decreto n. 5983, de 18 de abril de 1906. Concede autorização á *Société Industrielle et Agricole ou Brésil* para funcionar na Republica. Acesso pelo www.senado.gov.br em 04/05/2004.

³²⁴ APMT. Ano 1907, lata C. Maço “ministérios”.

³²⁵ APMT. Ano 1907, lata C. Documentos avulsos.

³²⁶ APMT. Ano 1910, lata A. Documentos avulsos.

³²⁷ GAZETTA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 9 de setembro de 1905. Sessão “Editais”, p. 1-4. Microfilme NUDHEO-UNEMAT.

³²⁸ GAZETTA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 25 de setembro de 1906. Sessão “Expediente do Secretário”. P. 1. Microfilme NUDHEO-UNEMAT.

³²⁹ RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. C. Presidente do Estado pelo Director da Repartição de Terras, Minas, Colonisação e Obras Publicas. 1909, com relação ao anno de 1908. Cuiabá, Mato-Grosso. Cuiabá, 12 de abril de 1909, p. 2-3. APMT – 44.



³³⁰ MENSAGEM DE 1909. P. 17.

³³¹ Ashmore Russan. *Working Rubber States on the Amazon. India Rubber World*. (oct. 1), 1902, p. 5-7. Apud Bárbara Weistein. Op. cit., p. 205

³³² GAZETTA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 21 fev. 1891. P. 3. Microfilme NUDHEO – UNEMAT. O artigo a que nos referimos era intitulado “A extinta província de Mato Grosso poderá por si só constituir-se Estado?” e foi publicado em 1890.

³³³ GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 21 out. 1897. Sessão “Parte Oficial – Repartição de Terras, Minas e Colonização”. P. 2. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

³³⁴ GAZETA OFFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuiabá, 25 mar. 1905. Sessão “Assembléia Legislativa”. P. 2. Microfilme NUDHEO – UNEMAT.

³³⁵ SENADO FEDERAL – Subsecretaria de informações. Decreto n. 6426, de 21 de março de 1907. Concede autorização á *Compagnie de l'Urucum* para funcionar na Republica. P. 14. Acesso pelo www.senado.gov.br em 04/05/2004.

³³⁶ Idem, p. 2-3.

³³⁷ APMT. Ano 1908, lata C. Maço “Consulado”; Ano 1908, lata D. Maço “Requerimentos”.

³³⁸ APMT. Ano 1910, lata D. Maço “Consulado”.

³³⁹ APMT. Ano 1908, lata B. Maço “Mineração”; Ano 1910, lata A . Maço “Petições e Requerimentos”.

³⁴⁰ APMT. Ano 1908, lata D. Maço “Requerimentos”- Anexo ao ofício do Barão do Rio Branco dirigido ao Presidente do Estado de Mato Grosso.

³⁴¹ APMT. Ano 1908, lata C. Maço “Correspondência de outros Estados”.

³⁴² Sobre a fundação da siderúrgica Belgo-Mineira ver Eddy Stols. *Présences belges et luxembourgeoises dans la modernisation et l'industrialisation du Brésil (1830-1940)*. Op. cit., p. 140-154.

³⁴³ APMT. Ano 1911, lata E. Maço “Requerimentos”.

³⁴⁴ APMT. Ano 1909, lata C. Maço “Requerimentos e Petições”.

³⁴⁵ Sobre o controle da comercialização da borracha por Farquhar nesse período ver Ana Célia Castro. *As empresas estrangeiras no Brasil. 1860-1913*. Op. cit., p. 113-114.



³⁴⁶ APMT. Ano 1912, lata B. Documentos avulsos.

³⁴⁷ Sobre as ações de Percival Farquhar na América Latina, ver Charles A Gauld. *The last titan: Percival Farquhar, American entrepreneur in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1964.

³⁴⁸ RELATORIO do ministro das relações Exteriores Olyntho de Magalhães ao Presidente da Republica, em 23 de maio de 1899. P. 4 e 8.

³⁴⁹ Ver a respeito Henk L. Wesseling. *Dividir para dominar: A partilha da África (1880-1914)*. Op. cit., p. 164, 211-212, 234 e 311.

³⁵⁰ O economista francês Paul Leroy-Beaulieu tinha grande prestígio internacional, inclusive no Brasil, onde seus trabalhos eram constantemente citados por autoridades responsáveis pelas finanças públicas, com quem mantinha contatos. O presidente Campos Sales, na viagem que realizou à Europa antes de sua posse, se encontrou com Leroy-Beaulieu. O economista, por sua vez, elogiou a política econômica do presidente ao final de seu mandato. Ver Luís Viana Filho. *A vida do barão do Rio Branco*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, Jo'se Olympio. 1988. P. 228. Manuel Ferraz de Campos Sales. *Da propaganda à presidência*. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1983, p. 202. Apesar de sua autoridade em finanças públicas, Paul Leroy-Beaulieu se tornou conhecido nas ciências humanas por seu trabalho sobre o colonialismo, com o livro *De la Colonisation chez les Peuples Modernes*, publicado pela primeira vez em 1874 e reeditado diversas outras vezes, ainda com seu autor em vida. Nesse trabalho, Leroy-Beaulieu desenvolveu uma longa justificativa para o colonialismo e aponta mecanismos práticos para o seu desenvolvimento, inclusive a utilização das *chartered companies*. Paul Leroy-Beaulieu. *De la Colonisation chez les Peuples Modernes*. 4ª. Ed. Paris: Guillaumin et cie, editeurs, 1891.

³⁵¹ Ibidem, p. 804.

³⁵² Leandro Tocantins. Op. cit., v. I, p. 207-221.

³⁵³ Leandro Tocantins. Op. cit., Vol. I, p. 228-229 e 236. RELATORIO que o ministro das Relações Exteriores, Olyntho de Magalhães, apresentou ao Congresso Nacional, em 23 de maio de 1899. P. 7-9.



NOTAS

³⁵⁴ MENSAGEM lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em sessão ordinária, em 10 de julho de 1899, pelo Exm. Snr. José Cardoso Ramalho Junior, Governador do Estado. Manaus: Imprensa Oficial, 1899. P. 8-9. Uma descrição detalhada dos incidentes provocados pela viagem pelo rio Amazonas da canhoneira norte-americana Wilmington está em Leandro Tocantins. Op. cit., vol. I, p. 250-264.

³⁵⁵ Os termos do acordo de sete itens, negociado entre o ministro boliviano José Paravicini e o cônsul dos Estados Unidos em Belém, K. K. Kenedy, incluíam apoio militar dos Estados Unidos em caso de guerra entre a Bolívia e o Brasil. Leandro Tocantins. Op. Cit., p. 250-259.

³⁵⁶ CARTA CONFIDENCIAL do ministro plenipotenciário Eduardo Lisboa ao ministro das relações exteriores, Olyntho de Magalhães. La Paz, 21 de março de 1900. AHI – 211/ 2/11.

³⁵⁷ CARTA CONFIDENCIAL, anexa ao ofício da Legação do Brasil na Bolívia, ao ministro das relações exteriores, Olyntho de Magalhães. La Paz, 25 de julho de 1900. AHI – 211/2/11. Recorte do jornal em anexo.

³⁵⁸ OFICIO da legação do Brasil na Bolívia ao ministro das relações exteriores Olyntho de Magalhães. La Paz, 26 de setembro de 1900. AHI – 211/2/11. Recorte do jornal, sem nome, em anexo.

³⁵⁹ OFICIO da legação do Brasil na Bolívia ao ministro das relações exteriores Olyntho de Magalhães. La Paz, 18 de setembro de 1901. AHI – 211/2/11.

³⁶⁰ Felix Avelino Aramayo. *La cuestión del Acre y la Legación de Bolivia en Londres*. Londres: Wertheimer, Lea y Cia., 1903. P. 108-109.

³⁶¹ Adolfo Costa du Rels. *Felix Avelino Aramayo e su época – 1846-1929*. 2ª ed. Cochabamba; La Paz: Editorial “Los Amigos del Libro”, 1991. P. 174-175.

³⁶² Sobre as *chartered companies* ver Leandro Tocantins. Op. cit., V. II, p. 29-38. Uma descrição das atuações das *chartered companies* na África está em Henk L. Wesseling. *Dividir para dominar. A partilha da África. 1880-1914*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Revan, 1998. P. 127, 164-167, 211.

³⁶³ Alguns anos depois Adolpho Ballivian será o ministro plenipotenciário da Bolívia em Londres, ocupando o lugar de Aramayo que se demitiu do



cargo na capital inglesa após o desfecho do arrendamento do Acre ao Bolivian Syndicate. www.embassyofbolivia.co.uk/staff.html. Acesso em 10.02.2004.

³⁶⁴ Idem, p. 179.

³⁶⁵ Em ofício ao ministro Olyntho de Magalhães, o barão do Rio Branco, então ministro plenipotenciário do Brasil em Berlim, registrou essa intenção dos sócios iniciais do sindicato, que foram buscar apoio entre capitalistas alemães. Leandro Tocantins. Op. cit., Vol. II,, p. 187.

³⁶⁶ Félix Avelino Aramayo. Op. cit., p. 24.

³⁶⁷ Jornais europeus de fato repercutiram a criação da nova *chartered company*. Leandro Tocantins. Op. cit., vol. II, p. 53.

³⁶⁸ Álvaro Teixeira Soares. *História da formação das fronteiras do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1975. P. 143.

³⁶⁹ Luís Viana Filho. Op. cit., P. 288.

³⁷⁰ O contrato firmado entre o governo do general Pando e o *Bolivian Syndicate* está em Felix Avelino Aramayo. Op. cit., p. 149-163.

³⁷¹ Leandro Tocantins. Op. cit., V. II, p. 57.

³⁷² Felix Avelino Aramayo. Op. cit., P. 119-120. Leandro Tocantins. Op. cit., vol. II, p. 67.

³⁷³ OFICIO de Assis Brasil ao chanceler Olyntho de Magalhães. Washington, 31.7.1902. Anexo n. 1, cópia n. 1, Conferencia com John Hay em 17.7.1902. In. Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Conflito e integração na América do Sul. Brasil, Argentina e Estados Unidos. (Da tríplice Aliança ao Mercosul. 1870-2003)*. Op. cit., p. 77.

³⁷⁴ Rosa Helena Benedetti Zanini Antibas. *Flibusteiros, não. Brasileiros. Uma visão interna da Questão do Acre*. 2002. 132p. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília. P. 27. Leandro Tocantins. Op. cit., Vol. II, p. 62.

³⁷⁵ Leandro Tocantins. Op. cit., vol II, p. 59-64 e 194.

³⁷⁶ A seqüência de ações do governo brasileiro e de seu encarregado de negócios em Washington está em Luiz Alberto Moniz Bandeira. “O barão de Rothschild e a Questão do Acre”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 43, n. 2, p. 153-155. 2000. Ver também Leandro Tocantins. Op. cit., p. 64-67.



³⁷⁷ RELATORIO que o ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco, apresentou ao Congresso Nacional em 12 de outubro de 1904 (Daqui a diante, RELATORIO DE 1904). P. 23.

³⁷⁸ Ver a respeito Wilma Peres Costa. *A Espada de Dâmocles. O exercito, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. Op. cit., p. 117-120.

³⁷⁹ RELATORIO DE 1904, p. 24.

³⁸⁰ ATA da Conferência de Berlim. In. Henri Brunschwing. Op. cit., p. 78-91.

³⁸¹ Uma descrição das negociações entre o Brasil e Bolívia que levaram ao Tratado de Petrópolis está em Leandro Tocantins. Op. cit., v. II, p. 187-275. As negociações e as articulações que envolveram os diferentes interesses presentes nas diferentes fases do *Bolivian Syndicate* são descritas e analisadas por Luiz Alberto Moniz Bandeira. “O Barão de Hotschild e a Questão do Acre”. Op. cit., p. 74-84.

³⁸² Idem, p. 24-26.

³⁸³ Leslie Bethell. “A Grã Bretanha e a América Latina, 1830-1930”. In: Leslie Bethell (Org.). *Historia da América Latina. Vol IV. De 1870 a 1930*. Op. cit., p. 609-610.

³⁸⁴ Lars Schoultz. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000. P. 203.

³⁸⁵ Em diversos momentos naquele período, dirigentes e militares norte-americanos se referiam a governos de países latino-americanos de forma arrogante e pejorativa, tratando-os como um “conjunto de animais”.

³⁸⁶ Em diferentes momentos os governantes dos Estados Unidos manifestaram esse temor. Lars Schoultz. Op. cit., p. 203-233.

³⁸⁷ Idem, p. 206-207.

³⁸⁸ Idem, Ibidem.

³⁸⁹ Idem, p. 207.

³⁹⁰ Idem, p. 207-208.

³⁹¹ Idem, p. 208-250.

³⁹² O reconhecimento da hegemonia norte-americana na América Latina por parte da Inglaterra, já vinha sendo ensaiado desde a disputa por territórios na fronteira entre a Guina Inglesa e a Venezuela, no final da década de 1990, que



teve a mediação dos Estados Unidos. A exceção a esse reconhecimento ficava com a Alemanha, que tinha política expansionista para a região. Idem., p. 133-150. Ver ainda Robert Freeman Smith. Op. cit., p. 619-621.

³⁹³ Túlio Halperin Dongi chama atenção para a função de potência hegemônica que os Estados Unidos passam a assumir na América Latina nesse período, mas com características diferentes da Inglaterra, em função “de transformações bastante precisas na estrutura econômico-financeira mundial e de acentuação da dependência dos países latino-americanos.” Ver Tulio Halperin Donghi. *História da América Latina*. São Paulo: Circulo do Livro, [19—]. P. 241-243.

³⁹⁴ Lars Schoultz. Op. cit., p. 227.

³⁹⁵ Idem, p. 203-233. Foi com Elihu Hoot à frente do Departamento de Estado e com o barão do Rio Branco à frente do Itamarati que o Brasil elevou a sua representação diplomática em Washington ao nível de embaixada e nomeou Joaquim Nabuco como seu primeiro embaixador. O mesmo se deu com a representação diplomática dos Estados Unidos no Brasil. Foi também nesse período que se realizou no Rio de Janeiro a 3ª Conferência Pan-Americana (1896), com a presença de Hoot, na primeira viagem de um secretário de Estado dos Estados Unidos à América do Sul.

³⁹⁶ Uma discussão a respeito está em Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. *Historia da política exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. P. 184-187.

³⁹⁷ Os Estados Unidos tinham receios de que a Alemanha tivesse planos de ocupação territorial para alguma região da América do Sul, principalmente o sul do Brasil. Esse receio seria confirmado pelos planos do Kaiser Guilherme II. Ver a respeito Robert Freeman Smith. Op. cit., 625-628. Ver ainda uma discussão sobre as intenções alemãs em relação ao Brasil e o incidente com a canhoneira alemã *Panther* em Clodoaldo Bueno. *Política externa da Primeira República. Os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. P. 326-342.

³⁹⁸ Uma análise diferente está em Clodoaldo Bueno. *Política externa da Primeira República. Os anos de apogeu — de 1902 a 1918*. Op. cit., p. 37-47: Amado Luiz



NOTAS

Cervo e Clodoaldo Bueno. *Historia da política exterior do Brasil*. Op. cit., p. 178-184.

³⁹⁹ Não desenvolvemos neste trabalho a descrição e análise da luta dos seringueiros instalados no território do Acre. Sobre as diversas fases da organização desses seringueiros, da luta armada contra os bolivianos e reconhecimento pelo governo brasileiro ver Leandro Tocantins: Op. cit. Vol. I, p. 171-429 e Vol. II, p. 73-187.

⁴⁰⁰ Ver a respeito: Henk L. Wesseling. Op. cit., p. 365-392.

⁴⁰¹ Bárbara Weinstein. Op. cit., p. 197-199.

⁴⁰² Bárbara Weinstein. Op. cit., p. 204-209.

⁴⁰³ Idem, p. 208-209.

⁴⁰⁴ Sobre a *Force Publique* do Estado Independente do Congo e suas ações violentas ver Adam Hochschild. Op. cit., p. 134-140 e 235-238.

⁴⁰⁵ RELATORIO que o ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco, apresentou ao Congresso Nacional em 12 de outubro de 1904. P. 22.

⁴⁰⁶ Adam Hochschild. Op. cit., p. 128.

⁴⁰⁷ Tal procedimento foi seguido na Amazônia peruana, no vale do rio Putumayo, pela companhia *Peruvian Amazon Rubber Company*. Essa empresa, organizada em Londres, com a participação de capitais britânicos, pelo comerciante peruano Julio César Aranã, estabeleceu o monopólio da extração e comercio da borracha com métodos similares àqueles do Estado Independente do Congo, tendo sido denunciada no parlamento britânico. O parlamento enviou um representante seu à região, o cônsul inglês em Santos, Roger Casement, que confirmou as atrocidades cometidas, principalmente contra a população indígena, avaliando em 30 mil os indígenas mortos em 12 anos de exploração, a partir de 1900. Ver a respeito Heraclio Bonilla. “Estructura y Eslabonamientos de la Explotacion Cauchera em Colômbia, Peru, Bolívia y Brasil”. In: Sergio S. Silva & Tamás Szmrecsányi (Org.). *Historia Econômica da Primeira República*. 2ª Ed. revista. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002. P. 3-9. Adam Hochschild. Op. cit., p. 279-280.



⁴⁰⁸ Teixeira Soares. Op. cit., p. 146.

⁴⁰⁹ OFÍCIO reservado de Assis Brasil ao ministro das relações exteriores Olyntho de Magalhães em 03/07/1902. AHI. In. Clodoaldo Bueno. *Política externa da Primeira República. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. Op. cit., p. 313.

⁴¹⁰ Cópia do editorial do jornal “Etoile Belge”, de 25 de dezembro de 1902, anexo ao OFÍCIO da legação do Brasil em Bruxelas ao ministro das Relações Exteriores Olyntho de Magalhães, em 04/01/2003. AHI – 204/4/10.

⁴¹¹ Adam Hochschild. Op. cit., p. 102.

⁴¹² Sobre o jogo duplo dos Rothschild no caso do *Bolivian Syndicate* ver Luiz Alberto Moniz Bandeira. “O barão de Rothschild e a Questão do Acre”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 43, n. 2, p. 153-155. 2000.

⁴¹³ Recorte do jornal “Chronique”, de 24 de março de 1903, anexo ao OFÍCIO da legação dos Estados Unidos do Brasil em Bruxelas ao ministro das Relações Exteriores, Olyntho de Magalhães. Bruxelas 26/03/1903. AHI – 204/4/11.

⁴¹⁴ OFÍCIO da legação dos Estados Unidos do Brasil em Bruxelas ao ministro das Relações Exteriores, Olyntho de Magalhães. Bruxelas 26/03/1903. AHI – 204/4/11.

⁴¹⁵ DECRETO expedido por Luiz Galvez, chefe do governo provisório do “Estado Independente do Acre”. In EXPOSIÇÃO do ministro das relações exteriores, Olyntho de Magalhães, ao presidente da República, em 23 de maio de 1899.

⁴¹⁶ O território localizado entre os rios Abunã e Beni (na foz do qual se situava Villa Bella), era reivindicado pelo Brasil quando das negociações do Tratado de Petrópolis. Pelo tratado, no entanto, permaneceu como parte do território da Bolívia.

⁴¹⁷ Bárbara Weinstein. Op. cit., p. 203-204.

⁴¹⁸ Idem, Ibidem.

⁴¹⁹ GAZETA OFICIAL do Estado de Matto-Grosso. Cuyabá, 18 de dezembro de 1902. Sessão Gazetilha, p. 3. Microfilme NUDHEO-UNEMAT.

⁴²⁰ A REACÇÃO. Cuiabá, 30 de novembro de 1902. P. 19. Microfilme APMT – Jornais Diversos (1893-1904).



⁴²¹ A principal crítica vinha de Rui Barbosa, que havia integrado a comissão encarregada de negociar o acordo com a Bolívia, juntamente como próprio barão do Rio Branco e o diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil, mas que deixou a comissão após discordar da cessão de território do Brasil à Bolívia, bem como do pagamento da indenização de dois milhões de libras esterlinas, valor considerado elevado pelo senador. Ruí Barbosa defendia uma indenização no valor de um milhão de libras esterlinas e nenhuma cessão territorial. Defendia ainda que, no caso da Bolívia não aceitar essa proposta, que o Brasil deveria recorrer ao arbitramento, proposta com o a qual o barão do Rio Branco não concordou. As posições de Rui Barbosa e Rio Branco estão expressas nas cartas que trocaram, quando do afastamento de Rui Barbosa da comissão. Na imprensa, o *Correio da Manhã* se posicionou contra o Tratado de Petrópolis e se destacou na oposição ao barão do Rio Branco. Ver a respeito A. G. de Araújo Jorge. *Introdução às obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945. P. 143-156. Rosa Helena B. Z. Antibas. Op. cit., p. 73-77 e 95-107.

⁴²² Luiz Alberto Moniz Bandeira. Op. cit., p. 156-161.

⁴²³ Ver a respeito Henk L. Wesseling. Op. cit., p. 400

⁴²⁴ Clodoaldo Bueno. *Política externa da Primeira Republica. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. Op. cit., p. 133.

⁴²⁵ Correspondências de Assis Brasil ao barão do Rio Branco. In. Leandro Tocantins. *Formação Histórica do Acre*. Vol II. Op. cit., p. 194-197.

⁴²⁶ Carta de Assis Brasil ao barão do Rio Branco. Arquivo do Barão do Rio Branco. Itamarati. In: Leandro Tocantins. Op. cit., V. II, p. 195-197.

⁴²⁷ Esse foi um dos objetos da polêmica de Lênin contra a formulação de Kautsky de que o imperialismo consistia “na tendência que tem cada nação industrial para anexar ou submeter regiões *agrárias* sempre maiores (o itálico é de Kautsky), quaisquer que sejam os povos que a povoam” (a citação é de Lênin). Lênin exemplifica justamente com a Bélgica, cobiçada pela Alemanha em sua luta contra a Inglaterra (isso em 1914), para mostrar que “o imperialismo caracteriza-se justamente por uma tendência para anexar não apenas as regiões agrárias mas até as regiões mais industriais (a Bélgica é cobiçada pela



Alemanha; a Lorena pela França)”. Vladimir I. Lênin. *Imperialismo: Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979. P. 90.

⁴²⁸ Carta de Assis Brasil ao barão do Rio Branco, respondendo ao pedido deste para colocá-lo a par do assunto. Leandro Tocantins. *Formação Histórica do Acre*. Vol II. Op. cit., p. 61 e 197.

⁴²⁹ Sobre a questão ver as análises de Clodoaldo Bueno. *Política externa da Primeira República. Os anos de apogeu - De 1902 a 1918*. Op. cit., p. 145-167;

⁴³⁰ Luís Viana Filho. Op. cit., P. 327 e 334-335.

⁴³¹ Após a solução da Questão do Acre, o Brasil se voltou para a demarcação de fronteira com o Peru, na região ocidental da Amazônia. Essa demarcação gerou uma disputa, onde não faltou inclusive o enfrentamento armado, quando o Peru teria se oferecido aos Estados Unidos para ser seu protetorado, em troca de apoio na sua disputa com o Brasil. Ver a respeito Leandro Tocantins. Op. cit, vol. II, p. 325-437. Ver especialmente a nota da p. 372.

⁴³² Diversos trabalhos sobre a historia diplomática do período abordam a questão. Ver por exemplo Delgado de Carvalho. *Historia diplomática do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959. P. 208-215. A G de Araújo Jorge. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Op. cit, p. 62-122.

⁴³³ RELATORIO apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, ministro de Estado da Guerra, em maio de 1904. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. P. 3-4.

⁴³⁴ O general Osório, André Rebouças, o visconde de Taunay e a oficialidade positivista, durante o Império e no início da República estavam entre os mais ardorosos defensores da construção de uma ferrovia para ligar Mato Grosso e toda a fronteira oeste ao centro político e “civilizado” do país. Diferentes relatórios ministeriais e mensagens presidenciais farão referências a esse reclamo. Ver a respeito Domingos Sávio da Cunha Garcia. A ocupação da fronteira oeste e integridade territorial do Brasil nos primórdios da República. In Fernando Antonio Faria (Org.) *Idéias, Intelectuais e Instituições*. Rio de Janeiro: LAHSOE, 2003. P. 131-142.

⁴³⁵ Clodoaldo Bueno. *Política externa da Primeira república. Os anos de apogeu - de 1902 a 1918*. op. cit., p. 326.



NOTAS

⁴³⁶ RELATORIO apresentado ao presidente da republica dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em junho de 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908 (Daqui a diante, RELATORIO de 1908). P. 7.

⁴³⁷ Laura Antunes Maciel. *A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “comissão Rondon”*. São Paulo: EDUC; Fapesp, 1998. P. 105. Esse trabalho desenvolve uma importante discussão sobre o significado da Comissão Rondon destacando a visão civilizadora que procurava imprimir em suas missões pelo interior do Brasil, expressão da concepção de Nação que Rondon e outros setores positivistas procuravam construir.

⁴³⁸ MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional, na abertura da segunda sessão da sexta legislatura, pelo Presidente da Republica, Affonso Augusto Moreira Penna. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1907 (Daqui a diante, MENSAGEM de 1907). P. 23.

⁴³⁹ MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional na abertura da quinta legislatura pelo presidente da Republica Francisco de Paula Rodríguez Alves. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1905.

⁴⁴⁰ RELATORIO apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, ministro de Estado da Guerra, em 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. P. 10-12.

⁴⁴¹ Laura Antunes Maciel. Op. cit., p. 147-150.

⁴⁴² Candido Mariano da Silva Rondon. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas do Estado de Matto-Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. Relatório da Comissão Rondon. Publicação n. 69-70. P. 93-112.

⁴⁴³ Rondon mudou o nome de Salitre para Porto Esperidião em homenagem ao engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques, que havia falecido um ano antes em Vila Bela, vítima de malária, quando voltava de uma exploração no rio Guaporé. Pontes e Lacerda era uma homenagem de Rondon a Antonio Pires da Silva Pontes e Francisco Jose de Lacerda e Almeida, portugueses que trabalharam na região durante o período colonial. Candido Mariano da Silva Rondon. *Missão Rondon. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela*



Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1905. Publicados em artigos no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro em 1915. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.

⁴⁴⁴ Uma descrição detalhada do trajeto projetado dessa linha está no RELATORIO apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, ministro de Estado da Guerra, em 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. P. 10-12.

⁴⁴⁵ Laura Antunes Maciel. Op. cit., p. 149-151.

⁴⁴⁶ MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional, na abertura da primeira sessão da oitava legislatura, pelo presidente da republica, marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1912. P. 56.

⁴⁴⁷ MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional, na abertura da segunda sessão da oitava legislatura, pelo presidente da republica marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1913. P. 106.

⁴⁴⁸ Tratado de 17 de novembro de 1903 (Tratado de Petrópolis).

⁴⁴⁹ Sobre a história da construção da ferrovia Madeira-Mamoré ver Francisco Foot Hardman. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. Ver particularmente o capítulo 5 onde o autor discorre sobre as diferentes etapas da construção da ferrovia. Op. cit. p. 136-154

⁴⁵⁰ RELATORIO apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em junho de 1907 (Daqui a diante, RELATORIO de 1907). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. P. 45.

⁴⁵¹ Um resumo dos antecedentes históricos e das diferentes fases da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil está desenvolvido em Paulo Roberto Cimó Queiroz. *As curvas do trem e os meandros do poder. O nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande - MS: Editora da UFMS, 1997. P. 18-24. Ver também Fernando Azevedo. Op. cit., p. 65-106.

⁴⁵² RELATORIO de 1908, p. 10.

⁴⁵³ Sobre as diferentes fases nas relações entre o Brasil e a Argentina no período ver Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito*



e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul: 1870-2003). Rio de Janeiro: Revan, 2003. P.94 – 122.

⁴⁵⁴ RELATORIO de 1908. P. 11-12.

⁴⁵⁵ RELATORIO DE 1907. P. 8-9.

⁴⁵⁶ Yves Lacoste. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 6ª ed. Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988. P. 23.

⁴⁵⁷ MENSAGEM dirigida pelo coronel Pedro Celestino Correa da Costa, 1º Vice-Presidente do Estado, em exercício, à Assembléa Legislativa, ao instalar-se a 3ª sessão da 8ª legislatura, em 13 de maio de 1911. Cuyabá: Typographia Official, 1911.

⁴⁵⁸ MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da quinta legislatura pelo presidente da república Francisco de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1904. P. 15-16.

⁴⁵⁹ MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão da sétima legislatura, pelo presidente da república Affonso Augusto Moreira Penna, em 3 de maio de 1909. P. 18-19.

⁴⁶⁰ Entre esses autores está Lênin, que coloca a Argentina como um exemplo de forma transitória de dependência entre Estados e, citando um autor do início do século XX, classifica o Estado platino de colônia comercial da Inglaterra. V. I. Lênin. Op. cit., p. 84.

⁴⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁴⁶² Ver a respeito John Gallagher e Ronald Robinson. The Imperialism of Free Trade. In. *The Economic History Review*. London, Second Series, vol. VI, nº 1, p. 1-15, 1953. Giovanni Arrighi. *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: editora UNESP, 1996. P. 47-59.

⁴⁶³ Antonio Carlos Robert Moraes. *Território e História no Brasil*. Op. cit., p. 64.

⁴⁶⁴ Idem, p.61.

⁴⁶⁵ Idem, p. 63.

⁴⁶⁶ Como vimos, o criador do *Bolivian Syndicate*, Felix Avelino Aramayo, tencionava criar um sindicato multinacional, de forma a angariar apoio



diplomático de diversos países. Essa intenção inicial foi bloqueada pela ação diplomática do governo brasileiro.

⁴⁶⁷ Esse foi o argumento de grandes segmentos da elite política brasileira contra o *Bolivian Syndicate*. É assim que o jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, comentando o caso do sindicato, dizia que “Uma sociedade estrangeira investida de um poder territorial de exploração econômica ou, a fortiore, poder de administração política, é um instrumento de imperialismo econômico e, portanto, de imperialismo político, e, por isso mesmo, é perigoso tanto para o Estado que a acolheu como para os Estados vizinhos.” In: Clodoaldo Bueno. Op. Cit., p. 325.

⁴⁶⁸ Leandro Tocantins. Op. cit., V. II, p. 196. Luis Viana Filho. Op. cit., p. 288.

⁴⁶⁹ Leandro Tocantins. Op. cit., vol. I, p. 38.

⁴⁷⁰ Idem., Ibidem.

⁴⁷¹ Idem., p. 39-40.

⁴⁷² Idem., p. 40.

⁴⁷³ Adolfo Costa du Rels. Op. cit. p. 170-171.

⁴⁷⁴ Alfredo Ellis Jr. “*Raça de Gigantes*”. *A civilização no planalto paulista*. São Paulo: Novíssima editora, 1926.

⁴⁷⁵ Cassiano Ricardo. *Marcha para o oeste*. 4ª ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo: Rio de Janeiro: José Olympio editora. 1970. Vol. II, p. 564.

⁴⁷⁶ Idem, p. 572-573.

⁴⁷⁷ “Imperialismo econômico” é um termo usado por alguns autores que tratam da questão do Acre, quando abordam o caso do *Bolivian Syndicate*. Esses autores, no entanto, não definem o que esse termo significa e chegam a separar imperialismo econômico de imperialismo político, também sem defini-los e diferenciá-los. Ver Leandro Tocantins. Op. cit., v. II, p. 21-38. Outra curiosidade é que alguns autores admitem as *chartered companies* na África e na Ásia mas não na América do Sul, porque, segundo eles, seriam “povos subjugados”, mas seriam incompatíveis “com o pan-americanismo, ou com a democracia da América”, como justifica Cassiano Ricardo. Op. cit., p. 572.



NOTAS

⁴⁷⁸ Eddy Stols. *O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)*. Op. cit., p. 71.

⁴⁷⁹ Sobre as relações entre a partilha da África e as disputas entre as potências européias na própria Europa ver Jean Baptiste Duroselle. *A Europa de 1815 aos nossos dias (Vida política e relações internacionais)*. Op. cit., p. 43-46.

⁴⁸⁰ Adam Hochschild. Op. cit., p. 46-56.

⁴⁸¹ Um panorama sobre as mudanças na geopolítica internacional na virada do século XIX para o século XX está em Geoffrey Barraclough. Op.cit., P. 91-118.

⁴⁸² Bárbara Weinstein. Op. cit., p. 197-198.

⁴⁸³ Idem, p. 209-210.





FONTES E BIBLIOGRAFIA







FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

FONTES MANUSCRITAS E DATILOGRAFADAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI) – RIO DE JANEIRO ***CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA***

De Bruxelas – AHI 204/4/7, 204/4/8, 204/4/9, 204/4/10, 204/4/11.

De La Paz – AHI 211/2/11.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APMT) – CUIABÁ ***LIVROS DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO***

Código 285 – Registro de Correspondência Oficial do governo da Província com o Ministério dos Negócios Estrangeiros: 1873-1894.

Código 341 – Ofícios dirigidos pela Presidência da Província ao Ministério dos Negócios do Império: 1881-1887.

Código 387 – Ofícios da Presidência dirigidos ao Ministério dos Negócios do Império: 1887-1893.

Código 360 – Ofícios expedidos da Presidência da Província às diversas autoridades do exterior: 1884-1890.



Código 45 – Avisos recebidos dos Ministérios do Interior, Negócios da Agricultura, Comercio, Estrangeiros, da Guerra, da Justiça, do Império e da Marinha. Ano de 1890.

Código 292 – Livro de lançamento dos termos de Contractos da Província: Anos 1874-1907.

Código 367 – Correspondência oficial com o Ministério dos Negócios da Agricultura: Anos 1885-1889.

Código 339 – Correspondência Oficial do Presidente da Província ao Ministério e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas: 1881-1885.

LEGISLAÇÃO DE MATO GROSSO – 1897-1899

Maço “Resoluções 1898”.

RELATÓRIOS DE REPARTIÇÕES PÚBLICAS

RELATORIO apresentado ao Exmo. Snr. Cel. Antonio Paes de Barros, Presidente do Estado, pelo Director Evaristo Adolpho Josetti. Repartição de Terras, Minas e Colonização, 1904. Cuyabá Matto-Grosso. APMT – 41.

RELATORIO da Repartição de Terras, Minas, Colonização e Obras Públicas, com relação ao anno próximo findo de 1906, apresentado pelo Director Eloy Hardman. Cuyabá, 17 de Abril de 1907. APMT – 43.

RELATORIO apresentado ao Exmo. Snr. C. Presidente do Estado pelo Director da Repartição de Terras, Minas, Colonização e Obras



FONTES E BIBLIOGRAFIA

Públicas. 1909, com relação ao anno de 1908. Cuiabá – Mato-Grosso, Cuiabá, 12 de abril de 1909. APMT – 44.

MENSAGEM dirigida pelo coronel Pedro Celestino Correa da Costa, 1º Vice-Presidente do Estado, em exercício, à Assembléa Legislativa, ao instalar-se a 3ª sessão da 8ª legislatura, em 13 de maio de 1911. Cuyabá: Typographia Official, 1911.

DOCUMENTOS AVULSOS ARQUIVADOS EM LATAS

Ano 1896, latas A e C.

Ano 1898, lata B.

Ano 1899, latas B e C.

Ano 1899, lata A

Ano 1900, latas B, C e D.

Ano 1901, latas B e C.

Ano 1903, latas A e B.

Ano 1904, lata B.

Ano 1905, latas A e C.

Ano 1906, lata C.

Ano 1907, latas A e C.



Ano 1908, latas B, C e D.

Ano 1909, lata C.

Ano 1910, latas A e D.

Ano 1911, latas A e E.

Ano 1912, lata B.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO – CÁCERES

INVENTÁRIO do major João Carlos Pereira Leite (parte). 1883. 2ª Vara Civil. Fórum de Cáceres.

PROCURAÇÃO especial que faz e assigna o Cidadão Oriental Jaime Cibils Buxareo como abaixo se declara. São Luiz de Cáceres, 15 de setembro de 1881. Cartório do 2º Ofício – Cáceres, MT.

ESCRITURA de compra e venda entre partes: como vendedor o Cidadão Argentino Raphael Del Sar, e como comprador o Cidadão Oriental Jaime Cibils Buxareo, como abaixo se declara. São Luiz de Cáceres, 17 de setembro de 1881. Cartório do 2º Ofício – Cáceres, MT.

ESCRITURA de compra e venda que entre si celebrão como vendedor o Cidadão Antonio Maria Pereira Leite e como comprador Dão Jaime Cibils Buxareo, como abaixo se declara. São Luiz de Cáceres, 15 de setembro de 1881. Cartório do 2º Ofício – Cáceres, MT.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

ESCRITURA de compra e venda que entre si celebrão como vendedora Dona Maria Josefa de Jesus Leite e como comprador Dão Jaime Cibils Buxareo, como abaixo se declara. São Luiz de Cáceres, 15 de setembro de 1881. Cartório do 2º Ofício – Cáceres, MT.

ESCRITURA de compra e venda que entre si celebrão como vendedor o Cidadão José Venâncio Pereira Leite e como comprador Dão Jaime Cibils Buxareo, como abaixo se declara. São Luiz de Cáceres, 15 de setembro de 1881. Cartório do 2º Ofício – Cáceres, MT.

PROCURAÇÃO especial que faz e assigna o Cidadão Oriental Jaime Cibils Buxareo, como abaixo se declara. Constitui como procurador o Sr. Firmo José de Mattos. São Luiz de Cáceres, 15 de setembro de 1881. Cartório do 2º Ofício – Cáceres, MT.

SUBSTABELECIMENTO de procuração que faz e assigna o abaixo declarado. O cidadão Oriental Jaime Cibils Buxareo ao Sr. François Joseph Van Dionant. São Luiz de Cáceres, 25 de julho de 1895. Cartório do 2º Ofício – Cáceres, MT.

ESCRITURA de transmissão de propriedade que fazem e assignão os abaixo declarados. De uma parte o cidadão Oriental Jaime Cibils Buxareo, por si e com especial procurador da sua mulher Dona Florentina de las Carreras de Cibils e de outra parte a Compagnie des Produits Cibils, representada pelo Cidadão François Joseph Van Dionant. São Luiz de Cáceres, 26 de julho de 1895. Cartório do 2º Ofício – Cáceres, MT.

ESCRITURA de additamento e ratificação de transferência que fazem e assignam os abaixo declarados. Como outorgantes vendedores o cidadão Oriental Jaime Cibils Buxareo, por si e como especial procurador da sua mulher Dona Florentina de las Carreras de Cibils



e como outorgado comprador a Compagnie des Produits Cíbils. São Luiz de Cáceres, 22 de julho de 1896. Cartório do 2º Ofício – Cáceres, MT.

DOCUMENTOS DEPOSITADOS EM ARQUIVOS DIVERSOS

INVENTÁRIO do major João Carlos Pereira Leite. Parte depositada no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá.

INVENTÁRIO do major João Carlos Pereira Leite. Parte depositada no Fórum de Cáceres.

ATA da Câmara Municipal de Cáceres. Fundo Câmara Municipal. Grupo Presidência da Câmara. Caixa 2, Maço “Gerais - Administrativo”. Espécie: Livro Ata. P. 87v-88. Arquivo Público Municipal de Cáceres – APMC.

AÇÃO JUDICIAL que move Orozimbo Muniz Barreto contra Jaime Cíbils Buxareo. Caixa 2. Fundo Fórum de Cáceres. NUDHEO (Núcleo de Documentação em História Escrita e Oral) – UNEMAT.

FONTES IMPRESSAS

JORNAIS

O Matto-Grosso. 1890-1905 (Microfilme APMT)

O Republicano. 1895-1899 (Microfilme APMT)

A Tribuna. (Microfilme APMT – Jornais diversos – 1884-1885)



FONTES E BIBLIOGRAFIA

Oasis. (Microfilme APMT – Jornais diversos – 1887-1899)

Echo do Povo. (Microfilme APMT – Jornais diversos – 1887-1899)

O Clarin. (Microfilme APMT – Jornais diversos – 1887-1899)

O Atalaia. (Microfilme APMT – Jornais diversos – 1887-1899)

A Pátria. (Microfilme APMT – Jornais diversos – 1893-1904)

A Reação. (Microfilme APMT – Jornais diversos – 1893-1904)

O Brasil. (Microfilme APMT – 1902-1904/1907-1910)

Gazeta Official do Estado de Matto-Grosso. (Microfilme NUDHEO – UNEMAT -1890-1906).

RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIA (NO IMPÉRIO) E DE ESTADO, DE MINISTROS E DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA DO BRASIL. (ACESSOS EFETUADOS EM DIFERENTES MOMENTOS PELO SITE WWW.CRL.UCHICAGO.EDU/INFO/BRAZIL/INDEX.HTML)

RELATÓRIO do Presidente da Província de Matto-Grosso, o Capitão de Fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em 10 de maio de 1851. Cuyabá: Typographia do Echo Cuyabano, 1852.

RELATÓRIO do presidente da Província de Mato Grosso, o chefe de esquadra Barão de Melgaço, na abertura da seção ordinária da Assembléa Legislativa provincial, em 20 de setembro de 1869.



RELATÓRIO apresentado á Assembléa legislativa Provincial de Matto-Grosso, na primeira sessão da 26^a legislatura, no dia 12 de julho de 1886, pelo Presidente da Província, o Exm. Snr. Doutor Joaquim Galdino Pimentel. Typ. da “Situação”, 1886.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Coronel Dr. Francisco Raphael de Mello Rego, Presidente da Província, abria a 27^a Sessão da Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso, em 20 de Outubro de 1888. Cuiabá: Typ. da Situação, 1888.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Matto-Grosso, Dr. Manoel José Murtinho, à Assembléa Legislativa em sua 2^a sessão ordinária, aberta em 13 de maio de 1893. Cuyabá, Typographia do Estado, 1893.

MENSAGEM do 2º Vice-Presidente do Estado, Coronel Antonio Cesário de Figueiredo, á Assembléa Legislativa, em sua 2^a sessão ordinária da 4^a Legislatura, aberta em 1º de Fevereiro de 1899. *Gazeta Official do Estado de Mato Grosso*. Cuyabá: 11 de fevereiro de 1899.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Matto-Grosso, Coronel Antonio Pedro Alves de Barros á Assembléa Legislativa na 3^a sessão annual da sua 5^a legislatura, a 3 de fevereiro de 1902. Cuyabá, Typographia Official, 1902.

MENSAGEM do Presidente do Estado de Matto-Grosso, Coronel Antonio Paes de Barros á Assembléa Legislativa, na 1^a sessão ordinária de sua 7^a legislatura, installada aos 1º de Março de 1906. *Gazeta Official do Estado de Matto-Grosso*. Cuiabá, 15 de março de 1906.

MENSAGEM dirigida pelo coronel Pedro Celestino Correa da Costa, 1º Vice-Presidente do Estado em exercicio, á Assembléa Legislativa,



FONTES E BIBLIOGRAFIA

ao instalar-se a 1ª sessão da 8ª legislatura, em 13 de maio de 1909. Cuyabá, Typographia Official, 1909.

MENSAGEM dirigida pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1º Vice-Presidente do Estado, em exercício, á Assembleia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão da 8ª legislatura, em 13 de maio de 1910. Cuyabá: Typographia Official, 1910.

MENSAGEM lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em sessão ordinária, em 10 de julho de 1899, pelo Exm. Snr. José Cardoso Ramalho Junior, Governador do Estado. Manaus: Imprensa Official, 1899.

MENSAGEM lida perante o Congresso dos Srs. Representantes, por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Governador do Estado, Silvério José Nery, em 10 de julho de 1903, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições. Manaus: Typ. do “Amazonas”, 1903.

RELATORIO apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dionísio E. de Castro Cerqueira, em 12 de julho de 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

RELATORIO do ministro das relações Exteriores Olyntho de Magalhães ao Presidente da Republica, em 23 de maio de 1899.

RELATORIO que o ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco, apresentou ao Congresso Nacional em 12 de outubro de 1904.

RELATORIO apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Francisco de Paula Argollo, ministro



de Estado da Guerra, em 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da quinta legislatura pelo presidente da república Francisco de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1904.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional na abertura da quinta legislatura pelo presidente da República Francisco de Paula Rodríguez Alves. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1905.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional, na abertura da segunda sessão da sexta legislatura, pelo Presidente da República, Affonso Augusto Moreira Penna. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1907.

RELATORIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, ministro de Estado da Guerra, em junho de 1908. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão da sétima legislatura, pelo presidente da república Affonso Augusto Moreira Penna, em 3 de maio de 1909.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional, na abertura da primeira sessão da oitava legislatura, pelo presidente da república, marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1912.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional, na abertura da segunda sessão da oitava legislatura, pelo presidente da república



FONTES E BIBLIOGRAFIA

marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1913.

LIVROS E ARTIGOS

ARAMAYO, Felix Avelino. *La cuestión del Acre y la Legación de Bolivia en Londres*. Londres: Wertheimer, Lea y Cia., 1903.

ARRUDA, Gabriel Pinto de. *Um trecho do Oeste Brasileiro*. Rio de Janeiro: [s.n], 1938.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano. *Álbum Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá; Hamburgo: 1914.

BARRETO, Orozimbo Muniz. Fazenda do Descalvado. *Diário Oficial – Estados Unidos do Brasil*. Capital Federal, 2 fev. 1894. Annuncios. P. 364.

CAMPOS SALES, Manoel Ferraz de. *Da propaganda à presidência*. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1983.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro. Itatiaia, 2000.

COUTINHO, Rodrigo de Souza. Textos Políticos, Econômicos e Financeiros (1783-1811). Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, P. 47-66.

DU RELS, Adolfo Costa. *Felix Avelino Aramayo e su época – 1846-1929*. 2ª ed. Cochabamba; La Paz: Editorial “Los Amigos del Libro”, 1991.



HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, V. II, p. 262.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO. *Instruções aos Capitães-Generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001, publicações avulsas, n. 27.

LEROY-BEAULIEU, Paul. *De la Colonisation chez les Peuples Modernes*. 4ª. Ed. Paris: Guillaumin et cie., editeurs, 1891.

LEVERGER, Augusto - Barão de Melgaço. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. Publicações avulsas, n. 19.

MARQUES, Manoel Esperidião da Costa. *Região Occidental de Matto Grosso. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé. Da cidade de Matto Grosso ao Forte do Príncipe da Beira pelo Dr. Manoel Espiridião da Costa Marques. 1906. A seguir: Projecto de vias de comunicação. Exploração do Alto Guaporé e dos rios Jaurú, Aguapehy e Alegre. Do mesmo auctor. 1899*. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt. 1908.

RONDON, Candido Mariano da Silva. *Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas do Estado de Matto-Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. Relatório da Comissão Rondon. Publicação n. 69-70.

RONDON, Candido Mariano da Silva. *Missão Rondon. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas, sob a direção*



FONTES E BIBLIOGRAFIA

do Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1905. Publicados em artigos no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro em 1915. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.

VAN DER STRATEN-PONTHOZ, Auguste (Comte Gabriel Auguste). *Le Budget du Brésil, ou Recherches sur les ressources de cet empire dans leurs rapports avec les intérêts européens du commerce et de l'émigration*, Paris : Amyot, 1854.

COLEÇÃO DAS LEIS da República dos Estados Unidos do Brazil de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Vol. II, p. 734-758. Exemplar da Biblioteca Nacional.

VAN DIONANT, François. *Le Rio Paraguay & l'État Brésilien de Matto-Grosso*. Bruxelles: L'Imprimerie Nouvelle, 1907. Publication de la Société Belge d'Etudes Coloniales. Juillet, 1907.

MAPAS

CODEX (Ed.). *Geoatlas*. Rio de Janeiro: 1967, tomo II.

YPIRANGA (Ed.). *Atlas mundial de Seleções de Rider's Digest*. Rio de Janeiro: 1967.

DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DE MEIOS ELETRÔNICOS

HERZOG, Werner. *Fitzcarraldo*. FILMPRODUCTION ANCHORBAY ENTERTAINMENT, INC. Disponível em www.imagensjournal.com/issues08/review/fitzcarraldo. Acesso em 13/03/2004.



RELAÇÃO de representantes diplomáticos da Bolívia em Londres.
www.embassyofbolivia.co.uk/staff.html. Acesso em 10.02.2004.

SENADO FEDERAL – Subsecretaria de informações. Decreto n. 5983, de 18 de abril de 1906. Concede autorização à *Société Industrielle et Agricole ou Brésil* para funcionar na Republica.
www.senado.gov.br. Acesso em 04/05/2004.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. 7ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

_____. *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne”. In: *Revue Française d’Histoire d’Outre Mer*, t. LXVI, n. 244-245, 1979.

ANTIBAS, Rosa Helena Benedetti Zanini. *Flibusteiros, não. Brasileiros. Uma visão interna da Questão do Acre*. 2002. 132 p. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: editora UNESP, 1996.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para o oeste*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, [19—].

BALEEIRO, Aliomar. *Constituições Brasileiras: 1891*. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O barão de Rothschild e a Questão do Acre. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, ano 43, n. 2, p. 150-169. 2000.

_____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos. Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul: 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *O eixo Argentina-Brasil. O processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

_____. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. 2ª. ed. ver. São Paulo: Ensaio; Brasília: ed. da Universidade de Brasília, 1995.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Trad. Álvaro Cabral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BELLO, José Maria. *História da República*. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1976.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Vol. IV. De 1870 a 1930*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ed. da



Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

BETHELL, Leslie. “A Grã-Bretanha e América Latina, 1830-1930”. In: Leslie Bethell. *História da América Latina. Vol. IV – De 1870 a 1930*. Op. cit, p. 598.

BONILLA, Heraclio. “Estructura y Eslabonamientos de la Explotacion Caucheira em Colômbia, Peru, Bolívia y Brasil”. In: Sergio S. Silva & Tamás Szmrecsányi (Org.). *Historia Econômica da Primeira República*. 2ª Ed. revista. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em Historia Econômica, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002. P. 3-9.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária. Algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso. 1870-1930*. 3ª ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

BRUSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. Trad. Joel J. da Silva. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República. Os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, E. Bradford. “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”. In: Boris Fausto (Dir.). *História geral da civilização brasileira. III - O Brasil republicano. 2. Sociedade e instituições (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

CARONE, Edgar. *A República Velha. II – Evolução Política (1889-1930)*. 3ª ed. revista e acrescida de índice onomástico. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1977.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. *I - A construção da ordem. II - Teatro de sombras*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Relume Dumará, 1996.

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil. 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONRAD, Joseph. *Coração das Trevas*. Trad. Juliana L. Freitas. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Ed. fac-similar. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994.

_____. *Leverger: O bretão cuiabano*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979.

_____. *Pantanaís Matogrossenses (Devassamento e ocupação)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

_____. *Fazendas de gado no Pantanal mato-grossense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955. Documentário da vida rural. N. 10, p. 31-46.



CORRÊA, Lucia Salsa. *Corumbá: Um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. 1980. 158 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. P. 51-88.

CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madrid*. Ed fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 v.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles. O exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da UNICAMP. 1996.

_____. A Independência na Historiografia Brasileira. In: István Jancsó(Org.). *Independência. História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade. In: *Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP*. Campinas, v. 10, p. 141-173, jun-dez/1998.

_____. *Narrativas de viagem no Brasil do Século: formação do Estado e trajetória intelectual*. Trabalho apresentado no Colóquio “Voyageurs et images du Brésil”, na École des Hautes Études des Sciences Sociales. Paris: 10/12/2003 (Inédito).

DOLHNIKOFF, Mirian. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: István Jancsó (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Fapesp, Hucitec; Ijuí: UNIJUI, 2003. P. 431-468.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Círculo do Livro, [19—].



FONTES E BIBLIOGRAFIA

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. Trad. Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Pioneira, 1976.

ELLIS JR., Alfredo. “Raça de Gigantes”. *A civilização no planalto paulista*. São Paulo: Novíssima editora, 1926.

FARIA, Fernando Antônio. *Os Vícios da Re(s)pública. Negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya editora, 1993.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. 2003. Tese (Doutoramento em História). Departamento de Política/Universidade de São Paulo, 2003.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP; FAPESP, 2001.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985, t. III, v. 1.



GALLAGHER, John e ROBINSON, Ronald. The Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review*. London, Second Series, vol. VI, nº 1, p. 1-15, 1953.

GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. 2003. 348 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889). Uma província na fronteira do Império*. 2001. 137 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

_____. A ocupação da fronteira oeste e integridade territorial do Brasil nos primórdios da República. In: Fernando Antonio Faria (Org.) *Idéias, Intelectuais e Instituições*. Rio de Janeiro: LAHSGE, 2003. P. 131-142.

GAULD, Charles A. *The last titan: Percival Farquhar, American entrepreneur in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1964.

GOLDARACENA, Ricardo. *El libro de los Linajes. Familias históricas uruguayas del siglo XIX*. Montevideo: Arca, 1976.

GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1850-1914*. Trad. Roberto Machado de Oliveira. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1979.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982. 2 v.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Trad. Donald Magalhães Garschagem. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *A era dos impérios – 1875-1914*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. Trad. Beth Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O extremo Oeste*. Introd. José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

_____. *Monções*. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. "A herança colonial – Sua desagregação". In: Sérgio Buarque de Holanda (Dir.) *História geral da civilização brasileira*. II. *O Brasil*



Monárquico. Vol. 1. O processo de emancipação. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. P. 9-39..

_____(Dir.) *História geral da civilização brasileira. I- A Época colonial. Vol. 2- Administração, economia e sociedade.* 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____(Dir.) *História geral da civilização brasileira. II. O Brasil Monárquico. Vol. 1. O processo de emancipação.* 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____(Dir.) *História geral da civilização brasileira. II- O Brasil Monárquico. Vol. 3- Reações e transações.* 6ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação.* São Paulo: Hucitec; Fapesp; Ijuí: Unijuí, 2003.

_____(Org). *Idependência. História e historiografia.* São Paulo: Hucitec, 2005.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para um estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: Carlos Guilherme Mota (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias.* São Paulo: Senac São Paulo, 2000, p. 127-175.

JORGE, A G. de Araújo. *Introdução às obras do barão do Rio Branco.* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

KUGELMAS, Eduardo. *Marques de São Vicente.* São Paulo: ed. 34, 2002.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 6ª ed. Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.

LEAL, Joaquim Ponce. *O conflito campo-cidade no Brasil. Os homens e as armas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, Rio de Janeiro: Rio Arte, 1988.

LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Vila Maria dos meus maiores*. [S.L.], [s.n.], 1978.

_____. *O engenho da estrada real*. Cuiabá: [s.n.], 1976.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT- Imprensa Universitária, PROEDI, 1982;

LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo: Fase superior do capitalismo*. Trad. Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1979.

MACHADO, Lourival Gomes. “Política e administração sob os últimos vice-reis”. In: Sérgio Buarque de Holanda (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira. I- A Época colonial. vol. 2- Administração, economia e sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. P. 355-379.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio. Caminhos, práticas e imagens da “comissão Rondon”*. São Paulo: EDUC; Fapesp, 1998.

MAGALHÃES, J. B. *Osório. Síntese de seu perfil histórico*. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 1978.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna, 1997.



_____. “O Estado em busca de seu território”. In: István Jancsó (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Ijuí: Unijuí. 2003, p. 285-296.

MARIANI, Alba. “Una aventura industrial. Los negocios de estancia y saladero de Jaime Cibils Buxareo en Mato Grosso, 1881”. In: TERCERAS JORNADAS DE HISTÓRIA ECONÔMICA. 07. 2003. Montevideu. *Anais das Terceiras Jornadas de História Econômica*. Montevideu: AUDHE, 2003, p. 2-3.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema. Formação do Estado imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Accces, 1994.

MEDEIROS, Paulo Cachapuz de (Org.). *Pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty. Vol. I (1903-1912)*. Brasília: Senado Federal, 2002. Coleção 500 anos.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL. 1984.

MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. 4ª ed. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREL, Edmarl. *A revolta da Chibata*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1977.

NORMANO, João Frederico. *Evolução econômica do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1975.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 3ª ed. . São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *História econômica do Brasil*. 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 237.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRINS, Bart De; STOLS, Eddy; VERBERCKMOES, Johan (Eds.). *Brasil: Cultures and Economies of Four Continents; Cultures et Economies de Quatre Continents*. Leuven: Acco; Leusden: 2001.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai. A grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1979.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder. O nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande: editora da UFMS, 1997.



_____. *Uma ferrovia entre dois mundos. A E. F. Noroeste do Brasil – sua trajetória e sua presença em Mato Grosso (19018-1956)*. 1999. 523 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste*. 4ª ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo: Rio de Janeiro: José Olympio editora. 1970. 2 vol.

SANTOS, Sidney M. G. dos. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1985.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial*. São Paulo: IDESP, n. 9, 1989.

SHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Trad. Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2000.

SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas – SP: Ed. da UNICAMP, 1996.

SILVA, Sérgio S. & SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História Econômica da Primeira República*. 2ª Ed. revista. São Paulo: Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.

SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1889-1930”. In: Boris Fausto (Dir.). *História geral da civilização brasileira. III - O Brasil republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

SMITH, Robert Freeman. “Os Estados Unidos e a América Latina”. In: Leslie Bethel (Org.). *História da América Latina. De 1870 a 1930*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p. 615-634.

SOARES, Álvaro Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste. Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Ed. facsimilar. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

_____. *Formação histórica do Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. *Introdução à revolução brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA NETO, Manuel Fernandes. *Planos para o Império: Os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889)*. 2004. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

STOLS, Eddy. “Les belges au Mato Grosso et em Amazonie ou la récidence de l’aventure congolaise (1895-1910)”. In: Michel Doumolin; Eddy Stols (DIR.) *La Belgique et l’étranger aux XIXe. et XXe siècles*. Université de Louvain: recueil de travaux d’histoire et de philologie. Louvain-la-Neuve: Collège Érasme; Bruxelles: Éditions Neuwelaerts. 6a. Série, Fascicule 33, 1987. P. 77-112.

_____. O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914). In: *Boletín de Estudios Latinoamericanos e del Caribe*. Ámsterdam: Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos (CEDCA), número 18, junho de 1975.



_____. Présences belges et luxembourgeoises dans la modernisation et l'industrialisation du Brésil (1830-1940).” In: Bart De Prins; Eddy Stols; Johan Verberckmoes (eds). *Brasil. Cultures and Economies of Four Continents. Cultures et Economies de Quatre Continents*. Leuven; Leusden: Acco, 2001, p. 140-164.

TANNURI, Luiz Antônio. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1981.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada de Laguna*. São Paulo, Caieiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [19—].

_____. *Augusto Leverger*. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [18—], p. 10-18. Idem. *Goyas*. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [18—].

_____. *A cidade do ouro e das ruínas*. 2ª ed. São Paulo; Caieiras; Rio de Janeiro; Recife: Melhoramentos, [18—].

_____. *O Encilhamento. Cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia, 1971.

TAUNAY, Afonso de Escrangnolle. *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

_____. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. 3ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979. 2 v.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 3ª. ed. integral. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Melhoramentos, [s.d.], 4. vol. (1ª edição 1854-57).

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, José Olímpio, 1988.

VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A Conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

WAENELDT, Rodolfo. *Exploração da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. Publicações avulsas, n. 38.

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WESSELING, Henk L. *Dividir para dominar. A partilha da África. 1880-1914*. Trad. Celina Brandt. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Revan, 1998.

